

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

REGINALDO GUIRALDELLI

**MULHERES QUE TECEM A VIDA:
trabalho e gênero em tempos precarizados**

**FRANCA
2010**

REGINALDO GUIRALDELLI

**MULHERES QUE TECEM A VIDA:
trabalho e gênero em tempos precarizados**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helen Barbosa Raiz Engler.

**FRANCA
2010**

Guiraldelli, Reginaldo

Mulheres que tecem a vida: trabalho e gênero em tempos precarizados / Reginaldo Guiraldelli. – Franca : UNESP, 2010.

Tese – Doutorado – Serviço Social – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP.

1. Serviço Social – Mulher – Trabalho. 2. Trabalho feminino – Costura – Brasil. 3. Costureiras - Questão social.

CDD – 362.8105

REGINALDO GUIRALDELLI

**MULHERES QUE TECEM A VIDA:
trabalho e gênero em tempos precarizados**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof^a. Dr^a. Helen Barbosa Raiz Engler

Examinador 1: _____
Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Nassif Soares – UNESP/Franca-SP

Examinador 2: _____
Prof. Dr. Mário José Filho – UNESP/Franca-SP

Examinador 3: _____
Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Martinelli – PUC/SP

Examinador 4: _____
Prof. Dr. Maurílio Castro de Matos – UERJ

Franca-SP, 30 de novembro de 2010.

Dedico este trabalho à minha mãe, grande heroína, emblemática figura feminina presente em todos os momentos da minha existência terrena e responsável pela concretização desta etapa, pois sem os seus inmensuráveis esforços, talvez eu jamais tivesse iniciado os primeiros passos na vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os companheiros e parceiros de jornada que direta ou indiretamente foram imprescindíveis para a elaboração e sistematização desta tese, pois ao longo da vida partilhamos experiências e vivências que nos despertam para fazer uma leitura da realidade de acordo com o meio que nos circunda e, diante disso, se hoje posso ter uma visão de homem/mundo pautada em alguns princípios e valores, isso é reflexo daqueles que se fizeram e dos que ainda se fazem presentes na minha vida, na minha história. Com isso, cito abaixo alguns personagens de alto relevo para a minha formação humana e profissional.

Primeiramente me reporto às costureiras formais e informais do ramo da confecção do município de Divinópolis-MG, que acima de tudo são mulheres e abdicaram de um espaço precioso do tempo de lazer ou de realização de suas atividades, sejam as tarefas domésticas, o cuidado com filhos ou mesmo a produção, para nos ceder entrevistas que foram densas e duradouras, visto que relataram suas histórias de vida para atender aos propósitos deste estudo.

Agradeço aos meus familiares, suportes do meu *ser*, *estar* e *devir* no mundo: Nirce, Antônio e Elaine, que mesmo na distância me apoiam e vibram pelas minhas conquistas, realizações e concretização dos meus projetos de vida e profissional. Além do mais, nunca mediram esforços para que eu pudesse alçar voos e seguir meus objetivos. Esta tese é para vocês!

Agradeço em especial a minha irmã Elaine, que mediante minhas inúmeras solicitações de socorro nesse percurso não ousou dizer um “não” para o irmão pentelho.

À jovem/menina Eduarda, minha sobrinha querida que faz parte da minha história e que passa pelo período transitório de criança a adolescente com a mesma inocência estampada no semblante e a mesma puerilidade. Espero que ela possa vivenciar e desfrutar de tempos mais ternos, mais humanos, poéticos e encantadores.

À Professora Helen, que na graduação se tornou minha professora, no mestrado se tornou minha orientadora e no doutorado se tornou uma amiga e uma referência de ser humano, de profissional e de mulher desbravadora que ousa arriscar em busca de ideais e solidificação de sonhos. Seu exemplo, postura ética e forma de lidar com fatos e acontecimentos cotidianos me servem como eixos norteadores para o trato

com as adversidades da vida, sejam na esfera da vida profissional ou interpessoal. Além do mais, expressei minha gratidão pela sua compreensão e “tolerância” nas minhas ausências, visto que quando ingressei no doutorado, em 2007, estava residindo em Formiga/MG, em seguida me mudei para Divinópolis/MG (2008) e posteriormente, em 2009, passei a viver e trabalhar em Belo Horizonte/MG, ficando cada vez mais distante de Franca/SP, onde preservava meus vínculos estudantis. Tais mudanças tiveram rebatimentos na minha assiduidade para a orientação, sempre dificultada pela cobrança e exigência institucional, pois muitas vezes temos que cumprir com o nosso papel de trabalhadores e “sobreviventes” nesse mundo do trabalho. Mesmo diante dessas conturbações vivenciadas, a Professora Helen soube respeitar tais momentos e compreender minhas limitações. Muito obrigado!

Aos companheiros do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social que compartilharam a árdua trajetória de um doutorado e vivenciaram juntamente comigo as “cobranças”, os prazos, as exigências e todas as formalidades da academia para a conclusão deste processo.

Não posso deixar de mencionar e agradecer aos professores do curso de Serviço Social da UNESP/Franca que me deram toda a base de formação profissional pautada em princípios dialógicos, democráticos e éticos.

Aos amigos que estiveram sempre comigo, como a Amanda, um ser humano especial, que sempre me acolheu em Franca e que além de me ceder um teto, me conforta nos momentos mais tempestuosos. Obrigado pelas sugestões incessantes, as conversas tranquilizadoras e o apoio que extrapola as páginas desta obra.

À Meire, uma amiga que pude conhecer no tempo do bacharelado e que desde tal período construímos uma amizade sólida, respeitosa e emaranhada de utopias. Uma pessoa com quem compartilho convicções de um projeto societário e um saber/fazer profissional que esteja direcionado para a verdadeira *emancipação humana*.

À Maria Aparecida e Cinthia, acadêmicas do curso de Serviço Social da FUNEDI/UEMG que mesmo na atribulada vida de alunas, trabalhadoras e mães, não mediram esforços para colaborarem na concretização deste trabalho. Muito obrigado!

Um agradecimento especial ao amigo Maurinho, pela revisão do texto.

Ao Edu, uma pessoa fantástica que surgiu na minha vida nesses últimos tempos e que imprimiu sua marca nos contornos desta tese com inúmeras sugestões que foram sempre plausíveis.

Ao Rafa, pela amizade, cumplicidade, leitura destas páginas e dicas pertinentes que provocaram alterações substanciais no texto final.

Também agradeço a possibilidade do “encontro”, da convivência e partilha com alguns professores e companheiros de profissão com quem pude estreitar laços em Belo Horizonte, em especial a Kênia, Edna e Fabrícia.

Aos discentes dos cursos de Serviço Social das Unidades de Ensino pelas quais passei nessa curta trajetória de dedicação ao mundo acadêmico, não só pelo espaço prazeroso do aprendizado e oportunidade da troca de experiências, saberes e ensinamentos, mas, sobretudo, pelo privilégio de conhecer algumas de suas histórias de vida, que extrapolam o campo da cientificidade.

Outros personagens/amigos também acompanharam todo o meu percurso de vida estudantil e sempre estiveram presentes no decorrer das minhas conquistas, angústias, medos, alegrias, vitórias, incertezas e inquietações; outros surgiram no decorrer da minha formação universitária, mas nem por isso deixaram de ser grandes suportes para mim: Fabrício, Dani, Cris, Simone, Gê, Jú, Rô, Mi, Semíramis e Iuri. Obrigado pela força e compreensão de sempre!

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Mulheres que tecem a vida: trabalho e gênero em tempos precarizados**. 2010. 211f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

RESUMO

O presente estudo consistiu em trazer para a pauta de discussão do Serviço Social algumas reflexões sobre as condições de vida, de trabalho, assim como as estratégias de sobrevivência das trabalhadoras da confecção do município de Divinópolis, localizado na região centro oeste do Estado de Minas Gerais. Tal município tem grande destaque econômico no contexto regional devido ao setor metalúrgico e à produção do vestuário. Vale ressaltar que neste lócus o ramo confeccionista emprega em maior proporção o segmento feminino da população em detrimento de uma maior incorporação masculina na metalurgia. Com base nessa realidade, este percurso investigativo priorizou o universo da confecção com vistas a compreender as experiências e o cotidiano das mulheres que atuam como costureiras tanto no espaço fabril quanto no trabalho domiciliar, em um quadro de precarização das relações de trabalho, o que contribuiu para o agravamento da questão social. Para a compreensão dessa dinâmica societária, foi necessária uma análise sobre as assimetrias presentes nas relações de gênero e as profundas alterações ocorridas nos últimos decênios no mundo do trabalho frente à adoção da reestruturação produtiva, que trouxe implicações para as condições de vida dos trabalhadores. Nesse quadro, cabe mencionar que as mulheres ingressaram de forma massiva no mundo do trabalho, no momento em que se verifica o desmonte dos direitos trabalhistas, crescimento do desemprego, degradação das condições de trabalho e intensificação de atividades marcadas pela informalidade, diante das prerrogativas da acumulação flexível. Tal situação que ordena o mundo do trabalho na sociedade atual, caracterizada pela reestruturação produtiva, também passou a ser implementada no município de Divinópolis, em especial na indústria da confecção, universo desta pesquisa. Como estratégia concorrencial, as indústrias da confecção aderiram aos preceitos do capital e intensificaram as formas terceirizadas de trabalho, o que refletiu, significativamente, na vida dos trabalhadores daquela localidade. Sendo assim, atualmente o município de Divinópolis, mesmo com um número expressivo de indústrias de confecção, também se caracteriza pelo trabalho domiciliar das costureiras que se encontram na informalidade e na invisibilidade do mundo do trabalho. Frente ao exposto, para desvelar fragmentos dessa realidade apresentada, foi utilizada a metodologia da história oral, com ênfase para a história de vida das mulheres inseridas na cadeia produtiva da confecção, sejam elas trabalhadoras formais ou informais. Como técnica da pesquisa de campo foi adotada a entrevista aberta, por meio do uso do gravador, a fim de capturar as narrativas das colaboradoras, com o intuito de apreender suas trajetórias e visão de homem/mundo. Além do mais, o estudo teve como propósito decifrar a dinâmica circunscrita nas relações sociais que permeiam tal cenário e, assim, compreender de forma aproximativa como são as condições de vida e trabalho dessas mulheres e como elas se organizam, cotidianamente, e criam e (re)criam suas estratégias de sobrevivência em tempos precarizados.

Palavras-chave: trabalho. gênero. questão social. indústria da confecção.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Women who weave their lives:** work and gender in precarious times. 2010. 211f. Thesis (Ph.D. in Social Work) - Faculty of Human and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2010.

ABSTRACT

The present study brought to the agenda of discussion of the Social Work some reflections on living conditions, work, and the survival strategies of working clothing in the city of Divinópolis, located in the central west of Minas Gerais. This city has great economic prominence in the regional context due to the metallurgical sector and the production of clothing. It is noteworthy that in this locus, the clothing branch employs a greater proportion of the female segment of the population at the expense of a greater incorporation male in metallurgy. Given this reality, this researching prioritized the world of the confection in order to understand the experiences and daily life of women who work as seamstresses as both work in the factory space and at home in a context of precarious employment relationships, which contributed to the aggravation of social problems. For a better comprehension of this societal dynamics, it was required an analysis of the present asymmetries in gender relations and the profound changes in recent decades in the working world before the adoption of the restructuring process, which has implications for the living conditions of workers. In this context, it is worth mentioning that women entered massively in the workplace, at a time that it saw the dismantling of labor rights, increased unemployment, deterioration of working conditions and intensification of activities marked by informality, given the prerogatives of flexible accumulation. This situation ordering the world of work in modern society characterized by productive restructuring also became to be implemented in the city of Divinópolis, particularly in the clothing industry, the locus of this research. As a competitive strategy, manufacturing industries have joined the precepts of the capital and intensified forms of outsourced work, which reflected significantly in the lives of workers in this area. So now, the city of Divinópolis, even with a significant number of apparel industries are often characterized by the work of home seamstresses who are informal and the invisibility of the working world. Based on these, to reveal fragments of this reality presented, we used the methodology of oral history, with emphasis on the life history of these women entered into the clothing production chain, whether formal or informal workers. As a technique for data collection was adopted open interview by using the recorder to capture the narratives of the collaborators, in order to grasp their life and vision of human / world. Moreover, this study aimed to decipher such a dynamic circumscribed social relations that underlie this scenario and thus, understanding so closely, how are the conditions of life and work of these women and how they are organized daily and create and (re)create their survival strategies in times increasingly precarious.

Keywords: labor. gender. social problem. clothing industry.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Les femmes qui tissent leur vie**: le travail et le genre en temps précaire. 2010. 211f. Thèse (doctorat en travail social) - Faculté des sciences humaines et sociales, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2010.

RESUMÉ

La présente étude a porté à l'ordre du jour la discussion de réflexions sociales sur les conditions de vie, de travail et les stratégies de survie des travailleuses dans La Fabrication de tissu dans la ville de Divinópolis, situé dans le centre-ouest de Minas Gerais. Cette ville a une grande importance économique dans le contexte régional en raison de la métallurgie et la production de vêtements. Il est à noter que dans ce lieu, le secteur manufacturier emploie une plus grande proportion de femmes du segment de la population au détriment une plus grande intégration de l'homme dans la métallurgie. Compte tenu de cette réalité, cette recherche a donné la priorité au monde de la fabrication de tissu, afin de comprendre les expériences et la vie quotidienne des femmes qui travaillent comme couturières tantôt dans l'espace d'usine tantôt dans le travail à domicile dans un contexte de relations de travail précaire, qui a contribué à la aggravation des problèmes sociaux. Pour améliorer la compréhension de la dynamique de la société, Il a exigé l'analyse des asymétries présentes dans les relations entre les sexes et les profonds changements de ces dernières décennies dans le monde du travail avant l'adoption du processus de restructuration, qui a des répercussions sur les conditions de vie des travailleurs. Dans ce contexte, il convient de mentionner que les femmes sont entrées massivement dans le lieu de travail, à une époque qui a vu le démantèlement des droits des travailleurs, l'augmentation du chômage, la détérioration des conditions de travail et l'intensification des activités marquées par l'informalité, étant donné les prérogatives d'accumulation flexible. Cette situation commande le monde du travail dans la société moderne caractérisée par la restructuration productive également commencé à être mises en œuvre dans la ville de Divinópolis, en particulier dans l'industrie de vêtement, lieu de cette recherche. Comme une stratégie concurrentielle, les industries manufacturières ont rejoint les préceptes de la capitale et l'intensification des formes de travail sous-traité, ce qui reflète de manière significative dans la vie des travailleurs dans ce domaine. Alors maintenant, la ville de Divinópolis, même avec un nombre important d'industries manufacturières, se caractérise aussi par le travail des couturières à domicile qui sont informelles et dans l'invisibilité du monde du travail. Sur cette base, de révéler des fragments de la réalité présentée, nous avons utilisé la méthodologie de l'histoire orale, avec l'emphase pour l'histoire de vie de ces femmes insérée dans la chaîne de production de vêtements, comme travailleuses formelles ou informelles. En tant que technique de collecte de données, on a adopté l'entretien ouvert à l'aide de l'enregistreur pour capter les récits des collaborateurs, afin de saisir leur vie et leur vision de l'homme/monde. En outre, cette étude vise à déchiffrer une telle dynamique circonscrit dans les relations sociales qui sous-tendent this scénario, et donc, de comprendre le plus proche comment sont les conditions de vie et de travail de ces femmes et comment elles sont organisées chaque jour et comme elles créent et (re)créent leurs stratégies de survie en temps de plus en plus précaire.

Mots-clés: travail. genre. question sociale. industrie de l'habillement.

LISTA DE SIGLAS

CAD	Desenho Assistido por Computador
CAM	Manufatura Assistida por Computador
CCQ's	Círculos de Controle de Qualidade
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EFOM	Estrada de Ferro Oeste de Minas
FACED	Faculdade Divinópolis
FITEDI	Companhia de Fiação e Tecelagem de Divinópolis
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNEDI	Fundação Educacional de Divinópolis
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCAPE	Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEMI	Instituto de Estudos e Marketing Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINVEDS	Sindicato da Indústria do Vestuário de Divinópolis
SOAC	Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria da Confecção de Roupas, Estamparia, Cama, Mesa e Banho de Divinópolis
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Trabalhadores na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos no Brasil segundo Gênero e Região – Ano 2008	142
Gráfico 2 – Total de Indústrias Têxteis, do Vestuário e Artefatos de Tecidos no Brasil segundo Região – Ano 2008	143
Gráfico 3 – Total de Trabalhadores segundo Gênero na Indústria Metalúrgica e Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecido em Divinópolis – Ano 2008	166
Gráfico 4 – Número de Trabalhadores na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos segundo Faixa Etária e Gênero em Divinópolis – Ano 2008.....	167
Gráfico 5 – Total de Trabalhadores segundo Tamanho do Estabelecimento (Porte) e Gênero na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos em Divinópolis – Ano 2008	169
Gráfico 6 – Escolaridade e Gênero na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos em Divinópolis – Ano 2008	174
Gráfico 7 – Faixa de Remuneração Média com base no Salário Mínimo (S.M.) na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos em Divinópolis segundo Gênero – Ano 2008	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Estabelecimentos e Empregos segundo as atividades econômicas - Município de Divinópolis – Ano 2008.....	164
---	------------

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: trilhas do universo investigativo.....	15
--	----

PRIMEIRA PARTE

TRABALHO, GÊNERO E QUESTÃO SOCIAL: UM DIÁLOGO COM AS COLABORADORAS

CAPÍTULO 1 PELOS MEANDROS DA HISTÓRIA ORAL: NARRATIVAS E COTIDIANO DAS MULHERES DA CONFECÇÃO	27
1.1 Trabalho e Gênero: abordagem conceitual e seus significados na perspectiva das trabalhadoras.....	51
1.2 Condicionantes da costura: trabalho ou vocação?	71

CAPÍTULO 2 RESSONÂNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO SOB A REGÊNCIA DO CAPITAL	87
2.1 Os desdobramentos da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho	99
2.2 Reorganização do trabalho: tempo de vidas fragilizadas.....	116

SEGUNDA PARTE

UM OLHAR SOBRE O UNIVERSO DA PESQUISA

CAPÍTULO 3 A INDÚSTRIA DA CONFECÇÃO: LINEAMENTOS HISTÓRICOS E SUA CONFIGURAÇÃO	136
3.1 Ordenamentos da cadeia produtiva da confecção sob a égide da flexibilização e a incorporação do trabalho feminino	144
3.2 O município de Divinópolis: traços constitutivos do desenvolvimento local e dinamismo do setor confeccionista.....	155
3.3 Feminização no ramo da confecção em tempos precarizados	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS: um parêntese para novas reflexões	192

REFERÊNCIAS.....	201
------------------	-----

APÊNDICES

APÊNDICE A – Declaração de compromisso dos pesquisadores	210
--	-----

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	211
--	-----

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: trilhas do universo investigativo

À primeira vista, um estudo de tese de doutoramento prevê a formulação inédita de conhecimentos com o intuito de possibilitar um retorno e uma contribuição para a sociedade em geral, englobando os personagens inseridos na academia, os sujeitos envolvidos na pesquisa, os representantes da categoria abordada e, até mesmo, aqueles interessados no tema sugerido. A partir disso, alguns questionamentos podem surgir, como: o tema abordado é relevante? Qual a repercussão do mesmo para os direcionamentos da sociedade? Ou melhor, o que tal estudo pode provocar na vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa? Ou, a vida em sociedade poderá ser alterada mediante uma pesquisa? Eis os vários dilemas que permeiam o universo da produção acadêmica e remete a pensar mecanismos para a apreensão do real e, posteriormente, lançar reflexões e possíveis instrumentos que possam “clarear” os caminhos que perpassam a complexidade que tangencia o eixo de preocupação científica em questão, ou seja, o social e seus desdobramentos.

Diante dessas inquietudes desencadeadas no processo investigativo, o estudo *Mulheres que tecem a vida*¹ retrata as condições de vida, trabalho e as estratégias de sobrevivência das trabalhadoras da confecção do município de Divinópolis, localizado na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais. Buscar-se-á a partir do proposto, refletir sobre fatos, acontecimentos e a cotidianidade de mulheres que constroem e (re)constroem suas vidas nesse cenário marcado, predominantemente, pela absorção da mão-de-obra feminina na cadeia produtiva da confecção/vestuário. Tendo tais parâmetros como ponto de partida da análise, objetivou-se compreender aspectos de um contexto local, mas que sofre implicações de processos macro-societários ditados por fatores econômicos, políticos, culturais, sociais, ideológicos ou, até mesmo, religiosos. Por isso, de antemão, a respectiva abordagem se reporta a considerar os elementos da conjuntura global para

¹ O título desta tese utiliza a nomenclatura *tecer*, pois seu significado em vários dicionários da Língua Portuguesa consiste em uma diversidade de interpretações como: entrelaçar fios, fazer teia ou tecidos com fios, engendrar, compor alguma obra que exija trabalho e outros cuidados; compor entrelaçando, além do exercício do ofício de tecelão/tecelã. Com isso, a escolha pela terminologia consiste em reforçar que as mulheres, colaboradoras desse processo de pesquisa, atuam na área da confecção/vestuário, ou seja, um segmento do ramo têxtil, e por isso, mediante suas atividades cotidianas tecem suas vidas, suas histórias e criam e recriam estratégias de sobrevivência e formas de resistência num cenário marcado pela precarização no mundo do trabalho.

compreender as implicações de determinados fatores em um locus específico, visto que não é possível haver uma dicotomia entre global e local, pois esses se interpenetram em um mesmo sistema. Nesse ínterim, os sujeitos elencados foram as mulheres inseridas na esfera fabril e extra fabril, ou seja, trabalhadoras formais e informais, para relatarem suas histórias e vivências, tendo como epicentro da análise as categorias gênero e trabalho.

O interesse pelo tema em voga teve início no decorrer do curso de graduação em Serviço Social com uma pesquisa acerca da inserção dos trabalhadores negros na informalidade no município de Franca e que, posteriormente, redundou em estudos enfocando a questão da mulher negra no trabalho em domicílio neste mesmo município no Mestrado também em Serviço Social, cursado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca-SP. Esse percurso de pesquisa científica gerou o interesse em compreender a situação vivenciada pelas mulheres no ramo da confecção em Divinópolis-MG, tendo em vista o contato com esse universo ainda pouco explorado pelo mundo acadêmico, fato notável frente à dificuldade na obtenção e compilação de dados específicos sobre a cidade. Apesar de um expressivo arcabouço teórico produzido nos últimos tempos concernentes às questões de gênero e do mundo do trabalho, ainda são escassas as produções que se atentaram a desbravar a realidade de Divinópolis, município esse que apresenta, de forma substancial, as múltiplas faces da questão social² e, por isso, se faz necessária uma aproximação com esse universo com vistas à decifração dos processos sociais emergentes no local.

É válido destacar que o assunto abordado é de relevância para a área do Serviço Social, pois o respectivo campo de conhecimento investiga e atua nas múltiplas manifestações da questão social e busca respostas na realidade concreta para o enfrentamento de problemáticas apresentadas no interior da vida societária, por intermédio da elaboração, planejamento, assessoria ou operacionalização de políticas sociais. Mas acima disso, almeja a efetivação de seu projeto ético-político profissional e do Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993, ambos pautados

² A compreensão da questão social referendada neste trabalho se respalda nas obras de Yamamoto (2003; 2008), que a situa como resultante das desigualdades sociais, expressas na contradição capital *versus* trabalho, no momento em que tendo como cenário o século XIX os trabalhadores passam a reivindicar direitos e sua legitimidade de classe, fazendo pressão junto ao bloco dominante representado pelo Estado e burguesia. Na atualidade, são evidentes as várias nuances da questão social que engloba as relações de gênero, trabalho, violência, educação, miséria, desemprego, segurança pública, concentração fundiária, desrespeito aos direitos humanos, dentre outras.

em princípios de liberdade, igualdade, democracia, pluralismo e atuação direcionada para a construção de uma outra forma de sociabilidade sem dominação/exploração de classe, gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual e nacionalidades.

Para tanto, aproximar os assistentes sociais das discussões sobre as relações de gênero e trabalho requer uma apreensão das expressões da questão social presentes no cotidiano do saber/fazer do profissional e, por isso, urge dessa categoria leituras e tomadas de decisão atinentes a tais evidências abordadas neste estudo e que não podem ser negligenciadas, seja do ponto de vista das condições de vida, trabalho, desemprego, fome, miséria, violência, segurança, direitos humanos, educação e outras interfaces da questão social que envolvem homens e mulheres de diferentes espaços territoriais, etnias, credos e gerações.

Nesse sentido, o recurso para a análise da realidade investigada baseou-se na história oral, para melhor aproximação dos objetivos propostos, pois tal metodologia, incorporada nas pesquisas científicas nas últimas décadas, está alicerçada numa forma de buscar qualidade e profundidade investigativa com os colaboradores³ do processo de construção do conhecimento, ou seja, os sujeitos entrevistados.

Conforme argumentação de Meihy e Holanda (2007, p.15),

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definições de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

Tal metodologia assume uma expressiva importância na atualidade, uma vez que até a primeira metade do século XX a produção acadêmica e científica se respaldava em documentos escritos e em experimentos comprovados, pois a fonte oral não possuía critério de validade e de confiabilidade. Diante desse cenário, a narrativa oral era rejeitada como produto do conhecimento científico e representava temor aos critérios de objetividade do saber.

³ “[...] usa-se deliberadamente a palavra ‘colaborador’ para o narrador, pois, afinal, o trabalho com a entrevista é algo que demanda dois lados pessoais e humanos. ‘Colaborador’ é um termo importante na definição do relacionamento entre o entrevistador e o entrevistado. É sobretudo fundamental porque estabelece uma relação de compromisso entre as partes” (MEIHY, 2002, p.108).

Com o passar do tempo, diante de uma crise epistemológica embasada em concepções determinísticas e quantificáveis da produção acadêmica, verificou-se um repensar nas concepções do conhecimento e foi possível reconhecer a subjetividade e as fontes orais como elementos adicionais no *fazer ciência* e, com isso, a história oral passou a ganhar terreno no campo das Ciências Humanas e Sociais como uma forma alternativa de se propor outro olhar acerca da realidade.

Apropriar da história oral como procedimento metodológico neste trabalho requer enfatizar as fontes orais das colaboradoras participantes da pesquisa como elemento norteador das análises apresentadas, tendo em vista que a principal preocupação e função social da história oral é *dar voz aos silenciados e excluídos* da sociedade, abordando fatos ocultos, desconhecidos e enviesados que são transmitidos pela documentação oficial.

Entretanto, é importante ponderar que a história oral, compreendida como um campo interdisciplinar de encontro de diferentes áreas do saber, “Sendo um método de pesquisa, [...] não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento” (ALBERTI, 2005, p.29).

Destarte, a partir das histórias de vida das colaboradoras deste processo investigativo foram traçados inúmeros elementos que circundam as relações sociais dessas mulheres trabalhadoras, sejam suas experiências individuais, coletivas, suas vivências na infância, na adolescência e na fase adulta, os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, religiosos, o território, o contexto familiar e a rede de sociabilidade, pois esses são fatores que conjugam a vida social. Contudo, é importante salientar que as histórias de vida são sempre recortadas, mediante a referência do tempo presente da narrativa.

Ao partir da história de vida como metodologia deste percurso investigativo, vale salientar que ela se baseia em narrativas orais dos colaboradores que relatam suas experiências, valores, credences, fatos e acontecimentos da vida privada e pública e, com isso,

Através da narrativa de uma história de vida, se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, da sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Há histórias de vida mais ou menos ricas, mais completas ou mais fragmentadas (LANG, 1996, p.34).

Assim, a partir da proposta de apreender a riqueza das histórias de vida das colaboradoras, delimitou-se como instrumento para a pesquisa de campo as

entrevistas abertas ou também chamadas de “livres”, que foram gravadas, transcritas e, posteriormente, analisadas.

A técnica da entrevista é incorporada pela história oral como processo dialógico e como instrumento que objetiva capturar expressões do real pela via da documentação oral, ou seja, da linguagem verbalizada pelos sujeitos partícipes do conhecimento produzido. Sendo assim,

A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se fonte oral. A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.14).

Não obstante, as pesquisas que adotam os procedimentos metodológicos da história oral se respaldam na apreensão de uma realidade situada, com suas temporalidades, transitoriedades e com sujeitos vivos, pois “O espaço e o tempo da história oral, [...], são o ‘aqui’ e o ‘agora’, e o produto é um documento” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.15).

Ademais, “A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*” (THOMPSON, 2002, p.137, grifo do autor).

Nessa perspectiva, quanto aos critérios de escolha das colaboradoras, houve uma preocupação em enfatizar o significado das experiências de algumas mulheres trabalhadoras do ramo da confecção que estão situadas em um determinado espaço e que compartilham vivências em um cenário marcado por uma conjuntura econômica, social, política e cultural. Com isso, todas as mulheres entrevistadas trouxeram para a pesquisa suas versões acerca de um contexto social.⁴

Ao compreender esse arcabouço metodológico, a presente pesquisa buscou atender as prerrogativas na condução da atividade investigativa, realizando as entrevistas com 10 (dez) colaboradoras, mulheres trabalhadoras do setor da confecção, que se disponibilizaram a participar da construção deste conhecimento. As entrevistas foram realizadas nas residências dessas mulheres, conforme decisão das mesmas, o que permitiu fluidez dos relatos, sendo muitos deles duradouros.

Seguindo os preceitos éticos da pesquisa que resguarda o anonimato dos entrevistados, serão mencionados nomes fictícios das colaboradoras partícipes

⁴ Alberti (2005, p.36) atesta que “[...] a escolha dos entrevistados de uma pesquisa de história oral segue critérios qualitativos, e não quantitativos”.

deste processo de conhecimento. Por ter em mente que em um trabalho baseado na metodologia da história oral que enfatiza as vozes *silenciadas e excluídas socialmente*, foi estabelecido nomeá-las com nomes compostos iniciados por “Maria”, como forma de identificação.

Assim, torna-se elementar trazer para a cena acadêmica as narrativas e a visibilidade dessas personagens, como componente legitimador de uma identidade, pois conforme Lang (1996, p.36),

É no indivíduo que a História Oral encontra sua fonte de dados, mas sua referência não se esgota nele, dado que aponta para a sociedade. O indivíduo que conta sua história, ou dá seu relato de vida não constitui ele próprio o objeto de estudo; a narrativa constitui a matéria prima para o conhecimento sociológico que busca, através do indivíduo e da realidade por ele vivida, apreender as relações sociais em que se insere em sua dinâmica.

A autora acrescenta que “A versão do indivíduo tem portanto um conteúdo marcado pelo coletivo” (LANG, 1996, p.45) e também conforme Meihy e Holanda (2007, p.28), “[...] a história oral é sempre social. Social, sobretudo porque o indivíduo só se explica na vida comunitária.”

Metodologias pautadas em histórias de vida têm sido adotadas e centradas em estudos que abordam sujeitos silenciados ao longo da história e, por isso, em sua maioria, enfatizam as mulheres, os negros, os homossexuais, os imigrantes, dentre outros.

Por ser a história oral uma via metodológica que objetiva narrar histórias e experiências de segmentos condenados ao anonimato e enfatizar a “história vinda de baixo”, procurou-se, na pesquisa, priorizar as experiências das mulheres da confecção tendo em vista as transformações engendradas no mundo do trabalho e as relações de gênero presentes na sociedade em um determinado contexto.

Vale considerar que a pesquisa com as experiências e trajetórias dos sujeitos possibilita a compreensão de ser e estar no mundo no plano individual, mas também em relação com os processos sociais, econômicos e políticos em sua amplitude.

É importante destacar que a história oral se torna um arcabouço para a apreensão da realidade de suma importância para o Serviço Social, tendo em vista que esse campo de conhecimento tem como uma de suas preocupações as experiências e histórias de vida da população demandatária dos serviços prestados pelos profissionais da área. Assim, se busca no cotidiano de trabalho do assistente social compreender a realidade e a temporalidade em que os sujeitos estão situados

e, por isso, com as histórias de vida é possível articular experiências vividas, concretas e cotidianas de sujeitos individuais com questões genéricas que envolvem as relações humanas e, assim, compreender as refrações da questão social.

O campo de conhecimento investigativo e interventivo do Serviço Social se circunscreve nas manifestações da questão social e nos seus desdobramentos na cena contemporânea. Nesse prisma, o Serviço Social tem adotado uma perspectiva de problematizar e considerar algumas discussões, tais como o mundo do trabalho e as relações de gênero. O debate acerca dessas temáticas colabora para a reflexão teórica, a realização de pesquisas e a qualificação do trabalho profissional.

Além do mais, no Serviço Social, a discussão sobre as relações de gênero se faz necessária no sentido que a profissão é, predominantemente, feminina e, nos últimos tempos, as políticas sociais, entendidas como campo de atuação do assistente social, têm focado o sujeito feminino no acesso aos direitos sociais.

Por isso, os assistentes sociais devem se empenhar em compreender as experiências e vivências da população que demanda seus serviços, para a apreensão da realidade e leitura das contradições e situações de classe, etnia e gênero. Assim, é necessário buscar apreender como homens e mulheres atribuem significados à sua existência e como criam estratégias de sobrevivência e resistência num sistema marcado pela lógica imperativa de *desumanização do ser* em detrimento da valorização dos bens e riqueza.

Contudo, pensar a pesquisa e a produção do conhecimento no campo das Ciências Humanas e Sociais e, considerando as especificidades do Serviço Social, requer se aproximar dos sujeitos sociais e estabelecer as relações destes com os processos sociais, políticos, culturais, simbólicos, religiosos e econômicos para construir possibilidades de ação. Assim, se faz necessário, para não cair em falsas abstrações, atribuir historicidade aos processos sociais, ou seja, partir do *devir histórico* dos atores sociais, compreendendo o real como síntese de múltiplas determinações antagônicas, permeadas de rupturas e continuidades.

O que pode ser destacado é que ao longo do seu processo de maturação intelectual, o Serviço Social tem contribuído de forma significativa para a construção do conhecimento no campo das Ciências Sociais e buscado estratégias de enfrentamento das refrações da questão social a partir de uma fundamentação teórica e metodológica consistente, diante do incentivo de pesquisas na área e pelo vínculo orgânico entre investigação e intervenção.

Não obstante, uma das características peculiares na produção do conhecimento em Serviço Social é a centralidade dos sujeitos e suas relações sociais presentes nos diversos espaços da vida humana. A atuação profissional dos assistentes sociais possui como epicentro as ações direcionadas ao atendimento das demandas, que se expressam nas histórias de vida da população usuária dos serviços prestados pelas instituições nas quais o profissional está inserido.

Vale considerar que o público atendido pelos profissionais do Serviço Social é dotado de valores, experiências, singularidades, sentimentos, sonhos e expectativas e, para tanto, urge a necessidade de conhecê-lo, buscando desvelar o sentido que essa população atribui para sua realidade, sua vida, sua história e seu contexto.

Com isso, se torna elementar para os profissionais do Serviço Social conhecer os diversos aspectos que circundam a vida da população, seja no trabalho, nas relações familiares, nas organizações sociais e políticas, nas expressões culturais, na ausência de direitos, nas carências socioeconômicas, na exclusão territorial e educacional, dentre outros elementos que atravessam a história da humanidade e que refletem de forma exponencial na sociabilidade e agravam as manifestações da questão social.

Sendo assim, uma das contribuições da pesquisa para a área do Serviço Social é trazer à tona experiências e histórias de vida de sujeitos individuais e coletivos, como forma de se aproximar da realidade e, assim, possibilitar ações propositivas que atendam aos interesses efetivos da população.

Frente ao exposto, a presente pesquisa pretende se aproximar das mulheres trabalhadoras inseridas no ramo da confecção de Divinópolis, seja no espaço fabril ou domiciliar, privilegiando a dimensão qualitativa que tem ganhado terreno nos últimos decênios no campo das Ciências Humanas e Sociais, tendo em vista seu foco de abordagem, direcionado para as relações sociais e o comportamento humano.

Sobre a abordagem qualitativa, é importante sublinhar, conforme pontua Martinelli (1999, p.23-25), que nesse horizonte,

[...] a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos. Esse é fundamentalmente o motivo pelo qual se privilegia a narrativa oral. Não se trata, portanto, de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando. [...] No que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos [...].

Nessa perspectiva, é importante mencionar que a pesquisa qualitativa também considera a totalidade da vida social e sua abordagem não significa o menosprezo pela dimensão quantitativa, afinal os dados estatísticos contribuem para a instrumentalização do processo de construção do conhecimento. Sendo assim, conforme já apresenta Minayo (2000), as pesquisas qualitativas e quantitativas possuem natureza de complementaridade e não de oposição.

Portanto, o propósito dessa postura investigativa não é uma representatividade estatística do cenário esboçado, mas sim, compreender os significados dos diversos aspectos da realidade estudada sem perder de vista sua processualidade e dinamicidade.

Diante desse cenário se faz necessário conhecer fenômenos conjunturais que trouxeram reflexos para os diversos espaços territoriais, como é o caso de Divinópolis.

Com isso, objetiva-se analisar os impactos da reestruturação produtiva no setor da confecção sob o olhar das trabalhadoras formais e informais.

Para se alcançar o propósito desta investigação buscou-se também a aproximação com a referida realidade a partir de pesquisas nas bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Anuário Estatístico do município de Divinópolis realizado em 2005.⁵ Tal propósito consistiu em mapear o cenário socioeconômico daquela localidade, com ênfase para a situação da indústria da confecção local e do perfil e da caracterização das trabalhadoras dessa ramificação.

Após a apreensão da base de dados que retrata o cenário de Divinópolis sob o prisma do setor confeccionista, foram selecionadas para colaborar com a pesquisa, dez trabalhadoras que se encontram inseridas nessa atividade, sendo cinco delas ocupando o espaço fabril com regime formalizado/regulamentado de trabalho e cinco exercendo as atividades no espaço domiciliar, em suas oficinas, também conhecidas por facções, com formas de trabalho marcadas pela

⁵ Apesar do último Anuário do município ter sido realizado no ano de 2005, cabe ressaltar que alguns dados ainda são utilizados e relevantes na atualidade. Porém, diante de uma defasagem de alguns elementos apresentados, percebe-se ainda a dificuldade e a carência de algumas localidades no que tange ao investimento na pesquisa, tanto sob o ponto de vista econômico quanto cultural.

informalidade. O critério para a escolha das colaboradoras ocorreu de forma aleatória e, com isso, a intenção se pautou em conhecer suas experiências, vivências e cotidiano de trabalho e de vida pelo percurso da metodologia da história oral, tendo como ênfase o significado que estas mulheres imprimem para suas histórias.⁶

Nesse aspecto, Martinelli (1999, p.23-24) elucida que,

Como não estamos procurando medidas estatísticas, mas sim tratando de nos aproximar de significados, de vivências, [...], temos a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos com os quais vamos realizar nossa pesquisa. [...] trabalhamos com a concepção de sujeito coletivo, no sentido de que aquela pessoa que está sendo convidada para participar da pesquisa tem uma referência grupal, expressando de forma típica o conjunto de vivências de seu grupo. O importante, nesse contexto, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa.

Mesmo que o número de colaboradoras seja restrito para analisar uma realidade tão complexa, é possível situar a dinâmica estabelecida em uma determinada conjuntura local para compreender como se processam tais situações em outros contextos. Por isso, é possível traçar análises por meio de uma relação entre as singularidades e a genericidade, seguindo inclusive as orientações da história oral, que compreende as esferas singulares, sem perder de vista uma análise da sociedade em sua totalidade. Nessa perspectiva, é possível retratar processos generalizados por meio de recortes que considere os aspectos locais, regionais, políticos, econômicos, simbólicos, religiosos e culturais compreendendo a trama das relações sociais em que se configuram as nuances da complexidade e diversidade do real.

Por fim, após a contextualização do percurso metodológico e dos principais eixos analíticos que serão abordados neste estudo, cabe apresentar de forma sintética os elementos centrais constituintes dos capítulos que compõem a construção desse conhecimento. A estruturação da tese dividir-se-á em duas partes

⁶ Tendo em vista a dificuldade de conseguir colaboradoras para participarem da pesquisa, inclusive em acessar os proprietários das indústrias de confecção em Divinópolis no que se refere à abertura dos espaços para realização de entrevistas, o meio utilizado mais viável foi o contato com pessoas que conheciam tais trabalhadoras e fizeram indicações. Assim, os pesquisadores contaram com a prestatividade de duas alunas do curso de Serviço Social da Fundação Educacional de Divinópolis (FUNEDI) que disponibilizaram o contato de onze trabalhadoras, sendo seis delas trabalhadoras fabris com regime de trabalho formalizado e cumprindo as prerrogativas legais e cinco informais que possuíam facções em seus domicílios. No decorrer da realização das entrevistas, uma das trabalhadoras, que exercia suas atividades na fábrica fez contato com o pesquisador alegando que não poderia mais participar deste processo, tendo em vista que o cônjuge não teria permitido. Portanto, participaram como colaboradoras do processo investigativo dez trabalhadoras.

relacionadas entre si, pois o intuito do trabalho não é fazer uma distinção de prioridades entre as partes, mas enfatizar no primeiro momento as histórias de vida das trabalhadoras da confecção em paralelo a uma abordagem conceitual do tema proposto como forma de atender aos requisitos da história oral, ou seja, dar evidência às *vozes silenciadas*. Já no segundo momento pretende-se retratar o cenário da pesquisa, com ênfase para a configuração do setor da confecção no município de Divinópolis no cerne da reestruturação produtiva.

Assim, a primeira parte, que tem como tema “TRABALHO, GÊNERO E QUESTÃO SOCIAL: UM DIÁLOGO COM AS COLABORADORAS” se divide em dois capítulos em que serão abordados assuntos concernentes ao mundo do trabalho no contexto da mundialização do capital e as análises acerca das relações sociais de gênero presentes na sociedade, fazendo uma relação dessas expressões com a questão social, objeto de intervenção e investigação do Serviço Social. Vale destacar que a ênfase foi estabelecer um diálogo com as trabalhadoras partícipes da pesquisa a partir dos assuntos abordados.

Nessa primeira parte, a intencionalidade é apresentar, em especial no capítulo 1, intitulado: PELOS MEANDROS DA HISTÓRIA ORAL: NARRATIVAS E COTIDIANO DAS MULHERES DA CONFECÇÃO a relevância e a opção pela metodologia da história oral na construção do conhecimento, trazendo à tona discussões acerca de sua importância e contribuição para as diversas áreas do saber, e apresentando as narrativas das mulheres que colaboraram para a materialização deste estudo. No primeiro capítulo, as narrativas das colaboradoras são evidenciadas de forma a trazer para o campo do conhecimento a relevância das experiências cotidianas de personagens que até então vivem e sobrevivem no anonimato.

Dentre os assuntos abordados está o cotidiano, tendo em vista que é nessa esfera que as trabalhadoras criam e recriam suas histórias de vida e imprimem sentido para suas relações sociais. Outros eixos discutidos são os conceitos sobre trabalho e gênero sob a ótica de alguns autores do campo das Ciências Humanas e Sociais, além de apresentar com base nas fontes narrativas o significado do trabalho e a compreensão da dinâmica das relações de gênero para as trabalhadoras que colaboraram para a constituição deste trabalho. No mais, diante dos relatos apresentados, verifica-se que a atividade da costura realizada pelas mulheres está muitas vezes associada à vocação e não a um trabalho profissional, pois em muitos

casos tal aprendizado ocorre no espaço doméstico e é passado pelas gerações familiares devido à naturalização deste atributo.

Dando prosseguimento ao assunto proposto, com enfoque nas condições de vida, trabalho e estratégias de sobrevivência das mulheres trabalhadoras, nesta primeira parte, em especial no capítulo 2, denominado: “RESSONÂNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO SOB A REGÊNCIA DO CAPITAL” serão discutidos alguns temas relacionados à atual conjuntura do mundo do trabalho, caracterizada pela acumulação flexível e por tempos sociais precarizados que intensificaram a inserção feminina na esfera produtiva, porém ainda sob a preservação da desigualdade sustentada nas relações de gênero. Neste capítulo serão realizadas análises sobre a divisão social e sexual do trabalho e os rebatimentos ocorridos no mundo do trabalho frente ao processo de reestruturação produtiva e adoção ao projeto neoliberal que trouxeram implicações substantivas para o conjunto dos trabalhadores, e diante de tal quadro, as mulheres participantes da pesquisa criam inúmeras estratégias de sobrevivência para satisfazer suas necessidades humanas.

Já na segunda parte, “UM OLHAR SOBRE O UNIVERSO DA PESQUISA” constituída pelo capítulo 3, denominado “A INDÚSTRIA DA CONFECÇÃO: LINEAMENTOS HISTÓRICOS E SUA CONFIGURAÇÃO” objetivou-se, em linhas gerais, apresentar ao leitor um panorama da indústria da confecção no Brasil e no município de Divinópolis, situado no Estado de Minas Gerais, para que houvesse uma compreensão desse setor econômico e aproximação do que foi sugerido. Por isso, foram esboçados elementos históricos desse ramo industrial ao longo do tempo e alguns dados estatísticos para situar a relevância desta atividade para a economia nacional, regional e local. Também foi contextualizado o processo de reestruturação produtiva no ramo têxtil e na indústria da confecção/vestuário, tendo em vista as repercussões de tal fenômeno para esse espaço produtivo, além de apresentar a notável presença feminina nessa cadeia produtiva.

Em síntese, diante do apresentado e do conteúdo expresso nas páginas posteriores, espera-se que este processo investigativo traga contribuições para o acervo do Serviço Social e demais áreas afins das Ciências Sociais e possa suscitar algumas reflexões sobre a temática.

PRIMEIRA PARTE

TRABALHO, GÊNERO E QUESTÃO SOCIAL: UM DIÁLOGO COM AS COLABORADORAS

CAPÍTULO 1 PELOS MEANDROS DA HISTÓRIA ORAL: NARRATIVAS E COTIDIANO DAS MULHERES DA CONFECÇÃO

O mundo do trabalho e as relações sociais de gênero circunscritas em *tempos precarizados* são elementos norteadores deste percurso investigativo que demarca como locus analítico a indústria da confecção no município de Divinópolis, sem perder de vista sua interação amplificada com a dinamicidade de uma conjuntura política, econômica, ideológica e sociocultural presente no *modus operandi* da estrutura organizacional da produção na contemporaneidade.

A partir desse horizonte, situar o universo da confecção como eixo de abordagem requer um olhar acerca dos contornos da organização produtiva nesse setor econômico, caracterizado pela divisão social e sexual do trabalho com visível presença do contingente feminino nas diversas fases da atividade confeccionista, sobretudo na etapa a qual este estudo enfatiza – a costura.

Desse modo, sabendo do predomínio de mulheres nesse ramo produtivo, tal pesquisa objetiva compreender, por meio da metodologia da história oral, as condições de vida, de trabalho, as estratégias de sobrevivência e o cotidiano das trabalhadoras da confecção.

Sob esse prisma, a história oral, compreendida como um procedimento metodológico interdisciplinar, ou seja, como um caminho para a construção de saberes, que abarca tanto uma dimensão teórica quanto uma dimensão técnica, tem tido uma expansão significativa, no Brasil, nos últimos decênios. No mais, de acordo com Meihy e Holanda (2007, p.64), a “História oral é um processo de registro de experiências que se organizam em projetos que visam a formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social”.

Os autores acrescentam que o principal fundamento da história oral se constitui em uma dimensão social que abarca a memória coletiva e a identidade social (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.131) e, nessa linha de raciocínio, Delgado (2006,

p.9) ressalta que “[...] a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente.” No mais, a autora prossegue afirmando que a memória engloba tanto as dimensões individuais quanto coletivas e traz as marcas da lembrança e do esquecimento.

Portanto, a memória passa a se constituir como fundamento de processos identitários, referindo-se a culturas, comportamentos e hábitos coletivos, uma vez que o relembrar individual – especialmente aquele orientado por uma perspectiva histórica – relaciona-se à inserção social e também histórica de cada depoente (DELGADO, 2006, p.46).

Sendo assim, os atores sociais, no tempo e no espaço, reconstituem, pelo crivo da memória, o seu ser e estar no mundo como indivíduos situados e representantes de uma coletividade, perpassada pela questão identitária que transita entre o reconhecimento de similitudes e diferenças.⁷ Nessa lógica, se observa que o ser social é singular e genérico, membro de uma coletividade em que compartilha experiências, credences, valores, desejos, ideologias, dentre outros, pois, “O ser humano tem múltiplas raízes: familiares, étnicas, regionais, nacionais, religiosas, partidárias, ideológicas, culturais. Sua vida é uma totalidade, na qual processos diversificados conformam a dinâmica do viver” (DELGADO, 2006, p.51).

Com base em Ferreira e Amado (2006), a partir da introdução de abordagens sobre memória, identidades e subjetividades, em especial após a década de 1980, a produção científica passa a valorizar a pesquisa qualitativa e, assim, dar importância às experiências individuais tendo em vista que as narrativas pessoais podem transmitir uma experiência coletiva e representar uma concepção de mundo. O que pode ser apreendido, como afirma Bourdieu (2006, p.185) é que ao mesmo tempo em que a experiência comum da vida é tida como unidade, também é entendida como totalidade.⁸

A partir disso, advém a contribuição da história oral na produção do conhecimento que se caracteriza, em especial, pela atenção aos *grupos silenciados e excluídos socialmente*, priorizando suas raízes, seu cotidiano, a

⁷ Nesse aspecto, Delgado (2006, p.61) argumenta que “[...] as identidades podem ser renováveis e, na maior parte das vezes, encontram-se demarcadas pelo reconhecimento e pela constatação das diferenças. As identidades são representações coletivas contextualizadas e relativas a povos, comunidades, pessoas, já que a humanidade não é genérica nem caracterizada por universalismo abstrato [...] Não há identidade sem alteridade, sem comparação.”

⁸ Bourdieu (2006, p.184) pondera que “[...] a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto [...]”

vida privada e suas territorialidades e, desse modo, “[...] procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais” (LOZANO, 2006, p.16).

Além disso, o autor pontua que “Fazer história oral significa, [...], produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’”(LOZANO, 2006, p.17).

No mais, pode-se compreender a história oral como procedimento metodológico que, [...] rompe com silêncios provenientes do cotidiano, do fazer anônimo, relevando acontecimentos, experiências e mentalidade que não se encontram nos documentos escritos e nas versões oficiais da historiografia (JANOTTI, 1996, p.60).

Diante desse esboço e seguindo os propósitos do respectivo estudo que se orienta nas narrativas das trabalhadoras da confecção, vale ressaltar que pensar o cotidiano das mulheres, a partir de suas experiências, requer um mergulho pela história oral de vida desse segmento, pois,

Até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada. [...] toda uma série de estudos sobre as mulheres no trabalho – no campo, nas fábricas, no serviço doméstico, na guerra, na fronteira – e também, ainda que com menos frequência, em casa e na família. O descaso total por esse campo faz com que entrar nele cause a emoção de uma viagem de descoberta (THOMPSON, 2002, p.134).

Portanto, a partir desse cenário, torna-se necessário contextualizar a realidade das trabalhadoras da confecção, inseridas no espaço fabril e no trabalho domiciliar, situada em uma temporalidade marcada pela precarização das relações sociais e do trabalho. De acordo com essa premissa, tal realidade é cerceada de rupturas, permanências, objetividade, subjetividade, num constante *devir* histórico.

Ao relatar suas histórias de vida, as colaboradoras desta produção científica definem seu lugar na sociedade e a forma com que estabelecem suas relações sociais.

A decisão de enfatizar a mulher trabalhadora neste estudo condiz com a presença maciça desse segmento no setor pesquisado, a confecção, sendo o contingente feminino significativo tanto na esfera fabril, ou seja, no espaço

interno das indústrias, quanto no trabalho domiciliar, marcado pela informalidade e precariedade.⁹

Destarte, a partir das narrativas respaldadas nas histórias de vida das entrevistadas, pôde-se constatar que a maioria dessas mulheres possui elementos em comum como, por exemplo, terem vivido, em muitos casos, processos migratórios diante das precárias condições de vida nos seus locais de origem e a busca por outros territórios objetivando melhorias na satisfação de suas necessidades vitais e perspectivas de trabalho.

Isso pode ser observado na fala da maioria das costureiras partícipes da pesquisa:

Eu nasci em Contagem e minha mãe fala que viemos pra Divinópolis por questão financeira, porque na época minha vó morreu. A gente veio, morou na roça um ano e depois de lá a gente veio para Divinópolis porque meu pai arrumou um bar aqui. Meu avô comprou um bar pra ele aqui e ele veio trabalhar aqui e nós ficamos na roça. Aí nós ficamos lá um ano sem meu pai, depois nós pegamos e viemos pra Divinópolis, mais por questão de escola porque na roça é mais difícil. Aí por isso, por questão mais financeira mesmo, porque em Belo Horizonte a gente pagava, aqui também a gente pagou aluguel até um certo tempo pra trás agora, mas lá o aluguel era mais caro e o salário era bem menor do que o daqui né. Então as condições de vida lá era bem piores (MARIA DE LOURDES, 30 anos, solteira, costureira a domicílio/faccionista).

Eu sou de Goiás e quando mudei pra cá eu tinha uns 7 anos. Eu morava com minha avó e depois eu fui morar com minha mãe, ela já morava aqui né. Nasci em Goiás, aí de lá de Goiás, aí eu fiquei lá até 7 anos, mais ou menos e depois minha mãe veio embora pra cá e eu fiquei lá com minha avó. Só vim morar, é porque minha mãe na época ela... Minha mãe também é costureira, aí ela trabalhava, aí não tinha assim, pagava aluguel, era mais difícil né, aí depois quando ela ficou estabilizada um pouquinho aí que ela teve condições de buscar nós. Era eu e meu irmão, aí a gente veio.

⁹ As entrevistas, que envolveram 10 (dez) colaboradoras, sendo 5 (cinco) delas trabalhadoras formais inseridas nas indústrias da confecção e 5 (cinco) no trabalho domiciliar, foram realizadas nas residências destas trabalhadoras e ocorreram no decorrer do ano de 2009. Tais entrevistas tiveram tempos variáveis de duração, entre 1 (uma) hora a 5 (cinco) horas e partiram de questões abertas tendo como eixos enfatizados as condições de vida, trabalho, dinâmica familiar, concepção de gênero, relações sociais cotidianas, lazer, acesso aos serviços sociais, organização política e estratégias de sobrevivência de forma a garantir uma apresentação minuciosa, porém nunca satisfatória e totalizante, das histórias de vida dessas mulheres, pois, o conhecimento científico, por mais que busque abarcar a totalidade de aspectos da vida social, será sempre aproximativo. Dentre as 10 (dez) entrevistadas estão as costureiras que exercem suas atividades no espaço domiciliar sob a forma de trabalho informal: Maria Auxiliadora, Maria de Lourdes, Maria das Dores, Maria das Graças e Maria da Conceição, e as costureiras inseridas nas indústrias da confecção de Divinópolis que possuem vínculo empregatício: Maria do Carmo, Maria de Fátima, Maria Madalena, Maria do Socorro e Maria Aparecida. É importante explicitar que nesta realidade, as trabalhadoras domiciliares também são chamadas de faccionistas, pois em geral, elas montam seu ambiente de trabalho em um espaço da casa onde realizam suas atividades produtivas e assim denominam este de facção. Vale ressaltar que os nomes atribuídos às colaboradoras são fictícios, como forma de manter o sigilo e garantir a ética na pesquisa.

(MARIA DA CONCEIÇÃO, 29 anos, solteira, costureira a domicílio/faccionista).

Nasci em Camanducaia e quando vim pra cá eu tinha dezessete anos. Vim com a família. Meu pai e mãe que vieram por causa do trabalho mesmo, procurar algo melhor, como se diz, porque meu pai vendeu um comércio que ele tinha lá e comprou outro aqui. Então a gente teve que acompanhar ele (MARIA DO CARMO, 34 anos, separada, costureira fabril).

Minha mãe fala que nem existe mais a cidade que eu nasci, porque era um nome e agora já é outro, que eu nem lembro mais, mas eu acho que é perto de Governador Valadares. Daí a gente mudou. Meu pai era circense, a gente mudou pra Vitória, uma cidade maior, tal, meus irmãos ainda era todos solteiros, só que a gente ficou morando lá até meus dezoito anos. Só que tava ficando muito perigoso, tava matando demais e nisso eu tinha uma irmã casada que morava em São Gonçalo do Pará. Ela falou: pai vem pra cá, aqui não tem brigas, o índice de mortalidade é pouco, aí a gente foi pra São Gonçalo, só que lá tava muito ruim pra emprego, não tinha emprego, a gente trabalhava no Alto Serrana numa padaria, e tava ficando difícil pra estudar. Aí a gente veio pra Divinópolis por causa disso. Aí agora aqui em Divinópolis já faz 8 anos, que a gente veio pra cá (MARIA APARECIDA, 34 anos, casada, costureira fabril).

A gente veio de Contagem porque minha mãe dizia que lá a gente passava muita dificuldade e que vindo pra cá a vida seria mais fácil (MARIA DAS DORES, 25 anos, solteira, costureira a domicílio/faccionista).

Eu sou de Campo Alegre, perto de São Gonçalo. Mas eu fui registrada em Igaratinga, que era Igaratinga e São Gonçalo, lá em casa tem uns que foi em São Gonçalo, outros em Igaratinga, eu fui em Igaratinga. Eu vim para Divinópolis em 86 porque minha mãe faleceu, aí fiquei sozinha, não tinha ninguém, porque nós morava nós duas, tinha um plano. Aí depois que ela faleceu que eu vim embora. Vim morar com minha irmã, aí depois que eu fiz esse cantinho... (MARIA DAS GRAÇAS, 56 anos, solteira, costureira a domicílio/faccionista).

Eu tinha sete anos quando mudei pra Divinópolis. A gente morava numa cidade muito pequena e meu pai começou a beber muito e ele perdeu o emprego. Então minha mãe achou melhor a gente mudar da cidade para conseguir um emprego pra ela, pra gente né, pra vê se meu pai melhorava, ou se ele consertava né. A nossa esperança era vê ele parar de beber. Por isso que a gente veio pra cá. Na realidade eu sou filha adotiva dessa família, eu não sou filha. Minha mãe mora em Dorés e minha família mesmo morava em Luz. Eu nasci em Dorés e com seis meses eu fui pra essa família, morar com essa família que é minha mãe adotiva em Luz. Aí de Luz a gente veio pra cá, pra Divinópolis (MARIA DE FÁTIMA, 31 anos, casada, costureira fabril).

Nasci em Piracema e minha família era muito pobre, era uma situação difícil. Meu pai trabalhava na roça, roçando milho, arroz, e minha mãe também trabalhava na roça (MARIA DO SOCORRO, 35 anos, separada, costureira fabril).

Com base nos relatos acima, constata-se que a maioria das colaboradoras entrevistadas não são naturais de Divinópolis e migraram, juntamente com seus familiares, em busca de mobilidade social e de projetos de vida a partir da inserção no mundo do trabalho. Dentre as entrevistadas, somente duas nasceram no

município. Outro aspecto importante de se apresentar é o estado civil dessas trabalhadoras, sendo bem diversificado, pois há mulheres solteiras, casadas e separadas, o que demonstra a inserção de todas elas na estrutura produtiva.

Também pôde ser apreendido, com base em tais relatos, que essas mulheres vivenciaram fases de privações e dificuldades financeiras em diversos períodos da vida, perpassadas pela infância, adolescência e fase adulta. Outros fatores também são abordados pelas entrevistadas, como é o caso da costureira Maria de Fátima, que relata o histórico de alcoolismo de seu pai.

A partir da vivência dessas situações de miserabilidade no contexto familiar, esses grupos buscaram, por meio de processos migratórios, melhores condições de vida e de trabalho. Isso é perceptível nas falas das costureiras que retratam alguns períodos marcantes de dificuldades econômicas.

Teve um período que foi muito bom, sabe, foi quando meu pai era vendedor, e a minha mãe trabalhava em fábrica, ganhava bem, aí depois meu pai nunca teve cabeça né, então as coisas assim piorou, sabe, foi quando a gente mudou pra cá. Minha mãe resolveu construir, foi assim, teve uma época boa, mas teve época ruim também (MARIA DAS DORES).

Uai, a vida nossa quando eu era menina era fraca, precária, não era assim uma coisa... era na roça, mas tinha assim as coisas de comer, como se diz, não tinha um luxo, não tinha as coisas. Não passava necessidade, assim, pra comer não, mas de vesti, assim, não tinha essas coisas que tem hoje, era mais ou menos isso (MARIA DA CONCEIÇÃO).

Uai minha mãe sempre trabalhou muito pra não passar falta de nada. Então assim em termos financeiros, eu era bem estruturada, sabe, tinha assim, o que queria, não faltava nada, era só eu, porque sou filha única. Minha mãe falava sempre assim, teve só eu de filha pra não passar trabalho nenhum, então, não era rico, mas nem era... mais ou menos né (MARIA MADALENA, 33 anos, casada, costureira fabril).

Nossa vida não era das piores, era na roça. Muita criação de porco, muita galinha (MARIA DAS GRAÇAS).

Eram bem precárias, assim a gente passou muita dificuldade, assim quando a gente veio pra roça até que assim plantava né, então plantava, colhia, assim verduras essas coisas. A gente passou menos dificuldade, mas em Belo Horizonte, a gente assim, igual minha mãe mesmo conta tinha dia que igual ela tinha as duas meninas pequenas era dois litros de leite pra cada quase cinco dias. Então ela tinha que desdobrar um pouco até na água porque não tinha, ou não tinha outro dinheiro pra comprar, né. As duas eram pequenas eu ia pra escola. A escola era muito longe, não tinha quem olhasse as meninas e minha mãe tinha que levar todas as duas nos braços, todas as duas eram de colo, que elas são diferentes muito pouco, acho que só de um ano da outra. Então assim, a gente passou muita dificuldade, tanto é que eu detesto Belo Horizonte, não gosto de lá nem a passeio. Me marcou muito isso, sabe, a dificuldade que a gente passou, vontade que a gente as vezes saía e tinha de comer as coisas, não tinha dinheiro pra comprar, isso me marcou muito. Pão de sal é uma coisa tão boba né, hoje eu tenho condição de chegar lá na padaria e mandar entregar um caminhão de pão de sal se eu quiser. Eu não quero,

mas é porque lá eu tinha muita vontade de comer e não tinha, então... Meu pai trabalhava, era dono de um bar dentro do Mercado Central, aí meu pai toda vida foi sem cabeça né, perdeu, vendeu o bar lá, acabou com o dinheiro e foi trabalhar de empregado no bar que era dele. Aí depois ele foi só trabalhando de empregado. Igual, hoje se o meu pai tivesse esse bar lá só o ponto dele vale 500.000 mil. Então assim, até pouco tempo eu fui lá no Mercado Central e fui lá onde que era o bar do meu pai e todo mundo lembra dele até hoje, gosta muito dele, mas ele foi muito sem cabeça na época né. Que quando a gente é novo se você não souber segurar você acha que vai ganhar dinheiro a vida toda. Então se você ganha bem, você acha que vai ser pra vida inteira, aí você esbanja só que a idade chega né? (MARIA DE LOURDES).

Nesse meio tempo da minha infância, eu esqueci de falar, a gente morou dois anos em Rondônia, nas terras dos meus avós maternos, aí essa época foi difícil estudar, porque a fazenda do meu avô era dentro do mato e a gente tinha que andar três quilômetros dentro do mato para ir pra escola e era a pé, todo dia. E era aqueles bancos cumpridos, onde sentava um monte de gente, a merenda eu lembro direitinho, era almôndega enlatada, quando o Estado mandava, quando não, por ser roça lá, a professora cozinhava abóbora doce e punha leite naquele trem pra gente comer, era assim. Mas não deixava de ter boas notas, a gente gostava daquele mundinho ali, assim, acho que foi a época mais difícil da minha vida, mas no entanto a gente lutava, tentava dar o melhor da gente. Mas depois na adolescência tava pior, tava pior porque um pouco dos irmãos já tinha casado, os mais velhos, no caso, e meu pai tinha adoecido, minha mãe também estava doente. Meu pai tava doente com vários AVC que deu um atrás do outro e minha mãe tinha uma úlcera no estômago que tudo que ela alimentava não parava no estômago. Então ela foi emagrecendo e ficou eu e dois irmãos mais novos trabalhando nesta época. E todo nosso dinheiro foi só pra remédio. Aí isso dificultou na fase da adolescência. (MARIA APARECIDA).

Minha vida escolar era difícil. Estudava de manhã e ia pra roça a tarde ajudar o pai a roçar arroz, feijão. Eu parei de estudar aos 9 anos. Voltei a estudar com 22 anos e da 7ª até segundo grau eu fiz o acertando o passo (MARIA DO SOCORRO).

Aí depois que a gente veio pra Divinópolis, até eu ficar mais velha a gente passou um bom pedaço, não vou te negar não, a gente passou muita dificuldade mesmo, até financeira mesmo, porque era só minha mãe, a gente não tinha como trabalhar porque a gente era muito novo, não tinha como nós trabalhar pra ajudar ela. Aí depois quando a gente foi ficando mais velha, com doze anos eu comecei a trabalhar de empregada doméstica, a minha outra irmã também, aí a gente foi trabalhando. Só que também eu casei muito nova. Com dezesseis anos eu tava casando, então como se diz eu vivi assim dos sete até os dezesseis anos, eu vivi um pedacinho mais difícil, depois eu casei, então eu fiquei casada dezessete anos. Aí até nesse pedaço foi bom. A gente talvez tem que passar as dificuldades pra gente dar valor na vida. Mas que a gente passou muita dificuldade, nós passa, sabe, quando a gente veio pra cá (MARIA DE FÁTIMA).

É possível observar no íterim das experiências narradas pelas mulheres, colaboradoras do respectivo estudo, alguns elementos em comum que circundam suas vidas, como as dificuldades para atender as necessidades de sobrevivência e, inclusive, a inserção desde a infância no mundo do trabalho como alternativa de

contribuir para o sustento familiar. Tal fato é constatado nas narrativas de Maria Auxiliadora, Maria das Graças e Maria do Carmo a seguir:

Eu sempre trabalhei desde os 11 anos, eu sempre tinha o meu dinheirinho e ajudava minha mãe. Ajudava a controlar o dinheiro também, o que é melhor pra você comprar, porque muita coisa você compra se tiver dinheiro disponível. Nesse sentido, de estar ajudando com as despesas. Isso aí eu não descuido até hoje. Eu Graças a Deus apesar de ter 39 anos, eu prefiro ter uma opinião dos meus pais, sobre meus gastos (MARIA AUXILIADORA, 39 anos, solteira, costureira a domicílio/faccionista).

A gente morou na roça a vida inteira, né. Eu vim pra cá, eu já tava velha já. Não tinha escola, nem nada. E os pais também não incentivaram os estudos não. Mesmo se a pessoa buscasse na roça querendo estudar o filho, o pai não deixava, tinha que trabalhar. Eu já pensei em voltar a estudar. Ah, mas agora depois de velha... É que eu vi na televisão aquelas mulheres de 71 anos, tá estudando, aprendendo escrever o nome (MARIA DAS GRAÇAS).

Era muito bom, a gente tem saudade da roça, quando a gente morava lá por causa da infância da gente, que era totalmente diferente da infância dos meninos de hoje. Era uma vida boa, era muita fartura, era bem farturento assim, era uma situação financeira média. Mas na minha adolescência piorou, foi quando teve a separação dos meus pais, aí foi uma fase mais difícil. Eu e meu irmão mais velho teve que trabalhar pra ajudar nas despesas da família (MARIA DO CARMO).

Os diversos períodos da história de vida que estão imbricados no cotidiano das mulheres demonstram fatores significativos na trajetória dessas trabalhadoras como, por exemplo, a dinâmica escolar, a gravidez na adolescência, dentre outros quesitos que podem ser observados por meio dos relatos.

Frequentei até oitava série e saí de bobeira. Fiquei grávida da Letícia. Foi a gravidez, aí logo em seguida casei. Porque eu parei a quarta série com dez anos e voltei a estudar com dezessete anos porque eu morava na roça. Então quando a gente veio pra cá que eu comecei a estudar de novo. Vontade eu tinha de voltar de estudar. Quando eu falei que ia voltar, eu fiquei grávida da Maria Clara, e é difícil com criança pequena, a gente trabalha o dia todo (MARIA DO CARMO).

A fala de Maria do Carmo elucida uma sociedade sustentada por relações de gênero hierarquizadas em que as mulheres assumem as responsabilidades pelo cuidado com os filhos e com os demais afazeres domésticos e, por isso, são “obrigadas” a abandonar outros projetos como ocorre, por exemplo, com o abandono da vida escolar para cumprir seu papel social de mãe e esposa.

Outros relatos também evidenciam a mesma problemática, como se conclui abaixo.

Eu estudei até a sétima série e parei porque engravidei aos 18 anos. E não quero voltar a estudar porque eu não gosto de deixar meus meninos com os outros, então assim, pra você estudar você tem que ter horário, então

você depende de uma pessoa pra tá olhando, então por enquanto ainda não vou estudar (MARIA DA CONCEIÇÃO).

Quando eu tava na quinta série, eu comecei a namorar, aí só matava aula, aí eu parei de estudar e casei, casei grávida. Casei com dezesseis pra dezessete anos, aí que eu parei de estudar, por isso, motivo maior foi namoro na escola, não queria estudar, minha mãe falou é melhor você largar. Eu já pensei em voltar várias vezes já até peguei meu histórico na escola, só que por causa de trabalho, a gente chega tão cansada em casa, tem que fazer janta, aí a hora que eu penso, nossa senhora não vou não. Mas esse ano eu até tive muita vontade de voltar a estudar, mas desanimei demais, até tinha um negócio pra voltar a estudar aqui na escola pertinho, dois quarteirões daqui. Só que desanimei demais, cansaço mesmo, porque igual eu chego 20:00, 21:00 horas em casa, não tem hora pra você parar, então falei como que eu vou estudar, não tinha como. Agora esse ano, eu tinha pensado em voltar, mas assim na mesma hora que eu tenho vontade, eu não tenho; mas assim a vontade eu tenho, que eu tinha vontade de tirar até o primeiro ano, até pra você conseguir um emprego, pra conseguir alguma coisa, porque se você não tiver o estudo você não consegue o emprego. Mas a gente vai deixando passar e acaba que você relaxa. Eu tinha muita vontade de formar. Mas aí eu penso na minha idade porque eu tenho 38 anos, até eu tirar vou estar com 40 e tantos. Aí também não vou conseguir um emprego, porque com 40 e tantos é mais difícil conseguir emprego. Aí fica aquele preconceito, porque a pessoa acima dos 45 você não trabalha, então fica difícil, é mais complicado. Então eu penso que é bobagem eu voltar a estudar. Interessante é meus filhos estudar (MARIA DE FÁTIMA).

A costureira Maria de Fátima traz, em sua fala, algumas questões interessantes para serem problematizadas, tendo em vista o desligamento dos estudos em detrimento do casamento e da gravidez, o que já expressa sua posição feminina naturalizada na sociedade como mãe e esposa. Não obstante, aponta o desgaste e o cansaço com o trabalho mediante as exigências que são colocadas aos trabalhadores frente ao complexo de reestruturação produtiva e a lógica da produtividade, concorrência e lucro. Nesse contexto, justifica a dificuldade de conciliar uma atividade remunerada com os estudos e também ressalta a discriminação no mundo do trabalho com aqueles que possuem uma idade superior aos 40 (quarenta) anos, que muitas vezes são expulsos da produção por representarem um segmento “improdutivo” para o capital.

É importante considerar também a rede de sociabilidade construída pelas mulheres ao longo de suas trajetórias e, a partir de suas narrações, são apresentadas inúmeras variáveis e fatos que marcaram suas histórias de vida.

Eu não tinha muito convívio com outras crianças porque ficava mais em casa mesmo, não era de sair pra brincar. Na adolescência todos já trabalhavam pra ajudar no sustento da casa, pra ter o pão de cada dia porque a situação econômica era muito difícil. Eu tinha um bom relacionamento com as pessoas, mas não tinha muito contato com as pessoas não e uma coisa que me marcou muito foi a falta de brincadeira

durante a minha infância porque eu trabalhava demais (MARIA DO SOCORRO).

Eu tinha muitos amigos na infância, era muito bom o convívio, inclusive hoje eu sinto saudade das meninas. Umas foi pra Belo Horizonte, outras foi pra Pará de Minas, eu vim pra qui. A gente nem se vê mais, cada um foi seguindo seu rumo. Na faixa que eu tinha, por exemplo, 15, 16, 17 anos, nessa idade, as meninas foi cada um pro seu lado. A gente às vezes tinha uns namoradinhos, mas não dava trabalho pros pais. Nós foi criado assim, só do pai olhar, a gente já sabia o que tinha que fazer, não é igual hoje. Porque hoje, nossa Deus, a criação tá difícil (MARIA DAS GRAÇAS).

O nosso relacionamento assim, como família, no tempo que a gente morou em Luz, era muito bom, sabe. Até o meu pai, meu pai trabalhava na Nestlé, então meu pai resolveu a trabalhar lá. Até então, a gente vivia super bem, assim meu pai já tava empregado, minha mãe trabalhava, mas ela trabalhava menos, meu pai ganhava bem, ele passeava com a gente todo final de semana, a gente fazia piquenique, ia pescar. Sabe, eu tive uma infância boa, não posso reclamar, meu pai nunca me deu um tapa, minha mãe era mais brava, mas meu pai nunca foi assim; ele chamava atenção e a gente respeitava. Só teve esse problema que quando ele foi mandado embora da Nestlé, parece que ele desiludiu da vida, sabe, aí assim, ele não teve mais estímulo pra viver. Então foi onde minha mãe achou melhor a gente sair de Luz pra vir pra cá (MARIA DE FÁTIMA).

Eu sempre me relacionava muito bem com as pessoas e notas na escola, eu era sempre assim uma das primeiras, sabe, eu adorava ir, adoro até hoje, se eu pudesse, eu estava fazendo faculdade, hoje que não dá mais. Eu sempre gostei da escola, de fazer trabalho, de tudo. Com minhas amigas assim, eu era um pouco egoísta, na parte assim, de não deixar pegar meus brinquedos, disso eu era sempre egoísta. Eu ainda falo com elas, assim, porque as que eu tenho amizade até hoje, porque a gente tem uma grande amizade, eu falo: eu não sei como que vocês aguentavam brincar comigo, porque “tudo era meu” se brincava com uma bola e eu perdia, eu não deixava, agora eu vou levar o brinquedo embora, sabe, era sempre assim, brincava de pic, eu escondia só no mesmo lugar, mas se me achasse eu ia embora, e elas voltava pra trás. Nisso eu era terrível. E pra minha família eu nunca dei muito trabalho. Comecei namorar cedo, comecei a namorar com treze anos, então namorei com um moço até dezesseis, depois encontrei o Hélio e namorei até casar. Então nunca dei muito trabalho não (MARIA MADALENA).

Eu tinha um relacionamento muito bom com as outras crianças e na escola tinha um rendimento também, até uma certa fase, depois na quinta série eu já comecei ficar assim meio, sabe assim dispersa. É porque a gente vai entrando pra a adolescência né, aí começa aquela fase, aí na quinta série a gente começa assim né, vai entrando pra adolescência você quer seu espaço. Aí depois, eu estudava lá no Planalto, depois eu passei pro São Vicente. Aí é o ensino ali era mais fraco. Até eu passei com mais facilidade depois quando chegou no primeiro ano eu desisti. Aí nunca mais... Eu voltei depois, eu já tinha minha filha quando eu voltei, mas ela era muito pequena e não teve condições, sabe, ela chorava muito, porque eu saía cedo, ela estava dormindo, eu chegava tarde da noite do serviço, aí ela já estava dormindo. Então assim, igual minha mãe mesmo falou: eu estava ficando muito sem ela, aí ela estava chorando muito aí eu desisti, eu estava fazendo tipo EJA, porque faltava três anos pra mim tirar o segundo grau e eu ia tirar em um ano e meio, aí eu desisti (MARIA DE LOURDES).

Mediante a narração de Maria de Lourdes, é válido retomar a forte vinculação das responsabilidades femininas em relação ao ser mãe, pois em sua fala é perceptível o desligamento dos estudos após o nascimento da filha e das tarefas que passou a assumir, cumprindo um determinado papel social e reforçando um atributo essencialmente feminino nas relações de gênero constituídas na sociedade.

No mais, seguindo o propósito de pensar a vida cotidiana dessas mulheres trabalhadoras, é importante contextualizar os diversos ângulos das relações humanas permeados de atividades que se configuram, muitas vezes, como rotineiras, repetitivas, fragmentadas e alienantes. Tal esfera do cotidiano também se constitui de ambivalências em que se conjuga o mundo real e o fictício, o abstrato e o concreto, o homogêneo e o heterogêneo. Porém, não se pode reduzir a concepção de cotidiano aos caracteres mencionados, tendo em vista que é, também, na vida cotidiana que se organizam os espaços de resistências, lutas e possibilidades de transformação de uma realidade social. Para tanto, compreender a vida cotidiana como este espaço de possibilidades de um *devoir histórico* é apreendê-la não meramente de forma fragmentada, mas em sua totalidade.¹⁰

Mesmo com o objetivo de apreender o cotidiano das trabalhadoras da confecção tendo como prisma uma análise de totalidade, pode-se considerar que seria impossível apreender toda a dinâmica das experiências, vivências, cotidiano de trabalho e relações sociais dessas mulheres, tendo em vista que a realidade é muito mais rica e complexa do que permite o olhar limitado do pesquisador.

Por isso, capturar tal totalidade é situar o cotidiano em um movimento histórico e processual, pois “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico [...]” (HELLER, 1985, p.20). Para isso é fundamental compreender a dinamicidade das relações sociais em um determinado contexto e em suas diversas nuances, permeadas por relações de dominação e poder, tendo em vista recortes de gênero, classe, raça/etnia, nacionalidades e geração, para buscar estratégias de rupturas com a *fetichização*, *alienação* e *imediaticidade* do real.

¹⁰ Ao definir totalidade, Kosik apresenta seu significado como sendo a “[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo” (1989, p.44).

Com respaldo nas reflexões de Heller (1985, p.37), “[...] a alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade.”¹¹

Com isso, a vida cotidiana, dotada de heterogeneidades, hierarquias e complexidades, se insere nas formas de sociabilidade humana e se torna reflexo de um tempo histórico sendo, muitas vezes, uma cotidianidade não consciente e naturalizada.¹²

Nesse horizonte, “[...] a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais” (HELLER, 1985, p.39).

No mais, é na cotidianidade, entendida como conjunto de conexões interagentes que demarcam a vida humana, que a fantasia/imaginário e a realidade se interpenetram. Sendo assim, é imprescindível buscar, nesse cotidiano, apreender a teia complexa de elementos que circunda as relações sociais.

Não obstante, é preciso considerar que as mudanças nos valores, nas crenças e no *habitus* de uma sociedade implicam em alterações na cotidianidade, visto que o cotidiano só é válido na medida em que se torna funcional em um determinado sistema societário.

Frente ao exposto, ao extrapolar as fronteiras da singularidade e atingir a genericidade humana, fazendo os seres humanos ultrapassarem as barreiras do “eu” e apreenderem a dimensão do “nós”, é possível pensar em uma forma histórica em que a liberdade possa ser imperativa. A partir disso, os seres humanos poderão se reconhecer enquanto indivíduos, com suas individualidades, singularidades, particularidades e, também, como representantes de um conjunto social e humano-genérico, ou seja, como seres sociais que sentem, agem, pensam, desejam e se relacionam. A partir dessa conjunção é possível imprimir sentido ao processo histórico, substancial para o desenvolvimento da sociedade, na medida em que o indivíduo produza “[...] as possibilidades de sua própria essência, ao elevar-se através da hominização acima do reino animal [...]” (HELLER, 1985, p.15).

¹¹ Para a autora, partindo de um embasamento na tradição marxista, “Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção” (HELLER, 1985, p.38).

¹² Conforme apontado por Martins (2000, p.108) “A cotidianidade não é, nem pode ser, vaga substantivação de um adjetivo da moda, [...] Ela é substantivamente a consciência do lugar das contradições na era do cotidiano. Ela é o momento da história que parece dominado pelo repetitivo e pelo que não tem sentido.”

Nesse sentido, na concepção de Heller (1985), existem alguns elementos que contribuem para ultrapassar o campo da singularidade para o da genericidade, como o trabalho, a arte, a moral e a ciência. Esses espaços são fundantes para germinar os processos de rupturas com o mundo *reificado* e fragmentado, buscando outras formas de sociabilidade.

Diante desse esboço, sendo o trabalho e as relações sociais de gênero os elementos norteadores do respectivo estudo, compete uma análise dessas categorias no âmbito da cotidianidade.

Porém, na contemporaneidade, estando o trabalho dimensionado ao seu substrato de produção de mercadorias, sob a égide do capitalismo, a fim de obtenção de lucros, tal atividade abandona seu caráter vital de processo criador e criativo, ou seja, seu ideário concreto, para assumir uma configuração abstrata e alienante, engendrando um movimento de estranhamento dos trabalhadores, o que pode contribuir para uma ausência de criticidade acerca do real.¹³

O trabalho se dividiu em milhares de operações independentes e cada operação tem seu próprio operador, seu próprio órgão executivo, tanto na produção como nas correspondentes operações burocráticas. O manipulador não tem diante dos olhos a obra inteira, mas apenas uma parte da obra, abstratamente removida do todo, parte que não permite a visão da obra no seu conjunto. O todo se manifesta ao manipulador como algo já feito; a gênese para ele existe apenas nos particulares, que por si mesmos são irracionais (KOSIK, 1989, p.74).

Assim, em tempos precarizados, subjugados aos ditames do capital internacionalizado e de reificação das relações sociais, verifica-se o esvaziamento do exercício político de sujeitos coletivos e o enfraquecimento das bases representativas dos trabalhadores, o que implica em pensar e (re)pensar formas de enfrentamento e resistência diante do estabelecido, para que os trabalhadores

¹³ O pensador Karl Marx, em sua obra *O Capital*, ao situar o trabalho no contexto do modo de produção capitalista pondera que: “Em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor-de-uso; mas só um período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como propriedade ‘objetiva’, inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria” (MARX, 2006, p.83). Conforme elucidado pelo pensador, “Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (MARX, 2006, p.68). Em suma, o trabalho concreto é produtor de valores de uso, ou seja, o resultado do trabalho humano tem utilidade para satisfazer as necessidades vitais da humanidade. Já o trabalho em seu formato abstrato, produz valores de troca, que é resultante da produção de mercadorias para atender a lógica da acumulação sob relações sociais capitalistas baseadas na compra e venda da força de trabalho.

ultrapassem o nível da singularidade e imediatez do real fetichizado e se reconheçam na dimensão genérica da humanidade de forma a superar tal realidade.

Para tanto, é necessário ter uma concepção de homem/mundo respaldada em *atos reflexivos partilhados*, ou seja, coletivos, dotados de criatividade e consciência. São as concepções e leituras do mundo que instrumentalizam a humanidade nas estratégias de sobrevivência, nas resistências, enfrentamentos e rupturas, pois o cotidiano não se desvela com fórmulas matemáticas, lógicas, pragmáticas, empiricistas e com base em explicações causais. O cotidiano só pode ser decifrado a partir da apreensão de um método de análise que possa compreender o movimento do real para abranger a totalidade e apreender a trama das relações sociais.

Vale dizer que essa totalidade complexa é permeada de contradições e conflitos, o que elimina as análises factuais da realidade a partir do mundo da pseudoconcreticidade, termo utilizado por Kosik (1989, p.15) para se referir ao campo da imediatez. De acordo com o autor, o espaço do pseudoconcreto engendra uma práxis fetichizada e acrítica acerca do real, não permitindo capturar a essencialidade dos fenômenos. Em sua argumentação, na pseudoconcreticidade se interpenetram o claro e o escuro, as verdades e as enganações, “O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 1989, p.15). Para o autor, a essência não se desvela na imediatez da vida cotidiana e, para compreendê-la, são necessárias a ciência e a filosofia, pois conforme sua assertiva, “Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis” (KOSIK, 1989, p.17).

Frente ao apresentado, o escopo da investigação proposta tem como recorte o estudo com as trabalhadoras da confecção em um cenário singular que é o município de Divinópolis.¹⁴ Porém tal estudo se pauta em um princípio metodológico que contemple e apreenda a totalidade do real. Com respaldo em Kosik (1989, p.49), os fenômenos e processos singulares são expressões e momentos de um todo, desde que seja abordado, compreendido e situado no todo. Assim, tais fenômenos se revelam e se decifram tendo como referência a dimensão singular e genérica da realidade. A análise de um fenômeno, desfocado do todo ou do próprio

¹⁴ Será contextualizada a realidade deste município na segunda parte do trabalho.

todo sem situar os diferenciados momentos singulares, se torna esvaziada e abstrata.

A partir do entendimento do real conjugado ao todo, com suas dimensões singulares e genéricas, é possível conhecer fatos, fenômenos e situações específicas com base no conhecimento do todo, tendo em vista sua dinamicidade e processualidade numa relação dialética entre o individual e o geral.

Portanto, o objetivo deste estudo é desvelar a vida cotidiana de algumas mulheres, compreendendo suas histórias, vivências e experiências situadas em uma rede de relações sociais. Mesmo objetivando apreender a totalidade dos processos fenomênicos de tal cenário, é importante considerar, conforme já mencionado por Kosik (1989), a presença do claro-escuro, do que se manifesta e do que se oculta, o que justifica o caráter sempre aproximativo de qualquer estudo científico.

Com base nesse esboço, as colaboradoras desta pesquisa relataram seu cotidiano e suas rotinas tendo o trabalho como um dos principais elementos que circundam suas vidas. Isso é notável de acordo com as narrativas abaixo.

Eu trabalho a semana toda das 7:00 às 17:00 e de vez em quando aparece hora extra ainda, e o local de trabalho é muito bom, mas é muito bom mesmo, inclusive agora eu recebi outra proposta de trabalho, onde eu ia ganhar mais, e fazer outra coisa, fazer modelagem. É outra coisa que eu amo também, só o que me segura lá são os colegas, os patrões que são tudo gente boa, muito tranquilo o lugar, o ambiente. Aí acabei optando por ficar lá. Lá onde eu trabalho tem 28 funcionários e a gente é tudo registrado e a gente trabalha de segunda à sexta, só quando aperta mesmo que a gente trabalha no sábado (MARIA DO CARMO).

Não, eu só costuro, assim, o rapaz que eu costuro, ele tem arrematadeira, e a que embala né, então a gente só costura, mas o que precisar deu fazer, eu faço, e costuro né. Eu costuro naquela de braço, eu costuro na de overloque. Somos eu e minha mãe e a gente presta serviço prum rapaz. Nós tinha mais pessoas que procurava a gente, nós tinha muita. Aí a gente ficava assim quase doida, teve uma época que nós achou que nós ia ficar doida, de tanto...você pega de várias pessoas, então assim, chega um, um qué as coisas, então, aí esse rapaz não deixa a gente sem serviço. E ele só mexe com isso. Ele corta e traz pra gente e vende, entendeu? Daí nossa rotina é das 7:00 às 18:00 todos os dias, mas só trabalho de segunda à sexta (MARIA DA CONCEIÇÃO).

A gente faz camisa e camiseta. A gente pega no serviço das 7:00 às 17:00 com uma hora de almoço, do 12:00 à 13:00 e de manhã a gente tem 15 minutos de café das 9:00 às 9:15 e à tarde de 15:30 às 15:40 horário de café, e a gente faz camiseta, aí acontece que lá no momento tem 10 costureiras e cada uma tem sua função, tirando de mim, porque eles me chamam de Severina. Eu sou a mais velha lá e aí faz de tudo. Eu normalmente fico pregando gola nas camisas que é uma das funções mais difícil da camisa. Tirando a máquina de braço que é onde monta, é a função mais difícil, que eu também mexo na máquina de braço, mas eu não gosto não, por causa dela me deu um problema sério na coluna. Agora encontraram um menino lá, que é muito difícil de achar, em cada dez

costureiras no máximo duas sabe trabalhar em máquina de braço. Custou mas achou um rapazinho, aí ele tá trabalhando lá. Na realidade eu não tenho função certa não, porque o que aperta mais, é o que faço, que eu sou uma de todas que sabe fazer qualquer coisa. As outras, uma fica na reta, outra na overloque, essas coisas assim, e eu fico onde que precisa, entendeu? (MARIA APARECIDA).

Às vezes a gente começa cedo, às vezes começa um pouquinho mais tarde, e depende o período né. Às vezes tem que acelerar, correr atrás do tempo. Então a vantagem de tá em casa é isso, você controla esse tempo e tem a minha mãe e minha irmã que me ajuda nessa parte, do controle da produção. Então a gente organiza o serviço, o que que pode andar mais rápido, o que não pode, então a gente controla. Na parte da casa eu faço mais o necessário. Igual a parte da cozinha, preparar almoço, banheiro, roupa, então eu controlo mais essas coisas, pra quando eu tiver um tempo no final de semana eu coloco a ordem da casa em dia. Nessa rotina também tem uma hora que eu paro. Tem o horário de café, porque chega uma hora que a gente tem que parar. Mas depende muito da quantidade de serviço porque quando a gente tá iniciando a gente entra em contato com as fábricas pra saber quem pode tá trazendo o serviço pra gente. Aí à medida que eles já começam a trazer, a gente já sabe pra quem vai ligar, quem não vai. Então mais ou menos a gente já sabe a pessoa certa. Então eles trazem pra gente, marca o período que eles precisam das roupas e a gente empenha pra sair no tempo que a pessoa determinou. Geralmente o período das confecções é de março a novembro. É uma fase bem apertada, é a fase que tem mais serviço mesmo. Então já o janeiro, são poucas fábricas que trabalham de janeiro a janeiro, a maioria para, férias coletivas. Então janeiro, fevereiro, carnaval você já fica um pouco mais parada, não totalmente, mas fica. Aí a partir de março já começa a melhorar e vai até final de novembro (MARIA AUXILIADORA).

Eu trabalho 48 horas por semana, 5 dias, de segunda a sexta. Entro às 7 da manhã e saio às 17 da tarde pra pagar o sábado. Daí meu dia já foi embora... (MARIA DO SOCORRO).

A gente trabalha todos os dias da semana, de segunda à sexta. Se tiver muito apertado trabalha no sábado. A gente trabalha geralmente das 7:00 às 17:00, mas se tiver apertado, vai das 7:00 às 20:00, das 7:00 às 22:00, que é geralmente final do ano né, que aperta mais (MARIA DAS DORES).

Eu sou costureira, né, trabalho de segunda à sexta das 7:00 às 17:00. Quando tá apertado eu trabalho às vezes mais, das 7:00 às 20:00, das 7:00 às 21:00, do jeito que a gente vê que tem que soltar o serviço ali, porque quando você acostuma a ganhar mais um pouco, então assim, quanto mais você ganha, melhor você acha né. Aí se você vê que tem serviço ali que você dá conta de soltar pra você ganhar mais um pouco, você quer porque mesmo que você quer ganhar mais, então você vai trabalhar até mais tarde um pouco pra ganhar mais, porque tem dias assim que a gente trabalha das 7:00 às 17:00, tem dia que é das 7:00 às 21:00 ou quando tá muito apertado a gente trabalha no sábado (MARIA DE LOURDES).

Perante o relato de Maria das Dores, Maria de Lourdes e Maria Auxiliadora, considera-se que as costureiras informais, na maioria dos casos, ficam submetidas a vínculos precários, sendo os pagamentos efetuados de acordo com as peças produzidas e a preços baixos, numa permanente insegurança, incerteza e

instabilidade nas relações “contratuais”, pois o contratante pode interromper o repasse dos serviços quando considerar necessário.

O que existe nesse tipo de atividade, realizada em domicílio, é uma *concepção falaciosa de autonomia*, pois na verdade essas trabalhadoras prolongam suas jornadas de trabalho caracterizadas por um ritmo intenso na produção, conforme o aumento da demanda, tendo em vista o cumprimento de prazos e metas de entrega do produto, pois, caso contrário, podem perder o “vínculo” com o solicitante dos serviços.

Outro fator relevante é que, em sua maioria, os preços são fixados pelo contratante e por isso as mulheres ficam fragilizadas e suscetíveis a tais imposições e determinações.

Com isso, as costureiras domiciliares geralmente ficam subordinadas às regras das empresas que demandam seus serviços, pois são estabelecidos contratos informais sem nenhuma garantia trabalhista, até porque tais medidas foram adotadas visando a isenção da regulamentação e dos encargos sociais.

Mesmo assim, as costureiras domiciliares ainda apresentam em suas narrativas algumas vantagens na atividade em domicílio, como melhores salários, a conciliação dos afazeres domésticos com as tarefas remuneradas, a autonomia no uso do tempo e a ausência de um patrão.

De acordo com Maria da Conceição, que atua em domicílio, é preferível esse tipo de trabalho, apesar de algumas desvantagens como ausência de férias, cobertura previdenciária e demais direitos sociais e trabalhistas.

No caso é assim, você trabalha, não tem ninguém pra poder te amolar, então você faz, você tem que pegar as peças porque senão também não sai, né. Mas em fábrica assim, é aquele trem sabe, acho que eu não dou conta não, mandar em mim, aquele trem que, porque tem gente que acha porque é patrão pode sair, fazer desaforo com a gente. Não é que eu sou desafortada, tudo conversado é bem entendido, mas tem gente que acha porque você trabalha na fábrica, você é obrigado a aguentar tudo. Eu já tive uma experiência uma vez. Fui fazer um teste, duas vezes, eu trabalhei até na hora do almoço, sabe, mexia com aquela máquina, a menina não deixou eu mexer, eu falei: não dá pra, aí eu preferi mexer aqui em casa. Mas a gente não tem férias, tipo eu tirei final do ano agora, não deu nem quinze dias, mas assim, ia trazendo as camisas pra fazer pra reveillon, aquele trem assim, até dia santo. Em julho, eu tirei quinze dias, viajei, mas eu já tinha serviço aqui esperando eu chegar. Então porque não tem aquele trem de... não tem férias, tem essas desvantagens, não tem férias, não tem décimo terceiro, você não tem direito de ficar encostado, não tem nada né, mas é um preço que a gente tem que pagar (MARIA DA CONCEIÇÃO).

Em relação à ausência de um “patrão” no trabalho domiciliar, o relato de Maria da Conceição, aponta uma versão contrária diante da “pressão” pelos prazos estipulados pelos contratantes dos serviços prestados pelas trabalhadoras.

O rapaz que contrata meu serviço não me dá um prazo fixo não porque ele traz pra mim e ele vem quase todo dia aqui, sabe, ele dá assistência e vai levando as peças que eu vou fazendo. Igual aqui, esse aqui já tá pra por punho, aquele lá pra fazer barra. Então segunda aquele ali já fica um pouco pronto, essa daqui já à tarde tá pronta. Então é assim, não é aquele trem...Quando ele vai viajar, ele fala: Maria da Conceição, eu preciso dessa camisa até quarta feira, dá pra você? Então a gente esforça um pouco, e entrega pra ele, ele é muito ajeitado de mexer, sabe?¹⁵ (MARIA DA CONCEIÇÃO).

O que ocorre a partir de certas narrativas é uma análise aparente em face de determinadas imposições dos contratantes, pois, conforme citado por Maria da Conceição, existe uma estipulação de prazos, mesmo que não seja de forma explícita.

Nesse contexto, pensar a precarização no mundo do trabalho requer articular as dimensões de rupturas e permanências circunscritas na amplitude das relações de trabalho sob a regência do capital financeiro e mundializado que abrange as inseguranças, incertezas e instabilidades na esfera produtiva, além da ausência de proteção social e cobertura previdenciária e trabalhista no contexto da era flexível e da dinâmica da divisão social e sexual do trabalho.

Mas de acordo com as experiências narradas pelas trabalhadoras, existem diversas acepções acerca do cotidiano dessas mulheres, pois algumas demonstram certa satisfação no ambiente em que realizam suas atividades, como é o caso de Maria do Carmo. Já, Maria Aparecida, também chamada no ambiente de trabalho de “Severina”, expressa em sua narrativa a polivalência no seu espaço produtivo, tendo que se desdobrar em múltiplas funções, constatando uma exploração e intensificação da sua força de trabalho no local em que está empregada. Com isso, é possível observar que existem costureiras que realizam apenas determinadas parcelas do processo produtivo, enquanto outras realizam diversas frações da produção.

Maria do Socorro, de uma forma sintética, descreve que seu cotidiano é tomado pelo mundo do trabalho, pois, dedica o tempo da manhã e da tarde às

¹⁵ Cabe mencionar que tal entrevista foi concedida em uma tarde de sábado em que Maria da Conceição estava costurando algumas peças, o que demonstra a abdicação de outras atividades nos finais de semana em prol do cumprimento dos afazeres da confecção, para atender o que lhe foi solicitado.

atividades laborais, o que não lhe permite desfrutar de outras atividades. Outras não possuem um tempo definido de rotina de trabalho, visto que são trabalhadoras domiciliares e, de acordo com as demandas estabelecidas, é que estipulam seu dia-a-dia de trabalho, como é o caso de Maria das Dores e Maria Auxiliadora, que são costureiras informais e prestam serviços de forma terceirizada.

É relevante sublinhar que Maria Auxiliadora apresenta em sua fala a opção pelo trabalho domiciliar devido aos cuidados com a criação de sua filha e, por isso, nesse tipo de atividade pode conciliar diversas tarefas e ter uma jornada flexível para realizar outras funções, o que a trabalhadora considera “vantajoso”.

Eu tenho três anos que eu tô trabalhando em casa, vai fazer três anos e olha tem as vantagens de ficar em casa, porque eu tenho a menina, então aquele negócio de ficar deixando na escola, deixando na casa de uma pessoa pra tá olhando, então eu optei de trabalhar em casa justamente por causa disso, pra ficar olhando mais ela. Ela vai fazer treze anos, mas eu não confio muito em deixar ela sozinha em casa, então eu prefiro ficar trabalhando em casa pra ajudar e orientar ela mais (MARIA AUXILIADORA).

Essa citação de Maria Auxiliadora comunga das constatações da pesquisa realizada por Pereira, na qual a autora observa que as faccionistas, ou seja, as trabalhadoras domiciliares que prestam serviços a terceiros,

[...] são mulheres (mães, esposas, avós), que apelaram para o trabalho domiciliar na indústria de confecção por não conseguirem um cuidado adequado e barato para os filhos em idade pré-escolar, um acompanhamento para os filhos que estão em idade escolar ou que estão presas ao lar pelos compromissos familiares. Essa modalidade de trabalho vai possibilitar que elas mesmas tomem conta de seus filhos, dos afazeres da casa, e trabalhem ao mesmo tempo. Portanto, trabalho produtivo no domicílio vai estar intimamente ligado ao trabalho reprodutivo doméstico (PEREIRA, 2004, p.90).¹⁶

¹⁶ “As faccionistas não se reconhecem como empresárias, nem como independentes, e sim como uma trabalhadora que, dentro de sua casa, vende sua força de trabalho” (PEREIRA, 2004, p.106). No estudo de Lima, a autora diferencia facção domiciliar de facção industrial, algo presente no município de Cianorte e que não é uma realidade de Divinópolis, tendo em vista o predomínio de facções domiciliares. “[...] por ‘facção industrial’, compreendemos uma organização de porte pequeno ou médio, porém maior do que as facções domiciliares, que presta serviço a outras empresas ou a outras facções maiores, separadamente ou concomitantemente, que possui geralmente mais de dez funcionários, nem sempre registrados e que funciona em estabelecimentos alugados, geralmente fora das dependências domésticas de sua(eu) proprietário. Por ‘facção domiciliar’, entendemos uma pequena confecção informal que não tem marca própria, estilista, desenhista ou loja. É também uma organização familiar, pequena, que produz a roupa integralmente ou peças específicas parceladamente e que, às vezes insere nela a marca do produto da empresa ou das empresas contratantes” (LIMA, 2009, p.91). Em Divinópolis, a facção domiciliar é predominante, sustentada por formas de subcontratação do trabalho. Por ser um tipo de atividade que se reproduz na clandestinidade e ilegalidade, ou seja, um *trabalho invisível*, pode se observar a existência também do trabalho infantil nestas facções, visto que muitos filhos e filhas ajudam suas mães na execução das peças, seja cortando linhas, dobrando, empilhando roupas ou fazendo outro tipo de função auxiliar que contribua para sustentar esse ciclo produtivo. Porém tal discussão não é o eixo deste estudo, mas merece ser problematizado e quiçá ser objeto de análise de futuras investigações.

A partir dessa realidade descrita por Maria Auxiliadora, Abreu e Sorj (1993) apontam que o trabalho domiciliar em muitos momentos se torna submetido à organização da dinâmica familiar e passa a ser realizado seguindo parâmetros similares ao trabalho doméstico. Em muitos casos, como da própria Maria Auxiliadora, as mulheres contam com ajudas eventuais de entes familiares para realizar suas atividades na produção e na reprodução. Além do mais, no trabalho domiciliar não há um limitador entre atividade profissional e atividade doméstica, pois as funções remuneradas acabam invadindo os finais de semana, os feriados e os momentos de lazer das trabalhadoras.

No que concerne aos aspectos positivos e negativos do trabalho no âmbito fabril e no espaço domiciliar, Maria Auxiliadora ainda pondera que,

Os dois ambientes é favorável, porque em casa é bom estar cuidando da minha filha, controlando meu tempo, quando precisar sair pra pagar alguma coisa, eu pago, precisar arrumar alguma coisa pra menina, eu vou lá e faço, que ela está mais próxima de mim, então eu vou e faço. Agora na fábrica tem a vantagem que o serviço é mais organizado, vamos dizer, já tem uma moça que faz um ritmo de trabalho, a outra faz outro, aí no final do dia a peça fica toda pronta. Então em casa, fica só na minha responsabilidade, eu tenho que distribuir serviço, tem que tá controlando as atividades porque eu tenho uma faixa pra concluir toda peça, então nesse ponto é automático, mas eu acho que não sobrecarrega tanto assim não. A pessoa que tem uma boa disposição do trabalho não fica tão pesado. Aí lógico que vai fazer aquilo que está dentro do seu limite (MARIA AUXILIADORA).

Embora Maria Auxiliadora ressalte os elementos positivos do trabalho domiciliar devido aos cuidados com o lar e com a filha, também reconhece os fatores positivos do trabalho na fábrica. Em sua fala, retrata como se dá o desenvolvimento de suas atividades na produção do vestuário.

A peça já vem cortada pra gente e vem uma peça piloto falando como que é o desenho da roupa, o processo, como que é o estilo da roupa. Então através daquela peça piloto a gente desenvolve o trabalho (MARIA AUXILIADORA).

Com base na citação acima, de Maria Auxiliadora, percebe-se que o trabalho da faccionista, ou seja, da costureira que trabalha em domicílio prestando serviços a terceiros é distinto da costureira particular que costura em casa confeccionando peças para pessoas particulares, pois,

As faccionistas, assim como as costureiras particulares, dominam todo o feitiço de uma peça, desde o conhecimento da modelagem até a finalização; porém, trabalham com grandes quantidades de produtos e não se

responsabilizam pelo corte das peças – estas já chegam cortadas (PEREIRA, 2004, p.90).¹⁷

Em relação à costureira fabril e a faccionista, podem-se distinguir as competências de ambas da seguinte forma: a costureira fabril está vinculada à estrutura organizativa da fábrica e mantém vínculos formais de trabalho, com direitos assegurados segundo a legislação trabalhista. Além disso, sua atividade se restringe a uma parcela do processo produtivo baseado ainda no modelo taylorista/fordista devido às tarefas parciais e fragmentadas, conforme se observa nos dizeres de Maria de Fátima,

Cada um tem sua função ali, vamos supor se eu for fazer essa camisa sua, eu vem cá faço o ombro, a outra vem prega a gola, a outra fecha do lado, então cada um tem uma função, cada parte é uma pessoa, nunca ninguém termina uma roupa sozinha (MARIA DE FÁTIMA).

Já a faccionista não possui vínculo empregatício com uma determinada organização produtiva e, por isso, realiza suas atividades em outros espaços físicos, geralmente no próprio domicílio sob o regime da informalidade, sem garantias sociais e trabalhistas e sem estipulação de jornada de trabalho. As faccionistas são, geralmente, requisitadas por empresas que terceirizam parcelas de sua produção e para isso, essas trabalhadoras precisam conhecer todo o processo produtivo para atender as exigências do mercado e do contratante. Assim, o cotidiano de trabalho das faccionistas se organiza de acordo com as demandas que surgem e muitas vezes tais trabalhadoras executam suas atividades em finais de semana e noites prolongadas. Outro ponto a ser destacado é que todos os gastos oriundos na confecção das peças são de responsabilidade das faccionistas, como por exemplo, a manutenção e conserto das máquinas, despesas com energia, telefone, dentre outros.

Ademais, dando prosseguimento ao cotidiano e rotina de trabalho das costureiras, algumas evidências do cenário fabril são explicitadas por Maria de Fátima, conforme sua descrição.

O serviço eu pego 7:00, paro 12:00 pra almoçar, aí tem café de manhã. Por isso que eu tô te falando que eu não quero essa função de chefe lá pelo

¹⁷ “As peças chegam cortadas com um tempo determinado para a entrega. Geralmente, o empresariado, no ato da entrega, fala a data que precisa das peças concluídas e negocia com a faccionista quanto tempo ela vai demorar para entrega. As faccionistas, no geral, procuram entregar as peças, no máximo, na data combinada. Nessa fase também, são negociados os preços de cada peça, tendo em vista que o pagamento é feito por peça concluída [...] Assim o preço de cada peça é comumente dado pelo empresário, obedecendo o mercado” (PEREIRA, 2004, p.96-97).

seguinte: nenhuma fábrica aqui em Divinópolis se você for, você tem o café de manhã e o café da tarde, isso é lei, sindicato das costureiras. Você escolhe ou de manhã ou à tarde, você tem um horário, uma norma a ser cumprida pelo sindicato das costureiras. Então quando eu trabalhava numa outra fábrica a gente tinha o café só à tarde, quinze minutos de café, só que você paga por ele depois, igual na segunda-feira a gente saía às 17:15, toda segunda, pra poder pagar os 15 minutos que você tomava café. Então, assim, toda fábrica pára 16:00 horas dia de sexta feira, a gente pára 17:00. Então por isso que eu acho difícil essa função de chefe, pelo seguinte, lá onde que eu tô agora, você pára 7:30 e volta 8:00, fica todo mundo conversando, sabe, batendo o maior papo. Aí se escuta o carro do patrão chegar todo mundo corre e vai pra sua função. Então é uma coisa que eu não vou querer mudar lá dentro, é uma coisa que eu acho complicado, entendeu? E o almoço é a mesma coisa, é 12:00 só que a gente pára 12:30 e volta sempre mais um pouquinho. É só uma hora de almoço, só que às vezes você enrola ali e sai mais de uma hora. Só que eu acho que se eu fosse a patroa, isso não é normal, sabe eu acho que é sacanagem com patrão, sabe eu tenho uma patroa muito boa, sabe tem muita vantagem trabalhar com ela. Eu já trabalhei numa fábrica que até o papel higiênico ela te dava; você tinha direito de 2 rolos de papel por mês, ela media quantos centímetros de papel higiênico você gastava. Ela te dava um do dia 1º ao dia 15 e do dia 15 até dia 30. Se você acabasse com os dois rolos, você tinha que levar de casa, entendeu? E era papel higiênico ruim, bem vagabundo mesmo. Lá não, lá você ganha o café da manhã, é pão com presunto e mussarela, é leite todo dia, tanto de manhã quanto à tarde. Então eu acho assim, o funcionário tem que ter consciência com patrão, porque se você tá num lugar desse com patrão bom, tem que conservar seu serviço. Porque eu já trabalhei em serviço que... Igual essa semana eu cheguei 7:15, mas não foi porque eu quis, foi porque foi o primeiro dia que fui de ônibus, eu não sabia horário de ônibus, então eu cheguei atrasada. Eu falei, cheguei atrasada, ele disse que não tinha problema. Então por eu ter trabalhado em vários lugares, igual assim, lá você levanta a hora que você quer, você vai tomar água, vai no banheiro, e muitas fábricas que eu trabalhei você não podia, você tinha horário de levantar pra ir no banheiro, tinha uma pessoa que passava com água pra você não levantar pra beber água, sabe, se não patrão não aguenta, se você tiver 60 funcionários, se todos começar a levantar hora que quiser, vira bagunça, chega no final do dia não produz nada. Só que lá ainda não chegou a esse ponto, então como você vai pegar um negócio desse pra chefiar, depois de tá bagunçado assim. É uma coisa que você não vai conseguir, as meninas vão tomar antipatia de você, porque você vai colocar regras num lugar que nem o patrão coloca, entendeu (MARIA DE FÁTIMA).

Essa descrição é assaz pertinente no sentido que relata o cotidiano do ambiente fabril e faz analogias com outros espaços de trabalho, pois a colaboradora pontua algumas vantagens do trabalho na fábrica onde está empregada, tendo em vista as experiências de outrora, em que havia o controle do horário para o café e o almoço, de idas ao banheiro para satisfazer as necessidades fisiológicas da trabalhadora e o limite no uso de alguns produtos, como bem cita a questão da utilização do papel higiênico.

Assim, Maria de Fátima narra experiências em fábricas onde trabalhou antes de ingressar na atual e demonstra situações de controle, porém se posiciona de forma favorável a tais medidas.

Porque toda fábrica que eu trabalhei tem chefe, tem um chefe para te monitorar. Todas fábricas que você trabalha você já entra ciente que você tá ali pra trabalhar e não para enrolar o tempo, é sério. O patrão às vezes fica o dia todo pra resolver os negócios, atendendo viajante, tá no telefone comprando. Igual onde eu trabalhei o patrão e a patroa trabalhavam, ele ficava no escritório e ela ficava no arremate com as meninas, ela passava toda hora. Igual um dia eu fui conversar com a chefe, ela tava na minha máquina explicando o serviço, eu conversei e comecei a rir. Ela foi e voltou e viu. Depois ele me chamou no escritório, e falou comigo, eu não quero conversa na máquina, você já tem o horário do café e almoço pra isso, pra conversar. Então não é certo, se for pela lógica não é normal (MARIA DE FÁTIMA).

Isso é um fenômeno presente na atual conjuntura, pois tal modelo de gestão do trabalho, baseado no controle e na pressão, tem sido implementado por diversas ramificações a fim de aumentar a produtividade e lucratividade e reduzir custos e desperdícios, transferindo para os trabalhadores as responsabilidades pela produção, o que tem contribuído para o desgaste físico e emocional desse segmento. Nesse modelo não se permite inclusive estabelecer contato com os demais trabalhadores, pois qualquer variável pode interferir na produtividade do trabalho.

A realidade descrita já foi retratada por Marx, no século XIX, quando analisou a regulação do capital na estrutura produtiva e na vida social, se reportando a situações de controle, disciplinamento e punição no sistema fabril, conforme mencionado abaixo.

A diretriz de economizar os meios sociais de produção, diretriz que se concretiza, de maneira cabal e forçada, no sistema de fábrica, leva o capital ao roubo sistemático das condições de vida do trabalhador durante o trabalho. O capital usurpa-lhe o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho, para não falarmos nas medidas necessárias para assegurar a comodidade do trabalhador (MARX, 2006, p.486-487).

Além do que foi enfatizado por Maria de Fátima, a costureira Maria do Socorro também vivencia situações marcadas por controle, pressão e, inclusive, assédio moral, conforme argumenta a seguir.

Eu tenho problemas só com a chefe da seção, porque ela é muito grossa, não é só comigo, é com o pessoal todo. Chama a gente de burra, preguiçosa, manda a gente pedir conta. Fala pra gente ficar em casa se não quiser trabalhar; vigia a gente ir no banheiro. Esses tempos atrás alguém colocou algo na minha bolsa e disse que foi eu que roubei, mas eu acho que foi ela que fez isso comigo. Ela vigia a gente o tempo todo, pro

lanche, pra tomar água tem horário e banheiro tem horário também, que é de hora em hora, mas eu tenho problemas de rins e preciso ir mais ao banheiro (MARIA DO SOCORRO).

O relato de Maria do Socorro é significativo, pois evidencia o cotidiano e a dinâmica de um ambiente fabril marcado por pressão, controle, desrespeito e competitividade entre os trabalhadores, que ao invés de provocar neles uma consciência coletiva do que vivenciam na esfera do trabalho sob os ditames do capital, despertam na verdade um sentimento concorrencial.

No entanto, a partir das descrições das colaboradoras, é elucidativo reforçar que as ações cotidianas acabam se tornando repetitivas e coisificadas diante de uma realidade que se apresenta às trabalhadoras como determinada, fazendo os indivíduos não reconhecerem sua participação enquanto produtores e criadores da realidade, mas é como se essa já estivesse formatada e impenetrável.

Portanto, para que o cotidiano extrapole o campo da imediatez e das práticas fetichizadas do real, torna-se desafiante descortinar a realidade e alcançar a essencialidade dos fenômenos, indo para além do aparente e, assim, haver a passagem da singularidade humana para a sua genericidade, superando a *reificação* das relações sociais, pois “A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, *simultaneamente ser particular e ser genérico*” (HELLER, 1985, p.20, grifo da autora).¹⁸

Diante do explicitado e tendo em vista um estudo com sujeitos concretos que pensam, agem, sentem, desejam e atribuem significados ao seu ser, estar e *devir* no mundo, a respectiva pesquisa, ao retratar tal questão, objetiva entender como o trabalho adquire sentido na vida das trabalhadoras e como elas apreendem as relações de gênero presentes na dinâmica societária, o que será abordado subsequentemente.

¹⁸ Com base no elucidado, Kosik (1989, p.13) sustenta que “A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais”.

1.1 Trabalho e Gênero: abordagem conceitual e seus significados na perspectiva das trabalhadoras

Ao prosseguir a discussão a partir das experiências, do cotidiano e das narrativas das mulheres da confecção, é importante ponderar que a categoria trabalho e as relações de gênero têm sido temas de análises e reflexões no campo das Ciências Humanas e Sociais nas últimas décadas e ganhado *corpus* teórico de suma relevância para a compreensão das determinações societárias frente aos desdobramentos da questão social.¹⁹ É válido salientar que inúmeros foram os estudos realizados até o presente momento versados a tais problemáticas e que trouxeram contribuições inconteste para a produção do conhecimento científico.²⁰

Para tanto, a ênfase dessa discussão é apresentar algumas acepções teóricas acerca das temáticas sobre trabalho e gênero presentes na cena contemporânea como expressões da questão social e elucidar como as trabalhadoras da confecção concebem o significado do trabalho e compreendem as dinâmicas de gênero em seu cotidiano.

Diante desse propósito, é válido frisar que o trabalho, compreendido como atividade essencialmente humana, é responsável pela criação da realidade dos homens²¹ e contribui como elemento organizador da vida societária, seja para suprir

¹⁹ A questão social resulta da relação contraditória entre capital e trabalho que se desdobra na primeira metade do século XIX e exige dos trabalhadores mecanismos que possibilitem sua organização, mobilização e pressão frente aos setores dominantes mediante a perversidade da lógica capitalista que se consolidava. Tais manifestações se consistiam na luta e reivindicação por direitos, além de alertar a sociedade da época para as condições de pauperismo que grande parte daqueles que vendiam sua força de trabalho em troca de salário estavam submetidos. A emergência da questão social foi o que deu base para o surgimento do Serviço Social enquanto profissão. Por isso, a questão social é considerada objeto *por excelência* de investigação e intervenção do Serviço Social. Na contemporaneidade, sob o comando do capital financeiro, a questão social assume feições inéditas e requer medidas e respostas para seu enfrentamento. Dentre as refrações da questão social na atualidade têm-se as abruptas transformações ocorridas no mundo do trabalho. Para maiores esclarecimentos acerca da problemática da questão social consultar as obras de Iamamoto (2003; 2008).

²⁰ Em relação à vasta produção acadêmica e científica concernente às discussões sobre trabalho e gênero, esse estudo apresenta alguns autores que abordam as respectivas temáticas e ao leitor que queira ampliar suas leituras, algumas indicações constam na parte das referências desta investigação.

²¹ Merece ser destacado que no decorrer deste estudo ao se fazer alusão terminológica a homem ou homens, será como forma representativa do gênero humano (composto de homens e mulheres) e não no sentido de criar relações hierarquizadas entre homens e mulheres, visto que este não é o propósito do estudo.

as necessidades fundamentais de sobrevivência ou para atender aos requisitos configurativos da ordem do capital, na qual assume sua dimensão abstrata.

Na concepção materialista histórica, o trabalho, na sua dimensão concreta, representa a condição eterna e natural de existência dos homens, sendo que é nessa relação que se tem o metabolismo entre o homem e a natureza,²² além de ser nesse processo que se manifesta a diferença entre espécie animal e gênero humano.²³

No mais, o trabalho como resultado da combinação de ideação e objetivação precisa ser situado no processo histórico como momento *por excelência* do surgimento do ser social, pois é pelo trabalho que o homem deixa seu estado de animalidade (ser biológico) para interagir em caráter de cooperação com outros homens em uma rede de sociabilidade, ou seja, pode-se constatar que foi pelo trabalho que a humanidade se constituiu.

Na concepção de Antunes (2004, p.13), o trabalho é muito mais do que a fonte de toda a riqueza, sendo também a condição basal e fundamental de toda a vida humana, podendo afirmar que o trabalho criou o próprio homem.²⁴

Sendo assim, é mister considerar que,

O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. [...] No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esferas de objetivação [...] que transcendem o universo do trabalho. [...] A práxis [...] inclui todas as objetivações humanas [...] e [...] revela o homem como ser criativo e autoprodutivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz. Mas da práxis não resultam somente produtos, obras e valores que permitem aos homens se reconhecerem como autoprodutores e

²² A natureza tida como unidade de uma totalidade complexa é entendida pelo “[...] conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuaram a existir e a se desenvolver depois desse surgimento. Ela se compõe de seres que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da propriedade de se reproduzir (a natureza inorgânica) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza orgânica)” (BRAZ; PAULO NETTO, 2007, p.35).

²³ Cabe mencionar a passagem da obra *O Capital*, onde Marx dissocia o homem das demais espécies animais: “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador” (MARX, 2006, p. 211-212), ou seja, a partir da capacidade teleológica/projetiva de propor finalidades (ideação) dos homens tem-se o processo de objetivação, ou seja, um objeto externo surge como resultado do que foi previamente idealizado.

²⁴ Depois do trabalho e com ele surge a linguagem articulada. Desenvolve-se o cérebro e os órgãos dos sentidos. A seguir surge a sociedade, que representa “[...] os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui” (BRAZ; PAULO NETTO, 2007, p.37, grifo dos autores). Com a cooperação humana, as atividades vão se complexificando e o trabalho se aperfeiçoando. Desenvolve-se o comércio e posteriormente surgem as nações, Estados e a religião.

criativos. [...] a práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo (BRAZ; PAULO NETTO, 2007, p.43-44).

Nesse raciocínio, no atual estágio pautado em um modo de produção sob a regência do capital, verifica-se a cisão entre os trabalhadores e seus instrumentos de trabalho, pois,

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste o que for imprescindível à execução do trabalho. [...] o produto é propriedade do capitalista, não do produtor, o trabalhador (MARX, 2006, p.219).

Com isso, o que se observa é um processo de subsunção real do trabalho pelo capital, que outrora se consistia em uma subsunção formal.

De acordo com as inferências de Alves (2007, p.34), na subsunção formal do trabalho ao capital, o trabalho vivo ainda é o expoente ativo que produz o valor, mesmo sob condições alienadas/estranhadas²⁵ e na dimensão abstrata do trabalho.

Já na fase de subsunção real do trabalho ao capital, ainda com base nos pressupostos de Alves (2007, p.43), verifica-se a constituição de um sistema automatizado de máquinas e,

Deste modo, a passagem da subsunção real do trabalho ao capital, com o surgimento da nova base técnica do capital, com sua forma tecnológica voraz, abole apenas tendencialmente o trabalho vivo. Ela se expressa na substituição no interior da indústria (e dos serviços) capitalista, de trabalho vivo por trabalho morto (um dos componentes do crescente desemprego estrutural) (ALVES, 2007, p.47).

Nesse sentido, o desenvolvimento técnico-científico contribuiu apenas para dominar as capacidades objetivas e subjetivas dos indivíduos, visto que esses perdem sua autonomia no processo de trabalho frente ao quadro de

²⁵ “[...] a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem. [...] a alienação penetra o conjunto das relações sociais [...] marca as expressões materiais e ideais de toda a sociedade [...] e [...] deixam de promover a humanização do homem [...]” (BRAZ; PAULO NETTO, 2007, p.45). Na análise de Antunes (1999), a alienação pode ser considerada expressão de luta e resistência, tendo em vista que os trabalhadores também se manifestam e se rebelam perante as atividades estranhadas.

desemprego estrutural²⁶ instaurado e mediante a fragilidade de organizações coletivas do conjunto de trabalhadores. Tal processo é resultante desse conjunto de fatores que implicaram na redução do trabalho vivo (capital variável) em detrimento da expansão de trabalho morto (capital constante).²⁷

Ademais, o que se observa é que o mundo do trabalho é uma das dimensões que circundam a vida da humanidade e as transformações engendradas em seu interior, traz implicações para o conjunto da sociedade, fato verificado na atual conjuntura.

No âmago dessa reflexão, inúmeras são as obras produzidas nos últimos anos acenando para o “fim de um tempo”, ou seja, o fim do trabalho e da história, em decorrência de uma crise e de uma desagregação da sociedade regulada pelo trabalho industrial, formal e assalariado.

Na contracorrente desse movimento, diversos pensadores, no conjunto das Ciências Humanas e Sociais, passam a contestar tal posicionamento, visto que seria impossível pensar no fim da sociedade do trabalho, mesmo em tempos de precarização, já que grande parte dos indivíduos ainda necessita vender sua força de trabalho, suas habilidades e seus conhecimentos para o mercado em troca de salários que atendam suas necessidades básicas de sobrevivência.

Nesse horizonte, algumas obras escritas e disseminadas por alguns pensadores têm provocado o debate acerca da centralidade do trabalho para a vida social. Dentre eles destacam-se André Gorz (1987), Claus Offe (1994), Domênico De Masi (2000), Jeremy Rifkin (1995), Jürgen Habermas (1987), Robert Castel (1998) e Ricardo Antunes (1999; 2005; 2007).

²⁶ Diferentemente do desemprego causado em períodos de crise cíclica do capital, o desemprego estrutural é caracterizado pela expulsão dos indivíduos da cadeia produtiva sem possibilidade de reinserção futura no mercado de trabalho, ou como diz Pochmann (2001, p.89), é um “[...] desajuste entre a mão-de-obra demandada pelo processo de acumulação do capital e a mão-de-obra disponível no mercado de trabalho”. Nesse cenário, “O desemprego deixa de ser acidental ou expressão da crise conjuntural e se define como estrutural, pois, ao contrário da forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão (NEVES, 2000, p.172).

²⁷ “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável” (MARX, 2006, p.244).

Conforme atesta Gorz, Offe, De Masi, Rifkin e Habermas, em contraposição às idéias de Castel e Antunes, o trabalho, hoje, já não seria mais o eixo central da vida em sociedade.

De acordo com Gorz (1987) e Offe (1994), no capitalismo contemporâneo o trabalho perdeu sua centralidade sociológica, apresentando uma confusão analítica acerca de uma suposta crise do emprego que equiparam a uma crise do trabalho, o que contribui para desmontar e negar a luta de classes e as formas de sociabilidade. Além do mais, quando os autores recusam o trabalho como o epicentro da vida societária na contemporaneidade, negam também a constituição ontológica do ser social, pois as sociedades se produzem e reproduzem no decorrer da história pelo trabalho humano.

Gorz (1987) afirma que a classe trabalhadora de hoje não é mais aquela analisada por Marx no século XIX, em um cenário marcado pelo surgimento do movimento operário e sindical. Para ele, o trabalhador não tem mais o domínio do processo produtivo em sua totalidade, pois se tornou um especialista. Outro ponto mencionado pelo autor diz respeito ao declínio do trabalho assalariado frente à questão do desemprego, do trabalho incerto e em tempo parcial, reforçando, assim, sua abordagem do fim da centralidade ontológica do trabalho.

Seguindo a mesma perspectiva analítica, Offe (1994) chama atenção para um momento de perda da materialidade do trabalho frente à expansão dos serviços, pois, segundo o autor, nesse setor não é possível mensurar produtividade, como ocorre no ramo industrial. Diante disso, sustenta a tese de que o trabalho já não é o eixo basal de organização das estruturas sociais.

Na mesma direção, Habermas (1987) com sua teoria do agir comunicativo e analisando o mundo da vida, atesta também para o fim da centralidade do trabalho. Para Habermas, torna-se imprescindível pensar uma teoria social que relacione trabalho e interação sem cair no reducionismo do materialismo histórico, que para ele está superado.

Para o pensamento habermasiano, “[...] a esfera da interação social, da ação comunicativa, é o *metrum* para medir a evolução social, o processo de racionalização, e não o desenvolvimento das forças produtivas” (TEIXEIRA; FREDERICO, 2008, p.62). Habermas propõe uma mudança paradigmática no campo das Ciências Sociais em que o trabalho, enquanto epicentro da vida social, seja substituído pela intersubjetividade lingüística.

Em sua obra *O Ócio Criativo*, o pensador italiano Domênico De Masi (2000) apresenta a idéia de que somente com a diminuição do trabalho e a ampliação do tempo livre, os seres humanos poderão ser felizes e prósperos. É no momento do ócio que o indivíduo pode ter qualidade de vida e, segundo o autor, o tempo livre nessa perspectiva, seria a possibilidade de convívio entre as pessoas, do estreitamento das relações de amizade, amor, aventura, repouso e espaço de dedicação à estética, erotismo, viagens, cultura, meditação, práticas desportivas, ou seja, atividades cotidianas que merecem sentido.

Já o estadunidense Rifkin (1995), retrata o trabalho de forma pessimista e catastrófica diante da eliminação e substituição da força humana por máquinas inteligentes, num quadro de sofisticação técnica e científica. Considera o desemprego um fato inexorável e constata em sua obra, *O fim dos empregos*, que houve uma significativa redução dos empregos ao mesmo tempo em que os rendimentos das empresas cresceram. Nessa realidade, tanto os trabalhadores não-qualificados quanto os qualificados são atingidos em decorrência da automação e informatização. Na fase de surgimento e expansão da robótica, dos microcomputadores e da disseminação de softwares, os domínios da mente já foram apropriados e o que se tem hoje são “máquinas inteligentes” com funções gerenciais e administrativas, capazes de controlar os fluxos de produção. Contudo, o autor reforça que a intervenção humana vem sendo descartada nos diversos espaços produtivos frente às determinações da reengenharia, caracterizada pela adoção de técnicas e formas de gestão no trabalho, com o intuito de reduzir os salários, os encargos trabalhistas e desmontar os sindicatos, além de gerar uma série de empregos de caráter contingencial e provocar danos irreparáveis na vida dos trabalhadores.

Conforme estudos de Teixeira e Frederico (2008), Antunes (1999) e Castel (1998), as teses defendidas por Gorz, Offe, Rifkin, De Masi e Habermas são insustentáveis, pois o quadro atual da sociedade capitalista é de uma tendência crescente de intensificação do trabalho, controle das atividades produtivas e mercantilização da força de trabalho com predomínio das formas de assalariamento, contribuindo para o culto à sociedade do consumo, na qual a população se torna, cada vez mais, alvo do fetichismo mercadológico. Portanto, é impossível atestar a “morte” do trabalho em tempos de uma crise da sociedade do trabalho em sua dimensão abstrata. Já o trabalho em sua dimensão concreta jamais deixará de ser

essencial para a sociabilidade humana, pois é por ele que ocorre a interação do homem com a natureza e, dessa forma, os seres humanos satisfazem suas necessidades de sobrevivência. Em suma, o trabalho, em seu sentido ontológico, não deixou de ser a categoria fundante da vida em sociedade.

Outrossim, o processo de trabalho não significa meramente o ato de produzir, mas também possibilita as relações de convivência, trocas de experiências e cooperação, ou seja, pelo trabalho os indivíduos constituem suas redes identitárias e suas subjetividades, conforme pode ser observado a partir das narrativas das trabalhadoras da confecção.

Portanto, ao longo da história, o trabalho, seja ele intelectual ou manual, para estabelecer relações sociais, produzir ou reproduzir e atender as satisfações humanas, sempre foi realizado por homens e mulheres, sendo um atributo imanente à espécie humana.

Para Antunes (1999; 2007), a classe trabalhadora de hoje é complexa, fragmentada e heterogênea, compreendendo a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho em forma de assalariamento para sobreviverem, sendo despossuídos dos meios de produção. Essa classe trabalhadora é constituída de homens, mulheres, jovens, idosos, brancos, negros, imigrantes, trabalhadores rurais, urbanos, parciais, informais e os próprios desempregados.

Contudo, com base nas considerações das colaboradoras da pesquisa, o trabalho, na maioria dos relatos, ainda é associado às satisfações humanas na lógica do capital e ao sustento da família, ou seja, como possibilidade de consumo e realização pessoal, e não como uma atividade direcionada à criação e à liberdade.

Pra mim meu trabalho é tudo, porque é dali que eu tiro tudo que eu tenho (MARIA DE LOURDES).

Significa muito. Eu dou muita importância no meu trabalho, sabe, eu vou com objetivo de trabalhar mesmo; não fazer hora, o serviço, mesmo minha patroa saindo eu não faço hora no serviço. Significa muito porque a gente deixar os filhos da gente pra exercer essa função... E eu gosto de trabalhar. Tanto que tem uns três anos que meu marido tá pelejando pra mim sair, porque os meus gastos em casa dá mais do que eu ganho, porque pagar empregada, pagar vã e pagar escola dá mais do que eu ganho lá. Daí eu tava pensando até em sair de lá, porque acaba não compensando... (MARIA MADALENA).

É significativo, eu gosto. Se não fosse tanto a necessidade do ganha pão, mas a ficar sem trabalho também fica esquisito, os dias vai passando você vai ficando sem... Eu assim tô achando bom, porque ocupo a semana quase toda, que eu saio na segunda, fico o dia todo. Então tá me sobrando poucas horas que eu fico em casa e às vezes as horas que sobra não dá. Vô na casa das irmãs, tô sempre ocupada.. Eu gosto da minha horta,

com essa chuva você não pode mexer em nada, não tem jeito. Aí eu saio, porque se você ficar quieta igual eu fico aqui, você entra até em depressão. Então serviço, você ocupa a mente, você não lembra de nada, não é. O tempo passa, você nem sente, começa segunda, nossa já é sexta (MARIA DAS GRAÇAS).

É onde eu tenho meus objetivos, que eu posso estar trabalhando pra poder alcançar as coisas que eu queira, até porque é só eu com os meninos, né. Não sou casada, então é eu que tomo conta da casa. Então é onde que eu tiro o meu ganha pão, então isso aqui é tudo né (MARIA DA CONCEIÇÃO).

Há, o trabalho é meu ganha pão, tudo que eu faço é através dele (MARIA DAS DORES).

Eu acho que é tudo, tanto financeiro e também eu faço o que eu gosto, acho que eu não conseguiria ficar sem costurar, nem se fosse um pouquinho (MARIA DO CARMO).

Trabalho pra mim significa meio de sobrevivência. Trabalhar pra mim é tudo, a gente sem serviço não é nada na vida, mas esse emprego meu de costureira é um meio de sobrevivência, porque no momento eu não me encontro apta para exercer outra função, não que eu goste, eu faço bem feito porque é o meu jeito, mas não que eu goste, é um meio de sobrevivência. Eu queria até mudar de profissão, sabe, arrumar alguma coisa que ficasse mais em pé e doesse menos a coluna (MARIA APARECIDA).

É pelo trabalho que eu consigo me manter (MARIA DO SOCORRO).

Eu acho que todo trabalho é significativo, tipo você pegar uma peça ali e conseguir fazer. Tem muito valor, eu gosto de fazer uma coisa difícil e ver que eu consegui fazer aquilo. Mas eu tinha vontade de ter o meu negócio, tinha vontade de ter uma loja, sabe, até hoje eu tenho vontade de montar uma loja, de brinquedo, sei lá... (MARIA DE FÁTIMA).

Eu acho que trabalho dignifica bem a pessoa. Eu acho que você estando trabalhando você tá com sua vida em ativa, você tem o seu sustento, tem liberdade de comprar o que você quiser, eu acho que, eu não consigo me ver sem trabalho. Apesar que muitas pessoas falam que quer ganhar na loteria e passar a vida viajando, mas acaba ficando mais é em brincadeira. Se eu tivesse muito dinheiro também eu acho que eu não conseguiria ficar parada não; queria tá fazendo alguma coisa. Eu já tive até vontade de mudar de profissão, mas pra ganhar mais, ter uma renda melhor, porque eu gosto muito da costura, gosto de fazer roupa (MARIA AUXILIADORA).

Em alguns casos, as atividades realizadas pelas costureiras aparecem como válvula de escape diante de uma realidade alienante, como no caso descrito por Maria das Graças. Já Maria do Carmo e Maria de Fátima demonstram gosto e realização pessoal pelo que fazem. A fala de Maria do Carmo é elucidativa, tendo em vista sua identificação com aquilo que faz, e por isso pode ser constatado que de todas as entrevistadas, sua narrativa se destacou por demonstrar satisfação e realização pela atividade com a costura. Em contraposição ao relatado por Maria do Carmo, nos dizeres de Maria Aparecida, o trabalho é um mecanismo de

sobrevivência, visto que não se realiza naquilo que faz, porém, tendo em vista a realidade local, a atividade na confecção acaba sendo uma das poucas possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Conforme citado por Maria Auxiliadora, apesar de se identificar com o universo da costura, mudaria de profissão mediante uma proposta salarial melhor, ou seja, as relações pautadas no regime do salário estão sobrepostas a uma satisfação e uma realização humanas com determinada atividade.

Destarte, após a apresentação de algumas acepções acerca da categoria trabalho, seu desdobramento histórico e seu significado para as trabalhadoras da confecção, cabe considerar que diante da dimensão e da configuração do mundo do trabalho na atualidade, é elementar situar as relações de gênero no conjunto desse debate, visto que apenas algumas investigações e pesquisas têm abordado a questão de gênero no âmbito do trabalho, pois os reflexos das transformações oriundas nos últimos tempos no mundo do trabalho não são iguais e nem tem o mesmo alcance e significado para homens e mulheres. Assim, torna-se necessário trazer para a pauta da discussão atual a problematização das relações de gênero e suas interconexões com o trabalho tendo como pano de fundo desse debate as múltiplas expressões da questão social.

Pensar as relações sociais de gênero na organização do trabalho implica considerar a produção social da existência humana como resultante da intervenção dos dois gêneros na natureza, ou seja, o masculino e o feminino. Para tanto, cabe destacar que tal constatação ocorre de forma desigual nessa produção social, seja no que se refere à distribuição dos grupos na divisão social e sexual do trabalho, seja nas responsabilidades atribuídas aos homens e mulheres, tendo em vista as marcas de uma sociedade sexista,²⁸ classista e racista.

Ao propor a discussão sobre as relações de gênero é válido sublinhar que a história da humanidade é pautada por hierarquias e desigualdades entre homens e mulheres, pois a própria literatura reforçava as relações de submissão do sujeito

²⁸ Cabe mencionar que o sexismo é a combinação do preconceito com o poder, ou seja, “[...] o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata. [...] os preconceituosos – e este fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2004, p.123). A linguagem e o discurso também são instrumentos que contribuem na fundação, constituição e sustentação dos preconceitos, porém ao mesmo tempo podem servir como mecanismos transformadores dessa realidade.

feminino. Basta mencionar a obra de Jules Michelet, *O amor*, de 1858, em que o escritor francês retrata a figura feminina como aquela que “[...] carrega o fardo de uma pesada fatalidade. Ela mostra suas feridas durante a menstruação, e as confirma nas dores do parto” (GONÇALVES, 2006, p.47).

Com isso, as obras literárias escritas nos séculos passados por filósofos, cientistas e historiadores de todo o mundo contribuíram, sumariamente, para assegurar a inferioridade da mulher em detrimento da superioridade masculina, tendo em vista que a história narrada era pautada na perspectiva androcêntrica e eurocêntrica, ou seja, a do homem branco.²⁹

Mas é com a Escola dos Annales,³⁰ movimento historiográfico francês, que a história das mulheres ganha visibilidade e outra linha de compreensão, incorporando a mulher como sujeito histórico, tendo como temas mais recorrentes a presença feminina no mercado de trabalho, visto que sua força de trabalho no período inicial de industrialização foi imprescindível, juntamente com o trabalho infantil, para sustentar a lógica de acumulação do capital, em especial na indústria têxtil.

[...] em muitos países o trabalho feminino se manteve, nos primórdios, praticamente restrito às unidades têxteis, numa extensão clara da tarefa doméstica da fiação e tecelagem, exercida por mulheres, para o espaço urbano e fabril – passaram a verificar que suas suspeitas de que a contratação de mulheres servia para comprimir seus próprios salários já que a menor remuneração feminina era justificada, no interesse do capital, como apenas complementar a dos homens, não eram de modo algum infundadas. Por isso mesmo, às mobilizações das operárias fabris passou a ser dada uma atenção, por parte dos estudiosos, que buscava realçar sua autonomia (GONÇALVES, 2006, p.59).

²⁹ “O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, como o único capaz de ditar as leis, de impor a justiça, de governar o mundo. É precisamente esta metade da humanidade que possui a força (os exércitos, a polícia), domina os meios de comunicação de massa, detém o poder legislativo, governa a sociedade, tem em suas mãos os principais meios de produção e é dona e senhora da técnica e da ciência” (MORENO, 1999, p.23).

³⁰ A revista dos Annales foi fundada em 1929 tendo como principais expoentes Marc Bloch e Lucien Febvre que buscavam romper com os conceitos positivistas de racionalidade, ordem e progresso que permeavam a História. Sua abordagem trouxe consequências e influências para os rumos da História, propondo uma abertura para as demais Ciências Sociais. A revista se consagrou conjuntamente com a obra de seus principais fundadores. A Escola dos Annales rompe com a História tradicional, factual, baseada na fetichização do documento escrito. O movimento dos Annales, conhecido como Escola dos Annales, não possui exatamente os elementos que constituem uma escola, rigidamente organizada, fechada estritamente em torno de uma convicção ou paradigma. Nesse horizonte, a historiografia francesa inicia uma vertente no pensamento social voltada para a “História das Mulheres” tendo como sua principal expoente a historiadora francesa Michelle Perrot.

Nessa perspectiva, é importante contextualizar o ingresso maciço de mulheres no mundo do trabalho e a emergência do movimento feminista, assunto pouco explorado no campo sociológico até os anos 1950 e 1960. Além do mais, o intuito da introdução da categoria gênero para a análise das dimensões e configurações presentes no mundo do trabalho é crucial no sentido de questionar as elaborações teóricas no campo das Ciências Sociais que enfatizam o trabalhador homem, de forma masculinizada, universalizante e heteronormativa, o que remete a uma desconsideração das desigualdades sócio-históricas relacionadas ao sexo e às diversidades.

Tendo em vista o enunciado, as condições de trabalho e emprego, as formas de inserção em diversas atividades do processo produtivo, as posições e ocupações no espaço da produção, vão ocorrer de formas diferenciadas a partir da consideração do sexo dos trabalhadores, já que os papéis³¹ masculinos e femininos são definidos a priori, como o espaço da produção destinado aos homens e o espaço da reprodução destinado às mulheres, pois,

As relações sociais de gênero, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou contraditórias, seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina, expressam a articulação fundamental da produção/reprodução (NOGUEIRA, 2006, p.211).³²

Partindo da base conceitual desse campo de conhecimento, as pesquisas francesas têm adotado discussões acerca das relações sociais de sexo, enquanto pesquisadores americanos e ingleses utilizam como eixo analítico o conceito de gênero. O termo francês tem raiz no materialismo histórico dialético, enquanto o

³¹ Os papéis sociais atribuídos aos grupos humanos, aqui considerados homens e mulheres, não são categorias fixas e rígidas na análise das relações sociais e sim uma categoria construída para ditar normas de conduta que pode sofrer alterações de acordo com as formas de convivência/sociabilidade e quando se tornar conveniente em um determinado tempo histórico. Sobre a discussão dos papéis, Heller (1985, p.106) pontua que “O homem é mais do que o conjunto de seus papéis, antes de mais nada porque esses são simplesmente as formas de suas relações sociais, estereotipadas em clichês, e posteriormente porque os papéis jamais esgotam o comportamento humano em sua totalidade. Assim como não existe nenhuma relação social inteiramente alienada, tampouco há comportamentos humanos que se tenham cristalizado absolutamente em papéis.”

³² Partindo da tradição marxista, o trabalho produtivo é aquele que contribui para a valorização direta do capital, ou seja, a produção da mais-valia, enquanto o trabalho reprodutivo não cria mercadorias e por isso não gera valor de troca. Predominantemente, o espaço da reprodução se destina à atribuição feminina, representando a manutenção da sobrevivência humana e reprodução da força de trabalho ante aos cuidados do lar e dos filhos, contribuindo indiretamente para a reprodução ampliada do capital. Em suma, o trabalho reprodutivo é caracterizado pela não remuneração e invisibilidade.

conceito de gênero está relacionado ao pós-estruturalismo,³³ porém ambos rompem com a concepção organicista e binária de homem e mulher.

De acordo com Neves (2000, p.174),

As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto gênero masculino e feminino. Essas relações não implicam apenas diferenças, mas assimetrias, hierarquias que expressam relações de poder dispersas e se constituindo em redes nas diferentes esferas da sociedade.

Segundo Kergoat (1996) as relações sociais de sexo, como categoria social e histórica inscrita em formas de poder que estabelece papéis diferenciados e hierarquizados entre homens e mulheres antecede a divisão sexual do trabalho e, Souza-Lobo (1991), aponta que tal divisão se manifesta não somente na divisão de afazeres e tarefas, mas também resulta em desigualdade no espaço do trabalho. Na concepção de Kergoat (1996), ao referendar a problemática das relações sociais de sexo parte-se da premissa de desconstruir as justificativas biologizantes por meio de rupturas com modelos universais.

Com isso, a categoria gênero se desenvolveu nas últimas décadas com base nas teorias científicas das feministas que buscavam compreender a dinâmica societária a partir das desigualdades estabelecidas entre os sexos e como tal prerrogativa contribuía para reforçar hierarquias, privilégios, assimetrias e dominação de um grupo social em detrimento do outro, ou seja, dos homens pelas mulheres. Assim, tais abordagens sobre a questão de gênero saem do reduto biologistas e ganham relevo no âmbito acadêmico, assumindo tal discussão como constructo social, histórico, simbólico e cultural no cerne de uma realidade antagônica e contraditória.³⁴

³³ Dentre os pensadores que dão sustentação para tal abordagem estão: Michel Foucault, Félix Guattari e Gilles Deleuze.

³⁴ “Diferentemente do que, com frequência, se pensa, não foi uma mulher a formuladora do conceito de gênero. O primeiro estudioso a mencionar e a conceituar gênero foi Robert Stoller (1968). O conceito, todavia, não prosperou logo em seguida. Só a partir de 1975, com o famoso artigo de Gayle Rubin, mulher, frutificaram estudos de gênero, dando origem a uma ênfase pleonástica em seu caráter relacional e a uma nova postura adjetiva, ou seja, a perspectiva de gênero” (SAFFIOTI, 2004, p.107-108). Ao mencionar a simbologia na concepção de gênero é importante situar que alguns símbolos foram determinantes para a sustentação de uma imagem do homem e da mulher na história, como na tradição judaico-cristã, ao afirmar que a mulher nasce de uma das costelas de Adão, com o intuito de mostrar a submissão entre eles a partir de um mandato divino, e a própria figura de Maria (santa) e Eva (pecadora).

Apesar da discussão acerca da questão de gênero ganhar fôlego e densidade no cenário de emergência do movimento feminista,³⁵ ou seja, a partir de uma dimensão política, é salutar ponderar que gênero não é sinônimo de mulher, o que pode gerar análises equivocadas acerca do tema como substitutivo de mulher e até mesmo negar as representações do masculino, já que só é possível fazer uma análise da questão feminina em relação com a questão masculina, por não serem polos dicotômicos.

Nessa perspectiva, na concepção de Saffioti (2004, p.116),

[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes.

Portanto, o termo gênero é utilizado e adotado para compreender e apreender a trama das relações sociais em que se encontram envolvidos homens e mulheres, independente de etnia, credo, geração, nacionalidade, orientação sexual ou classe. Em síntese, gênero engloba todos os seres humanos em relação social, que pode estar permeada por relações de poder, dominação, exploração, opressão e perpassada pela esfera pública ou privada, em tempos e espaços distintos.

Tais relações de dominação, opressão, poder e exploração presumem obediência e subalternidade, ou seja, são construídas a partir de relações entre, no mínimo, dois indivíduos.³⁶

³⁵ “[...] o movimento feminista, com destaque para o norte-americano, nasceu sob o impulso da luta contra a escravidão de africanos e seus descendentes. [...] é praticamente impossível situar um marco preciso para o início do movimento feminista [...]” (GONÇALVES, 2006, p.16). Dentre as lutas feministas no Brasil, cabe mencionar o direito ao voto consagrado na Constituição de 1934, que foi palco das lutas das sufragistas em prol da igualdade. Porém, o Código Penal de 1940 criminalizou o aborto, o que refletiu um retrocesso no que tange à discussão da igualdade. Todos esses acontecimentos têm como cenário o regime de Getúlio Vargas. No período de Ditadura Militar, em especial nos anos 1970, a mobilização das mulheres torna-se mais intensa. Nos anos 1980 algumas questões ganham mais relevo no âmbito do movimento, como o aborto, a violência e a paridade política. Alves e Pitanguy (1983, p.74) afirmam que “O feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas”. Alguns estudiosos do tema apontam que poderia situar como a primeira manifestação feminista a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, redigida em 1791 pela escritora Olympe de Gouges, condenada à guilhotina em 1793. Gouges reivindicava a participação e representação das mulheres como cidadãs (SCAVONE, 2008).

³⁶ Saffioti (2004, p.118) atesta que “[...] o conceito de dominação, em Weber, é distinto do conceito de poder. Enquanto a primeira conta com a aquiescência dos dominados, o poder dispensa-a, podendo mesmo ser exercido contra a vontade dos subordinados.”

Nesta ótica, a perspectiva de gênero perpassa todas as esferas da vida social, podendo ser representada, construída, questionada, apropriada ou reproduzida nos diversos espaços sócioinstitucionais como a escola, a igreja, os sindicatos, os meios de comunicação de massa, os movimentos sociais, a família e, também, pode ser reflexo de atitudes e ideias disseminadas nas relações sociais estabelecidas entre os diversos grupos societários.

Nas fundamentações de Saffioti (2004, p.44-45), as abordagens de gênero no campo científico se disseminam nos anos 1990 no Brasil e se utiliza a terminologia gênero como forma de negar o *essencialismo biológico* na análise das relações sociais entre os sexos. A autora sustenta que gênero não se resume a uma categoria analítica, mas também é histórica e ontológica, por representar a construção social do masculino e do feminino, não necessariamente pautada em uma relação desigual e hierarquizada. Outro elemento abordado pela autora diz respeito à dicotomia existente entre sexo e gênero, sendo um situado no plano da natureza e da biologia e o outro no plano da cultura e da sociedade. Tal dualismo deve ser rompido por entender sexo e gênero como unidade, pois “[...] não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2004, p.108-109).

Ainda baseado nos apontamentos de Saffioti (2004, p.110), corre-se o risco de cair em um *essencialismo sócio-cultural* quando se nega, também, a estrutura biológica do indivíduo, ou seja, o corpo, pois o ser humano é resultante de uma totalidade que abarca tanto os elementos da natureza e da biologia, como da sociedade, cultura, economia, política e ideologia.³⁷

Para finalizar, Saffioti (1999, p.157) diz que não se pode negar a contribuição histórica e reflexiva de Simone de Beauvoir, precursora do conceito de gênero (mesmo sem fazer tal conceituação), em sua obra provocativa, polêmica e, muitas vezes criticada, *O Segundo Sexo*, que traz reflexos até os dias atuais em termos de produção científica, discussões, debates e legislações no que se refere ao tema.

Mas o que precisa ser incorporado aos estudos de gênero não são recortes e fragmentos de uma realidade, visto que gênero congrega as complexidades do masculino e do feminino numa relação de interação social e estruturas de poder.

³⁷ “[...] o ser humano consiste na unidade destas três esferas, donde não se pode separar natureza de cultura, corpo de mente, emoção de razão etc. É por isso que o gênero, embora construído socialmente, caminha junto com o sexo” (SAFFIOTI, 2004, p.136). Quanto à ideologia, ela se constitui em um instrumento de alienação e reificação das próprias relações sociais.

Com isso, reduzir a perspectiva de gênero ao mero estudo das construções e representações da masculinidade ou da feminilidade seria cair em um retrocesso e em leituras limitadas e equivocadas acerca da categoria.³⁸

Outro aspecto que merece ser ressaltado e que se faz presente em muitos estudos é a vitimização da mulher, analisando o segmento feminino como um grupo uniforme, negando avanços e conquistas desse público ao longo dos anos nas diversas esferas da sociedade. Por isso, compreender a incorporação feminina no mundo do trabalho é ao mesmo tempo fazer uma leitura do movimento do real, capturando e apreendendo suas contradições, determinações e especificidades sob o prisma da totalidade.

A partir dessa concepção e baseado nas evidências orais, diversos aspectos sobre as relações de gênero surgiram nas narrativas das trabalhadoras da confecção que são descritas a seguir.

A sociedade trata de forma diferente homem e mulher e isso me incomoda. Deveria ser tudo igual, porque já que homem e mulher também trabalha, todos deveriam ser iguais. Em casa todos deveriam ter as mesmas responsabilidades. E o mercado de trabalho discrimina em alguns setores homens e mulheres. Tipo numa seleção se tiver uma vaga e o homem chega na frente a vaga é dele. Hoje as empresas contratam mais homens porque mulher pede licença, engravida. Mesmo nas mesmas condições, possuindo os mesmos cursos, qualificação e tudo mais, o homem é o selecionado. Pra mim a mulher ainda não conseguiu seu devido espaço (MARIA DO SOCORRO).

A mulher tomou vários cargos na sociedade, assim questão, foi bom e não né, pra mulher, porque nela ter abrido bastante o campo, assim questão de serviço, de tudo... eu acho que os homens encostou bastante na mulher. Hoje, por exemplo, ela trabalha, tem independência dela e tudo, mas o homem não quer responsabilidade de casa, nem de filho, nem de nada; ele não quer responsabilidade. Porque antigamente, a mulher cuidava dos filhos, o homem saía pra trabalhar, pagava aluguel, dava conta de tudo. Tá certo que a mulher não podia ter vaidade, porque o dinheiro não sobrava pra vaidade, eu não sei se hoje é porque as mulheres se tornaram muito vaidosa e quer sempre estar no salão, uma coisa e outra, mas o homem não dá conta. Hoje se for pro homem assim, que tem uma família, não digo todos, mas a maioria que tem uma família se for pra ele pagar aluguel, cuidar do filho; ele não dá conta. A mulher tem que saber trabalhar... Mas ainda tem muita discriminação também. Hoje não é tanto mais, né, mais ainda tem uma discriminação, homem geralmente, eles acham que eles são melhores em tudo, só que as mulheres têm que ajudar, eles não reconhecem isso. Eu acho engraçado é isso, porque eles acham que em tudo eles são melhores, eles são melhores pra dirigir, eles são melhores no serviço, são melhores pra tudo. Mas quando chega na hora do financeiro, a mulher tem que ajudar, então acho assim, que a mulher tinha que ter um

³⁸ Apesar deste estudo enfatizar a mulher no mundo do trabalho, parte-se da premissa que essas não são indivíduos isolados e sim seres sociais em relação com os demais grupos presentes em uma sociedade ainda direcionada por formas segregacionistas, discriminatórias e pela divisão social e sexual do trabalho. Por isso, destacar a questão de gênero nessa pesquisa requer situar as diferenças construídas e estabelecidas entre homens e mulheres na esfera produtiva.

reconhecimento maior. Mulher tem tudo hoje, entra na política, você vê a mulher dirigindo carreta, caminhão, fazendo tudo pra poder ajudar dentro de casa porque o homem não dá conta, e tem uma discriminação mesmo. Quando eles olham, ah é mulher, e mulher não pode, mulher é isso... Igual eu te falei, em questão assim de vagas de emprego tem mulher que tem experiência em serviço que homem faz, mas ela não é aceita porque é mulher. E homem também né. Eu não tenho nada contra não, homem pode trabalhar do que ele quiser, mulher também, trabalhando, dando conta do sustento da família, tudo bem. Mas igual, tem mulher que trabalha fora e o homem fica em casa, então é uma discriminação, né. Igual a gente vê até na televisão, o homem toma conta de casa, leva os filhos pra escola, mas ainda tem muita discriminação com isso. E a mulher, igual um dia eu vi na televisão, a mulher ela viaja dirigindo carreta e o marido fica em casa tomando conta dos filhos (MARIA DE LOURDES).

É que tá difícil também pros homens, né, principalmente aqui em Divinópolis. Pras mulheres também não é fácil, os homens quando desemprega, é bem mais difícil (MARIA DAS GRAÇAS).

De acordo com as narrativas, é constatada a discriminação e assimetrias existentes entre homens e mulheres na sociedade e isso contribui para legitimar os papéis sociais destinados a cada um desses segmentos. Fica explicitada a incorporação hierarquizada do constructo social de gênero pelas trabalhadoras, pois ainda reforçam as atribuições competentes ao homem e à mulher na vida social. Mediante as falas, são ainda direcionadas à figura feminina as funções de mãe, esposa e dona de casa em detrimento da figura masculina como mantenedora do sustento familiar. Também são associadas características como força física ao homem e a delicadeza à mulher, como se observa a partir de algumas percepções narradas.

Eu acho que discrimina assim muito o homem, porque geralmente, a gente vai em fábrica, a gente vê muita costureira mulher. Homem é raridade você vê, então eu acho que a discriminação é mais pro lado deles; mulher não. Eu acho que trata diferente em questão assim depende da área, do serviço que a pessoa vai enfrentar, igual assim: costureiro. Tem uma certa discriminação com homem, ser costureiro, eu acho que é mais nessa parte. Igual, marido, homem tomar conta de casa, muita gente discrimina isso, não acho discriminação, não vejo problema (MARIA DAS DORES).

Mulher tá avançando muito no lugar do homem, então tá muito misturado, tá menos porque antigamente não era assim, o trem era dividido mesmo. Às vezes uma mulher, que seja até numa fábrica, na indústria, às vezes a mulher ocupa um cargo maior do que do homem. Às vezes não é porque é homem que tem mais potencial pra isso, não é, cada um tem um. Mas tem dia que a gente fala que queria tanto ser homem, em umas coisas que acontece com a gente, de passar mal todo mês, eu até falo que homem se ganhar neném eles morrem, não dá conta (MARIA DA CONCEIÇÃO).

A gente escuta muito, igual eu estou na Auto Escola, aprendendo dirigir, o que eles gritam, o que fala. Nossa Senhora, mulher? É muito difícil a gente não pode ir num bar. Ontem mesmo a hora que eu fui no orelhão ligar pra minha mãe, o bar tava cheio aí eles começam aquela gritaiada. Nossa é difícil, é muita coisa que a gente escuta. E tem coisa que a gente tem

vontade de fazer e não pode, o homem acha que tem o direito de sair e voltar certas horas. Vai a mulher fazer isso? Porque muita briga de casal é por causa disso, porque eles se acham superior, eles tando trabalhando tá bom, não precisa de fazer mais nada. Igual às vezes o Hélio chega em casa, senta aqui, vai beber uma cerveja, eu tô ali fazendo a janta, se eu não falar, oh Hélio lava aqui pra mim. Daí ele fala uai você não pediu... Uai mas você não tá vendo? Então tem que mandar, não sente na obrigação de fazer as coisas. Tipo eu gosto de ser mulher, mas têm essas partes, eu falo que se eu nascesse de novo, se eu pudesse escolher, eu ia ser mulher de novo, só que assim, mais independente desde antes, porque a gente que acostuma eles assim, a gente vai pegando as responsabilidades deles e eles vai gostando. Até que em questão de menino, assim, banho na Ana, o Hélio chega vai dar um banho, arruma o cabelo dela, porque menina é mais complicado do que menino, os meninos é mais independente, mas é tudo difícil, a gente acha que tudo só a gente que dá conta (MARIA MADALENA).

Tem vez que meu marido me ajuda aqui em casa, mas ele fala que eu sou muito chata, tipo assim, ele não gosta de fazer porque eu volto fazendo atrás. Aí se ele tiver de folga ele lava as vasilhas, aí ele sabe que eu não vou voltar lavando, mas varrer ele não varre porque eu volto atrás e ele odeia. Tipo se eu precisar ficar fora de casa, minha filha dá conta, agora se eu levar ela não sei o que vira a casa, porque o homem é bom demais na cozinha, mas ao mesmo tempo se for pra ele arrumar a casa ele é porco. Mas eu falo que ser mulher hoje, acho que é quase ser Jesus Cristo, é sofrer demais. Mas ao mesmo tempo que a gente sofre muito, mulher hoje é muito independente, mas eu acho que mulher já dominou muito seu pedaço. Antigamente mulher era mais escondidinha, hoje elas estão muito à vista, assim, não esconde, não tem vergonha de lutar por aquilo que quer e tal. Mas na outra encarnação eu quero ser homem. Porque pra começar homem não ganha filho, homem chega do serviço e não tem preocupação do serviço de casa, tipo assim, normalmente a doença mais frequente da mulher, até mesmo depois de ser mãe, eu mesmo antes de ter filho eu nunca tive dor de cabeça, engravidei com 23 anos e não sabia o que era uma dor de cabeça, mais de lá pra cá sinto isso, sinto aquilo, eu acho que não sei porque, mas a gente adoce mais, cansa mais. Normalmente eu acho que a mulher é mais preocupada, porque o homem normalmente ele pensa só em pôr dinheiro dentro de casa, mas a gente preocupa com tudo. Filha tá crescendo a gente preocupa, aí meu Deus minha filha já tem seios, tá isso, tá aquilo. Eu acho a mulher mais preocupada. Por isso você pode perceber que se casar um casal hoje da mesma idade, a mulher envelhece mais, você pode ter certeza disso. Ela se cuida mais também, mas a mulher pensa mais, cansa mais, acho que por isso que ela adoce mais (MARIA APARECIDA).

Olha eu acho que algumas atividades, tem que ser diferenciada mesmo, tem coisas que é o homem que tem que fazer e tem coisa que a mulher domina também e ela pode estar ajudando. Igual hoje a gente já pode ver no Rio de Janeiro já tem escola de pedreira, mulher aprendendo a trabalhar de pedreira, já tá fazendo uma boa condição de sustentar a família. Então tem atividades que não tem porque discriminar, se a mulher dá conta, domina então não tem porque. Eu acho que nessa questão de força física também, eu acho que peso bruto é o homem, tem umas mulheres que se acham mais forte, mas são raridade. Eu acho que tem que ser diferenciado mesmo. Eu gosto de ser mulher por essa questão da delicadeza, me agrada muito (MARIA AUXILIADORA).

Hoje em dia eles falam que a mulher quer tomar o lugar do homem. Não é isso, a gente quer mostrar que a gente também tem capacidade, eu acho que é assim. Mas eu tenho muito serviço que se fosse pra mim fazer eu

não queria, de homem, que às vezes também tem serviço de mulher que homem não queria fazer, então assim eu acho que existe preconceito sim, tanto do homem quanto da mulher. Agora eu nunca passei por isso não. Às vezes aqui em casa meu marido fala, costurar é fácil; então vai lá e costura. Mas ele não vai fazer o que a gente faz [...] Eu gosto de ser mulher, eu prefiro ser mulher do que homem, digamos assim, que mulher tem mais privilégio em relação a tudo, em tudo assim, eu gosto de ser mulher, aí eu não sei explicar, sabe assim, mas eu não queria ser homem não. Às vezes eu brinco, aí que vontade de ser homem! Mas é só brincadeira mesmo, eu não tenho essa vontade não. Eu gosto da minha vida como mulher. Eu gosto de viver a mulher que sou, de ser mãe. Eu tenho dois filhos maravilhosos, não tenho nada a reclamar deles, então assim tenho marido e tudo que ele pode ele me ajuda. Então não tenho nada a queixar da minha vida de mulher (MARIA DE FÁTIMA).

A partir da concepção das relações sociais de gênero estabelecidas na sociedade sob a ótica das trabalhadoras partícipes da pesquisa, observa-se, em especial pela narrativa de Maria Aparecida, que muitas mulheres compreendem e interpretam como ajuda as atividades masculinas realizadas no espaço doméstico, como lavar, passar, cozinhar, fazer compras, cuidar dos filhos e da casa, e não como uma atribuição e responsabilidade de ambos. Tais tarefas ainda estão arraigadas na mentalidade social como competências e habilidades femininas. Em sua descrição demonstra que ao se ausentar, quem assume as tarefas domésticas é a filha, contribuindo para a reprodução de um ciclo vicioso de responsabilidades femininas “naturalizadas”. Com isso, na maioria dos casos, a participação masculina nas tarefas domésticas sempre aparece de forma pontual e acontece mediante algumas eventualidades.

Esse argumento pode ser sustentado com base na descrição de Maria de Fátima que faz o seguinte relato:

Ele me ajuda, eu não posso reclamar não, em casa mesmo ele me ajuda muito. Se ele chega mais cedo do que eu, se tem alguma coisa pra lavar, ele lava, ele chega e varre a casa, às vezes vai arrumando a janta até eu chegar. Então não posso reclamar não, ele me ajuda muito. Se ele tá aqui, ele me ajuda, mas assim, eu não exijo muito não, porque tem dia que ele chega muito mais cansado do que eu, porque ele carrega e descarrega caminhão e é pesado, e tem dia que ele viaja o dia todo. Então assim, isso aí eu não exijo, mas ele me ajuda na medida do possível, não posso reclamar não (MARIA DE FÁTIMA).

Mediante o que foi esboçado, ao se abordar a categoria trabalho e as relações de gênero, fica evidente compreendê-las e apreendê-las como manifestações da questão social, engendrada no século XIX como reflexo do confronto entre as condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), ou seja, as contradições

presentes na relação capital *versus* trabalho, mediante as situações concretas de pauperismo, miserabilidade e exploração advindas da lógica acumulativa do capital.

Nesse quadro, os trabalhadores se organizam, mobilizam e se rebelam em busca de objetivos comuns, visando à garantia de direitos e reconhecimento coletivo. Como exemplo pode ser citado o Ludismo no século XIX, o movimento operário, o sindicalismo e algumas greves realizadas por categorias profissionais. Isso também pode ser identificado nas análises sobre gênero e sua relação com a questão social. Sabendo que gênero é um constructo social, histórico e ontológico para compreender as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, sem distinção de orientação sexual, credo, etnia ou geração, tais relações ainda se dão de forma hierarquizada, pautadas em submissão, dominação, desigualdades e práticas discriminatórias. Diante desse quadro, os sujeitos envolvidos nesses processos sociais não são pacíficos e inertes, mas históricos e políticos, que protestam, contestam o estabelecido e encampam lutas sociais frente às situações apresentadas. Com isso, ingressam na cena política exigindo direitos, reconhecimento e legitimidade na sociedade e, como exemplos, podem ser citados os movimentos sociais, como o feminista, o negro, o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, dentre outros.³⁹

Ao fazer alusão ao trabalho e gênero como faces da questão social, é importante destacar que no Brasil, as primeiras décadas do século XX, em especial as décadas de 1920 e 1930, são emblemáticas por apresentarem momentos marcantes na história do movimento operário do país, pois diante de inúmeras mobilizações, reivindicações e greves, a questão social torna-se uma preocupação para o Estado e para o empresariado e, com isso, são elaboradas as primeiras medidas de legislação trabalhista, considerando que até o respectivo marco histórico a questão social era solucionada pela força e repressão policial. Sob a roupagem de uma classe patronal “protetora” e “preocupada” com seus trabalhadores, um dos principais objetivos dos detentores dos meios de produção eram o controle e a disciplina tanto do trabalhador como de seus familiares. As medidas tomadas pelo patronato e pelo Estado oscilavam entre um caráter paternalista e, ao mesmo

³⁹ Merece ser destacada a greve norte-americana dirigida por 129 mulheres operárias/tecelãs na luta pela redução da jornada de trabalho e contra as péssimas e desumanas condições de trabalho. Em resposta às atitudes das operárias, em 8 de março de 1857, a força policial, sob decisão da classe patronal incendiou a Fábrica de Tecidos Cotton, levando à morte por asfixiamento destas operárias. Tal acontecimento explicita a forma de tratamento da questão social na época, ou seja, pela força e repressão policial. Maiores detalhes consultar Rago (1997).

tempo, repressor. A partir dessa fase são criadas entidades de defesa dos interesses dos trabalhadores e são tomadas

[...] algumas medidas de assistência social, postas em prática por alguns industriais: instalação de farmácias, seguro contra acidentes, assistência médica, habitações e uma escola para os filhos dos operários. Segundo o DET [Departamento Estadual do Trabalho], no entanto, estas medidas de caráter assistencial relativas à saúde do trabalhador e às condições de trabalho eram ainda muito limitadas e este órgão público procurava incentivar sua adoção pelo conjunto do empresariado (RAGO, 1997, p.34, grifo nosso).

Com isso, buscava-se transmitir a imagem de uma classe patronal sensibilizada com seus trabalhadores e com seus familiares ao garantir-lhes o acesso a certos “benefícios” sociais.

Por fim, ao propor apreender tais acepções acerca das relações de gênero e do mundo do trabalho, torna-se imprescindível situar tais discussões no cenário regulado pelo capital, cujo sistema tem tido inúmeras ressonâncias e provocado diversos significados para a compreensão da realidade.

Na atualidade, o quadro apresentado é de uma heterogeneidade, fragmentação e complexificação dos trabalhadores (Antunes, 2007), pois padecem das vicissitudes do trabalho, seja em seu caráter precarizado, terceirizado, temporário, subcontratado e marcado pela instabilidade.

O crescimento desenfreado do desemprego em dimensão estrutural, os cortes salariais, o não cumprimento dos direitos outrora assegurados e conquistados pelos trabalhadores e o desmonte das políticas públicas de cunho universalista expressam as evidências agravantes da questão social, engendrada no processo de acumulação do capital, que se desdobra no decurso histórico e passa a ter alguns contornos particulares diante das determinações do capital financeiro sob a chancela da internacionalização econômica. Nos dizeres de Iamamoto (2008, p.111),

O capital internacionalizado produz a concentração da riqueza, em um polo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social.

O pano de fundo do sistema capitalista está em traduzir a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e social, pois este gera uma crescente pobreza em

detrimento da concentração e centralização de capital, destituindo uma ampla camada da população do acesso aos direitos sociais.⁴⁰

Sendo assim, face aos aspectos dissertados, o próximo item objetiva apresentar o universo da costura, com ênfase para o ingresso das mulheres nessa esfera produtiva de forma a problematizar tal atividade como um atributo feminino *por excelência* devido à naturalização de determinadas funções sustentadas pela divisão social e sexual do trabalho.

1.2 Condicionantes da costura: trabalho ou vocação?

Partindo da premissa de uma discussão da atividade realizada com a costura como uma forma de trabalho ou vocação feminina, é importante ressaltar que o trabalho, na concepção judaico-cristã, estava associado às penas atribuídas aos seres humanos ante os pecados cometidos e, por isso, foi destinado a Adão ganhar o pão com o suor de seu rosto e à Eva provar as dores do parto.

Já no século XV, com a Reforma Protestante, o trabalho ganha outra conotação, associada à salvação humana e ao acúmulo de bens, deixando de ter um caráter punitivo e passando ao âmbito da virtude. Com isso, as profissões passaram a ser tidas como vocação, visto que os indivíduos deveriam cumprir ao longo de suas vidas as providências divinas.

Com o passar do tempo e o advento da Revolução Industrial, o trabalho assumiu outras configurações, em especial no modo de produção capitalista em que sua funcionalidade se consubstancia na produção de mercadorias, tendo como fim

⁴⁰ Ao analisar a situação brasileira baseada nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2005, Iamamoto (2008, p.152) ressaltava que nos últimos anos o Brasil apresentou um crescimento nas taxas de desemprego e informalidade, além de possuir uma das piores distribuições de renda do mundo, o que pode ser observado pelo coeficiente de Gini do país de 0,580 em 2007. Tal indicador, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é responsável por auferir a concentração de renda e propriedade que parte do indicador de 0 (zero) a 1 (um), sendo que 0 (zero) corresponde à completa igualdade de renda, e quanto mais elevado, ou seja, quanto mais próximo a 1 (um), maior a desigualdade. De acordo com o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no ano de 2009, o Brasil passou a ocupar a 75ª posição mundial com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,813, valor considerado de alto desenvolvimento humano. O IDH é um indicador de medida que engloba: riqueza, educação e expectativa de vida da população. Porém há muitas controvérsias acerca desses dados, até porque predomina a “fama” do Brasil de ser um dos países com maior concentração de renda e riqueza do mundo, com alta taxa de analfabetismo e baixa expectativa de vida em determinadas regiões.

último a geração de lucro. Diante desse cenário, o trabalho perdeu seu sentido criativo, humanizador e socializador e ganhou a dimensão coisificada e estranhada, o que foi esboçado, anteriormente, a partir da perspectiva marxiana de trabalho concreto e abstrato.

Sendo assim, tomando tal parâmetro para a análise do universo da confecção, com ênfase para a fase da costura, as autoras Abreu e Sorj (1994), em pesquisa realizada no Rio de Janeiro contemplando os trabalhadores dessa ramificação produtiva, concluíram que na concepção dos alfaiates, o aprendizado da costura é concebido como um trabalho, e ao se capacitarem, se reconhecem enquanto profissionais, visto que realizam, na maioria das vezes, suas atividades fora do espaço doméstico. Já as costureiras, percebem a atividade da costura não como um trabalho e uma profissionalização, mas como um atributo da qualidade feminina associado à função de mãe e esposa, vinculado ao espaço do lar, ou seja, uma aptidão e vocação da mulher.

Os estudos de Abreu e Sorj (1994) apresentam as distinções entre a natureza do trabalho da costureira e do alfaiate, considerando que enquanto para a mulher o aprendizado da costura era natural no espaço doméstico como uma responsabilidade feminina incorporada às suas tarefas cotidianas, o alfaiate realizava tal atividade como um indivíduo autônomo, reconhecido e remunerado na esfera produtiva. Com isso, o que se constata é que tal atividade, mesmo sendo realizada sob aspectos similares em sua essência, consiste em *status* diferenciado entre as costureiras e os alfaiates, frente aos determinantes de gênero presentes nas relações sociais e consubstanciados pela divisão sexual do trabalho.

Nessa linha de raciocínio, Lima, ao analisar a realidade do setor confeccionista no município de Cianorte, Estado do Paraná, pontua que,

Mesmo quando a costura é particular e domiciliar, a divisão sexual do trabalho se mantém, como é o caso dos alfaiates. Seu aprendizado é visto como profissão, não como habilidade de “dona de casa”, como acontece com as mulheres. Seu status é diferenciado e superior. Não é por menos que o sindicato dos trabalhadores mantém uma nomenclatura só para eles. Não são chamados de costureiros, mas de alfaiates (LIMA, 2009, p.142).

Na pesquisa realizada por Lima (2009, p.165) em Cianorte, a autora constatou que entre as trabalhadoras entrevistadas que exerciam funções na confecção, 31% delas aprenderam o ofício da costura com suas mães, enquanto 27% aprenderam com vizinhas e 14% com parentes, o que reforça tal aprendizado

ainda presente no espaço doméstico. Das trabalhadoras, apenas 18% haviam adquirido tal aprendizado em cursos técnicos e profissionalizantes.

Sendo assim, verifica-se que o aprendizado da costura nem sempre ocorre no espaço doméstico e muito menos é regra passar de mãe para filha. Há casos de mulheres que aprendem a costurar na unidade fabril como forma de treinamento e assim vão aprender a função no contato com a máquina, a partir de um interesse e esforço individual. Nestas situações, tais trabalhadoras passam a depender também da “boa vontade” dos colegas de trabalho e do responsável pela seção.

Diante disso, segundo relatos das colaboradoras, podem ser observadas diversas formas de aprendizado com a costura. Para tanto, serão abordadas a seguir as primeiras experiências dessas mulheres no mundo do trabalho para uma compreensão dos processos que desencadearam a inserção desse segmento no espaço da confecção.

Eu comecei a trabalhar eu tinha nove anos, eu cuidava de neném. Nossa já trabalhei demais na vida, tô querendo aposentar já. Eu olhava uma menininha e também não era a semana inteira. Quando eu não olhava, eu ajudava na roça, ajudava meus pais e meus irmão. Já ralei pra caramba e ralo até hoje. Já fui babá, depois eu trabalhei de capinar com meu pai, mas não era um serviço direto. Nem salário eu tinha. Depois eu trabalhei com sapataria, fui coladeira, já trabalhei de doméstica, já trabalhei em restaurante, auxiliar no restaurante. Depois disso fui costureira e já tem uns acho que quinze anos, acho que é isso mesmo que tô na costura e oh! É pra falar a verdade ou mentira? Não gosto muito de ser costureira não. Assim, até falar pra você que quando gosta de fazer, faz bem feito, é mentira. Porque lá na fábrica as meninas têm raiva de mim porque eu sou perfeccionista demais. Se vem uma coisa pra mim fazer da costureira lá de trás eu vou fazer o meu serviço. Se eu tiver que fazer o meu serviço por cima de outro e fizer mal feito eu mando de volta pra desmanchar. Mas gostar, gostar eu não gosto, faço bem feito, trabalho há muito tempo, porque aqui em Divinópolis é o ramo melhor pra ficar empregado. Não paga bem demais, mas também não paga ruim demais também não. Então talvez seja assim, meio de sobrevivência (MARIA APARECIDA).

Maria Aparecida expressa sua inserção, desde a infância, no mundo do trabalho, passando por diversos tipos de atividades até chegar à confecção. Vale destacar, de acordo com o seu relato que, em muitos casos, os tipos de trabalhos realizados por essas mulheres têm um elemento em comum, que é a precariedade das condições oferecidas nas tarefas que ocupam, marcadas pela ausência de um salário fixo e de garantia dos direitos trabalhistas. No mais, demonstra sua insatisfação com o mundo da costura e pondera que permanece nesse tipo de função devido à falta de outras oportunidades naquela localidade, tendo em vista

que um dos setores de maior destaque econômico no município de Divinópolis é o da confecção.

Quanto à remuneração nesse setor econômico, citada por Maria Aparecida, de acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho 2009/2010, o piso salarial da costureira em Divinópolis estava estabelecido em R\$530,00, enquanto que o piso do cortador foi estipulado em R\$580,00 e o de arrematadeiras, passadeiras e serviços gerais em R\$500,00.⁴¹

A partir desse piso, pode-se constatar que os homens, mesmo no ramo da confecção também se sobressaem em relação às mulheres na questão salarial, pois é sabido que no setor de corte, atribuição que exige maior força física, há a predominância ou até mesmo a exclusividade da incorporação do trabalho masculino. Tal problemática é explicitada por Maria de Fátima logo abaixo.

Eu não posso te informar com detalhe, porque toda fábrica que eu trabalhei tem o cortador, e ele ganha mais do que a gente, isso todas fábricas o cortador ganha mais do que a costureira. Agora pra te falar direito eu não sei o salário dele não. A modelista também ganha mais do que a costureira. Às vezes a gente fica até chateada por isso, porque assim, tem fábrica que não valoriza muito o seu serviço. Teve uma fábrica que trabalhei que a gente fazia vários modelos terríveis de fazer. Até a modelista mesmo ficava indignada com os modelos que a gente fazia, e a gente não tinha aquela valorização do patrão, que às vezes a gente desempenhava e era muito bem feita e não era reconhecida. A modelista sempre foi reconhecida, mas costureira não. Agora o cortador sempre ganha mais (MARIA DE FÁTIMA).

Cabe destacar que todas as colaboradoras entrevistadas alegaram receber o piso salarial determinado, sendo que algumas, em especial as faccionistas, perfaziam uma remuneração significativamente superior a tal piso, visto que seus rendimentos são baseados no número de peças produzidas e, por isso, sempre prolongam suas jornadas de trabalho.

Outro elemento importante a ser considerado é que o piso salarial do cortador, profissão predominantemente masculina, é superior aos demais, como descrito anteriormente, o que reforça a concepção hierarquizada no mundo do trabalho entre homens e mulheres de forma a sustentar diferenças salariais e “guetos” ocupacionais.

⁴¹ Tais dados são divulgados pelo Sindicato da Indústria do Vestuário de Divinópolis (SINVESD).

No mais, ao prosseguir os relatos das mulheres da confecção sobre seu ingresso na esfera da produção, Maria de Fátima narra seu vínculo com a costura desde a infância.

A minha mãe que foi tudo pra gente, então a gente cresceu com a minha mãe, costureira. Minha mãe é costureira e ela tem mais de 50 anos de profissão. Ela já costurava lá em Luz. Então ela veio pra cá pra costurar a mesma coisa. Então assim, lá na minha casa todos nós somos costureiras, até meu irmão que o único irmão que nós temos trabalha em fábrica. Ele é cortador. Então assim, nós todos, acho que não tem nenhum, sabe assim, até as sobrinhas mesmo tá virando costureira (MARIA DE FÁTIMA).

A fala de Maria de Fátima evidencia a influência da costura na vida familiar, pelo fato de toda a família se enveredar por esse ramo de atividade, mesmo em alguns momentos não se identificando com tal especificidade produtiva, mas sabendo que não há muitas possibilidades diante de um cenário de crises no mundo do trabalho, marcado pelo desemprego e, até mesmo, pela dificuldade em encontrar outros tipos de trabalho, tendo em vista a ausência de investimento na educação formal, conforme relatado por Maria de Fátima, pois a falta de “qualificação” profissional é um dos álibis adotados pelo sistema social como estratégia de justificar suas fases de crise.

A mamãe veio pra cá pra costurar. Ela costurava assim: vamos supor, você contratava ela, ela ia na sua casa e trabalhava pra você o dia inteiro. Minha mãe faz até um vestido de noiva, se você pedir, ela faz. Sabe então assim, ela ia e costurava pra você o dia todo, se você quisesse, aí ela cobrava ali aquele dia. Ela nunca gostou muito de trabalhar em fábrica, minha mãe nunca gostou de ser mandada não. Então ela nunca gostou de trabalhar em fábrica, ela sempre trabalhou pros outros, particular, em casa, que ela tem as máquinas. Minha mãe é tipo assim, um alfaiate, entendeu? Só que em casa. Ela tem as máquinas também na casa dela. Ela trabalha na casa dela até hoje. Ela tá com 68 anos, ela costura aqui, então foi assim que ela criou, e a gente aprendeu ali com ela. Foi vendo aquela luta dela ali e aprendeu com ela. Então assim, eu devo a minha profissão, não digamos a ela, à meu ex marido, que foi ele que me incentivou a costurar, que eu nunca gostei muito de costurar não, agora que eu lá vou acostumando, mas que é meu sonho, falar assim, que eu amo costura, que adoro, não. É a profissão que eu tenho, é a única coisa que eu sei fazer, então vamo fazer, costurar né, que eu não tenho outra profissão, não quis estudar... (MARIA DE FÁTIMA).

Além do mais, Maria de Fátima relata seu histórico pelo mundo da costura pontuando períodos de cansaço, estresse, fadiga e traz elementos da sua fase matrimonial em que trabalhava como costureira em fábrica. Porém, nesse período teve de abandonar o trabalho em um determinado momento para assumir as responsabilidades do cuidado com o filho tendo em vista a reprovação escolar do mesmo. Ou seja, foi necessária a saída da esfera produtiva, em um determinado

período, para assumir suas responsabilidades “naturalizadas” de mulher na esfera reprodutiva, como se observa em sua narrativa.

Só que aí eu e meu ex-marido, a gente começou a brigar muito. Aí ele achou melhor eu largar, porque trabalhava muito, não tinha tempo, como se diz, pra família. Na época, eu tinha só meu filho, ele tomou bomba, era escola particular, por causa que eu não tinha tempo de ensinar, foi virando aquela confusão, aí ele achou melhor parar [...] Tem dia que eu gosto do que faço, tem dia que não. Costura é uma coisa muito estressante, é bom, sabe, igual onde eu tô, eu gosto das meninas, elas também, você distrai. Mas tem dia que dá vontade de largar tudo e sair correndo, porque chega cada modelo, você não acredita. Teve um essa semana, eu gastei dois dias pra fazer uma peça, era complicado, sabe, eu olhava dava vontade de largar a bata e sair correndo (MARIA DE FÁTIMA).

Maria de Fátima ainda acrescenta que a principal influência para sua inserção no universo da costura surgiu da cobrança do marido que alegava a necessidade da mesma ter uma profissão.

Foi meu ex marido que pegou no meu pé pra mim ter uma profissão. Foi ele que chegou a pagar um curso na época pra mim de uma mulher que me ensinava em casa. Aí eu fui, aprendi e comecei a costurar na máquina da mãe dele, na casa dela, que era essas máquinas caseira. Depois, pra me incentivar, ele comprou uma máquina pra mim, e só que eu larguei, eu não gostava, eu não tinha na cabeça de ser costureira. Eu não gostei, depois meus filhos nasceu e ficou mais difícil, aí foi depois que a irmã dele me chamou pra gente montar uma facção. Foi onde ela foi fazer um curso de estilista e eu de costura, e ele pagou também. Era das 18:00 às 22:00 da noite, todos os dias. Então assim, pra mim foi muito bom esse incentivo dele. Eu falo que eu devo isso a ele. Minha mãe mesmo nunca ligou pra me ensinar. Ela ajudava minha irmã mais velha, porque por ela eu seria uma empregada doméstica mesmo, ela nunca importou em me ensinar, eu aprendi graças a ele (MARIA DE FÁTIMA).

Outras colaboradoras também retrataram seus itinerários pelo mundo do trabalho, como se apresenta a seguir.

Eu tinha doze anos quando eu comecei trabalhar. A minha irmã tinha uma mercearia com o ex-marido dela. Aí eu trabalhei lá, com ela ajudando, ajudava ela. Mas já fiz de tudo, já fui babá, já trabalhei em mercearia, já trabalhei em fábrica de costura (MARIA DAS DORES).

Assim que eu cheguei aqui eu comecei a trabalhar na casa de uma senhora. Eu olhava o menino dela, eu trabalhei de babá, três anos. Depois eu comecei a costurar, eu desde pequena, uns doze anos, eu já pegava uma máquina velha da minha mãe e fazia. Minha mãe não era costureira não, mas tinha uma máquina velha. Sabe aquele povo que antigamente tinha uma máquina pretinha. Aí desde pequena eu gostei. Aí assim que eu cheguei aqui, passou pouco tempo eu fiz um curso e comecei a trabalhar. Igual eu te falei, desde pequena eu mexia na máquina da minha mãe, e depois fiz um cursinho com uma moça, cursinho em casa mesmo, Almerinda que ela chama e entrei na fábrica em dezembro como arrematadeira e em janeiro ela viu que eu já tinha jeito e passou eu pras máquinas (MARIA DO CARMO).

Eu comecei trabalhar como babá, depois como doméstica, depois trabalhei num escritório de advogado, depois trabalhei numa locadora e depois eu passei pra fábrica de costura e tô na área até hoje. A minha mãe tinha uma maquininha e a gente sempre costurava alguma coisinha. Aí quando eu fui pra fábrica, o rapaz me deu oportunidade de estar aprendendo lá dentro. Então ele me ensinou em outras máquinas, e de lá pra cá estou sempre aprendendo coisas novas, mas nunca fiz curso pra isso não (MARIA AUXILIADORA).

Fiz de tudo já, fui babá, trabalhei de empregada doméstica. Meu primeiro emprego foi... Eu cuidava de um menininho, eu era babá e limpava apartamento da mulher pra ela. Depois eu tive oportunidade de depois que eu trabalhei na casa das pessoas assim, eu tive oportunidade de ser chamada pra trabalhar em uma loja, eles eram conhecidos da minha mãe, conterrâneos da minha mãe, aí me colocou nessa loja de tecido. Depois de lá eu saí, porque assim eles me deram oportunidade, me ensinaram a trabalhar e tudo, mas eles me pagavam da maneira deles. Eu nem era registrada, mas assim eu, todo mundo ganhava uma comissão, mas ganhava o justo pelo que eles trabalhavam, eu não, eu assim, eles faziam um salário lá base deles lá, tipo assim se o meu salário fosse quinhentos eles falavam assim: cento e cinquenta tá bom, eu acho assim, eles me deram oportunidade de trabalhar, então eles achavam assim que eles não precisavam de me pagar o que eu realmente fazia não, entendeu? Aí eu fui ficando assim desanimada porque às vezes até na casa dos outros eu ganhava mais. Aí eu peguei e falei que não ia mais não, falei pra minha mãe que não ia mais não, que eu ia voltar a trabalhar na casa dos outros. Só que aí um rapaz de uma loja perto me chamou pra trabalhar lá com ele, numa loja de aviamento. Aí eu fui, aí depois eu conheci o pai da minha filha, ele mexia com mercearia aí eu saí de lá e fui trabalhar com ele na mercearia. Aí eu já trabalhei informal na mercearia. Depois eu trabalhei em bar e assim foi a vida inteira. Depois eu voltei a trabalhar em loja. Trabalhei em loja de calçados muito tempo, muitos anos fichada. Depois eu comecei, eu fiz um curso de costura que eu não gostava de trabalhar em loja sabe, eu queria trabalhar em uma coisa assim que eu chegasse e fizesse o meu serviço e fosse embora e pronto. Eu não queria aquela coisa, que loja você tem que tá insistindo pra pessoa comprar e tudo. Aí eu peguei e desisti. Falei assim: Não eu vou sair. Aí eu saí de lá e falei vou fazer um curso de costura. Fiz aí tinha uma facção aqui, eu fiquei sabendo que a menina estava precisando de costureira e fui lá e conversei com ela. Eu fiz o curso, mas assim, se você me der oportunidade eu trabalho pra você até trinta dias sem me pagar nada, só pra fazer o meu serviço porque eu queria trabalhar com isso. Aí ela falou assim, você pode vir hoje mesmo. Aí eu fui e comecei a trabalhar. Aí lá elas me ensinaram a fazer tudo que eu sei hoje, as coisas mais difíceis assim, fazer costura embutida, pregar um zíper, tudo eu aprendi foi lá, mas ela me pagou direitinho tudo, e aí de lá eu fui trabalhar em outra produção né. Assim que eles me chamavam pra trabalhar e falavam assim: Ah o seu serviço é muito bom queria que você trabalhasse pra mim, eu te pago mais aí eu ia. Aí foi até um certo ponto que eu falei com minha irmã, a não gente, trabalhar pros outros não tá dando porque eles pagavam, mas não pagavam assim o que a gente gostaria de ganhar. Aí eu falei... e quando eu sair desta loja meu acerto eu tinha guardado ele, aí eu chamei ela e a fábrica onde ela trabalhava tinha abrido falência. Então eles só receberam o fundo e o seguro, acerto eles não receberam nada. Minha tia tinha dezessete anos de fábrica e não recebeu nada lá. Aí eu falei com ela: Vamo comprar as máquinas e vamo montar? Aí ela falou assim: a não, eu tenho medo. Aí eu falei assim: ah não, mas não precisa ter medo não, porque se não der certo a gente vende, né e volta a trabalhar pros outros. Eu e ela trabalhava na mesma facção. Eu tinha arrumado lá pra ela, que ela fazia faculdade e precisava do dinheiro, né pra pagar a faculdade. Aí nós montamos e deu certo. Já vai fazer quatro

anos, né e em questão assim de salário, nossa, quantas vezes mais eu ganho do que quando eu trabalhava em fábrica (MARIA DE LOURDES).

A fala de Maria de Lourdes é substantiva tendo em vista que relata suas primeiras experiências no mundo do trabalho marcadas já pela precariedade e informalidade, visto que realizava serviços de empregada doméstica e de babá. Ao longo de sua trajetória, vivenciou várias oportunidades de trabalho até que resolveu ingressar no setor da confecção e, em seguida, montar “seu próprio negócio”. Maria de Lourdes retrata as vantagens do trabalho em domicílio focada na questão salarial, perdendo de vista outras análises, como a ausência de proteção social e de cobertura de direitos trabalhistas, fazendo uma interpretação imediatista de sua vida, pois ao ser indagada sobre a contribuição previdenciária, a mesma alega que se sente “desprotegida” nesse aspecto por não ser contribuinte, o que pode lhe trazer implicações para um futuro que também se coloca incerto.

Sobre essa realidade de trabalho domiciliar vivenciada por Maria de Lourdes, o estudo de Abreu (1986, p.203) comprova que uma faccionista,

[...] pode “tirar mais” que uma costureira de fábrica, se “sentar firme na máquina”. Ou seja, o aumento da remuneração está sempre associado a um esforço individual, como se dependesse apenas deste. Na realidade, a possibilidade de obter renda mensal mais alta não depende exclusivamente da vontade pessoal das costureiras, mas também da possibilidade de obter volume adequado de trabalho, o que, dadas as características de operação das confecções para as quais trabalham, só acontece em alguns meses do ano. Nas épocas de pico, no entanto, “dar duro na máquina” envolve desgaste realmente substancial da força de trabalho, fazendo serões todos os dias e trabalhando nos fins-de-semana. [...] o entrelaçamento do tempo dedicado ao trabalho com o tempo dedicado às tarefas domésticas dificulta, mesmo para elas, a percepção exata do tempo de trabalho.

Ao prosseguir sua narrativa, Maria de Lourdes relata como se configura o ambiente de trabalho, estruturado em seu domicílio.

É aqui nesse cômodo separado, que a gente fez, tudo arrumadinho com ventilação, com tudo, é ... Mas é aqui em casa que a gente faz toda a produção e essas máquinas aqui são tudo minhas. Igual, eu tenho um valor ali de dez mil reais em máquinas, aí cada uma é um preço. Conforme a função da máquina é um preço. Tem máquina de três mil, tem máquina de hum mil e duzentos, depende da máquina... (MARIA DE LOURDES).

Como todas as colaboradoras desta pesquisa que são faccionistas, ou seja, que costuram no espaço domiciliar, as atividades são realizadas em seus lares e, geralmente, elas adaptam algum cômodo residencial para servir como o local de trabalho.

Além disso, para o investimento em facções, é necessária a aquisição de máquinas, conforme descrito por Maria de Lourdes em visita realizada à sua residência para a concessão de entrevista, sendo que as principais máquinas adquiridas para executar as devidas tarefas são a máquina reta, a overloque e a galoneira. No entanto, as faccionistas alegam possuir também a máquina caseira, pois,

[...] apesar da menor velocidade caracterizam-se por uma versatilidade que não é encontrada nas máquinas industriais de costura reta. De fato, uma máquina de costura caseira permite, mediante pequenos ajustes ou trocas de peças, realizar vários pontos de costura (ponto reto, ponto ziguezague de diversos tamanhos), pregar fechos eclair, fazer casa, e muitas vezes até bordar e pregar botões (ABREU, 1986, p.172).

As trabalhadoras domiciliares adquirem, em geral, suas próprias máquinas, ou seja, seus patrimônios, o que elas consideram de suma importância e conquista proveniente dos seus trabalhos e “esforços”, pois possuir o maquinário representa para essas mulheres um valor agregado.

Maria das Graças também justifica que o local onde realiza a atividade com a costura é na residência de sua irmã.

Na casa da minha irmã, nós é em duas e lá tinha um ponto de comércio, aí fica independente. Aí não depende nem da casa dela, nem da minha. As máquinas são nossas e assim, quando tem serviço, não tem horas nem dia. Aí é o dia todo e até sábado e domingo. Tem sábado também, quando aperta a gente trabalha. Ainda mais nesses últimos tempos que eu tô com essa irmã lá em recuperação de cirurgia, aí eu faço uma faxina pra ela na segunda e na quinta. Então a maioria eu trabalho no sábado pra compensar. Já tem mais de um ano que ela tá recuperando, aí eu fico ajudando (MARIA DAS GRAÇAS).

Ao prosseguir com as narrativas, Maria Madalena descreve sua vida imersa no mundo do trabalho desde tempos de infância e já ligada à indústria da confecção.

Eu comecei trabalhar com onze anos de idade. Eu entrei na primeira fábrica de arrematadeira. Aí lá eu trabalhei três anos, aí fechou, fui pra outra; trabalhei dez anos, agora tô na de nove anos. Nessa que eu entrei de arrematadeira, eu trabalhei durante cinco meses arrematando, depois eu fui pras máquinas. Eu aprendi lá mesmo, minha mãe trabalhava lá. Minha mãe pediu pra mim, pra não deixar eu sozinha em casa. Aí eu estudava de manhã e pegava o serviço depois do almoço. Aí lá a fábrica era muito grande, lá tinha mais de vinte costureira. Aí o chefe deixava na hora do almoço eu mexer na máquina, sabe, aquelas curiosidade, depois deixou passar boca de bolso e tudo. Aí eu fui aprendendo. Aí ele já me passou pras máquinas, porque lá tinha costureiras que ficava só fazendo essas coisas, depois ensinaram a fazer barra e eu fiquei direto. Aí eu lembro que ele me chamou pra aumentar salário. Isso foi bom. Quando fechou lá, ele fechou naquela crise do Collor, quando o Collor tomou os dinheiros, aí fechou a fábrica, só que ele arrumou serviço pra todo mundo lá de dentro, sabe, aí eu fui trabalhar na outra fábrica e depois sai de lá e tô nessa até hoje, três fábricas (MARIA MADALENA).

Além de Maria Madalena, outras mulheres também ingressaram no mundo do trabalho de forma muito precoce, conforme se observa nos relatos de Maria da Conceição que teve seu histórico laboral marcado pelo trabalho com a facção, fruto da influência materna. Em seu relato fica evidenciado, também, o aprendizado na confecção passado pela geração familiar.

Com doze anos eu já trabalhava porque minha mãe mexia com facção, né no caso, aí eu comecei, eu aprendi com ela, que aprendeu com minha avó. Foi passando de geração pra geração. Sempre trabalhei nessa área e na facção a gente fica assim, facção tem mês que é mais ruim, mais assim, prejudicada assim a gente não fica não. Igual assim em janeiro é mais fraco, você faz o mínimo, mas assim se você não faz, você pega uma roupa particular, vai levando assim...(MARIA DA CONCEIÇÃO).

De acordo com a elucidação de Maria da Conceição, o trabalho na confecção é permeado por momentos de aquecimento na produção seguidos de algumas fases de queda na demanda, o que coloca as trabalhadoras domiciliares suscetíveis às leis da oferta e da procura.

Já a fala de Maria das Graças é muito interessante, na medida em que ao se pensar no momento em que ingressou no mundo de trabalho demonstra um certo “espanto” pela situação tão prematura em que já ajudava seus pais nos afazeres domésticos.

Nossa! Você fala...A gente era, tinha que por até um banquinho pra subir pra fazer comida porque não alcançava, e hoje não pode, as meninas de hoje não faz isso não. A gente morava na roça e o que ficava mais grandinho já acompanhava eles na plantação. Tinha que plantar milho, tinha que plantar um tanto de coisa, então a outra já ficava, às vezes punha um banquinho pra alcançar as panelas. Eu me lembro um dia que minha tia levou um negócio de porco, as pernas, como é que fala, sei lá do porco, que tira a carne e depois você fazia aquilo, é uma delícia. Ai nossa, eu não sabia como que eu ia fazer aquilo, aí fui fritando, aí falei: mais esse trem não tem jeito, tem que cozinhar, aí punha um tiquinho d'água, e era um trem que você faz, mas é na água, deixa cozinhar e depois que seca um pouquinho. Depois o pai chegando, isso aí eu não esqueço, nossa, eu não sabia nem como fazia, aí acho que eu fritei demais, mas eu era muito criança, mas já ajudava em casa. Mas aí ele falou assim, tava bom que ficou cozidinho, porque não tinha dente também né (MARIA DAS GRAÇAS).

Com isso, observa-se a presença do trabalho infantil na trajetória de vida das costureiras, em que exerceram tarefas sempre marcadas pela precariedade e atribuições “naturalmente” femininas, como ser empregada doméstica, babá e ingressar no universo da confecção.

Diante desse quadro, se vislumbra que o aprendizado da costura está atrelado aos condicionantes culturais e econômicos, pois além de estar associado à

habilidade feminina por excelência, também contribui para o exercício de uma função remunerada.

É perceptível, na maioria dos casos, que as habilidades com a costura ainda são tidas como aptidões e atributos femininos naturalizados, não sendo concebidos como uma competência profissional, o que reforça a desvalorização desses afazeres no mundo do trabalho e sustenta os papéis de gênero construídos historicamente.

Diante disso,

Aprender a costurar, por exemplo, constitui-se uma atividade imbricada à mulher. Isso porque costurar é tido como um saber necessário ao futuro papel de esposa e mãe, fazendo o aprendizado deste um processo totalmente naturalizado na formação das mulheres (PEREIRA, 2004, p.110).

Nesse sentido, concebe-se o trabalho com a costura como uma vocação feminina da mesma forma que se associa às mulheres a responsabilidade e vocação de ser mãe e esposa.

Em muitos casos, a dedicação às atividades relacionadas ao ramo da costura tem um significado expressivo para essas trabalhadoras que aprenderam tal ofício no espaço doméstico, seja transmitido pelos saberes das mães, de avós ou outros entes familiares. Sendo assim, o conhecimento e habilidades adquiridos com a costura perpassam a trajetória de vida dessas trabalhadoras e as gerações familiares, o que permite uma identificação com tal atividade e, por isso,

Ser “uma boa costureira” envolve, portanto, não apenas prática, mas também um dom, uma tendência, uma vocação. É neste contexto que a costura se transforma numa “arte” e que as gratificações intrínsecas ao próprio trabalho, a preocupação em realizar um serviço bem feito, adquirem relevância (ABREU, 1986, p.251).

Além de ser uma atividade/habilidade que ocorre em sua maioria desde os tempos de infância, o exercício da tarefa da costura representa para essas mulheres não somente a produção de mercadoria com vistas ao lucro e recebimento de salários, mas também o espaço de partilhas, de aprendizado, de criação, de sociabilidade, onde tais trabalhadoras aprendem, criam, recriam, trocam e adquirem saberes diversos.

Cabe considerar que esse universo da costura perpassa a esfera do saber/fazer tipicamente feminino, como conhecimento adquirido em seu processo formativo, como algo naturalizado e atributo da mulher, que pode ser utilizado como uma prática do cotidiano doméstico e de responsabilidade da dona de casa, mas ao

mesmo tempo pode assumir a natureza de um trabalho assalariado inserido em unidades produtivas, seja em regime formal ou informal.

Esse saber da costura é, em sua maioria, adquirido na fase da infância, no espaço doméstico e passado de geração para geração, ou seja, a mãe ensina a filha e esta vai passar seu conhecimento futuramente para suas filhas.

Vale destacar que esse aprendizado surge de forma naturalizada compreendendo que a confecção de roupas dos entes familiares é incumbência da mulher, responsável também pelos afazeres da casa. Mas para o aprendizado da costura é necessário haver na residência a máquina de costura e, além do mais, o contato com tal atividade “[...] exige a revelação de uma tendência, que se manifesta nos interesses infantis de fazer roupinhas para bonecas, e esse interesse deve ser provado para que possa se legitimar” (ABREU, 1986, p.227).

Nesse aspecto, a aprendizagem com a costura, em sua maioria, antecede o ingresso das mulheres no cenário produtivo e remunerado, tendo em vista seus primeiros conhecimentos no espaço doméstico relacionados ao contato com as tarefas domésticas como limpar, lavar, passar, cuidar dos filhos e costurar.

Entretanto, com o passar dos tempos, a costura, atividade considerada feminina por natureza, passou a ganhar status de profissão remunerada na esfera da produção, porém ainda sem reconhecimento e valorização.

Por isso, são verificados números elevados de mulheres em determinados setores da economia, como é o caso da indústria têxtil e calçadista, tendo em vista algumas habilidades adquiridas no decorrer de suas trajetórias.

Essa participação mais intensa das mulheres nas indústrias têxtil e de calçados se dá porque o processo de trabalho encontra-se ainda marcado pelo papel sexual das mulheres na sociedade. As relações sociais de gênero determinam, por exemplo, que aprender a costurar se constitui como um saber necessário ao futuro papel de esposa e mãe, fazendo deste um processo totalmente naturalizado para as mulheres (PEREIRA, 2004, p.71).

No que tange ao mercado de trabalho, o principal elemento para a contratação da mão-de-obra no setor confeccionista está relacionado às habilidades, destreza e aptidão com a máquina industrial, não importando os demais conhecimentos adquiridos em seu percurso de formação. Ou seja, não é relevante e nem obrigatório possuir cursos especializados na área para ser incorporado ao espaço produtivo, pois bastam as competências técnicas e práticas no manejo do maquinário. Porém, algumas trabalhadoras da confecção demonstram interesse em

aperfeiçoar seus conhecimentos fazendo cursos na área, como aponta Maria Auxiliadora.

Tem oficina da moda que desenvolve corte de costura, modelagem e tem a Dinâmica também e tem o SENAI também que envolve essa área de confecção. Ensina a pessoa a lidar com maquinário, modelagem, aprende a cortar. Essa é uma parte que eu não sei ainda. Eu sei cortar assim, com o molde, mas assim, igual tem muita costureira particular, elas já pegam o pano e faz a medida certinha. Eu ainda não sei, eu sei através do molde. Por isso que eu queria faz um curso, sabe, pra poder entender um pouco mais (MARIA AUXILIADORA).

Fiz um curso na Dinâmica de sessenta dias, mas igual eu te falei, você só aprende a fechar, você não aprende mais nada, você não aprende a pregar um zíper, não aprende a pregar um bolso, não aprende a fazer nada, só fechar uma camisa. Você aprende, como se diz, a tocar a máquina, né, a ter mais ou menos um controle porque a máquina é igual um carro, ela tem o acelerador, ela tem o freio e ela tem um pedal que você levanta o pé da máquina. Aqui em Divinópolis tem um curso muito bom no SENAI, né, só que lá, esse curso no SENAI eu acho que é até uma certa idade, que você pode fazer esse curso e tem o curso que você aprende a cortar e fazer a peça né, mas esse eu acho que é mais pra quem quer fazer Design, eu acho. Porque pra aprender a costurar mesmo assim, você aprende mais é no dia-a-dia. Você pega uma peça, você vê como ela foi feita, geralmente vem uma pilotagem né, vamos supor... Porque a maioria aqui em Divinópolis tira modelo de fora, compra uma roupa lá em São Paulo e trás. Aí chega aqui, eles passam pra quem faz o molde, a pessoa tira o molde daquela peça, desenha ela, vê o que é, tira o molde corta uma peça e manda para a costureira. A costureira vai e fecha. Deu certo a modelagem, ele vai infesta e corta. A maioria dos modelos são tirados de São Paulo (MARIA DE LOURDES).

Eu fiz um curso no SENAI de costura pra deixar de ser arrematadeira. Daí eu consegui mudar de função onde eu trabalho (MARIA DO SOCORRO).

Fiz um curso no SENAI, um ano. Curso industrial. Lá você aprende desde pregar um zíper até montar uma peça. Lá você tem todas as máquinas pra você mexer e tem até diploma (MARIA DE FÁTIMA).

Maria de Lourdes, Maria de Fátima e Maria do Socorro são casos atípicos de costureiras fabris e domiciliares, pois na maior parte dos casos, como também já foi constatado por Amorim (2003) na região de Campinas, Abreu (1986) no Rio de Janeiro e Lima (2009) em Cianorte, as trabalhadoras não buscam cursos de qualificação e aperfeiçoamento no ramo da confecção, tendo em vista que alegam não haver novidades, e em sua maioria, aprendem mesmo pela prática, como é o caso de Maria das Graças.

Não, nunca fiz curso. Eu quando vim pra Divinópolis, eu arrumei emprego numa fábrica e entrei sem experiência, sabe, aí comecei, e assim sempre fui esforçada, aí deu certo, aprendi lá com elas. De uma máquina passava pra outra, a outra já sabe, não tinha, era assim, você trabalha naquela máquina ali; trabalho; sentava nós tudo. A pessoa quando precisa é diferente. A Roseli mesmo falou isso, que ela entrou numa fábrica de

sapato assim também. Vinha uma, a essa máquina eu não vou não, aí punha outra pessoa que estava precisando (MARIA DAS GRAÇAS).

Conforme relatado pelas costureiras e de acordo com pesquisa realizada, consta no município de Divinópolis diversos cursos relacionados ao setor confeccionista. Dentre eles são oferecidos cursos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Corte, Costureiro Industrial, Modelagem e Confeção do Vestuário. Na Faculdade Divinópolis (FACED) há um curso de graduação em Design de Moda com duração de 4 (quatro) anos e no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) é oferecido o curso de Técnico em Produção de Moda, com duração de 3 (três) anos.

Maria do Carmo alega ter feito o curso do SENAI, conforme retrata abaixo.

Eu queria mudar de função sabe, pretendo e já estou procurando outro curso de modelagem pra ver se aperfeiçoa mais pra ter condições de trabalhar em uma fábrica maior. O que tem aqui, o máximo que tem aqui é do SENAI, eu já fiz. Daí se eu conseguir fazer esse curso, porque com o que eu tenho, lá eu não tenho capacidade pra fazer uma modinha mais complicada. Por isso tô tentando procurar outro curso, que seja mais específico pra essa área pra ver se consegue (MARIA DO CARMO).

Vale pontuar uma passagem interessante na descrição de Maria de Lourdes, sobre as exigências do mercado de trabalho no universo da confecção, tendo em vista as configurações assumidas pelo mundo do trabalho na atual conjuntura, e que reflete na vida de todos aqueles que vivem e sobrevivem do trabalho frente às dificuldades de inserção na organização produtiva.

É em uma fábrica, é muito difícil uma fabrica exigir de uma costureira estudo, porque hoje em dia você tá vendo nas fabricas até pessoas que são formadas em faculdade, trabalhando lá, porque o salário hoje, pessoas formam, mas às vezes ela não tem condições de montar um consultório, uma coisa do tipo. Ela não pode ficar desempregada a vida inteira esperando a oportunidade de vir um e falar: eu vou abrir um consultório pra você né. Tipo quem forma pra ser professor se não for professor de faculdade, professor de estado ganha..., o salário é uma miséria, então às vezes de costureira, as fábricas tudo estão pagando dois salários de costureira, não sei quanto tá o salário de costureira hoje, mas se for quinhentos reais, já tá bom (MARIA DE LOURDES).

Tal realidade pode ser constatada também no município de Campinas, Estado de São Paulo, conforme pesquisa realizada no setor da confecção, onde se observou que,

[...] nem as novas atitudes nem as qualificações tradicionais das costureiras são percebidas como merecedoras de incentivos e remuneração adequadas. Como a principal atividade realizada por elas no setor de confecção, a costura, exige um saber tradicionalmente adquirido

no espaço doméstico, ele nem sempre é reconhecido pelos empresários como uma qualificação técnica. Além disto, o perfeccionismo, a precisão, a delicadeza, que justificam, muitas vezes, a preferência destes empresários pela contratação de mulheres, são características vistas como femininas “por natureza”, e não como habilidades ou competências específicas que deveriam ser valorizadas (ARAÚJO; AMORIM, 2002, p.294).

Com base nessas prerrogativas exigidas pelo mercado de trabalho, pode-se vislumbrar que a qualificação para determinados postos ocupacionais não segue a concepção do mundo ocidental que caracteriza a qualificação como um conjunto de técnicas, habilidades, conhecimentos e procedimentos que são apreendidos no processo de educação formal. Essa concepção nega outras formas de qualificação e saberes adquiridos ao longo das experiências vividas pelos indivíduos nas relações familiares e sociais.

Nesse sentido, como forma de se contrapor ao ideário de qualificação apregoado pelo ocidente, é importante considerá-la como,

[...] um processo de evolução, construído dentro da história de vida e de formação de cada homem ou mulher, pelo acúmulo de experiências e de aquisição de novos conhecimentos e habilidades, tanto pelas vias formais – no ensino dentro das escolas formais ou profissionalizantes – quanto informais – nas relações sociais e no processo de trabalho. Não é, assim, uma construção acabada, definitiva e sim um processo em permanente construção, no espaço social (PEREIRA, 2004, p.131).

Ademais, o que se verifica é que a qualificação extrapola o espaço do aprendizado formal, restrito aos cursos profissionalizantes e técnicos, sendo entendida como “[...] uma relação complexa entre sujeito-conhecimento-condições de trabalho” (PEREIRA, 2004, p.165) e, por isso, o mundo do trabalho se apropriou dessas habilidades e qualificações femininas para o emprego remunerado, estimulando a polivalência no âmbito da produção.

Mesmo assim, após a incorporação feminina no mundo do trabalho, tal segmento não se desresponsabilizou de suas tarefas familiares e domésticas, o que contribuiu para a dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho das mulheres.

Apesar da expansão do trabalho feminino, observa-se uma desqualificação de algumas atividades atribuídas às mulheres, que são incorporadas às funções que exigem habilidades manuais, tidas por atributos naturais a esse segmento, por exigir atenção a detalhes, paciência e delicadeza. Com isso, essas trabalhadoras se inserem em atividades como montagem de peças, costuras no ramo têxtil, digitalização, dentre outras, ou seja, tarefas marcadas pela rotinização e monotonia.

Nesse ínterim, de acordo com a conclusão de Lima (2009), em Cianorte se constata, na cadeia produtiva da confecção, o predomínio de formas precárias de trabalho, com a inserção de trabalhadoras com baixa qualificação profissional e baixa escolaridade, o que implica em baixos rendimentos e corrobora para a precarização das condições de vida desse segmento de trabalhadores. Tal realidade é configurativa do processo de acumulação flexível devido ao receio de demissões, o “medo” do desemprego, as extensas jornadas de trabalho, o controle do ritmo das atividades em prol da produtividade acelerada, os esforços excessivos e a repetição de tarefas.

Diante do processo de reestruturação produtiva e do incremento tecnológico, observa-se que tais mecanismos são combinados com formas precárias de relações de trabalho estabelecidas para aqueles que sobrevivem da venda da força de trabalho.

A partir de todas essas experiências e determinações do mundo do trabalho no espaço da confecção e nas demais esferas da produção e reprodução da vida, seria possível, seguindo as reflexões de Antunes (1999), pensar em uma forma de sociabilidade em que o trabalho teria sentido para a humanidade? Ou seja, haveria espaço para a liberdade?

No atual estágio do sistema produtor de mercadorias, regulado pelas diretrizes do capital, considera-se haver poucas possibilidades concretas de visualizar uma dimensão do trabalho como ato criativo, livre, humanizador e socializador, pois conforme enunciado pelas narrativas das colaboradoras, atualmente o modelo vigente se sustenta na exploração e precarização das relações de trabalho em um cenário de reestruturação produtiva que atinge sobremaneira as mulheres e os trabalhadores em geral, o que será problematizado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 RESSONÂNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO SOB A REGÊNCIA DO CAPITAL

As dimensões configurativas do trabalho têm atravessado, ao longo dos tempos, inúmeras crises e criado estratégias de sustentação na lógica capitalista.

Desde a consolidação do capitalismo, com a Revolução Industrial do século XVIII iniciada na Inglaterra, os processos de trabalho assumiram novas formatações diante do fenômeno da industrialização e da urbanização. Nesse marco histórico, o capitalismo se consolida fundado em quatro pilares: a propriedade privada dos meios de produção, a economia baseada na produção industrial, o trabalho sob o regime de assalariamento e a constituição de duas classes sociais com interesses antagônicos – burguesia e proletariado.

A partir de então, o capitalismo se desenvolveu pela lógica da livre concorrência e desencadeou concentração e centralização da produção, estimulando o surgimento da fase monopolista, também denominada imperialista, ou seja, um estágio superior do sistema produtor de mercadorias.

Ao longo do século XIX, a Inglaterra ocupou o posto de única economia industrializada do mundo, visto que Estados Unidos, França e Alemanha só iniciaram o processo de industrialização no período que abrange os anos 1840 a 1870, e a Rússia e Japão ingressaram nessa onda somente após os anos 1870.

Após essa fase de incorporação industrial e tecnológica dos países no ímpeto do desenvolvimento econômico, inicia-se um processo de disputa de mercados, controle de colônias e manutenção de hegemonia, o que provocou a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, resultante da era imperialista caracterizada pela competitividade entre os países.

Por imperialismo capitalista, Harvey (2009, p.31) elucida tal movimento,

[...] como uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia. [...] as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado [...] para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo.

Nessa perspectiva, o que sustenta a lógica imperialista do capital é o seu processo acumulativo com vistas à proteção da propriedade e aumento do poder, sempre pensados em escala expansiva de forma a garantir sua hegemonia.⁴²

Como exemplo de um Estado imperialista, Harvey (2009, p.40) menciona os Estados Unidos, como potência hegemônica no mundo capitalista que se utiliza de coerção e consentimentos para atender seus anseios e interesses, negando irresponsavelmente a constituinte do país.

Os Estados Unidos, com o término da Segunda Guerra Mundial, ganham a liderança na cena mundial, tanto na esfera produtiva quanto na tecnológica e científica. Assim, tal país passa a servir como modelo de êxito no âmbito da acumulação capitalista. Esse período histórico pós Segunda Guerra que abarca os anos de 1945 até 1970 são considerados a fase exitosa de crescimento econômico que atinge os países avançados do capitalismo.

Vale destacar, antes disso, que ao mesmo tempo em que se propaga o discurso do avanço no campo científico e tecnológico e ovaciona-se a era do capital como redentora e propulsora de riqueza, crescimento e desenvolvimento, seja na área econômica, política ou cultural, no campo social ainda é imperativo o aprofundamento da miséria, da violência, da exploração e da degradação do trabalho.

Um exemplo da exploração e da degradação do trabalho na era do capital refere-se às condições precárias, insalubres e sub-humanas no âmbito fabril, com a incorporação de crianças e mulheres no decurso do século XIX. Tal inserção desses segmentos no mundo do trabalho foi marcada por extensas jornadas, ambientes físico-estruturais insalubres, baixos salários, ausência de garantias legais e de proteção social.

Em fins do século XIX, as atividades produtivas se complexificaram e, para tanto, tornou-se necessário sistematizar as operações, seja na esfera da produção direta, seja na administração e no gerenciamento empresarial.

⁴² Implica a combinação de métodos coercitivos e consensuais, pautada na concepção gramsciana (HARVEY, 2009, p.38).

Em busca de uma otimização nos padrões de produtividade implantou-se o modelo taylorista,⁴³ resultando em uma organização científica do trabalho.

Frederick Winslow Taylor, considerado o pai da Administração Científica do Trabalho, modifica o processo produtivo no momento em que separa a concepção da execução do trabalho. Para o engenheiro, era competência da gerência o trabalho intelectual, enquanto que caberia ao trabalhador o trabalho manual. Outro princípio adotado por Taylor e incorporado na indústria da época consistia em manter movimentos e tarefas fragmentadas com rígido controle do tempo, rotinização, a relação um homem para uma máquina, o que implicava em hierarquização e desqualificação no interior da produção. Conforme indaga Santana (2005, p.06), zelava-se pela disciplina, e o saber dos trabalhadores não era aceito, visto que os mesmos eram adestrados pela sistemática da filosofia institucional.⁴⁴

Vale abrir um parêntese para destacar que além de regular, controlar e dominar o ritmo de trabalho no espaço da produção havia um forte controle da vida privada dos trabalhadores e, como exemplo disso, pode ser mencionada a criação das vilas operárias que serviam como estratégias coercitivas, consensuais e persuasivas para adentrar no universo privado dos trabalhadores e de seus familiares.

Conforme salienta Hirata (2002, p.32), o taylorismo não teve a mesma difusão e assimilação no Brasil como em outros países, exemplo da França e Japão, tendo em vista as especificidades sócio-culturais e históricas de cada território.

Em resumo, o ideário taylorista serviu para padronizar o trabalho e uniformizar as operações, que foram incorporadas pelos dispositivos fordistas, modelo de

⁴³ Modelo implementado pelo norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que sendo de uma família abastada, abandona os estudos para ingressar numa fábrica metalúrgica como operário aprendiz. A partir de suas experiências passa a se dedicar ao Estudo do Tempo com a finalidade de reduzir a ociosidade no trabalho, assim como eliminar operações desnecessárias. Para a mensuração e controle do ritmo do tempo é adotado o uso do cronômetro. Introduz também os pagamentos e prêmios com gratificação conforme a produtividade do trabalhador.

⁴⁴ “O exíguo aproveitamento do *saber* operário teria como rebatimento político-organizacional o fato de que os sindicatos, embora *aceitos*, fossem pensados sempre como *corpos estranhos*, essencialmente oponentes e externos à produção, e interessados em estimular o choque de interesses antagônicos entre empregadores e empregados” (SANTANA, 2005, p.6, grifo do autor).

produção também adotado na época que, em síntese, se consistia na produção em massa.⁴⁵

O fordismo propagava a padronização dos produtos tendo em vista a fabricação destes em larga escala com a utilização das esteiras e das linhas de montagem.

Os avanços na automação, associados ao processo de “racionalização” do trabalho, representaram a intensificação do trabalho humano, caracterizado por esforços repetitivos, em que os trabalhadores, limitados pelo tempo e pelas operações realizadas tornaram-se meramente apêndices do domínio das máquinas.

Tais modelos adotados na indústria no decorrer do século XX se caracterizaram pelo trabalho fragmentado/parcial, negando a criatividade e a capacidade intelectual dos trabalhadores que executavam somente determinadas operações do processo produtivo. Ou seja, os objetivos eram evidentes: simplificar, padronizar e uniformizar o trabalho. Outro elemento que merece destaque, acerca dos modelos produtivos, é que buscavam explorar, extenuantemente, o trabalhador a fim de evitar manifestações individuais ou coletivas.

Também nessa fase, o tratamento desigual no que se refere aos homens e mulheres trabalhadores se faz nítido, pois,

[...] as mulheres trabalhadoras nas fábricas ficaram à mercê, juntamente com os trabalhadores, dos extenuantes mecanismos de exploração e opressão que pertenciam ao regulamento da produção industrial taylorista/fordista, isto é, intensa produtividade, rigidez disciplinar, baixos salários etc., sendo que, no caso da força de trabalho feminina, historicamente era pouco valorizada, a intensificação da precarização era enorme, ou seja, as trabalhadoras recebiam salários aviltantes, ocupavam os cargos mais baixos da hierarquia produtiva etc. (NOGUEIRA, 2006, p.171).

Com base nos elementos supracitados, a realidade atual não sofreu muitas variações, tendo em vista que as mulheres continuaram a ocupar postos de trabalho precarizados, com baixos salários e intensas formas de exploração.

No mais, tais modelos de produção, pautados no taylorismo/fordismo, se difundiram nas economias capitalistas centrais no decorrer das duas guerras

⁴⁵ O norte-americano Henry Ford (1862-1947) objetivava desenvolver um motor revolucionário. “Construiu seu primeiro calhambeque em 1894 e sua primeira fábrica de carros em 1896 [...]” (PINTO, 2007, p.39). Em 1903, em Detroit, criou a primeira planta da Ford Motor Company.

mundiais e a eles se agregou o Estado de Bem-Estar Social, que surge no findar da Segunda Guerra Mundial.

Nesse período, as propostas keynesianas⁴⁶ são implementadas em alguns países do hemisfério norte, o que representou a intervenção estatal no controle e na regulação econômica com a finalidade de garantir bem-estar social ao conjunto da população, o que deu espaço para a formação do Welfare State, ou seja, o Estado de Bem-Estar Social. Tal preceito adotado correspondeu à emergência do Estado como instituição encarregada de atender as necessidades demandadas no que tange aos serviços sociais como educação, saúde, segurança, alimentação, cultura, lazer, habitação, dentre outros.

O Estado passou a agenciar o desenvolvimento econômico através de uma intervenção reguladora nas políticas industriais, financeiras e comerciais. Além disso, o Estado criou mecanismos a fim de aumentar o poder aquisitivo da população com o intuito de estimular o consumo e o crescimento econômico. Foram materializadas políticas sociais públicas e uma rede de serviços sociais através de salários indiretos, permitindo ao trabalhador liberar parte da renda para o consumo da produção de massa. Tais políticas sociais foram adotadas como respostas às pressões, organizações e mobilizações dos trabalhadores da época frente à questão social, como estratégia de gerar uma conformação ao sistema social.

Porém, a proposta do Estado de Bem-Estar adotada teve vida efêmera, pois com a crise capitalista em meados dos anos 1970, o Estado passa a rever tais medidas que geravam ônus para o mesmo e reduz sua intervenção na esfera econômica e social, o que redundou na privatização de empresas estatais,

⁴⁶ O economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), após a crise de 1929, que trouxe consequências catastróficas para as economias mundiais diante do quadro de desemprego e miserabilidade, elaborou uma proposta que se contrapunha à tese do liberalismo econômico clássico, negando a auto-regulação do mercado com sua “mão invisível”, e assim, defendia o caráter intervencionista do Estado, onde houvesse uma política econômica planejada que, ao gerar aumento da produtividade, pudesse dar garantias aos trabalhadores. Com o término da Segunda Guerra Mundial, a teoria Keynesiana se torna a base de implantação do Estado de Bem-Estar Social. Conforme previsto na teoria Keynesiana, o Estado, além de intervir na economia, deveria reconhecer a questão social e atuar na proposição de políticas sociais de proteção social que propiciassem níveis razoáveis de reprodução da força de trabalho. Conforme defendia Keynes, para a manutenção do equilíbrio da economia capitalista, não era necessária a presença somente do capital e do trabalho, mas de um terceiro ator, o Estado, para garantir políticas com um viés redistributivo. Em síntese, tal proposta visava garantir o pleno emprego e manter o papel do Estado como regulador da vida em sociedade. Porém, nem todos os países adotaram tal medida, ficando restrito à alguns países do hemisfério norte, pois é sabido que no Brasil tal modelo não foi implementado, tendo em vista a não universalização dos direitos e das políticas sociais no país, e sim, uma mera *cidadania regulada*, que beneficiava apenas alguns segmentos sociais. Para maiores detalhes consultar a obra de GENTILI e SADER (2008).

transferindo os encargos e responsabilidades da gestão socioeconômica para o âmbito privado, acarretando uma fase regida pela lógica do mercado. Tal medida pode ser notada, atualmente, com as iniciativas privadas relacionadas ao acesso aos serviços sociais, ou seja, bens e direitos que outrora eram garantidos na esfera pública, passam a ser adquiridos e acessados pela via do mercado.

Nesses tempos de Estado de Bem-Estar, até os anos 1960 e início da década de 1970, fase conhecida por tempos áureos do capitalismo,

O emprego era também, em geral, geograficamente concentrado em grandes empresas. Pode-se afirmar que até os anos 70, nas sociedades avançadas, o chamado “emprego em tempo integral e para a vida toda” era uma forte referência tanto no planejamento organizacional das empresas como no horizonte existencial dos trabalhadores (SORJ, 2000, p.31).

Entretanto, o Estado de Bem-Estar Social e o padrão fordista de produzir dão sinais de saturação e passam a ser repensados no decorrer dos anos 1970. Nesse período alguns acontecimentos contribuíram para engendrar um clima de instabilidade econômica frente à elevação dos preços do petróleo ditado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1973 e, posteriormente, em 1979, bem como a sucessiva valorização e desvalorização do dólar, oscilando as taxas de câmbio. Conforme sustenta Harvey (2009, p.57), o crescente custo com o conflito militar no Vietnã também resultou em uma crise fiscal do Estado com fortes pressões inflacionárias em âmbito mundial, deflagrando uma onda de falências frente à explosão de capital “fictício” em circulação, além dos elevados gastos sociais. Em suma, surgiu uma crise de sobreacumulação do capital,⁴⁷ sendo essas tendências intrínsecas ao próprio sistema produtor de mercadorias, colocando em colapso o sistema financeiro de Bretton Woods nos anos de 1970.⁴⁸

⁴⁷ “A sobreacumulação [...] é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital” (HARVEY, 2009, p.124).

⁴⁸ Instaurado na década de 1940, o Acordo de Bretton Woods, representava a hegemonia norte americana passando o dólar a ser a moeda de referência e com isso objetivava “[...] estabilizar o sistema financeiro mundial, o que se fez acompanhar por toda uma bateria de instituições, como o Banco Mundial, o FMI, o Banco Internacional de Compensações, na Basileia, e da formação de organizações como o GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio] e a OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], projetadas para coordenar o crescimento econômico entre as potências capitalistas avançadas e levar o desenvolvimento econômico de estilo capitalista ao resto do mundo não-comunista. [...] os Estados Unidos eram não só dominantes como hegemônicos, no sentido de sua posição como Estado superimperialista [...]” (HARVEY, 2009, p 52).

Tal episódio

[...] gerou grande cautela nos investimentos produtivos industriais que, desde então, vinham se arrefecendo nos países capitalistas centrais, a par do crescimento das atividades nos setores de serviços, que agregam desde comércio, finanças, saúde etc., até novas atividades relacionadas a entretenimentos. [...] a indústria redirecionou suas estratégias de padronização em larga escala, para a crescente agregação tecnológica, maior qualidade e personalização de seus produtos (PINTO, 2007, p.50-51).

A crise apresentada nos anos 1970 propiciou o surgimento de outras formas de gestão e organização do trabalho, conforme se observou na “Terceira Itália”⁴⁹ e no Japão com a incorporação do ousado modelo Toyota, baseado no sistema *just-in-time*⁵⁰, *kanban*⁵¹ e de “células de produção”,⁵² ou seja, na filosofia de uma empresa “enxuta” (*lean production*) e flexível. Também surgiram os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ’s) com o intuito de agrupar os trabalhadores para discutirem não só a qualidade do trabalho realizado, mas principalmente de gerar um sentimento de “pertencimento” destes à empresa.⁵³ Ou seja, conforme alerta Antunes (1999), nessa fase, o capital apropriou-se do *savoir faire* intelectual do trabalhador.

Nesse sentido, o toyotismo, conforme sublinha Alves (2005, p.30-33), captura a subjetividade dos trabalhadores e não rompe, necessariamente, com a base taylorista/fordista. Para o autor, o toyotismo surge para atender as necessidades de

⁴⁹ A partir dos anos 1970 a economia italiana engendrou um acentuado dinamismo para a economia do país, formando distritos industriais. No caso da Terceira Itália que envolve Vêneto, Emilia-Romana, Marcas e Toscana, instalou-se pequenas e médias empresas em áreas de tradição artesanal, com alta capacidade de inovação e flexibilização das relações de trabalho. Para uma análise mais aprofundada, consultar Pinto (2007) e Pedrosa (2005).

⁵⁰ “[...] organizar-se sob o regime *just-in-time* significa produzir somente o que é necessário, [...] na quantidade necessária [...] e no momento necessário” (PINTO, 2007, p.83), ou seja, com a finalidade de redução da estocagem.

⁵¹ “[...] esses fluxos de informação e de materiais foram possibilitados pela elaboração de um dispositivo mecânico que conduzia caixas no sentido inverso da produção [...] contendo cartazes [...] com informações sobre a quantidade necessária de alimentação dos postos subsequentes, ao mesmo tempo em que outras caixas passaram a circular no sentido normal do fluxo produtivo [...], carregadas das peças ou materiais encomendados por cada um desses postos. Trata-se do sistema *kanban*” (PINTO, 2007, p.78-79).

⁵² As células de produção “[...] constituem-se de equipes de trabalhadores, que podem alternar-se em seus postos conforme o volume de produção pedido ou metas de qualidade exigidas ou outro motivo” (PINTO, 2007, p.80). Nesse formato de trabalho, os trabalhadores passam a ser controlados e supervisionados pelos próprios integrantes da equipe em prol do cumprimento das metas empresariais. É importante apresentar que um dos principais lemas defendidos no interior desse modelo é a lealdade dos trabalhadores, ou seja, todos unidos devem zelar pelos interesses da empresa.

⁵³ A experiência toyotista foi desenvolvida na empresa japonesa Toyota Motor Company nos anos 1950, pelo japonês e engenheiro industrial Taiichi Ohno (por isso tal modelo é também conhecido por ohnismo) logo após o encerramento da Segunda Guerra Mundial e representou alterações substantivas na organização e na gestão dos processos produtivos.

acumulação do capital em um período de crise de superprodução. Sendo assim, o toyotismo é um processo de continuidade e descontinuidade com os modelos taylorista e fordista. Para melhor justificar, “[...] o toyotismo dá continuidade à lógica de racionalização do trabalho na perspectiva da hegemonia do capital na produção” (ALVES, 2005, p.39).

O toyotismo emerge num contexto de lento crescimento econômico e tal indicativo era o de que se necessitava buscar respaldo tecnológico e científico para atender as prerrogativas do mercado, o que resultou na adoção a uma especialização flexível no cerne dos processos produtivos e dos requisitos de mão-de-obra. Isso se evidencia no argumento de Santana (2005, p.7), onde,

Às máquinas e ferramentas flexíveis se agregariam trabalhadores flexíveis. A flexibilização no processo de trabalho imporia o deslocamento da relação de um homem/um posto/uma tarefa e a aproximação das etapas de concepção, execução e controle, baseando-se na incorporação progressiva da competência dos trabalhadores no processo produtivo. Ao trabalhador parcializado e semidesqualificado ou desqualificado do fordismo, se contrapunha o trabalhador “coletivo”, organizado em grupos ou “ilhas” que, com a redução da hierarquia gerencial no interior do processo e, muitas vezes, subsidiado pelo suporte microeletrônico, passa a ter sobre si a responsabilidade de agir qualificadamente sobre pontos diversos do processo.

Esse episódio pautado na acumulação flexível⁵⁴ exige um trabalhador polivalente/multifuncional, ou seja, que possa dispor de todas as suas potencialidades humanas, tanto no que tange às necessidades operacionais e executoras da instituição empregadora, quanto para pensar/conceber os processos de trabalho. Com isso, se observa que o capital, em sua dimensão destrutiva, apropria-se do intelecto e da força física do trabalho humano.⁵⁵

Segundo inferências de Santana (2005, p.10), esse trabalhador polivalente ou multifuncional, deve atender os diversos aspectos da produção, desde a fabricação e manutenção de um produto ao controle de qualidade e gestão da produção. Exige-

⁵⁴ David Harvey (1998) ao analisar a nova forma de organização do trabalho a nomeia de acumulação flexível, que segundo o autor, traz consequências indelévels para o conjunto da população, como: o alto nível de desemprego estrutural, o aviltamento salarial, o retrocesso do poder do sindicalismo, a redução do emprego regular que provoca o crescimento do trabalho em tempo parcial, subcontratado e temporário, com grande adesão da presença feminina nessas formas de trabalho.

⁵⁵ No modelo toyotista foi desenvolvida a concepção de “autonomação” que significa a “[...] junção das palavras autonomia e automação. É um princípio ‘importado’ por Ohno da indústria têxtil, na qual um só operário executava o trabalho em quarenta máquinas ao mesmo tempo” (ALVES, 2005, p.43). Com isso se verifica que no sistema Toyota se incorpora um novo perfil de trabalhador, o multifuncional, diferente do trabalhador da fase taylorista/fordista que se caracterizava pela relação um homem/uma máquina.

se um trabalhador com capacidade de pensar, propor, ter iniciativas e tomar decisões, o que o difere do protótipo de trabalhador taylorista/fordista.⁵⁶

O sistema Toyota, tendo como objetivo conjugar produtividade, qualidade e flexibilidade,⁵⁷ teve célere difusão a partir da década de 1980 na produção de bens duráveis dos principais países capitalistas e a conjunção de medidas políticas e econômicas resultaram em transformações substanciais nos processos produtivos e na desregulamentação dos direitos sociais outrora assegurados aos trabalhadores.

Nesse processo, foram implantados os sistemas de Desenho Assistido por Computador (CAD) e de Manufatura Assistida por Computador (CAM) e parte da produção industrial passa a ser externalizada. No mais,

Grandes contingentes de trabalhadores foram desempregados [...], minando as bases dos grandes sindicatos, que, atingidos por fragmentações na composição da classe trabalhadora e por sua constante realocação entre diversos setores econômicos, acabaram por ser arrastados num processo de crise que perdura até os dias atuais (PINTO, 2007, p.60).

Outro elemento incorporado ao modelo toyotista foi o sindicalismo de envolvimento “por empresa” que se alia ao capital com o intuito de atender os requisitos corporativos do sistema produtor de mercadorias, demonstrando a fragilidade dos movimentos operários na respectiva época.⁵⁸

No bojo desse movimento sustenta-se um ideário de competência dos trabalhadores, como resposta para atender aos interesses e necessidades do capital, que se preocupa com resultados e não com processos. Na análise de Santana (2005, p.11-12), juntamente com a defesa do discurso da competência e de requisitar sobremaneira a qualificação dos trabalhadores, cria-se o conceito de empregabilidade, que consiste na capacidade da força de trabalho de se manter empregada ou encontrar novo emprego que, resumidamente, significa tornar-se empregável no mundo do trabalho mediante as atitudes e competências dos

⁵⁶ “A produtividade da empresa não está mais assentada na rigidez dos gestos e movimentos próprios do taylorismo/fordismo, mas na rapidez de planejamento e na resolução dos problemas que surgem em diferentes situações” (NEVES, 2000, p.176).

⁵⁷ Na busca incessante pela produtividade, o que provoca o incremento da intensidade e do ritmo de trabalho, o Japão tem apresentado casos de morte súbita no trabalho, denominada karoshi e o aparecimento de demais psicopatologias oriundas do trabalho (ALVES, 2005).

⁵⁸ Com respaldo em Alves (2005, p.60), “[...] a sociologia do trabalho não ressalta a construção do toyotismo como decorrente – ou resultado sócio-histórico – de um processo de intensa luta de classes, no qual ocorreram importantes derrotas operárias, que tornaram possível a introdução de uma nova organização social da produção”.

trabalhadores. Face ao exposto, o desemprego passa a ser justificado pela ausência de qualificação da população frente às exigências do paradigma produtivo vigente.

É válido ressaltar que nessa conjuntura, o que se verifica é um discurso ideológico emanado pelos setores dominantes para sustentar o atual quadro de desemprego, provocando a culpabilização do indivíduo pela situação vivenciada, pois mesmo com a expansão de cursos tecnológicos, profissionalizantes, especializações, treinamentos e diversos investimentos feitos em busca da qualificação profissional, nota-se que o quadro de desemprego continua alarmante, não sendo legitimada a ideia da educação como panaceia para a resolução dos males engendrados pelo mundo do trabalho. Também já é explicitado que o sistema capitalista apenas se perpetua pela existência do excedente, ou seja, é necessária a manutenção de uma reserva de trabalhadores fora do mundo do trabalho para que esse regime sobreviva e continue ditando suas regras. Sendo assim,

Empregos permanentes estão cada vez mais restritos a poucas e velhas indústrias ou a algumas profissões que estão rapidamente desaparecendo. Os novos postos criados tendem a ser flexíveis no tempo, no espaço e na duração, dando origem a uma pluralidade de contratos de trabalho: em tempo parcial, temporários ou por conta própria (SORJ, 2000, p.31).

Vale salientar que as últimas décadas do século XX, em especial a partir dos anos 1970, e a primeira década do século XXI são palco de transformações céleres no mundo do trabalho que tiveram e tem impactos decisivos para a vida em sociedade. Nesse sentido, toma-se como epicentro da análise as mudanças ocorridas nos processos de produção, nas formas de contratação e regulação do trabalho e as exigências postas pelo mercado acerca da qualificação daqueles que vendem sua força de trabalho.

É importante sublinhar que as mudanças em curso, nas formas de organizar e gerir o trabalho e os processos produtivos, foram implantadas pelos diversos territórios do globo, porém de forma desigual.

Considerando os incrementos e avanços no campo técnico e científico, as distâncias espaciais também foram reduzidas, o que propiciou a propagação de multinacionais e a formação de alguns arranjos e distritos industriais, como citado anteriormente pela experiência da Terceira Itália e da Toyota no Japão.

Nesses novos tempos, o “modelo japonês” passa a ser considerado a alternativa ideal para o mundo do trabalho diante do quadro anterior de falta de competitividade e dificuldade em controlar a mão-de-obra.

A “qualidade total”⁵⁹ e o *just-in-time* passam a ser os princípios regentes da filosofia empresarial e, diante da adesão à lógica de acumulação produtiva, verifica-se a redução de custos sociais, com ênfase para a desvalorização da mão-de-obra, trazendo sérias consequências para os níveis de emprego. Também a insegurança no trabalho passa a compor o cotidiano daqueles que ainda detêm um tipo de atividade remunerada, o que provocou a fragilização das instâncias representativas dos trabalhadores, no caso, o sindicato.

A constante incerteza, advinda da pluralidade de formas de contratos de trabalho, em relação à duração, ao tempo e à localização das atividades, associada à rápida obsolescência das habilidades adquiridas, requerem das pessoas intensos investimentos privados e permanente sintonia com as eventuais oportunidades que o mercado oferece. [...] requer dos trabalhadores maior qualificação, sem que a ela correspondam postos de trabalho definidos ou um lugar institucional assegurado (SORJ, 2000, p.32).

Nesse emaranhado de fatos e acontecimentos que assolam a sociedade e rebatem nas condições de vida e trabalho do conjunto da população é notório salientar que algumas medidas, no decorrer das últimas décadas do século XX, foram tomadas a fim de garantir a preservação da ordem acumulativa do capital.

Dentre tais estratégias, Anderson (2008), aponta o neoliberalismo, originado após a Segunda Guerra Mundial como reação teórica e política ao Estado de Bem-Estar Social, que pressupunha a intervenção econômica. Um dos idealizadores de expressão no advento do receituário neoliberal é Friedrich von Hayek,⁶⁰ com sua obra *O caminho da servidão*, elaborada no ano de 1944. Sua finalidade era a derrocada do Keynesianismo e a extinção de regras para o mercado. Porém, seguindo a análise de Anderson (2008), naquela época, o capitalismo desfrutava de sua fase áurea, o que não correspondia adotar as medidas acenadas pelos adeptos do neoliberalismo. Ocorre que, na década de 1970, a crise do modelo econômico se instaura num profundo quadro de recessão, elevadas taxas inflacionárias e redução do crescimento, momento em que as ideias neoliberais passam a ganhar terreno.

Nas elucidações de Anderson (2008), o neoliberalismo se expande e ganha adeptos, o que se pode notar com a eleição de Margaret Thatcher, em 1979, na Inglaterra, que objetivava aderir aos propósitos do programa neoliberal. Em seguida, no

⁵⁹ Na obra de Antunes (2005), o autor afirma que ter qualidade total nessa lógica apregoada significa reduzir a vida útil dos produtos com o propósito de intensificar o ciclo reprodutivo do capital, ou seja, os produtos precisam ser rapidamente substituídos. O autor chama a atenção para a sociedade involucral, que suscita o consumo, gera o supérfluo, o desperdício e a descartabilidade.

⁶⁰ Um fato curioso é a concessão do Prêmio Nobel à Hayek no ano de 1974.

ano de 1980, Ronald Reagan é eleito presidente dos Estados Unidos, outro ícone simpatizante dos preceitos neoliberais. Assim, tal movimento foi ganhando visibilidade e adesão e se alastrando por inúmeros países da Europa e América do Norte. Os demais países que não se incorporaram aos ditames do receituário neoliberal foram obrigados a se adequar às normas propagadas por ele, para não serem esmagados pelas leis do mercado. Com isso, o Estado passou a transferir suas responsabilidades para o mercado, pois em síntese, o neoliberalismo prioriza um Estado mínimo no que tange aos aspectos sociais e um Estado máximo para a esfera do mercado.

Nesse cenário de reorganização do capital e de adoção às prerrogativas neoliberais, o que se observa recentemente, com base nas ponderações de Mészáros (2009, p.17) é uma crise estrutural do capital como um todo que assola o mundo das finanças globais e todas as dimensões da vida em sociedade, seja na esfera econômica, cultural ou social. Nesse ínterim, o autor exemplifica a crise bancária ocorrida no decorrer dos anos 2008 e 2009 que foi resolvida com a injeção de elevadas somas de dinheiro público. Tudo isso em prol de uma boa causa, ou seja, “salvar o sistema”.⁶¹

Não obstante, “[...] os problemas não se esgotam de modo algum no perigoso estado do setor financeiro. [...] também os setores produtivos da indústria capitalista estão com sérios problemas” (MÉSZÁROS, 2009, p.23).

O autor retrata que no auge da consolidação do capitalismo, produz-se uma crise alimentar global que atinge grandes contingentes da população do planeta. Como consequência da crise estrutural do capital, aprofunda-se o desemprego e a miséria da humanidade, sendo ilusório esperar uma solução feliz e harmoniosa para as expressões da questão social. A grande preocupação, nessa lógica destrutiva do sistema, é o potencial de autodestruição da humanidade em decorrência dos interesses do capital. Para Mészáros (2009, p.75) não há dúvidas de que o mundo atual está imerso em uma crise e, para sua superação, lança a necessidade de se reexaminar as condições objetivas das potencialidades históricas para avançar *para além do capital*, ou seja, buscar uma “nova forma histórica” a partir da “[...] direção

⁶¹ Isso já havia sido elucidado por Chesnais, pois o Estado continua fazendo suas intervenções nos momentos de crise e com o objetivo de garantir a regulação do capital. Segundo o autor, “Não se deve confundir o início de dismantelamento do Estado previdenciário, ou seja, das conquistas democráticas de tipo social em matéria de legislação trabalhista, saúde, assistência social e ensino público, com o desaparecimento, nos países da OCDE, da intervenção estatal no campo das relações econômicas internacionais e na sustentação à competitividade das companhias, mediante instrumentos de política industrial e sobretudo tecnológica” (CHESNAIS, 1996, p.234).

de uma transformação sócio-histórica global, cujo objetivo não pode ser outro senão ir para além do capital em sua totalidade” (MÉSZÁROS, 2009, p.78).

Frente ao explicitado, no contexto de uma era sem restrições para o capital, cabe analisar os desdobramentos das diretrizes econômicas e políticas adotadas na segunda metade do século XX e que refletiram de forma significativa nos direcionamentos da vida em sociedade, sobretudo no mundo do trabalho e nas relações de gênero, pois o que se constata no contexto da divisão social e sexual do trabalho é um aumento significativo do contingente feminino na esfera da produção, em especial em formas intensivas, desregulamentadas e desqualificadas, gerando uma *feminização em formas precárias de trabalho* que se reflete, também, em uma *feminização da pobreza*, tendo em vista as condições de pauperismo desse conjunto da população.⁶²

2.1 Os desdobramentos da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho

O cenário apresentado nas últimas décadas do século XX e início do século XXI é caracterizado por alterações substanciais na esfera produtiva que indicou novas configurações para o mundo do trabalho, que passa a uma fase crescente de abertura de mercados, com forte competição internacional objetivando a produtividade. As atividades de produção passam a requisitar um trabalhador polivalente/multifuncional e as empresas se reorientam para subcontratar partes ou todo o processo de sua produção, o que provocou a expansão da terceirização.⁶³ No que concerne ao âmbito político e social, a participação sindical nessa

⁶² Basta lembrar que ultimamente os programas de transferência de renda do Governo Federal, em especial o Bolsa Família, têm priorizado a mulher como responsável pelo acesso às políticas sociais no campo da assistência social. De acordo com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a pobreza resulta de um processo econômico, exclusão social, política e cultural e congregam condições precárias de vida, desnutrição, baixa escolaridade, subconsumo, instabilidade no mundo do trabalho e ínfima participação social e política. Na concepção cepalina, a pobreza e a exclusão atingem de forma diferenciada homens e mulheres, brancos e negros e se torna mais atenuante conforme as regionalidades e territorialidade em que estão situados os grupos populacionais.

⁶³ “O que está ocorrendo é uma verdadeira exportação de tensões, conflitos e da própria legislação trabalhista para fora das unidades produtivas, já que, mesmo alocados dentro de seu espaço, os terceirizados são trabalhadores de um terceiro. Isso se explicita mais quando as grandes empresas transformam as casas de seus funcionários em minifábricas para familiares e amigos em geral, numa cruel reapropriação do trabalho doméstico, corroendo, entre outras, a legislação trabalhista e a representatividade sindical. Tudo isso, com um pano de fundo caracterizado pelo desemprego ampliado e de longa duração” (SANTANA, 2005, p.15).

movimentação perde espaço diante do crescente desemprego e intensa informalização dos postos de trabalho, fenômeno histórico que não surge como algo novo nesse momento, porém, passa a ser visto como elemento importante na análise das Ciências Sociais diante da fragmentação do mundo do trabalho na lógica mundializada. Para compreender o processo de informalização das atividades produtivas é importante considerar dois elementos chaves, que são as mudanças na sociedade do trabalho assalariado e a desregulamentação do Estado no que tange à questão do trabalho.

Cabe destacar que o processo conhecido por reestruturação produtiva,⁶⁴ se expande no contexto de mundialização do capital,⁶⁵ que nos dizeres de Chesnais (1996, p.13), representa uma nova fase configurativa do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam sua regulação e desempenho. Para o autor, embora alguns aspectos como concentração e centralização do capital ressurgam na atualidade, a acumulação de capital presente nas últimas décadas possui resultados diferenciados. Por isso, tal processo deve ser compreendido como uma etapa específica de internacionalização do capital e de sua valorização. A impressão é a de que nessa fase, o capitalismo triunfou e parece dominar todo o planeta sob a chancela do G-8.⁶⁶

A expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”. O mesmo vale, na esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem. A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real (CHESNAIS, 1996, p.17).

Para o autor, situar a mundialização ao conceito de capital significa se remeter aos anos 1979-1981, quando por meio de estratégias políticas e

⁶⁴ Conforme enfatizado por Ramalho e Santana (2003, p.14), a reestruturação produtiva indica “[...] um conjunto importante de mudanças, mas também considerando que essas mudanças adquirem formatos diferentes a partir das diversas realidades, histórias e conjunturas às quais estão associadas”.

⁶⁵ Chesnais (1996, p.23-25) traz a discussão da mundialização em contraposição à globalização, considerada para esse autor como um processo que defende tal movimento como irreversível, benéfico e necessário. O autor elucida que o adjetivo “global” foi originado nos anos 1980 nas escolas americanas de administração de empresas. Tendo em vista tais acepções, o respectivo estudo não empregará a nomenclatura *globalização* por considerar que tal conceito mascara os ardis ideológicos e políticos apregoados pela lógica do capital sob os auspícios do neoliberalismo.

⁶⁶ Grupo dos países tidos por desenvolvidos no mundo capitalista, sendo eles: Estados Unidos, Reino Unido, França, Canadá, Alemanha, Itália, Rússia e Japão.

ideológicas, alguns Estados-Nação incorporaram o receituário neoliberal e passaram a ter liberdade de fluxo e circulação nos países que atendessem seus interesses. O resultado disso foi a implementação de “[...] políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas” (CHESNAIS, 1996, p.34).

A ascensão do capital financeiro com o objetivo de aumentar a produtividade do capital e do trabalho provocou consequências indelévels para o mundo do trabalho, principalmente no que concerne ao crescimento brutal do desemprego.

Não obstante, o princípio da *empresa enxuta*, pautado no modelo japonês (toyotista/ohnista), os processos de terceirização e a precariedade contratual ganham fôlego no quadro de ascensão do capital financeiro. Além do mais, as multinacionais passam a buscar locais de produção com baixos salários de forma a intensificar o trabalho e manter relações de trabalho pautadas na flexibilização.

Com isso,

As legislações em torno do emprego do trabalho assalariado, que haviam sido estabelecidas graças às grandes lutas sociais e às ameaças de revolução social, voaram pelos ares, e as ideologias neoliberais se impacientam de que ainda restem alguns cacos delas (CHESNAIS, 1996, p.42).

O processo de reestruturação das atividades produtivas, com marco temporal de seu acirramento nos anos de 1970 teve repercussão brusca para o conjunto da sociedade, visto que representou o incremento e inovação tecnológica e científica para os processos de trabalho, propiciando uma outra forma de organizar e gerir a produção e a força de trabalho.

Segundo denominação de Alves (2005, p.11), o “novo complexo de reestruturação produtiva” surge sob os auspícios do processo de mundialização do capital e envolvem inovações tecnológicas, científicas e organizacionais com o surgimento da robótica, microeletrônica, modalidades de gestão do trabalho pautadas nos programas de qualidade total e nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ’s), reengenharia, centralização e concentração de capitais, descentralização produtiva diante de realocações espaciais/territoriais das indústrias, terceirização e a adoção de uma legislação trabalhista de cunho flexível. Essa etapa remodela a divisão internacional do trabalho.

Como resultado desse movimento percebe-se um aumento significativo na produtividade em prol do lucro crescente e a adoção de uma filosofia organizacional

que provoca reflexos no processo de negociação com as entidades representativas dos trabalhadores, sobretudo os sindicatos.⁶⁷

O complexo de reestruturação produtiva, que se desenvolve a partir dos anos 80, vincula-se à própria sede do capital financeiro em procurar maior rentabilidade, pela imposição de racionalizações e inovações para satisfazer os acionistas com sua lógica do lucro imediato, cujo horizonte temporal é de curto ou curtíssimo prazo (ALVES, 2005, p.64).

Partindo dos apontamentos de Alves (2005, p.101), nesse atual estágio acumulativo do capital, se conjuga o advento de um precário mundo do trabalho com uma crise do sindicalismo brasileiro, que se encontra enfraquecido e fragilizado perante a perversidade da ordem capitalista.⁶⁸ Para Ramalho e Santana (2003, p.26), um dos fatores que levaram à desmobilização do sindicalismo está relacionado ao fator desemprego, que passa a gerar medo e incertezas para aqueles que ainda se encontram em situações de “conforto” e estabilidade no mundo do trabalho.

Esse processo de reestruturação, visto como fato inevitável, trouxe consigo a *exponenciação da questão social*, pois além do alarmante índice de desemprego, tem-se o desmantelamento das políticas sociais, crescimento da informalidade e flexibilização das relações de trabalho. Ao mesmo tempo, como forma de pressionar e questionar tal realidade, emergem movimentos de trabalhadores reivindicando direitos e reconhecimento como, por exemplo, o caso elucidativo do ABC paulista nos anos 1970 e demais ações pontuais de

⁶⁷ “Os sindicatos são formas, entre outras, de representação de assalariados, já que estes se reconhecem também dentro de movimentos sociais, pequenos grupos de esquerda, de partidos de esquerda, partidos de direita e às vezes de extrema direita, presentes no mesmo lugar de trabalho” (RAMALHO; SANTANA, 2003, p.25). Para os autores, se as principais bandeiras reivindicativas do sindicato na década de 1980 estavam restritas às questões de ordem econômica e salarial, na década de 1990 as principais problemáticas se consistiam na garantia do emprego e no combate ao desemprego. No mais, os autores atestam que o grande desafio do sindicalismo na atualidade consiste na preservação de empregos e respeito aos direitos básicos. Além disso, tal organismo precisa se articular “[...] a outros movimentos sociais com o objetivo de ampliar a base de atuação política em defesa de direitos do trabalho e de cidadania” (RAMALHO; SANTANA, 2003, p.35). Na atualidade, o sindicalismo apresenta um refluxo do seu movimento, fruto de uma crise do sistema metabólico do capital que pode ser superada. Por isso, não se pode considerar tal recuo como uma decadência dos sindicatos, pois tal quadro pode ser reversível.

⁶⁸ “Isto é feito sob a ameaça do desemprego, com o apoio das novas teorias e políticas governamentais em matéria de salário e de emprego, e também com o consentimento de dirigentes sindicais que julgam que ‘não há alternativa’” (CHESNAIS, 1996, p.131).

algumas categorias de trabalhadores que têm provocado uma revisão das políticas implementadas sob a ótica do receituário neoliberal.⁶⁹

No contexto de mundialização do capital, ou seja, de uma organização social em que o capital financeiro circula, desenfreadamente, por todos os hemisférios em busca da lucratividade, as atividades produtivas são deslocadas para diversas regiões geográficas tendo como premissa a busca por baixos salários para a manutenção da força de trabalho e os escassos “benefícios”/direitos sociais.

Com a reestruturação produtiva, marcada por um processo de internacionalização econômica em que os países passam a se incorporar a um mercado mundializado, tornou-se imperativo aos setores econômicos a adequação às normas e regras para atender as prerrogativas de um fenômeno que desencadeou a privatização de empresas estatais, fusão de empresas, eliminação brusca de diversos setores da produção e alterações substanciais no modo de organizar e gerir o trabalho.

O cenário produtivo atual é caracterizado não mais pela produção padronizada sob os protótipos taylorista/fordista, mas marcado pelo avanço tecnológico e científico em que o trabalho morto substitui o trabalho vivo, ou seja, substitui-se a força humana de trabalho por maquinário. Além disso, se observa uma elasticidade das empresas para deslocarem sua produção para outros territórios, operando de forma global e se beneficiando de níveis salariais inferiores, da ausência de organização representativa dos trabalhadores e estímulos fiscais. Outros fatores que merecem ser destacados são o crescente desemprego, o aumento do emprego “autônomo”, temporário, domiciliar, subcontratado, além de um conjunto de arranjos produtivos que provocam consequências negativas na vida dos trabalhadores. Segundo Ramalho e Santana (2003, p.19), a informalidade não contribuiu para minimizar ou reduzir a exploração no trabalho, mas ao contrário,

⁶⁹ Sobre o histórico de greves brasileiras, Rivero indaga ao contextualizar o papel sindical desde o período varguista que “Não houve nada tão limitado, desde então, como o direito de greve. Ele foi restringido em 30, quando a greve não era reconhecida como direito dos trabalhadores. Em 46, isto foi reafirmado por meio da regulamentação estatal à greve. Desta forma, estava se mostrando que os sindicatos já eram parte do aparato do Estado autoritário, desde 1937. Depois, veio o período da ditadura militar, e foram eliminadas todas as formas de exercício da democracia no país, sendo os sindicatos figuras de natureza privada, sem nenhum poder de ação. Desde 65 eles ficam sob controle do Estado, que foi o encarregado de fixar as leis salariais. Ao mesmo tempo em que os sindicatos parecem desaparecer da vida política, em 1978 cria-se o ‘novo sindicalismo’. Era um sindicalismo independente e autônomo, fortemente politizado, que reclamava horizontalizar a estrutura sindical e eliminar qualquer elemento corporativo ainda vigente” (RIVERO, 2009, p.122). Esse novo sindicalismo surge representado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

serviu para combinar flexibilidade, exploração, abuso, produtividade e desproteção social.

Em relação a tais transformações, Sorj (2000, p.29) sustenta que, nesse cenário, o setor de serviços tem crescido de forma expressiva como o de transportes, comunicação, administração, educação, saúde e finanças, em detrimento de uma queda da participação das indústrias, no que a autora chama a atenção para um olhar sobre esse movimento no mundo do trabalho. Porém, vale frisar que tanto o setor industrial quanto o de serviços passam, atualmente, por todas as metamorfoses advindas do mundo do trabalho diante de sua reengenharia organizacional.

Isso pode ser demonstrado pelo caso do trabalho bancário e da indústria automobilística que geraram uma redução significativa do contingente de trabalhadores desses segmentos de atividades, ou seja, a reestruturação produtiva provoca reflexos nefastos tanto no âmbito da indústria e dos serviços, quanto na agricultura, onde o processo de mecanização tem desencadeado um alto índice de desemprego, expulsão de trabalhadores rurais do campo e miserabilidade.

Na lógica da mundialização e financeirização do capital torna-se inconsistente fazer alusão aos setores econômicos tradicionais, ou seja, agricultura, indústria e serviços, de forma isolada e desvincilhada do conjunto, pois tais atividades se interpenetram nesse processo.

É mister destacar que a reestruturação produtiva ao engendrar nos últimos tempos uma realocização espacial/territorial das indústrias, provocou a eliminação de postos de trabalho em determinadas regiões e estimulou a expansão de oferta de empregos em outras localidades, porém com salários menores e escassos benefícios e direitos sociais.

Tendo como reflexo desse debate o processo de *liofilização organizacional*, resultante da eliminação e/ou substituição do trabalho vivo por trabalho morto, conforme atesta Antunes (1999), o mundo do trabalho ingressa no século XXI esfacelado, diante dos contornos assumidos e que rebateram, diretamente, nas condições de vida da população trabalhadora. Além do desemprego ampliado, da exacerbada precarização do trabalho, do rebaixamento salarial e da perda de direitos sociais, exige-se um trabalhador multifuncional/polivalente, ou seja, que possa operar inúmeras funções e máquinas, o que representa a apropriação pelo capital da capacidade cognitiva e operativa dos trabalhadores.

Outro fator de relevância, na atual fase de desenvolvimento capitalista e de mudanças substanciais no mundo do trabalho, diz respeito à ampliação do trabalho imaterial, que Antunes (1999; 2005) apresenta em suas obras se referindo às esferas da comunicação, marketing e publicidade, chamando atenção para uma sociedade involucral marcada pelo supérfluo, pelo fetiche da marca e pelo simbólico.

Portanto, a reestruturação produtiva prevê a precarização das relações de trabalho, pois defende a flexibilização dos contratos, o que reflete nas condições degradantes de trabalho dos trabalhadores e estimula a informalidade. Nesse ínterim, intensificam-se os trabalhos temporários, parciais, subcontratados e domiciliares, sendo em sua maioria ocupados por mulheres que assumem atividades com baixas remunerações.

A estreita relação que se estabelece entre características pessoais dos empregados e sua adequação ao trabalho transforma traços como aparência, idade, educação, gênero e raça em potencial produtivo, de tal forma que características e competências individuais são a condição mesma da empregabilidade. O resultado disso é uma forte estratificação do mercado de trabalho, em que os níveis inferiores de emprego, em tempo parcial ou temporários, são preenchidos predominantemente por minorias, mulheres e jovens com baixa escolaridade e, portanto, poucas oportunidades de carreira e mobilidade (SORJ, 2000, p.30).

A repercussão de todos esses acontecimentos traz, para o contexto da primeira década do século XXI, dentre uma de suas resultantes, a erosão do trabalho em seu formato regulamentado e contratado, que passa a ser substituído pelo trabalho temporário, precário, subcontratado e sem garantias legais.

Ao problematizar essas nuances postas ao mundo do trabalho de forma global, Antunes (1999; 2005; 2007), pondera que é imprescindível conhecer a atual morfologia do trabalho e as engrenagens complexas do sistema metabólico do capital, para que se possa pensar em um desenho das formas representativas das forças sociais do trabalho frente à precarização, acentuado desemprego e o pauperismo da população que vive do trabalho.

Seguindo as reflexões de Alves (2005, p.103), o Brasil vivenciou três surtos de reestruturação produtiva, sendo o primeiro desdobrado nos anos 1950, no regime de Juscelino Kubitschek, com o surgimento da grande indústria de base taylorista-fordista. A seguir, o outro momento do surto da reestruturação produtiva se deu no período do “milagre econômico”, ou seja, em plena ditadura militar na década de 1970. Por fim, o terceiro e atual surto ocorreu na fase de crise do capitalismo brasileiro, gestado nos anos 1980 e que se estende pelos anos 1990 e a primeira

década do século XXI, sob o ideário neoliberal. Esse último estágio de reestruturação produtiva o autor denomina de “novo complexo” por abarcar a fase de acumulação flexível no contexto da Terceira Revolução Tecnológica.⁷⁰

Em relação aos anos 1980, o cenário brasileiro presenciou a denominada “década perdida”, fase em que o país redireciona seu processo industrial e se destaca pelo índice de exportação na busca por superávits na balança comercial. Tal década é considerada “perdida” no sentido que se caracteriza por uma instabilidade macroeconômica com hiperinflação e recessão. Nesse período também ocorreu uma deterioração da esfera pública e das condições de vida da população. Já na década de 1990,⁷¹ sob a chancela do Consenso de Washington,⁷² o Brasil adere às prerrogativas neoliberais como alternativa de recuperação do capital. Com o neoliberalismo e a incorporação da reestruturação produtiva desencadeada pelas transformações no mundo do trabalho, o que se constata é uma reforma do Estado nesse período, que prevê a desregulamentação do trabalho, flexibilização das leis trabalhistas, reforma previdenciária e perda do poder de barganha do sindicalismo. Outras medidas que compõem a reforma estatal objetivaram a estabilização monetária, sendo uma tentativa ineficaz realizada em 1991 com o Plano Collor e outra, com mais êxito, em 1994, com o Plano Real. Ao contrário do que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 com o investimento produtivo, ou seja, visando a geração de empregos industriais, a partir dos anos 1990, o investimento se consiste intensivamente em capital, no intuito de garantir seu processo acumulativo. Em

⁷⁰ Pautado nas idéias de Chasin (1985), Alves alega ser nos anos de 1930 “[...] que o capitalismo no Brasil tende a se integrar no processo da Segunda Revolução Industrial, ainda como ‘industrialização restringida’, razão pela qual alguns autores o consideram um capitalismo hipertardio, pois segue uma trajetória distinta dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, de caráter clássico, ou da Alemanha e do Japão, de caráter tardio. Na verdade, o processo de industrialização brasileira desenvolveu-se sob a determinação estrutural do capitalismo mundial, sem nunca ter conseguido romper sua condição de país subordinado aos polos do capitalismo desenvolvido” (ALVES, 2005, p.104).

⁷¹ A década de 1990 é emblemática por representar a vitória do capitalismo sobre o socialismo frente à derrocada do socialismo real em 1989 representada pelo desmoronamento do Muro de Berlim (KURZ, 1996).

⁷² “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, [...] era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. As conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de ‘Consenso de Washington’” (BATISTA, 2001, p.11). O Brasil, dentre outros países, submeteu-se aos requisitos do Consenso de Washington no período do governo Fernando Afonso Collor de Mello (1990-1992), quando, no intuito de solucionar a inflação, ele adotou medidas que propiciaram uma onda de crises e privatizações, as quais contribuíram para seu processo de *impeachment*.

contraposição à Constituição Brasileira de 1998 que representava inovação no campo da garantia dos direitos sociais, políticos e civis, o país incorporou a política neoliberal que gerou efeitos perversos para a vida social.

Com a abertura comercial adotada pelo Governo Collor nos anos 1990, a indústria brasileira atravessou períodos nebulosos e críticos diante das adversidades econômicas da época. O resultado disso foi um período de recessão, crescente desemprego e falência de indústrias que não estavam preparadas para a concorrência externa.

Diante da expressiva redução do emprego no ramo industrial nesse período, Lavinias (2000, p.140) salienta que os mais atingidos pelo desemprego foram os homens, sendo que até então esses eram os ocupantes majoritários do setor, diferente do comércio em que a taxa de desemprego feminino foi superior à masculina, por ser um setor com maior contingente de mulheres (p.151).

Com base nesse processo de reestruturação produtiva e neoliberalismo, podem ser observadas, a partir dos apontamentos das colaboradoras, as marcas do desemprego e seus reflexos na vida das trabalhadoras. Maria de Fátima relata sua vivência de dificuldades diante de um período de crise e a necessidade de pensar estratégias para superar tal estágio, tendo em vista ter cogitado a possibilidade de fazer outros serviços mediante seu “desespero”, pois apenas a remuneração do marido não era suficiente para suprir as satisfações familiares.

Nossa, foi terrível, você tem vontade de fazer as coisas, procurar emprego, e não ter é muito ruim, você fica desesperada. O ano atrasado eu procurei muito emprego, apesar que costureira é um ramo assim, que quase nunca tá em falta. Mas teve uma época que o bicho pegou e não tava conseguindo emprego não. Eu tinha pensado em voltar a ser faxineira, empregada doméstica, porque eu tava desesperada, porque só o que o meu marido ganha, não dá pra gente viver. Então eu tenho que ajudar. Devo ter ficado uns seis meses desempregada, eu tinha ficado mais, porque na época ele comprou as máquinas, ele comprou as máquinas pra mim e não deu certo. Não tava pegando facção de jeito nenhum, aí juntou tudo. Juntou as máquinas que ele comprou, ele ralando, a gente pagava aluguel, muito mais caro do que a gente paga aqui, então foi juntando tudo, e ele sozinho pra fazer tudo. Caminhoneiro, ganhava pouco, então não tinha como, então foi dificultano. Mas assim, dificuldade de chegar a pedir os outros; essas coisas não, era mais regrado (MARIA DE FÁTIMA).

É de fácil percepção que a partir da década de 1990 ocorreu uma *exponenciação da questão social*, gerada pela ofensiva do capital no contexto da

reestruturação produtiva e da exploração “selvagem” dos trabalhadores.⁷³ Dentre tais indicativos tem-se o alarmante índice de desemprego, a precarização e insegurança nas relações de trabalho e o aviltamento salarial. O resultado disso foi,

[...] um novo tipo de regulação do trabalho, baseada na flexibilização do contrato do trabalho, que expõe, cada vez mais, o trabalho assalariado à disposição contingencial do capital em processo. [...] o novo complexo de reestruturação produtiva desenvolve [...] a precariedade de emprego e salário, ou impulsiva o desemprego estrutural na indústria, debilitando, de modo radical, a própria sociabilidade do trabalho (ALVES, 2005, p. 252).

Nessa ótica, o autor reforça que o mundo do trabalho se constitui de trabalhadores qualificados (em número reduzido) que colaboram com o capital e de trabalhadores precários (maioria) ramificados pela periferia do sistema. Além disso, sob o lema da *empresa enxuta* e dos avanços no campo técnico-científico, o mundo do trabalho no cenário contemporâneo tem gerado uma exclusão social,⁷⁴ resultante do acentuado índice de desemprego em dimensão estrutural, contribuindo para a ampliação da população supérflua ao regime do capital.

O mundo do trabalho precário é decorrente de uma das motivações indutoras da terceirização. Por trás da lógica da precarização do trabalho, que atinge parcelas das firmas de subcontratação da cadeia produtiva está a necessidade das grandes empresas – e de seus fornecedores de primeira, segunda e terceira linha – de descentralizar a produção, com o objetivo de reduzir custos, repassando os riscos dos negócios para as pequenas empresas e, por conseguinte, para as condições de trabalho, emprego e salário. A [...] flexibilidade do contrato de trabalho [...] tende a constituir um estatuto salarial precário para amplas parcelas da classe trabalhadora, expondo-a, [...] à disposição das idiossincrasias do capital (ALVES, 2005, p.265).

Vale ressaltar que a terceirização redimensiona os processos produtivos e, como estratégia adotada pelo capital para reduzir custos, contribui para fragmentar e fragilizar a organização coletiva dos trabalhadores, ou seja, reduz ou, até mesmo, elimina as formas de enfrentamento e resistência dos trabalhadores que se encontram pulverizados.

⁷³ Rivero (2009, p.131) chama de exploração selvagem o “[...] trabalho que se intensifica ampliando as horas de trabalho até o limite do possível, ao trabalho de crianças e mulheres sem nenhuma regulamentação, à não-regulamentação que impede o asseguramento de alguns direitos humanos básicos como a sobrevivência digna”.

⁷⁴ Na concepção de Dupas, a exclusão tem múltiplos significados, podendo ser a falta de garantia de sobrevivência física, quanto à forma de não desfrutar de bens e oportunidades que outros indivíduos desfrutam. Chama de “[...] exclusão efetiva, aquela que enfatiza a renda, a inserção ocupacional, a etnia e o gênero (na medida em que estes impliquem discriminação), as condições de moradia, a condição de cidadania” (DUPAS, 2000, p.24).

O capital se apresenta mais concentrado, com vistas à acumulação e reprodução de seus condicionantes, sem considerar o quadro social que tais medidas provocam. Basta atentar que o mundo virou um grande mercado na fase de financeirização da economia.

O mundo tornou-se propriedade particular de meia dúzia de empresas. No ramo de supermercado, por exemplo, a Wal-Mart, considerada a maior empresa do mundo, tem seis mil fábricas produzindo para ela, das quais 80% estão na China. Na produção de sementes, a Monsanto controla 90% das sementes transgênicas do globo. As dez maiores empresas farmacêuticas e de produtos veterinários respondem por 59% do mercado mundial. Na área de biotecnologia, a concentração da produção é ainda maior: as dez maiores empresas são donas de 73% das vendas realizadas em todo o mundo (TEIXEIRA; FREDERICO, 2008, p.37).

Além do que foi esboçado e seguindo os objetivos do respectivo estudo de apreender as relações de gênero neste atual estágio de transformações no mundo do trabalho sob o ideário do complexo de reestruturação produtiva, cabe destacar que, no último quartel do século XX, é notória a expansão e incorporação da mão-de-obra feminina nos processos produtivos, o que ficou denominado por uma *feminização* nesse cenário, pois as mulheres passaram a ocupar postos de trabalho outrora destinados somente aos trabalhadores homens. É importante abrir um parêntese para esse período, pois, além do ingresso em grande escala da mulher no mundo do trabalho, ocorreu também a organização política e sindical desse segmento populacional, passando estas a ter uma participação mais efetiva nas lutas coletivas. Os principais objetivos dessas lutas eram a busca pela igualdade no trabalho no que tange aos salários, ocupações e garantias sociais. Também passaram a reivindicar a divisão sexual em prejuízo ao grupo feminino submetido à dupla ou tripla jornada de trabalho. Dessa forma, questões pertinentes à mulher, que até então estavam no reduto privado, ganham visibilidade e passam a ser publicizadas. Com isso, as mulheres ingressam no cenário brasileiro como sujeitos políticos reivindicando determinados direitos e reconhecimento.

Nesse conjunto de acontecimentos,

[...] a presença de mulheres na cena brasileira foi expressiva, denunciando as situações de desigualdade a que estavam submetidas e manifestando de várias maneiras a reivindicação de seus direitos. O ano de 1975 foi marco importante dessa mobilização ao ser escolhido como Ano Internacional da Mulher pela ONU. No Brasil, a luta pela valorização da identidade feminina denunciando as condições de subordinação das mulheres integra-se à luta pela redemocratização do país no final dos anos 70 (NEVES, 2000, p.173).

De acordo com Bruschini (2000, p.16, 21), os principais fatores que provocaram a inserção feminina nas oportunidades de trabalho surgidas foram: a queda na taxa de fecundidade, o acesso e expansão da escolaridade, sobretudo nas universidades, as mudanças nos padrões culturais, o empobrecimento da classe média e a necessidade de arcar com custos de serviços como saúde e educação, frente à retração da esfera pública no atendimento dessas políticas.

É importante ressaltar que as mulheres ocuparam, principalmente, os espaços de trabalho mais precarizados e, mesmo nos espaços da produção,⁷⁵ não abandonaram suas atividades no âmbito da reprodução, ou seja, mantiveram suas tarefas domésticas de cuidado do lar e dos filhos. Isso reforça a divisão social do trabalho baseada nas relações de gênero que hierarquiza as ocupações masculinas e femininas e que ainda está presente na contemporaneidade, o que legitima a divisão sexual do trabalho, pautada em um constructo social e não biológico das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres com vistas à sustentação de interesses e de poder.

[...] a divisão sexual do trabalho é um fenômeno histórico e social, pois se transforma e se reestrutura de acordo com a sociedade da qual faz parte em um determinado período. Assim, na sociedade capitalista, segundo essa divisão, o trabalho doméstico fica sob a responsabilidade das mulheres, independentemente de elas terem ou não um emprego no mercado de trabalho (NOGUEIRA, 2006, p.27-28).

Com a divisão social e sexual do trabalho ocorre uma polarização das qualificações masculinas e femininas, visto que os homens ocupam em maior percentual determinados postos específicos de trabalho (exemplo a siderurgia e a metalurgia) enquanto as mulheres ocupam outros (têxtil, comércio em geral, dentre outros marcados pela informalidade e terceirização). Como critério para tais ocupações sustenta-se o discurso do trabalho pesado para os homens e do trabalho leve para as mulheres. Ou seja, relaciona a força física, a coragem, os trabalhos

⁷⁵ Neste estudo utiliza-se o termo trabalho produtivo em seu aspecto generalizado, contemplando tanto o trabalho produtivo quanto o improdutivo baseado no regime do assalariamento propriamente dito. Assim, o trabalho doméstico realizado pela mulher não é tido como produtivo, nem improdutivo por não haver uma relação mediatizada pelo salário. Mas essa atividade que ocorre na esfera reprodutiva, marcada pela invisibilidade, contribui para a manutenção e sustentação do capitalismo, tendo em vista que garante a sobrevivência da força de trabalho. Com isso, o que se conclui é que os espaços da produção e da reprodução estão imbricados, não existindo de forma isolada e sim de forma interdependentes para assegurar a continuidade de um sistema. No ano de 1992, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) introduz a categoria trabalho doméstico em suas análises, mas se referindo ao emprego remunerado e não ao trabalho das donas de casa, considerado este ainda como inatividade econômica.

sujos e insalubres como atributos masculinos e sinônimos de virilidade em contraposição aos trabalhos delicados ligados aos atributos femininos.

Sob esse aspecto, na indústria da confecção são apresentadas também algumas distribuições nas ocupações que reforçam a divisão sexual do trabalho, como é o caso narrado por Maria de Fátima da atividade do corte e da costura.

Mulher nunca vi no corte, porque é muito pesado. Você tem que desenrolar, mas é muito pesado. O homem já é mais forte. Mas se a gente tivesse oportunidade a gente cortava também, porque hoje tem mulher que dirige caminhão, ônibus, então assim, se tivesse oportunidade a gente fazia, mas tem fábrica que não dá oportunidade não. E na costura tem homem também, só que eu nunca trabalhei com homem costureiro não. Quando eu fiz o curso tinha quatro homens junto comigo (MARIA DE FÁTIMA).

É de assaz relevância tal realidade descrita por Maria de Fátima, pois contribui para reforçar os espaços ocupacionais de homens e mulheres no mundo do trabalho que são, muitas vezes, associados à força física e demais habilidades que servem como mecanismos para solidificar relações de gênero hierarquizadas.

Com base em Hirata e Kergoat (2007, p.596), a divisão sexual do trabalho se aplica nos estudos sobre a distribuição diferenciada das ocupações e profissões de homens e mulheres no mundo do trabalho e também no trabalho doméstico. Com isso, o que se verifica são desigualdades e assimetrias sistemáticas nas relações sociais entre os sexos que criam o sistema de gênero. Nesse sentido, as autoras ponderam que surge o princípio hierárquico que superiora, qualifica e valoriza o trabalho masculino em detrimento da inferiorização, desqualificação e desvalorização do trabalho feminino e o princípio de separação em que há trabalhos específicos e próprios para homens e trabalhos direcionados à mulher.

Nesse horizonte analítico, de acordo com Maria de Lourdes, é evidente a discriminação presente na sociedade em relação ao trabalho masculino e feminino, pois, conforme sua percepção,

Tem mulher que faz o serviço de homem, melhor do que homem e é discriminada por isso. E o salário também né, vamos supor, se numa firma a mulher faz o mesmo serviço do homem, e o salário do homem é R\$1.000,00 e da mulher é só R\$700,00 e é o mesmo serviço, e às vezes sai até melhor, mas porque é homem ele tem que receber mais (MARIA DE LOURDES).

Diante desse quadro, Hirata indaga que a questão da divisão sexual do trabalho passa a ganhar evidência e ser problematizada nos anos 1980 e aponta que,

A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. Essa divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuais de poder (HIRATA, 2002, p.280).

Vale destacar que tal fenômeno não é recente, pois a divisão social e sexual do trabalho antecede a Era Cristã, visto que as mulheres de todas as camadas sociais, livres ou escravas estavam restritas à esfera doméstica, pois respondiam pela manutenção da subsistência de seus grupos.

Na Era Medieval, o trabalho feminino passa a ser categorizado, ou seja, as mulheres solteiras ficavam responsáveis por lavar, coser, bordar, enquanto as casadas se dedicavam ao cuidado dos filhos e marido. Às camponesas, competia a dedicação às atividades na agricultura.

Na fase mercantilista, ou também conhecida por Idade Moderna, algumas mulheres passam a se dedicar às tarefas como o comércio e vendas em geral, atividades em expansão na época.

Logo em seguida, no século XVIII, com a Revolução Industrial, o capitalismo se consolida em face da divisão de classes e da intensificação da industrialização, urbanização e concentração da propriedade privada. Com isso, ocorre um intenso fluxo migratório do campo para a cidade e surge o proletariado fabril para o trabalho nas fábricas, que incorpora o contingente feminino como representante do conjunto de trabalhadores assalariados.

Mesmo com o ingresso das trabalhadoras no ramo fabril a partir da industrialização, as relações sociais entre homens e mulheres permaneceram desiguais e assimétricas, como foram historicamente legitimadas, com as marcas da cultura patriarcal de subordinação entre tais segmentos sociais. Além da inserção feminina no mundo do trabalho no que tange à esfera da produção, as tarefas domésticas e familiares, ou seja, o espaço da reprodução continuou reservado às mulheres, o que se sustenta até os dias atuais e reforça o lugar secundário e naturalizado da mulher no sistema social.

Se a persistência da responsabilidade das mulheres pelos cuidados com a casa e a família é um dos fatores determinantes da posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho, a maternidade é, sem dúvida, o que mais interfere no trabalho feminino quando os filhos são pequenos. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos forem insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil (BRUSCHINI, 2000, p.19).

Tal preceito é verificado mesmo com as transformações na estrutura familiar nos últimos tempos, pois diante de inúmeras alterações ocorridas nesse grupo, os papéis atribuídos à figura masculina e feminina no âmbito privado, ou seja, na esfera doméstica, permanecem como sendo o homem responsável pelo provimento das necessidades materiais dos componentes do lar e a mulher sob a incumbência de zelar pelas tarefas de cuidado dos filhos e da casa. Mesmo que essa mulher tenha um trabalho na esfera da produção, este é visto como complementação ao orçamento familiar, conforme ressaltado na narrativa de Maria Madalena que explicita sua situação.

Pra dizer a verdade, mesmo com esse meu emprego, eu me considero dependente do meu marido, porque ele que mantém a casa, só que a gente não tem briga nisso, falar que ele faz isso. Porque ele que sempre fez compra, pagou água, luz. Eu ainda falo com minha mãe, minha mãe fica assim, quanto que veio sua luz? Não sei, eu nem olho essas coisas, tem tanta coisa pra preocupar, que quando chega eu coloco na geladeira, o Hélio vai, pega e paga (MARIA MADALENA).

Ao se reportar à fala de Maria Madalena, é possível perceber a dicotomia existente entre espaço produtivo e reprodutivo, visto que naturaliza os papéis sociais de gênero e reforça a posição do homem (marido) enquanto provedor do lar. Outro elemento considerável no relato da colaboradora consiste em sua afirmação de dependência do esposo, mesmo sendo trabalhadora remunerada. Essa suposta dependência extrapola o campo material e legitima as formas assimétricas que estão alicerçadas nas relações de gênero na vida social.

A narrativa de Maria Madalena contribui para ilustrar que na sociedade contemporânea, seja no âmbito familiar/privado ou no espaço público, com os fortes teores e resquícios da raiz patriarcal, observa-se a sustentação das desigualdades de forma a perpetuar as atribuições e os papéis masculinos e femininos de superioridade e inferioridade.

Frente ao apresentado, no contexto da reestruturação produtiva, vale destacar que “[...] as repercussões da especialização flexível e dos novos modelos de organização e desenvolvimento industriais não são as mesmas quando se consideram os pontos de vista dos homens e das mulheres” (HIRATA, 1998, p.6).

Sob a chancela do paradigma produtivo de base flexível, as mulheres foram incorporadas ao mercado de trabalho em atividades variadas, inclusive ocupando ofícios e tarefas consideradas até então masculinas, o que pode ser confirmado pela

pesquisa realizada por Hirata (2002) esboçando o quadro das formas de organização do trabalho no Brasil, França e Japão.

Hirata (2002) apresenta o ingresso das mulheres em espaços como a construção civil, a indústria de transformação, com destaque para a metalurgia, os transportes coletivos, dentre outros.⁷⁶

A autora sustenta que,

[...] essa abertura de postos de trabalho às mulheres representou uma diminuição de custos, pois essa feminização implicou uma desqualificação – se antes, como ocorreu numa das empresas pesquisadas, todas as máquinas eram preparadas por contramestres, essa atividade até então qualificada, passou a ser repetitiva e sem responsabilidade, justificando salários rebaixados e consequente desvalorização do emprego (HIRATA, 1998, p.11-12).

Nesse quadro, as mulheres ficam confinadas a atividades periféricas e sazonais, enquanto os homens ocupam postos de trabalho mais qualificados, gerando uma intensificação da distância entre tais segmentos no mercado de trabalho.

Hirata (1998, p.17) destaca que nessa fase atual de crise do capital e do processo de reestruturação produtiva, a atividade feminina passou por uma ampliação, sendo que, ao mesmo tempo em que se verifica o crescimento da taxa da atividade feminina, também se expande a precarização do emprego, seja pelo incremento do trabalho em tempo parcial, seja pela intensificação da informalidade.

Para apreender essa trama de acontecimentos que perpassam as relações sociais, seja na esfera do trabalho, da família e das classes sociais é necessário extrapolar o âmbito dos setores de atividade e as ocupações em geral, pois, as correlações de força e as estruturas de poder estão presentes nas relações de gênero, sendo esses mecanismos legítimos não só no âmbito do trabalho, mas também nas outras esferas que atravessam as formas de sociabilidade do conjunto da população, seja no espaço privado (doméstico/família) ou no público (sociedade como um todo).

⁷⁶ Bruschini (2000) aponta em seus estudos que também houve um aumento da participação feminina em postos de trabalho de maior prestígio, rendimentos e reconhecimento como a Medicina, Arquitetura, Direito, Odontologia, dentre outras. Porém o respectivo estudo que aborda o universo das trabalhadoras formais e informais da confecção não objetiva aprofundar essa discussão que já foi explicitada pela autora citada e sim apresentar o quadro mais evidente, que é o ingresso em maiores proporções de mulheres trabalhadoras em formas precárias de trabalho, pois muitas mulheres estão submetidas não só ao trabalho doméstico, mas também ao trabalho domiciliar autônomo ou subcontratado, realizando atividades subordinadas às prerrogativas do capital para satisfazer suas necessidades de sobrevivência.

No quadro da era flexível,

As mulheres são as primeiras vítimas do paradoxo do crescimento do emprego feminino num contexto de crise: menores salários, maior instabilidade, condições de trabalho acumulando atividades domésticas e profissionais, maior desemprego, impactos previsíveis sobre a saúde (HIRATA, 1998, p.19).

O que se verifica são medidas adotadas no contexto da crise do capital, de reestruturação produtiva, neoliberalismo e flexibilização, que assolam o plano econômico e ideopolítico, atingindo todos os países capitalistas, o que tem desencadeado uma vulnerabilização dos estatutos jurídicos no campo do trabalho. Mas é importante considerar que tais mecanismos ocorrem de forma diferenciada para o conjunto de trabalhadores homens e mulheres, pois a segregação ocupacional entre os gêneros se perpetua diante de uma sociedade sexista e patriarcal, que define a mulher como força de trabalho de alto custo e complementar tendo em vista a questão da maternidade e da reprodução. Assim, pode-se observar que a reestruturação produtiva teve implicações e efeitos diferenciados para homens e mulheres, não alterando, significativamente, a divisão sexual do trabalho, visto que as mulheres ainda permanecem em posições desvantajosas nesse cenário.

Nesse quadro atual, o que se tinha como estável e perene no mundo do trabalho diante da garantia de uma legislação trabalhista, planos de carreira, empregos vitalícios e direitos sociais, agora se vivencia um estágio caracterizado por incertezas, inseguranças e instabilidades na inserção, ocupação e manutenção no espaço produtivo frente ao processo de desregulamentação, flexibilização e deterioração do trabalho, que trazem rebatimentos para a saúde física e mental do trabalhador.

Com respaldo nos estudos de Hirata (2002, p.147), na França, em 1998, de cada 11 (onze) pessoas empregadas, 1 (uma) possuía emprego precário. Em 2000, apenas 57% de todos os empregos na França se configuravam como estáveis.

Apesar da escassez de uma base de dados estatísticos e quantitativos acerca do contingente feminino nos trabalhos informais, terceirizados, subcontratados e precários, inúmeros foram os estudos já realizados que apontam para a predominância das mulheres nessas atividades, tendo em vista a necessidade de conciliar as tarefas da reprodução com a produção, o que poderia apontar para uma *reestruturação e flexibilização sexuada do trabalho*, que determina o lugar e a posição da mulher no sistema social vigente.

Perante tal conjuntura, observa-se que o mundo do trabalho na atualidade se estrutura em *tempos precarizados e sexuados* nas suas relações de produção, diante de postos de trabalho instáveis e vulneráveis às prerrogativas do capital e de baixo custo da mão-de-obra feminina, pois as diferenças salariais entre homens e mulheres ainda são evidentes.

Com base nesses pressupostos, as mulheres que vivem e sobrevivem num cenário marcado pela precariedade nas condições de vida e trabalho, criam diversas formas de sobrevivência, resistência e sociabilidade, com vistas à satisfação de suas necessidades vitais, o que será abordado no item seguinte.

2.2 Reorganização do trabalho: tempo de vidas fragilizadas

A reestruturação produtiva, em seu formato predatório e desagregador das relações de trabalho, tem contribuído para minar os movimentos de pressão e mobilização dos trabalhadores, frente ao quadro acentuado de desemprego, instabilidades e incertezas no mundo do trabalho. Isso tem provocado uma diluição e fragmentação dos trabalhadores, o que corrobora para o dilaceramento dos vínculos coletivos que afeta e compromete a capacidade organizativa do conjunto da população que necessita da venda de sua força de trabalho.

Tal preceito pode ser visualizado no âmbito do sindicato, que se mostra reconfigurado no cenário das alterações substantivas que ocorrem no mundo do trabalho e engendra um novo perfil de trabalhador.

Esse quadro é verificado nos anos 1990 quando se presencia um refluxo dos movimentos sindicais diante da fragilidade das negociações coletivas, da redução de greves e da queda na taxa de sindicalização, frente ao ideário neoliberal de desmonte do sindicalismo.

A partir desse cenário, os sindicatos se reorganizam e assumem outras linhas de discussão, reivindicação e lutas como a defesa pela manutenção de postos de trabalho, as implicações do processo de reestruturação produtiva e formas terceirizadas da produção, a garantia de salários e jornadas de trabalho condizentes aos assegurados em legislação, dentre outros.

Assim, os sindicatos, expressão da organização, representação e mobilização de atores coletivos que ingressam na cena política em prol de assegurar direitos e reconhecimento, se encontram, em muitos casos, fragilizados nessa lógica de desregulamentação e descentralização que assola a esfera produtiva.

Por isso, o que se observa nos últimos tempos por parte do sindicalismo é uma perda de seu poder de negociação e legitimidade social, o que tem remodelado seu campo de ação e defesa, que outrora se consistiam em greves e amplas mobilizações e hoje se restringe às articulações com o capital para a manutenção de empregos e garantias salariais.

Além do mais, com o ingresso expressivo das mulheres no mundo do trabalho, ou seja, de novos atores sociais, na segunda metade do século XX, passou a ser elementar para a pauta sindical a discussão e problematização de tal situação, tendo em vista que, até então, as categorias profissionais eram majoritariamente masculinas.⁷⁷

Porém,

[...] no universo feminino, as taxas de sindicalização são ainda mais reduzidas, isso porque as mulheres são duplamente excluídas. Primeiro, porque o sindicalismo sempre se mostrou incapaz de incorporá-las às suas reivindicações. Segundo, porque elas têm participado com mais intensidade no mercado de trabalho como trabalhadoras em tempo parcial, temporário, precário, e é justamente no trabalho precarizado em que as reivindicações sindicais na atualidade têm encontrado o maior nó (PEREIRA, 2004, p.60).

Com isso, pode ser sublinhado que o sindicalismo, mesmo em momentos de crises, instabilidades e incertezas, tem criado estratégias e formas de ação para responder aos contornos do mundo do trabalho e garantir sua sustentação e legitimidade.

Portanto, o papel do sindicalismo na atualidade é desafiante, diante das contradições presentes na relação capital *versus* trabalho e das demandas postas pela questão social. Para isso, tal entidade deve estar atenta às prerrogativas atuais para pensar proposições que atendam aos anseios dos trabalhadores, tendo em vista a garantia de seus direitos, a igualdade e a justiça.

⁷⁷ Em 1983 surge a CUT e em 1986 é criada uma Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora e a partir desse movimento passa a estar presente nas bandeiras de luta sindical a questão da igualdade de oportunidades entre trabalhadores e trabalhadoras. Em 1988 acontece o I Encontro Nacional sobre a questão da Mulher Trabalhadora, revelando já a preocupação com tal segmento, tendo em vista sua participação significativa na esfera produtiva. As principais reivindicações estavam direcionadas à luta por creches, melhores oportunidades de trabalho, garantias à maternidade e igualdade de remuneração.

Cabe ressaltar que um dos principais desafios concernentes ao sindicalismo, no contexto de abruptas alterações no mundo do trabalho, no findar da primeira década do século XXI, é romper com a concepção fordista vigente no século anterior, pautada em regimes formais de trabalho, com jornada integral, direitos sociais e trabalhistas garantidos e pensar em mecanismos e frentes de lutas e reivindicações em um quadro marcado por relações precárias, flexíveis e informais de emprego.

Em um momento caracterizado por contornos assumidos na esfera produtiva mediante a adoção da acumulação flexível, torna-se de suma relevância para as entidades sindicais pensar estratégias de ação que contemplem todos aqueles que vivem e sobrevivem do trabalho, pois,

A diminuição da classe operária industrial tradicional, a heterogeneização do trabalho, retratada na incorporação do contingente feminino no mundo operário, e a intensificação da subproletarização presente nas formas de trabalho parcial, precário, subcontratado, terceirizado, questionam a raiz do sindicalismo tradicional e levam à queda das taxas de sindicalização (PEREIRA, 2004, p.59).

Sob esse prisma de intensificação da informalidade e crescimento do trabalho domiciliar,

[...] passa a ser cada dia mais desafiador organizar as(os) trabalhadoras(es) vinculadas(os) à economia informal, trabalho que se torna ainda mais difícil quando se leva em consideração as pontas mais precarizadas dessa cadeia produtiva, com um número expressivo de trabalhadores e trabalhadoras atuando isoladamente em seus domicílios (LIMA, 2009, p.237).

Seguindo tal raciocínio, conforme pesquisa realizada com as costureiras no município de Divinópolis, o trabalho domiciliar se torna uma das alternativas para as mulheres que não desejam sair de suas residências devido aos afazeres domésticos e o cuidado dos filhos,⁷⁸ além de obterem uma renda mensal superior aos rendimentos auferidos no trabalho regulamentado no espaço fabril.

⁷⁸ “A maternidade é um dos fatores que mais interferem no trabalho feminino, quando os filhos são pequenos. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil. Contudo, quando a necessidade econômica é tão premente que inviabiliza o exercício da maternidade em tempo integral, como nas famílias muito pobres ou nas chefiadas por mulheres, outros arranjos, como a rede de parentesco, inclusive os filhos maiores, ou redes de vizinhança, poderão ser acionados para olhar as crianças enquanto a mãe vai trabalhar. [...] A insuficiência de equipamentos coletivos como as creches, que atendem parcela muito pequena das crianças brasileiras, contribui para aumentar o peso da maternidade sobre as mulheres e, em particular, sobre as trabalhadoras” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002, p.164-165).

À mulher costureira domiciliar, ou também conhecida por faccionista, compete as atividades da confecção de roupas e as atribuições domésticas, as quais sustentam a divisão sexual do trabalho no espaço privado.

Em muitos casos, a combinação das atividades produtivas e reprodutivas é preservada nos finais de semana, dificultando o acesso ao lazer, descanso e repouso dessas trabalhadoras, o que contribui para desencadear inúmeras doenças ocupacionais pelo desgaste e intensificação das extensas horas dedicadas ao trabalho.

Esse prolongamento da jornada de trabalho, no que se refere à costura, ocorre pelo fato da remuneração ser obtida por peça, ou seja, quanto maior o número de peças produzidas, mais elevado será o rendimento mensal das costureiras.

Por isso, para essas mulheres o trabalho domiciliar é funcional na medida em que prevê uma flexibilidade de organizar seu tempo dedicado às tarefas da costura com os afazeres domésticos, conforme justifica Maria Auxiliadora.

Trabalho final de semana porque às vezes tem domingo que aperta na facção, aí eu trabalho, e às vezes eu deixo pra lavar minha roupa no domingo, mas nem sempre (MARIA AUXILIADORA).

Pela natureza do trabalho domiciliar e da atividade da costura realizada de forma doméstica, muitas vezes isolada, individualizada e fragmentada, tem-se uma identidade fragilizada dessas mulheres, que além da dificuldade de se reconhecerem enquanto coletividade e inseridas em uma dinâmica macro-estrutural, também não possuem autonomia devido ao atendimento dos prazos estipulados pelas empresas contratantes e, por isso, muitas vezes se desdobram em dias e noites para o cumprimento das exigências estipuladas pela demanda.

O trabalho dessas mulheres e sua participação no processo produtivo se dão de forma individualizada, sem haver uma interlocução com os demais trabalhadores, com vistas a desenvolver capacidades de organização coletiva a fim de criarem estratégias de enfrentamentos, incitarem posicionamentos frente às condições precárias de vida e de trabalho, tomarem decisões, realizarem negociações e poderem, ao menos, ser ouvidas, pois tais trabalhadoras sequer têm direito à voz.

Com isso, o que se constata é uma ausência de participação política e de união dessas trabalhadoras, o que provoca a fragmentação e fragilização desse segmento. São mulheres que vivem, cotidianamente, em estado de isolamento,

silenciadas e sem representatividade. Como alternativa para saírem desse estado, poderiam criar campos de negociação, lutas, reivindicações e outros mecanismos de resistências, pois,

[...] as lutas cotidianas efetivadas no espaço do trabalho, como a quebra de equipamentos, a contestação dos regulamentos internos, a sabotagem, o questionamento direto da hierarquia fabril são amplamente propagandeadas como táticas valiosas e como meios de educação e de preparação do proletariado para sua emancipação geral (RAGO, 1997, p.28).

No âmbito da confecção pode ser observado que essas resistências são, em sua maioria, individuais, isoladas, residuais, ou seja, as resistências ainda não representam um coletivo organizado dessas mulheres e do conjunto dos trabalhadores em prol de romper com as relações de dominação, opressão e exploração que vivenciam.

Sendo assim, é essencial pensar nas diversas formas de resistência no cotidiano de trabalho como mecanismo de superação das precárias condições de vida e trabalho, pois mesmo o capital elaborando suas engenhosas saídas para conter as pressões dos trabalhadores, tais manifestações contribuem para provocar espaços de confronto e possibilidade do novo.⁷⁹

Diante desse quadro, torna-se difícil pensar em uma capacidade organizativa do conjunto dessas trabalhadoras e demais categorias profissionais devido a um panorama pautado em uma lógica individualista, na qual as formas de sociabilidade têm se pulverizado no cotidiano da população. Isso é descrito pelas costureiras, que relatam suas redes de relações sociais que são tomadas pelo mundo do trabalho.

Bem, eu convivo bem com todos, mas não tem tempo assim, a gente quase que não vê vizinho. Vê mais indo pro serviço e chegando. As casas ficam quase tudo fechada. Daí no final de semana a gente vai pra casa da minha mãe. Eu vou todo fim de semana, sábado e domingo (MARIA MADALENA).

Quando eu tenho um tempinho eu visito minhas tias, vou na minha vó passear um pouquinho... (MARIA DA CONCEIÇÃO).

⁷⁹ Sobre esse aspecto de se pensar estratégias no âmbito do capital para conter as reivindicações e resistências dos trabalhadores, Rago (1997, p.32) pondera que “Frente à resistência operária persistente, os dominantes são forçados a reelaborar as formas de relacionamento com os empregados, inventando meios cada vez mais sofisticados e engenhosos de adestramento físico e moral: buscas tateantes, pontilhadas de erros e acertos, que evidenciam a crescente preocupação patronal em impor autoritariamente sua maneira de organizar as relações sociais, dentro e fora dos muros da fábrica, definindo inclusive as relações familiares e as formas de habitação da classe trabalhadora”.

Quase não tenho contato com vizinho, que a gente trabalha aqui né, geralmente a gente fica mais dentro de casa. Então quase não tenho contato com vizinho e com outras pessoas também (MARIA DAS DORES).

Quando sobra um tempinho eu vou ensinar o dever pra minha filha, arrumar um guarda roupa, uma coisa ou outra (MARIA DE LOURDES).

Vizinho eu não sou muito de ir na casa deles não. Eu chego eu cumprimento, mas não gosto de intrometer na vida de ninguém e também não gosto que ninguém dá notícia da minha vida também. Eu sou uma pessoa que de preferência gosto de ficar até com as portas fechadas. Não sou muito de ficar assim não porque acaba dando confusão. Gosto de ficar mais na minha. E eu também trabalho muito, nem dá tempo (MARIA DE FÁTIMA).

Entretanto, considerando o isolacionismo das trabalhadoras no trabalho domiciliar e partindo da realidade do trabalho informal, de acordo com Rivero (2009, p.161), em uma pesquisa realizada sobre a informalidade no Rio de Janeiro, há uma preponderância de mulheres em atividades não regulamentadas e “desqualificadas”, o que desencadeia uma *feminização em ocupações precárias de trabalho*. Ainda com base na autora, as mulheres com maior grau de escolaridade tendem a ocupar postos regulamentados no mundo do trabalho, sendo, na verdade, superiores em índice que o trabalho masculino. Já em relação ao trabalho desregulamentado, elas são as menos instruídas/escolarizadas.

A partir dessas reflexões, seria o trabalho precarizado/desregulamentado a alternativa para essas mulheres menos instruídas e qualificadas diante das exigências ditadas pelo mundo do trabalho? Ou seria tais formas de trabalho uma possibilidade de combinar as atribuições do lar, o cuidado com os filhos, ou seja, as funções de reprodução com as de inserção no mundo produtivo?

Pelo que se constata neste percurso investigativo, a maioria das trabalhadoras da confecção não tiveram oportunidades para investir na escolarização e nos demais níveis de qualificação profissional. Apenas a faccionista Maria das Dores possuía graduação em Pedagogia e optou pelo trabalho domiciliar na costura alegando que consegue ter melhores rendimentos nesse ramo de atividade que atuando na área pedagógica.

Além de Maria das Dores, nenhuma outra costureira possuía curso superior, tampouco o nível médio completo, sendo que pôde ser verificada uma baixa escolaridade das entrevistadas e pouca qualificação das mesmas. Vale destacar que algumas das costureiras realizaram cursos profissionalizantes, mas de forma eventual, não buscando aperfeiçoamentos de forma contínua.

Mas o que merece ser destacado, para não cair no risco de culpabilização das mulheres pelo pouco acesso à escola e qualificação, é que sabendo que o ramo da confecção não exige mão-de-obra qualificada e escolarizada para o exercício das atividades, essas trabalhadoras não se sentem estimuladas à busca pelo aperfeiçoamento profissional, pois ocupam espaço nas tarefas rotineiras, repetitivas e desvalorizadas.

Portanto, perante o estudo realizado com as costureiras, é possível afirmar que todos os elementos apontados por Rivero (2009) são determinantes para a inserção dessas mulheres no trabalho desregulamentado/informal, visto que possuem baixo grau de escolaridade e qualificação e precisam conciliar as tarefas de reprodução com o trabalho remunerado. Mas mesmo no trabalho regulamentado que ocorre no interior da fábrica, observa-se que as trabalhadoras também possuem baixo nível de instrução/escolaridade e qualificação profissional, o que faz demarcar algumas especificidades desse setor produtivo.

Além do mais, para as costureiras, o trabalho domiciliar é considerado uma alternativa para se manterem no mundo do trabalho, pois diante de suas atribuições domésticas, conseguem conciliar uma atividade remunerada para a subsistência da família. Por isso, as costureiras domiciliares apontam aspectos positivos no trabalho a domicílio, em especial como alternativa de obterem uma renda em etapas da vida em que necessitam estar vinculadas aos cuidados dos filhos e da casa e, nesse sentido, criam suas estratégias de sobrevivência, pois nos casos em que são casadas, em determinados momentos recorrerem aos rendimentos do marido. Caso sejam mulheres solteiras ou chefes de família, encontram certo grau de vulnerabilidade no trabalho subcontratado, frente aos ciclos de produção e demanda sazonal, como acontece com a faccionista Maria Auxiliadora.

Às vezes a gente apela pros empréstimos. Igual eu já te falei que meus pais me ajudam muito. Então às vezes falta em uma prestação, eles me ajudam. Então assim, vai equilibrando (MARIA AUXILIADORA).

Mas as condições de vida e trabalho das costureiras fabris, que exercem atividade regulamentada, também são marcadas pela precarização e dificuldades em suprir as necessidades básicas da família, como se evidencia no relato de Maria Madalena.

Não dá pra ter tudo não. A gente controla daqui e dali. Eu queria que meus meninos estudassem em escola particular, e não deu até hoje pra colocar, só quando eles eram menor. Mas assim, mais ou menos, a gente não

passa dificuldade de nada não, mas sempre tem que esperar juntar um dinheiro pra fazer alguma coisa (MARIA MADALENA).

Diante das dificuldades no suprimento das necessidades básicas dos familiares, as costureiras, sejam elas formais ou informais, criam estratégias de sobrevivência frente às situações apresentadas, como o trabalho infantil, informal e domiciliar.

Nesse sentido, um fato relatado pela costureira Maria Aparecida e que representa a realidade de muitas(os) trabalhadoras(es) no cenário de precarização da vida, evidencia as formas como os indivíduos lidam com as intempéries da dinâmica societária, inclusive incentivando o trabalho infantil dos filhos como mecanismo de colaboração no orçamento familiar.

Aqui em casa todo mundo trabalha. Essa daqui [se referindo à filha] trabalha no salão. Ela tá com doze anos. O salão é aqui do lado, mas hoje tá fechado, então ela não foi, mas ela trabalha durante a semana. Ela estuda de 13:00 às 17:30. Aí durante a semana ela trabalha das 8:00 às 11:00 no salão. Ela lava cabelo, lava salão, lava banheiro, tira esmalte. E na escola ela tá desempenhando bastante, fazendo todos os deveres, tirando nota boa, em 10 ela tá tirando 8. E no salão é assim, acontece, igual, por exemplo, hoje ela não foi porque tá fechado, porque o filho da dona teve um acidente, então assim, acontece dias que não. Eu até pensei, ela tá muito nova pra trabalhar e tal tá errado. Mas assim, além dela gostar, como ela ficava de manhã sozinha, em casa, aí evita de trazer meninada pra cá, fazer coisa errada, que eu tô trabalhando e não tô vendo, entendeu? Então eu sei que ela tá no salão, direitinho. Eu tô deixando que é um dinheirinho a mais pra ela, responsabilidade, que aí ela vai crescer já tendo responsabilidade. E o meu marido, ele é eletricitista. Ele tá pro Rio, ele trabalha assim, no Rio de Janeiro, e ele tá uma coisa que tá achando que eu tô grávida. Aí ele fica desesperado (MARIA APARECIDA).

A partir da narrativa de Maria Aparecida constata-se a importância do trabalho da filha como forma de adquirir responsabilidade para a vida e com o seu rendimento atender algumas das suas necessidades. Porém, ao mesmo tempo, Maria Aparecida relata paradoxalmente como se dá a remuneração da filha, que ocorre de uma forma extremamente pautada na exploração do trabalho infantil.

Então, eu tô até pra ir conversar com a mulher do salão, porque eu tô achando muito pouco. Ela tá ganhando R\$20,00 por semana. É um dinheirinho que ajuda ela, mas assim, eles falam que ela é trabalhadeira igual a mãe, ela não pára. Então assim, eu acho que ela devia pagar mais. Depois eu vou bater um papo com ela (MARIA APARECIDA).

O mais interessante dessa situação é que mesmo estando todos os componentes da família inseridos em alguma atividade produtiva remunerada, são

privados de diversos serviços oferecidos no local onde vivem, conforme aponta a costureira.

E o que a gente ganha não dá não, mesmo trabalhando muito. De vez em quando falta um trem daqui, um trem dali. Essa daqui [a filha] é doida com o clube. Toda vez que ela quer ir, eu não tenho dinheiro. Às vezes o dinheiro dela é pra fazer os trabalhos que precisa, comprar uma cartolina, papel crepom, aí chega final de semana não tem. Então assim, eu acho que tá muito difícil, pode trabalhar até morrer, não tem como, não tem condições (MARIA APARECIDA).

Portanto, mesmo a filha de Maria Aparecida realizando um trabalho remunerado, não pode usufruir de outras atividades, como é o caso de frequentar o clube da cidade, ficando seu rendimento direcionado para os gastos com material escolar.

Mediante isso, Maria Aparecida alega que em determinados momentos precisa criar estratégias de sobrevivência a fim de atender as necessidades da família e por isso, não fica restrita ao trabalho com a costura.

Eu costumo se virar nos 30. Eu costumo pegar um serviço extra no sábado. Eu tenho muitas colegas que tem fábrica e trabalha no sábado, daí eu costumo trabalhar no sábado por dia, assim, fazer faxina. As mulheres aqui do bairro gosta muito de mim, falam que eu sou muito caprichosa e tudo. Então sempre que eu esteja precisando do dinheiro, às vezes dá o dia do talão da água e da luz e você não recebeu ainda, ou o dinheiro não deu, eu vou lá faço uma faxina e arrumo o dinheiro do talão, entendeu? Eu dou meus pulos (MARIA APARECIDA).

Além desses aspectos descritos, a família de Maria Aparecida reside em casa alugada e conforme explicitado por ela, a proprietária do imóvel solicitou a retirada dos mesmos, o que a costureira relata com pesar.

Eu vou te falar uma coisa, esse bairro é muito bom. Eu moro aqui desde que vim pra Divinópolis. Eu amo esse bairro, inclusive a dona até pediu a casa. Hoje já andei atrás de casa igual louca. Eu não queria morar no bairro próximo, uma que eu vou ter que pagar vã pra minha filha, outra que ela não vai poder trabalhar, porque ela ganha 20,00 por semana e vai ter que pagar ônibus, então não vai sobrar nada. Então tipo assim, escola é aqui do lado, meu serviço é aqui do lado, eu gosto muito daqui. Tudo perto, o posto de saúde é muito bom, eu acho. Supermercado e farmácia é aqui do lado, tudo pertinho (MARIA APARECIDA).

O bairro de Maria Aparecida, com acesso facilitado aos serviços básicos, é diferenciado, pois, em geral, essas mulheres residem em bairros com pouca infraestrutura e, por isso, necessitam se deslocar para acessar tais serviços, como atendimento em unidades de saúde, rede de supermercados, farmácias, escola, dentre outros. Além do mais, pela fala de Maria Madalena, percebe-se um

sentimento de agradecimento pelo fato da existência de rede de esgoto e pavimentação das ruas, não reconhecendo esses como direitos elementares para a população.

A gente tem que agradecer muito por calçada e rede esgoto, porém supermercado, farmácia, nada disso não tem. Falta um supermercado bom pra gente, porque tudo que a gente precisa tem que ir no Niterói ou no Centro. Falta supermercado, um posto de saúde, falta farmácia, porque não tem comércio nenhum no bairro nosso (MARIA MADALENA).

É tudo longe. Aqui no bairro não tem nada não. Não é tão longe, mas não é no bairro né (MARIA DA CONCEIÇÃO).

Não, aqui não tem nada. Nem posto de saúde, tem o posto no outro bairro que atende aqui. Tudo falta. As mercearias, tudo que você procura, não tem. Minha mãe que vem do serviço dela e passa no mercado quase todo dia, coitada, porque aqui não tem nada. Você vai comprar pão, não tem. Tem que ir lá no Niterói, no outro bairro, lá em baixo (MARIA DAS DORES).

Ele é um bairro que tem calçadas, supermercado, mas não tem farmácia. Açougue tem só no supermercado. É um bairro que deixa muito a desejar... Posto de saúde tem dois, Planalto e Tietê, são todos dois muito bons, até o Planalto é um posto mais procurado, ele atende mais bairros (MARIA DE FÁTIMA).

Tem um córrego fedorento aqui em baixo. Um córrego aberto, tanto é que nós tá tendo problemas no registro da casa por causa disso, que agora não libera mais, parece que tem uma lei que não libera mais tantos metros de algum córrego [...] Tem, algumas coisas, só que é tudo longe, mesmo o posto de saúde é no outro bairro (MARIA DO CARMO).

É, tem calçamento, tem rede elétrica, tem água. Só não tem um posto de saúde, não tem escola, não tem supermercado, não tem farmácia. Pra isso tudo a gente tem que pegar ônibus até no Niterói (MARIA DE LOURDES).

Frente ao descrito pelas colaboradoras, se observa que em sua maioria, os bairros onde elas vivem são caracterizados por baixa infraestrutura no que tange ao acesso aos serviços sociais, tendo que se deslocarem para atender suas necessidades mais elementares.

Em relação à sindicalização e tendo em vista a expansão do trabalho informal e domiciliar no ramo da confecção, verifica-se certa dificuldade de reconhecimento profissional e de incorporação sindical destas trabalhadoras, pelo fato do não reconhecimento pelos organismos sindicais dos trabalhadores informais.

De acordo com Pereira (2004, p.107) outros limites para a incorporação da trabalhadora informal e domiciliar ao sindicato condizem com a incompatibilidade de tal atividade com as exigências do capitalismo, além de considerar tais

trabalhadoras como competidoras desleais em relação às costureiras fabris que exercem suas atividades sob regime regulamentado de trabalho.

Nesse sentido, Pereira (2004, p.107) sustenta que,

Na verdade, muito da resistência quanto à incorporação das trabalhadoras domiciliares [...], encontra-se na impotência dos órgãos de representação sindical em mobilizar essas trabalhadoras, pela dificuldade de o sindicato ser atrativo a ponto de fazer com que elas venham a se interessar por ele. As tentativas de incorporação têm procurado fazer com que essas trabalhadoras acomodem-se ao modelo de sindicato existente e não o sindicato se adaptar à nova realidade das relações de trabalho.

Diante disso, compete às organizações sindicais uma aproximação desse conjunto de trabalhadoras para compreender as reais necessidades demandadas por esse segmento e garantir sua representatividade e seu papel junto aos interesses dos trabalhadores.

Cabe destacar que o enfraquecimento do poder sindical não é específico do setor da confecção, mas sim um fenômeno geral que rebate em todas as categorias profissionais diante do cenário neoliberal de desmonte das lutas e reivindicações organizativas dos trabalhadores.

Nesse cenário de reestruturação produtiva e de neoliberalismo, os trabalhadores se encontram fragmentados, individualizados e precarizados, o que reforça o enfraquecimento de uma identidade coletiva e reflete na fragilidade dos órgãos de representação das diversas categorias profissionais.

Outro fator relevante que merece ser mencionado é o predomínio de homens como líderes sindicais, representando as diversas categorias profissionais, como acontece no próprio setor da confecção de Divinópolis, que absorve em sua maioria o contingente feminino, seja no âmbito fabril, seja no trabalho domiciliar (facções).

Porém, ao se eleger os seus representantes, os escolhidos são sempre homens, demonstrando algumas contradições e incoerências, pois interessante seria haver uma representação feminina nessa ramificação produtiva, entendendo a predominância de mulheres nesse setor e, por isso, a relevância de um olhar de alguém que vivencia as mesmas experiências de seus pares.⁸⁰

Assim, ao descreverem suas percepções acerca do papel do sindicato no município de Divinópolis, as costureiras expressam o seguinte:

⁸⁰ O Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria da Confecção de Roupas, Estamparia, Cama, Mesa e Banho de Divinópolis (SOAC), foi fundado em 1991, num marco histórico da sociedade brasileira em que se assistia ao enfraquecimento do sindicalismo.

Eu sempre trabalhei registrada, mas nunca fui sindicalizada, porque eu acho que eles tinham que olhar mais pro nosso lado. Eu acho que o salário é muito defasado, não tem nada lá, assim, é bom só em hora de acerto, eu acho que é bom só pra isso o sindicato aqui. Porque não tem benefício nenhum. A gente não vê falar em reunião, não é divulgado pras costureiras. Eu acho que só com o acerto que eles olham pro lado da costureira (MARIA MADALENA).

Já fui sabe, mas pra falar verdade, não faz nada. Quando eu saí da fábrica, faliu, aí foi aquele proseiro e não sei de nada não (MARIA DAS GRAÇAS).

Sindicato olha o lado do pessoal que trabalha no sindicato, né, eu acho. Tanto que, nossa, quando a fábrica fechou que a minha irmã trabalhava, minha tia tinha 17 anos de fábrica e o pessoal tinha condições de acertar só que eles ficaram do lado do pessoal que era dono da fábrica, sabe, o sindicato. Nó, eu achei um absurdo na época, igual minha tia perdeu a vida dela lá, doou tudo que ela tinha, a vida dela, nunca faltou do serviço. E eles simplesmente fechou e falou acabou e tchau. Então o sindicato ficou do lado da fábrica, do patrão (MARIA DE LOURDES).

Eu não tenho nada pra dizer porque eu nunca precisei do sindicato pra nada. Eu acho que não, tem muitas colegas minha que reclamam, quando precisam, mas nunca aprofundei no assunto. Eu acho que tem hora que a gente é meio despreparada, já que a gente paga; porque tem dia que eu pego minha folha de pagamento, o que que eu pago de sindicato? Assim é pouco mais eu fico por entender, entendeu? (MARIA APARECIDA).

Pela fala de Maria Aparecida, é constatada uma realidade presente no cotidiano de vida de muitas(os) trabalhadoras(es), que consiste no desconhecimento do papel e funcionalidade do sindicato. Já Maria do Carmo apresenta outro olhar acerca do sindicato.

Eu pago o sindicato, tipo é meio devagar, mas tá lá pronto pra ajudar a gente, porque toda vez que a gente precisa assim de pequenas coisas, uma informação eles estão sempre dispostos a ajudar (MARIA DO CARMO).

Frente a tal contextualização, urge uma tarefa para essas mulheres trabalhadoras da confecção que cotidianamente lutam para viver e sobreviver nesse mundo cerceado de exploração, opressão e precarização. Torna-se necessário para esse segmento buscar sua inserção em espaços decisórios e representativos e imprimir sentido para suas histórias por meio de suas resistências, mesmo que pontuais e individuais, criando e recriando estratégias que possibilitem descobrir caminhos de superação do instituído.

Também compete aos sindicatos criar mecanismos e respostas à problemática histórica apresentada no universo da confecção e demais setores econômicos frente ao quadro de acumulação flexível que desencadeia processos de terceirização, informalidade e precarização das relações de trabalho.

Diante do cenário pesquisado, verifica-se que o setor confeccionista atualmente possui, em sua maioria, trabalhadores em regimes de trabalho subcontratados, pautados na informalidade, seja por meio de trabalhos domiciliares ou outras modalidade, como é o caso das cooperativas, que surgem,

[...] como estratégia de obter lucros na mesma proporção aos obtidos com o trabalho domiciliar, nas quais também é possível exercer um controle direto e ainda mais rigoroso sobre a produção. [...] a cooperativa é a alternativa ideal diante das limitações do espaço domiciliar para agrupar certos equipamentos, pois ela, ao contrário, pode utilizá-los e adaptá-los ao ritmo de todo o processo produtivo (AMORIM, 2003, p.92).

Sobre esse aspecto, é importante considerar que as cooperativas também já se configuram em uma realidade do setor confeccionista, em especial na região de Campinas e Cianorte, conforme estudos realizados por Amorim (2003) e Lima (2009), porém ainda não é um fenômeno significativo em Divinópolis, município enfatizado neste estudo. Por isso, não serão priorizadas nestas páginas abordagens minuciosas sobre o papel das cooperativas no universo da confecção.

Não obstante, a partir da discussão apresentada, conclui-se que em alguns momentos as refrações da questão social na vida das(os) trabalhadoras(es) aparecem como situações isoladas, reduzidas, fragmentadas e descontextualizadas da cena política, econômica, cultural, ideológica e social da realidade, não vinculando tal problemática a forma com que a sociedade está organizada em sua produção e reprodução.

Tendo em vista as condições precarizadas de trabalho em que vivem as mulheres da confecção, observa-se, a partir das narrativas das trabalhadoras, uma série de comprometimentos à saúde das mesmas. Tal situação é observada tanto no espaço fabril, quanto no trabalho em domicílio, como se confere na fala de Maria Madalena ao retratar seu local de trabalho, descrevendo as condições precárias do ambiente, o que pode provocar danos à vida das trabalhadoras, a curto, médio ou longo prazo.

Não, lá não usa nada; eu falo que tinha de ir um fiscal lá, que ia fechar era a fábrica inteira, é mesmo, porque ela tá construindo, diz que a fábrica agora está maravilhosa, onde que é o prédio dela. Mas lá na fábrica, é um porão super abafado, com esse calor, e não tem nada de prevenção de acidente, nada de nada, e não vai fiscal; nunca foi um fiscal lá pra nada. Eu falei assim: Mãe lá é horrível, a gente tem que almoçar nas máquinas, tem que almoçar em cima das máquinas, sabe, é pó de jeans. Leite, ela dá só duas vezes por semana, não dá leite a semana inteira. Fica assim, é o que tem. Igual no serviço da minha mãe tem que ser sapato fechado, máscara, a maioria não consegue usar, mas tem que ser sapato fechado, porque vai aquele moço lá da Cipa, é que a patroa da minha mãe paga, aí eles vão

olhar pra não multar. Mas lá no meu serviço não tem nada; nem extintor. Lá é pequeno, e tem muita máquina. Lá tem máquina de tudo, tem as máquinas do jeans, fica o espaço muito pequeno, a gente fica uma do lado uma da outra trabalhando porque o espaço é muito pequeno. Ela fez um cômodo pra ficar o corte separado, porque era junto, e não tinha como mais ficar junto. Aí fica a mesa onde que a moça fica fazendo molde, a modelista, fica a mesa dela, fica a mesa de passar e fica as máquinas, tudo tumultuado. O banheiro lá é um metro quadrado. Eu que sou gorda, a gente pula o vaso e fecha a porta; é verdade, pula pra fechar senão não dá. Eu falo em termos de serviço, é bom trabalhar lá, mas tipo eu sinto mal lá porque é muito calor. Se liga o ventilador, vai direto nas linhas, porque o espaço é pequeno, não tem como pôr em teto; muito calor, lá não é arejado de forma alguma. Só que tem que fechar tudo, porque molha lá. Imagina ficar dentro de um porão tudo fechado, e o barulho das máquinas é demais, eu acho que tem umas máquinas que tem que mudar o motor, e não muda. Aí é muito barulho lá dentro, muito calor. A menina que trabalha aqui, já chegou a passar mal, caiu lá, teve que chamar corpo de bombeiro, a pressão caiu, teve que levar pro pronto socorro. Ela ficou desmaiada no chão, tudo de calor (MARIA MADALENA).

A seguir, as narrativas de Maria Aparecida e das demais costureiras explicitam os diversos problemas relacionados à saúde das trabalhadoras da confecção, em especial as dores na coluna em detrimento da má postura e da necessidade de estarem sempre sentadas em frente às máquinas para executarem suas funções.

Nossa! Coluna é o fim de toda costureira. Coluna, eu sinto dor com muita frequência, dor de cabeça, dor nos olhos e a dor na coluna que não tem como. Mas você toma um remédio que melhora ali na hora, mas depois uns três dias volta de novo, não tem como porque é só sentada. Já tem uns 7 anos mais ou menos que eu sinto essa dor muito forte na coluna. Às vezes eu custo pra dormir, mas todas costureiras sente isso. Eu até comecei uma vez um tratamento, mas a gente não pode ficar faltando do serviço pra fazer fisioterapia, ficar faltando demais, e é uma coisa que igual os médicos falam, pra fazer o tratamento tem que parar com confecção, não tem como (MARIA APARECIDA).

As crises recorrentes na sociedade do trabalho contribuem para intimidar, controlar e intensificar a exploração no trabalho por meio do aumento de produtividade, provocando um desgaste físico e mental no trabalhador, que mesmo em processo de adoecimento evita realizar tratamentos médicos para não comprometer o trabalho. Isso é relatado por Maria Aparecida e constatado pela observação de Amorim, em pesquisa realizada na região de Campinas.

No caso do setor de confecção, a organização do trabalho caracteriza-se pela fragmentação das tarefas, por ciclos repetitivos e por um ritmo intenso, controlado pela linha de produção. Com exceção de algumas funções, a maior parte das costureiras trabalha o dia inteiro sentada em cadeiras, sendo a maioria destas desprovidas de qualquer instrumento de regulação para a acomodação adequada da trabalhadora junto à máquina de costura (AMORIM, 2003, p.116).

Outros relatos também evidenciam tal realidade.

Tem dia que não, tem dia que você trabalha tranquila, mas tem dia que fica com as cadeiras doendo, mas não é todo dia. Agora minha amiga é todo dia, dores todos os dias. O único problema que eu tenho é a vista, Graças a Deus. Na idade você vai enfraquecendo as vistas, vai ficando pior, igual esses dias eu troquei meu óculos, ele aumentou mais (MARIA DAS GRAÇAS).

Eu evito ficar com bijuterias e relógio. Tem que ter cabelos amarrados e o máximo de atenção possível. Às vezes a pontinha do dedo vai na agulha, mas nada sério Graças a Deus. Eu me sinto ativa trabalhando. Às vezes, tem uma dorzinha na coluna, mas muito branda, não chega a causar transtorno não (MARIA AUXILIADORA).

Final de ano geralmente eu sinto muita dor assim nas costas e nas pernas porque a gente trabalha muito. Final de ano é de setembro até dezembro. A gente trabalha até 21:00 horas, 22:00 horas (MARIA DAS DORES).

A gente geralmente sente o corpo nos primeiros dias, sente um pouco, porque você está acostumado, o seu organismo a levantar tal horário, daquele lugar e, dá uma caminhada, fazer alguma coisa na casa, né. Então você continua e o seu corpo pede pra que você levanta né. Aí os primeiros dias, e o cansaço, você vai ficando cansado, é muita coisa, final de ano é muita cobrança. Igual eu tô te falando, aí depois você acostuma, com o passar dos dias porque aí a gente até mesmo os primeiros dias levanta, seis horas, você levanta da máquina seis horas da tarde vem toma um cafezinho pra você, assim seu corpo não sentir tanto, mas final do ano o cansaço é muito grande, tanto é que chega final de semana você não quer nem sair, é muito cansaço. Tipo quando entra setembro a gente trabalha muito. Pra ser bem sincera desde 2007, eu não tive descanso, nada, tô desde 2007 trabalhando acelerada, acelerada mesmo (MARIA DE LOURDES).

A descrição de Maria de Lourdes representa o cotidiano de trabalho de muitas trabalhadoras informais que exercem suas atividades no âmbito domiciliar, tendo em vista a ausência de férias e as extensas jornadas de trabalho, o que contribui para desencadear doenças ocupacionais. O relato de Maria das Dores também expressa a realidade das trabalhadoras que, em determinados períodos do ano, precisam prolongar e intensificar o ritmo de trabalho para atender as demandas.

Ao tratar da terceirização no ramo da confecção é importante vislumbrar que tal setor ainda preserva uma estrutura taylorista em algumas partes de seus processos produtivos, submetidos a ritmos fragmentados e intensos e diante da filosofia das empresas contratantes de atingir as metas e níveis elevados de produtividade, o que se tem é um quadro agravante de adoecimento dos trabalhadores, o que foi evidenciado a partir de algumas narrativas das costureiras.

Ademais, a parte onde se predomina a atividade taylorizada, marcada pelas piores condições de trabalho é a que concentra o maior contingente de mulheres, ou

seja, a costura, e tais atividades na confecção são marcadas por movimentos repetitivos, monótonos, intensos e rígido controle da gerência, que mesmo não estando no espaço fabril, há o controle no sentido do tempo e quantidade do que será produzido para ser entregue no prazo determinado.

Esse tipo de trabalho tem provocado complicações para a saúde das trabalhadoras e desencadeado doenças e lesões como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) ou Distúrbio Osteomuscular Relacionados ao Trabalho (DORT), que estão relacionadas à gestão e organização do trabalho e são resultantes de atividades excessivas, repetitivas, estresse, má postura, intensificação dos ritmos, racionalização, polivalência e busca por excelência, que se tornam mais conhecidas a partir da adoção da informatização. Tal acometimento responde pela desmotivação, esgotamento, cansaço mental e físico.

Segundo estudos de Hirata (1998), além das LER's, os trabalhadores estão suscetíveis a outras patologias no ambiente do trabalho, como as descompensações psíquicas e o isolamento social, provocado pela telemática.

O avanço tecnológico, de que são exemplos as máquinas de fax, os aparelhos para recados telefônicos, os computadores fixos e portáteis, mostra que é fácil levar trabalho para a esfera doméstica. A internet, o correio eletrônico e também os celulares nos liberaram do espaço físico do trabalho, mas ao mesmo tempo mantém a possibilidade de ficarmos à disposição, em tempo integral, do trabalho profissional (NOGUEIRA, 2006, p.117).

Outros fatores que contribuem para o surgimento das doenças ocupacionais são a falta de pausas para descanso, o curto intervalo de refeições e idas ao banheiro, as extensas jornadas de trabalho adicionadas às horas extras, além das condições do ambiente de trabalho que também contribui para afetar a saúde do trabalhador, diante das más condições de ventilação, os ruídos existentes, precária iluminação, umidade, mobiliário desconfortável, maquinário inadequado, dentre outros.

Contudo, o controle rigoroso dos processos de produção (controle do tempo, do resultado, do volume das atividades realizadas, do conteúdo e do comportamento), a postura estática e a preocupação com a produtividade e a garantia e manutenção do emprego diante das inseguranças atuais, afeta a saúde física e psicológica dos trabalhadores que se tornam descartáveis, tendo em vista um momento de desumanização do trabalho em prol da lógica acumulativa do capital.

Ao abordar o referido assunto, Neves (2000, p.181) argumenta que,

A exigência do ritmo é percebida pelas operárias como uma cobrança contínua da produção, que vem associada à idéia tanto do desgaste físico, gerador de dor e de cansaço constante, como de um sofrer psíquico que pode ser traduzido pelo sentimento de indignação, revolta, medo e frustração. Sem pausa para descanso, presas ao ritmo da esteira, à exigência da produção por peça/hora e a diferentes formas de cargas de trabalho, as operárias sofrem um desgaste físico e emocional.

Tendo em vista o quadro apresentado e considerando a ausência de equipamentos de proteção no ambiente de trabalho, a costureira Maria Madalena, ao ser questionada acerca da ocorrência de algum acidente de trabalho e os seus devidos encaminhamentos após o fato, alegou que,

Só uma vez que a agulha enfiou no meu dedo, aí eu fui pro Pronto Socorro e tirou. Quando enfiou no meu dedo foi numa sexta-feira, aí eu fiquei sábado e domingo sem trabalhar, porque ele deu dois dias. Aí na segunda eu voltei a trabalhar, mas eu não peguei afastamento não (MARIA MADALENA).

Maria Aparecida apresenta em seu argumento que utiliza equipamentos de proteção no seu local de trabalho.

A gente tem que trabalhar calçado porque se soltar uma ferragem da máquina machuca e eu nunca me acidentei. Eles até falam comigo que eu não sou costureira ainda não, porque toda costureira tem que costurar o dedo pra depois ser costureira e eu nunca costurei (MARIA APARECIDA).

Outras costureiras naturalizam os acidentes de trabalho considerando-os como algo corriqueiro e sem complicações para a saúde.

Igual máquina de passa cola, passei no meu dedo, ficou bem roxo. Já peguei agulha assim no dedo, de agarrar mesmo. Que a agulha entra na sua unha, no dedo, ela entra quente, sara rapidinho, é engraçado né (MARIA DAS GRAÇAS).

Sim, assim é agulha que às vezes quebra no dedo, ou até outro dia, eu passei direto com o dedo na overloque e entrou assim a navalha, que ela tem uma navalha, overloque, aí cortou meu dedo assim, até na metade, é só um acidente assim pequeno, né, porque o equipamento que eles exigem mais é trabalhar na fábrica, nessas fábricas registradas são: tem que trabalhar calçado e com máscara, né. Só que a máscara eu não uso não, porque me incomoda, não dou conta e eu tenho sinusite, mas mesmo assim eu não uso. Porque agora eu fiz um tratamento com o Dr. Cleiton, e eu estou usando um spray nasal à noite e esse spray é... não deixa acontecer nada comigo. Eu não sinto mais nada com ele, então o bom foi isso (MARIA DE LOURDES).

Ao apresentar as condições de saúde do trabalhador do ramo da confecção, Amorim (2003, p.117) aponta alguns agravantes mais comuns na vida destas trabalhadoras, como a perda gradativa da visão, insuficiência respiratória em

decorrência do pó existente nas roupas, alcoolismo, dores nas pernas, problemas de circulação e reumatismo oriundos da ausência de movimentos.

Tal realidade pode ser comprovada em seu estudo com as trabalhadoras da Levi's na região de Campinas, constatando que o trabalho na confecção desencadeou sofrimento físico e mental na vida das mulheres, pois,

Para cada uma delas, as marcas de uma intensa atividade produtiva realizada em um passado recente se manifestam nos seus corpos: na dor contínua, na imobilidade parcial das mãos, na perda da sensibilidade e no atrofiamento de alguns membros. O fato delas terem adoecido em uma grande empresa com condições físicas muito diferentes das encontradas em fábricas menores, mostra que um dos principais aspectos causadores das Lesões por Esforços Repetitivos é a organização da produção (AMORIM, 2003, p.117).

A autora relata que o adoecimento no trabalho pelas mulheres da confecção no ambiente pesquisado remete a um sentimento de fracasso e perda de reconhecimento social. A perda da saúde e do trabalho para estas mulheres representam um sentimento de isolamento e de fragilidade, pois na sociedade capitalista os indivíduos são reconhecidos a partir do momento em que se tornam produtivos e atendem as prerrogativas do sistema regulador da vida social.

Por fim, diante das condições determinadas pela atual configuração do mundo do trabalho, que exige das(os) trabalhadoras(es) pensarem estratégias de sobrevivência diante de um quadro de precarização, instabilidade e adoecimento na esfera produtiva, é importante frisar que retratar as manifestações da questão social em um cenário sócio-histórico de produção e reprodução das relações sociais é demarcá-la no modo de produção capitalista, em que os conflitos esboçados entre capital *versus* trabalho se evidenciam frente ao acirramento das desigualdades sociais.

A partir do conhecimento das múltiplas facetas da questão social posta na realidade brasileira e em demais conjunturas territoriais, torna-se fulcral pensar mecanismos e estratégias para seu enfrentamento, tendo em vista as correlações de força estabelecidas na sociedade.

Por isso, é preciso reconhecer os indivíduos enquanto seres sociais, singulares e genéricos, dotados de potencialidades e sonhos.

Nesse sentido, mesmo em um quadro de tantas mazelas e desigualdades, as trabalhadoras expressam em suas narrativas alguns projetos de vida e sonhos, sendo que aparecem pontos comuns em seus relatos, como ter filhos, investir nos

estudos dos filhos e a conquista da casa própria. Mas a narrativa de Maria da Conceição demonstra um certo conformismo com a realidade, ao partir de uma análise comparativa com demais situações vividas pela população.

Terminar minha casa, esse é meu projeto (MARIA MADALENA).

De tudo na vida dar certo, porque eu sou assim, sabe, eu conformo muito com as coisas que eu tenho, que assim em vista de muitos a gente tem muito além do que as vezes até merece (MARIA DA CONCEIÇÃO).

Acho que meu sonho não tem jeito de realizar não. Igual hoje, por exemplo, por eu ficar aqui, assim é que filho também não tá compensando, porque os meninos tá muito difícil, porque se tivesse uns filhos né, aí ficava mais cheia a casa. Queria ter uma casa bem bonita... (MARIA DAS GRAÇAS).

Meu projeto de vida é conquistar muita coisa ainda, igual, pretendo casar, ter minha casa própria ainda, ter minha família e estudar mais. Quero ainda fazer mais cursos ainda, aperfeiçoar mais. Porque eu aperfeiçoei na educação especial, então eu pretendo seguir isso (MARIA DAS DORES).

Tenho, eu tenho vontade de ter minha casa, tem várias coisas, estudar minha filha (MARIA DE LOURDES).

É ver minhas filhas formadas, entrar na faculdade e sair formadas (MARIA DO CARMO).

O maior sonho da minha vida é dar conta de ter um cômodo, pode ser um cômodo, nem se for pra dividir com cortina. Nossa eu tenho sofrido demais com esse negócio de morar de aluguel. Quando a gente pensa que tá tudo bem, a pessoa implica, vem e pede a casa. É uma coisa que me desorienta. Às vezes eu tô trabalhando eu começo a lembrar e choro. Isso me deixa muito triste, eu não queria mais nada na vida só queria pelo menos um cômodo pra mim morar. E depois eu queria dar conta de pagar faculdade pra minha filha (MARIA APARECIDA).

Eu quero ter uma casa e na medida das oportunidades, eu pretendo encaminhar minha filha. Agora esse ano, eu consegui aquele projeto bombeiro mirim, então ela vai fazer parte, tá fazendo parte. Então eu pretendo fazer alguns cursos pra ela estar desenvolvendo na área profissional. Então esse é o meu projeto com ela, tá desenvolvendo a área de educação, dela estar sempre estudando, eu gostaria de ajudar ela com uma faculdade (MARIA AUXILIADORA).

Ter minha casa, minha casa própria (MARIA DE FÁTIMA).

Queria fazer uma faculdade. Fazer Design de Moda (MARIA DO SOCORRO).

Sendo assim, para vislumbrar outras formas de sociabilidade torna-se necessário romper com conformismos, com a fetichização e reificação das relações sociais e buscar ações coletivas e conscientes para enfrentar as adversidades presentes na vida em sociedade e lutar pela garantia de direitos sociais. Porém, o maior desafio para as trabalhadoras que se encontram dissolvidas pelos diversos territórios é o reconhecimento de suas situações vivenciadas como questões

coletivas, que na atual conjuntura se transfiguram como questões isoladas e individualizadas. Para tanto, torna-se fundamental o fortalecimento do sujeito coletivo, seja por meio da participação sindical ou demais órgãos de representação dos trabalhadores para que possam criar mecanismos de defesa de seus direitos, tendo em vista um projeto mais amplo de liberdade, igualdade e justiça. Nesse sentido, é possível se pensar em *ir para além dos direitos sociais*, o que significa ir também *para além das políticas sociais*, compreendidas como estratégias de contenção da questão social em face da pressão dos trabalhadores.⁸¹

Pensar em tais possibilidades é acreditar no *devir* histórico, sedimentado de lutas, resistências, conquistas e processualidades. No mais, é projetar uma realidade em que o trabalho e a ciência estejam comprometidos com a satisfação das necessidades humanas, sejam elas de ordem individual ou coletiva, sem critérios excludentes e seletivos, como acontece em muitos casos com as políticas sociais.

Frente ao exposto e pensando em uma sociedade que pautou suas formas de sociabilidade no trabalho, questionam-se quais seriam os direcionamentos no atual contexto, tendo em vista uma realidade baseada na exclusão, no acirramento das desigualdades sociais e na precarização do mundo do trabalho. Eis a tarefa a ser problematizada!

No mais, seguindo os propósitos do estudo, o próximo capítulo apresenta a indústria da confecção, seu desenvolvimento e sua dinâmica no mundo do trabalho reestruturado e as relações de gênero presentes em tal ramificação produtiva.

⁸¹ As políticas sociais, entendidas ora como mecanismos de concessão do grupo dominante para satisfazer as reivindicações dos trabalhadores com vistas à garantia de sua hegemonia, ora como conquistas das lutas, pressões e mobilizações do conjunto da população como respostas às refrações da questão social, não serão abordadas de forma mais profunda nesta pesquisa, pelo fato de não ser este o epicentro da mesma. Mas ao leitor que se interessar nos estudos deste tema, recomenda-se consultar obras elementares para tal discussão, como de Evaldo Vieira (2007), Potyara A. P. Pereira (2008), Pablo Gentili e Emir Sader (2008), dentre outras, pois a produção acerca da respectiva temática é vasta.

SEGUNDA PARTE

UM OLHAR SOBRE O UNIVERSO DA PESQUISA

CAPÍTULO 3 A INDÚSTRIA DA CONFECÇÃO: LINEAMENTOS HISTÓRICOS E SUA CONFIGURAÇÃO

A indústria da confecção representa um segmento do complexo têxtil⁸² que engloba o vestuário, linha lar, artigos industriais confeccionados e acessórios. Com base em estudos de Garcia (1994), a indústria do vestuário contempla diversos segmentos como jeans, roupas clássicas, íntimas, infantis, esportivas, dentre outras, sendo a principal e mais tradicional consumidora isolada do ramo têxtil, que tem uma importância histórica desde a Revolução Industrial desencadeada no século XVIII.

Tal ramificação produtiva ganha evidência na Inglaterra no findar do século XIX, com destaque para a confecção de roupas masculinas, pois conforme aponta Abreu (1986, p.90) o vestuário feminino só assume relevo na indústria após a Primeira Guerra Mundial, visto que, até então, essa atividade era predominantemente artesanal. Apesar de haver uma forte comercialização de roupas femininas antes desse período, tal produção não assumia feições fabris, já que eram baseadas, principalmente, na produção a domicílio, sob o regime da subcontratação.

Tendo em vista o objetivo do estudo de situar uma atividade econômica inserida no complexo têxtil, que é a confecção, cabe ponderar as etapas que englobam tal processo produtivo, recortado pelas seguintes fases: 1) a fiação, que

⁸² O complexo têxtil abarca “[...] atividades de beneficiamento de fibras naturais, produção de fios, a fabricação e acabamento de fios e tecidos -, constitui o núcleo de um complexo industrial a que estão associados segmentos de outros complexos, como o agro-industrial, químico e metal-mecânico. Os elementos essenciais para a produção têxtil são as fibras naturais e artificiais, as máquinas, equipamentos e os produtos químicos. As fibras naturais são obtidas a partir da lã, pêlos ou crinas de diferentes animais (carneiro, camelo, alpaca, vicunha, etc), ou do caule, folha e semente de inúmeras plantas (algodão, linho, agave, juta, etc.). As fibras artificiais se dividem entre celulósicas e sintéticas. As primeiras são obtidas a partir da regeneração da celulose natural extraída principalmente do línter do algodão ou da madeira, resultando em fibras como o rayon, acetato e triacetato. As fibras sintéticas são derivadas de subprodutos do petróleo e dão origem a fibras como o poliéster, o náilon, o acrílico e o propileno. [...] Outros produtos químicos importantes utilizados na produção de têxteis são os corantes, as resinas para fixação das estampas e componentes – como o cloro, a uréia e o formaldeído -, que compõem a base dos compostos auxiliares no tingimento de fios e tecidos (GARCIA, 1994, p.8).

consiste na produção de fios, que podem ser naturais, sintéticos ou artificiais; 2) a tecelagem; 3) o acabamento e 4) a confecção, que abarca a produção de roupas e artigos têxteis em geral como mencionado acima, e envolve desenho, elaboração de moldes, gradeamento, encaixe, corte e costura.

Vale ressaltar, considerando como epicentro desta pesquisa o ramo da costura, que um dos fatores que alavancou a intensificação dessa cadeia produtiva foi a criação da máquina de costura em 1846 pelo norte-americano Elias Howe e patenteada em seguida com uma versão aprimorada por outro americano, Isaac Singer, no ano de 1851, que revolucionou os processos produtivos da confecção de roupas/vestuário e de calçados. A criação da máquina de costura industrial naquela época contribuiu para substituir as máquinas movidas a pedal. A partir de então, tem-se uma disseminação célere desse maquinário, intensificando a produção, visto que o preço do equipamento era relativamente baixo, o que propiciou o acesso de uma parcela das trabalhadoras domiciliares a tal invenção.⁸³

A máquina Singer já possuía todas as características principais da máquina de costura moderna, permitindo efetuar costuras simples de maneira muito mais rápida. Seu baixo preço facilitou sua utilização imediata não apenas na indústria como por consumidores individuais. Sua utilização industrial, por outro lado, logo incentivou uma série de outras invenções em atividades correlatas, como naquelas relacionadas com o corte do tecido e nas operações de riscagem dos moldes nos panos enfiados. Por volta de 1900, já existiam máquinas eficientes para cortar grandes volumes de tecidos, bem como máquinas de passar a vapor que permitiam um melhor acabamento dos artigos produzidos (ABREU, 1986, p.91).

Mas as consideráveis inovações tecnológicas no setor da confecção, imprescindíveis para sua configuração no cenário econômico, ocorreram com maior expressividade no início do século XX. A máquina de costura conhecida por *blindstich* foi uma das principais invenções e operava de forma a substituir inúmeras tarefas manuais e possibilitava a realização de uma costura invisível, como pregar botões e fazer casas.

⁸³ Um dos aspectos que contribuiu fortemente para o impulso tecnológico nesse ramo de atividade foi o advento da eletricidade, sendo que no ano de 1891 foram originadas as primeiras máquinas industriais movidas por motores elétricos. Antes disso, no ano de 1888, Jacob Bloch aperfeiçoou uma faca circular portátil, operada por eletricidade e G.P.Eastman, nos Estados Unidos, desenvolveu uma faca reta, que foi utilizada por firmas menores cuja quantidade de corte não comportava a utilização das máquinas mais pesadas. Nesse período também surge nos Estados Unidos a máquina de passar Hoffman, utilizando vácuo no processo a fim de evitar o enrugamento. O que se constata é que a maioria dos avanços e inovações tecnológicas verificadas na indústria da confecção ocorreu nos Estados Unidos, como a invenção da máquina de casear e pregar botão. Mais detalhes acerca desse assunto consultar a obra de Abreu (1986, p.91-92).

A partir dos anos 1920, a produção industrial da confecção se fortalece e suplanta o trabalho a domicílio, que sofre um declínio e passa a ser utilizado e necessário nos períodos de aquecimento econômico em decorrência de demandas sazonais.

Com base nos estudos de Abreu (1986, p.94), até os anos de 1939 a indústria da confecção/vestuário se concentrava em Londres, baseada em pequenas fábricas, com poucas empresas grandes, sendo que as peças eram produzidas como um todo pela costureira, exigindo assim o uso de uma força de trabalho qualificada.

Tal indústria presencia alterações substanciais após a Segunda Guerra Mundial com destaque para a produção de roupas femininas e nessa fase,

O ciclo de produção sazonal desapareceu; o produtor podia, em grande medida, determinar modelos e tamanhos das roupas produzidas. Sob essas condições, os problemas de planejamento da produção foram consideravelmente simplificados, e foi durante esse período que a maior parte das grandes fábricas de roupas femininas foram planejadas e postas em funcionamento (ABREU, 1986, p.95).

O período pós Segunda Guerra, caracterizado pela incorporação dos modelos de produção taylorista/fordista, pautados na produção em massa, provocaram a fragmentação dos processos produtivos, visto que o trabalho se torna parcelar, com os trabalhadores executando apenas uma etapa da produção.

O que se observa, nessa conjuntura, é que até meados dos anos 1950 a cadeia produtiva têxtil se consistia, basicamente, na fiação de fibras naturais que eram transformadas posteriormente em tecidos. Até a primeira metade do século XX a indústria têxtil não havia incorporado inovações tecnológicas de relevância, passando a adotar tais estratégias somente a partir de meados dos anos 1950. Os elementos fundamentais para o avanço tecnológico nesse setor de atividade foram o desenvolvimento de máquinas e equipamentos, principalmente nos processos de desenho e corte, além do ramo químico, pela utilização de fibras, tintas e corantes.

No que tange ao ramo da confecção/vestuário, que se apropriava de tecidos e fios (malharia e tricô) no processo de produção, tal atividade era caracterizada ainda pelo trabalho manual.

No mais, conforme estudos de Abreu (1986, p.99), mesmo com os avanços tecnológicos e científicos ocorridos na segunda metade do século XX, a indústria da confecção manteve a utilização de formas de trabalho com base no sistema de subcontratação, permanecendo as pequenas unidades produtivas. Ou seja, o

impacto técnico-científico nesse ramo de atividade foi inexpressivo, pois o que se observa é que a indústria da confecção ainda se baseia no formato de trabalho pautado na relação máquina de costura *versus* costureira.

Porém, não se pode descartar a incorporação tecnológica em alguns setores dessa cadeia produtiva, como nas áreas de modelagem, corte e costura, mesmo que tais medidas, em muitos casos, se limitem às grandes empresas.⁸⁴

De forma geral, a prevalência das pequenas unidades produtivas é resultante da competitividade acirrada e decorrente das variações da moda e do ciclo sazonal da produção.

Outro elemento importante na cadeia produtiva da confecção é o investimento na comercialização e no marketing, para que possa haver bons êxitos na dinâmica do setor e sua sustentação no quadro econômico e territorial em que está inserido.

Em relação ao Brasil, pode-se considerar que a indústria têxtil teve origem em meados do século XIX com algumas unidades produtivas nos estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Tal produção consistia de tecidos grosseiros destinados à população urbana pauperizada e aos escravos

De acordo com as ponderações de Abreu (1986, p.102-103), até os anos 1920, as indústrias da confecção/vestuário e calçados brasileiras tinham um papel significativo para a economia do país, pois representavam 14,9% dos estabelecimentos recenseados, com uma taxa de 10,7% de trabalhadores ocupados no setor e participavam com 8,2% do valor da produção nacional, sendo apenas suplantadas pelas indústrias de alimentação com 40,2% e as têxteis com 27,6%.

Com base em pesquisa realizada por Garcia (1994, p.83), a indústria têxtil brasileira empregava em 1907 cerca de 34,2% do total de trabalhadores. De acordo com tais estudos, em 1905, existiam 110 fábricas no país empregando 39,2 mil trabalhadores. Já em 1929, lapso temporal que demarca a crise capitalista impulsionada pela queda da bolsa de valores em Nova Iorque, o Brasil contava com 359 fábricas e empregava 123,5 mil trabalhadores no ramo têxtil.

Garcia (1994, p.84) atesta que a produção têxtil teve expansão significativa até o período da Segunda Guerra Mundial, sendo que em 1941, o Brasil era

⁸⁴ “[...] em anos recentes, vários avanços tecnológicos foram conseguidos, nas áreas de modelagem e corte e costura – como a miniaturização dos processos de riscagem de moldes, que permite um melhor encaixe e grande economia de tecido; sistemas computadorizados de raio laser para cortar tecidos; bem como máquinas de costura programadas por computadores que dispensam a habilidade da operadora [...]” (ABREU, 1986, p.100).

considerado o segundo maior produtor mundial de tecidos, e devido a tal configuração, se tornou o principal exportador de têxteis para os países latino-americanos. Mas com o findar da Segunda Guerra verifica-se uma considerável queda nas exportações e a dinâmica deste setor volta a ser determinada pelos fluxos do mercado interno.

Nas décadas posteriores, a indústria do vestuário perde seu importante papel na economia nacional, o que se verifica em especial nos anos 1980, em que passa a representar 7,2% dos estabelecimentos recenseados, com 9,2% de trabalhadores ocupados no setor e uma participação de 3,8% do valor da produção nacional. Essa constatação pode ser compreendida pela modernização e diversificação do parque industrial brasileiro a partir dos anos 1950. O surgimento da diversificação econômica e industrial com os setores químico, metal-mecânico, elétrico, transportes, dentre outros, contribuíram para que o complexo têxtil perdesse sua importância no cenário nacional.

É importante considerar que a indústria têxtil e do vestuário desempenharam um papel significativo na incipiente industrialização brasileira, pois o Brasil internalizou as atividades do complexo têxtil tendo em vista sua diversificação com abundância de matérias-primas, de máquinas e disponibilidade de mão-de-obra com rendimentos menores, comparados aos países concorrentes, o que garantia uma competitividade salutar para a economia brasileira.

De acordo com a pesquisa realizada por Abreu (1986, p.108), entre os anos de 1970 e 1980, verificou-se um significativo crescimento das empresas no setor que empregavam mais de 500 funcionários e, também, das médias empresas que empregavam entre 100 a 499 trabalhadores. Porém, o predomínio continuou sendo das pequenas unidades produtivas que empregavam até 49 funcionários, que representavam nos anos 1980, 88,1% dos estabelecimentos industriais, incorporando 32,1% do pessoal ocupado. Já nos anos 1990, o Brasil passa a investir em melhorias tecnológicas no setor e adquire máquinas e equipamentos essenciais para maior competitividade. Com isso, verifica-se uma crescente incorporação de filatórios, teares e máquinas de costura.

Tal recorte temporal é marcado por alterações substanciais, processadas no mundo do trabalho em âmbito mundial frente à crise do padrão fordista-keynesiano e teve reflexos expressivos no complexo têxtil e, sobretudo, na indústria da confecção/vestuário brasileira, a qual passa a concorrer com países altamente

competitivos, sobretudo os do Sudeste Asiático, os quais se baseiam na adoção de mão-de-obra barata e investimento tecnológico.⁸⁵

Em relação à competitividade, por predominar as pequenas empresas na cadeia produtiva do complexo têxtil, essa ramificação tem apresentado nos últimos tempos dificuldades e obstáculos, pois as grandes e médias empresas realizam investimentos tecnológicos, porém representam apenas uma pequena parcela de todo o setor econômico. Além do mais, as inovações organizacionais compreendidas como mecanismos de competitividade e relacionadas à base tecnológica, localização produtiva, formas de organização da produção, definição de mercados, estratégias de marketing/propaganda, ainda são pouco incorporadas pelas pequenas unidades produtivas. Nesse cenário, um dos maiores incentivos tem sido o deslocamento espacial de tais empresas para localidades com mão-de-obra barata, com regimes de trabalho pautados na subcontratação e na precariedade, tendo em vista a imprevisibilidade das demandas.

Ademais, o ramo da confecção é conhecido pela sua pulverização, devido a coexistência de micro, pequenas, médias e grandes empresas, além de voltar-se para as demandas do mercado interno.

Também fica evidente a segmentação dos trabalhadores em determinadas atividades, pois apesar da prevalência feminina na cadeia produtiva da confecção/vestuário, em especial no manejo das máquinas de costura, é expressivo o contingente de homens nas ocupações consideradas de maior qualificação, como é o caso dos modelistas⁸⁶ e cortadores.⁸⁷

É importante verificar que apesar da incorporação do trabalho masculino na cadeia produtiva da confecção, ainda prevalece o segmento feminino nesse ramo de

⁸⁵ De acordo com dados do Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), em 2000, a China ocupava a 1ª posição na exportação de têxteis no mundo, seguida por Hong Kong na 2ª posição, Coréia a 3ª, a Itália na 4ª e Taiwan como 5ª, o que evidencia a representatividade do sudeste asiático na cadeia produtiva têxtil no mundo.

⁸⁶ O trabalho do modelista consiste em estabelecer uma relação direta com os proprietários. É o modelista que “[...] ‘traduz’ os desenhos dos modelos para um molde a partir do qual será cortado o tecido. Seu trabalho é bastante especializado, já que, além do modelo original, deve realizar as ampliações para os diversos tamanhos e corrigir os defeitos descobertos após a montagem dos protótipos, fazendo as modificações necessárias nos moldes. [...] os salários que recebem são dos mais altos das firmas” (ABREU, 1986, p.143-144).

⁸⁷ O riscador ou cortador tem como função enfiar o tecido, riscar e cortar o tecido enfiado. Tal tarefa consiste em um trabalho especializado, pois “[...] ao esticar o tecido na mesa de corte (enfiar), é necessário cuidado no alinhamento das várias camadas; o melhor encaixe do risco pode significar uma economia significativa de tecido, e qualquer erro no corte envolve a perda de um grande número de peças. Em grandes empresas, essas tarefas são usualmente realizadas por homens, mas em pequenas confecções a presença de mulheres nessas funções é bastante comum” (ABREU, 1986, p.144).

atividade, conforme se verifica no gráfico abaixo que se respalda em uma análise da realidade brasileira baseada nos regimes formalizados/regulamentados.

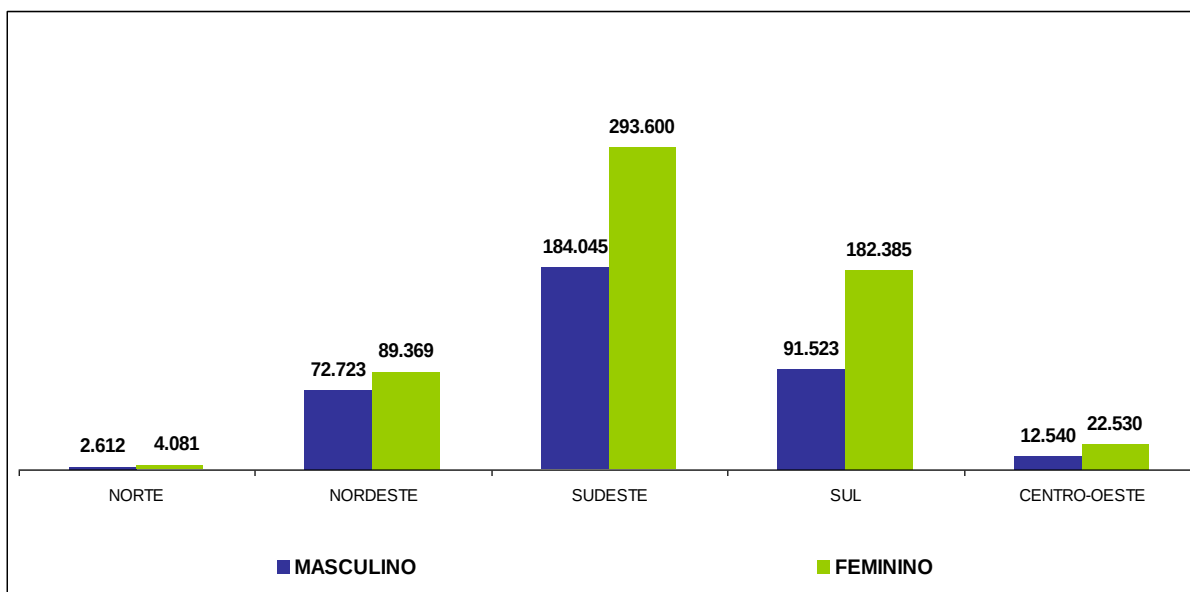


Gráfico 1 - Número de Trabalhadores na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos no Brasil segundo Gênero e Região – Ano 2008

Fonte: RAIS/2008

Diante dos dados apresentados, na atualidade, a indústria da confecção/vestuário apresenta algumas características que merecem ser destacadas, como a concentração de trabalhadores nas regiões Sudeste e Sul e o predomínio do trabalho feminino em todas as regiões do país. É importante frisar que o estudo da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) não contempla os trabalhos informais/subcontratados, que representam uma parcela significativa desse setor econômico.

Segundo os dados apresentados pelo IEMI, no que se refere ao mercado de vestuário no Brasil, em 2008, 70% dos produtores em atividade no país se configuravam como estabelecimentos de pequeno porte, com menos de 20 funcionários. Quanto aos canais de distribuição do vestuário no país, os dados apontam que apenas 1% é destinado ao mercado externo, ficando 10% distribuídos por diferentes canais (revendedora, internet, catálogo) e não menos que 89% para o varejo local. Além disso, o principal artigo produzido é a camiseta, correspondendo a 21% das peças produzidas no país.

Outros aspectos também foram ressaltados pelo estudo que apresenta um aumento nos investimentos em torno de 30% no ano de 2008 e, ainda, a

concentração produtiva do setor de vestuário nas regiões sul e sudeste, que englobam 78% da produção do país, enquanto o nordeste soma 17% dessa produção. No mais, de acordo com o perfil da demanda, os dados mostram que 41% do mercado são de roupas femininas adultas, 32% de roupas infantis e 27% se destina ao público masculino adulto, sendo que Minas Gerais responde por 12% do consumo brasileiro e Divinópolis por 0,15%.

Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, as indústrias têxteis, do vestuário e artefatos de tecidos no Brasil, estão concentradas, principalmente, nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, tendo essa última se tornado destaque nos últimos anos em decorrência do deslocamento territorial das empresas.

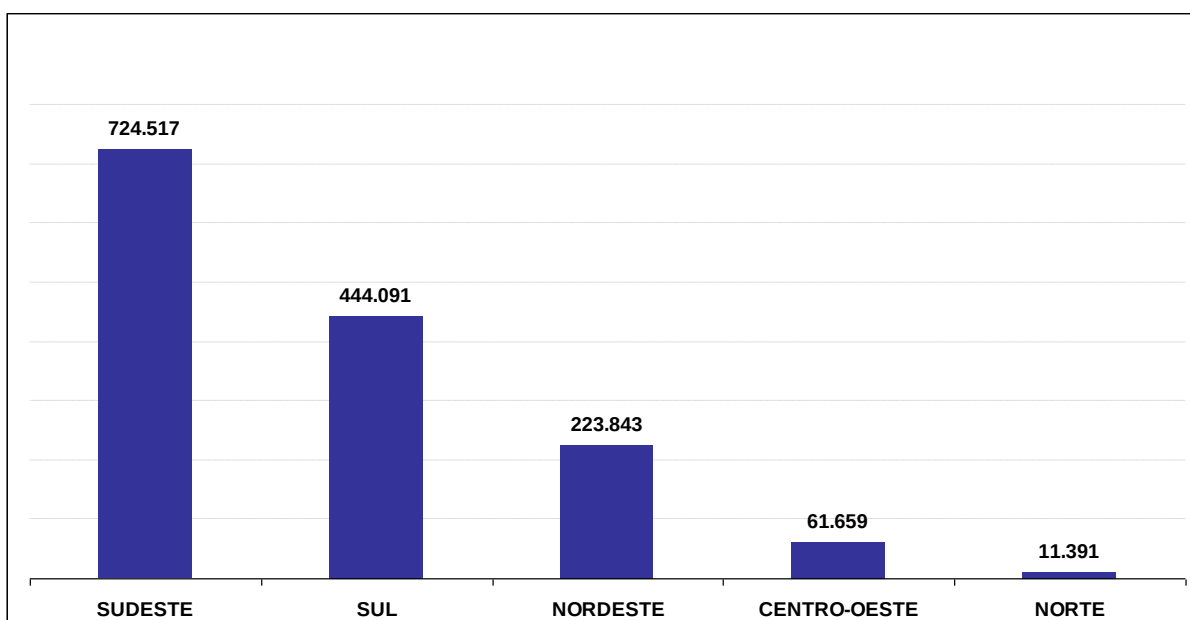


Gráfico 2 – Total de Indústrias Têxteis, do Vestuário e Artefatos de Tecidos no Brasil segundo Região – Ano 2008

Fonte: RAIS/2008

Os dados acima evidenciam o destaque das regiões Sudeste, Sul e Nordeste na produção têxtil e do vestuário, o que demarca a importância da realização de estudos acerca dessa temática nesses cenários, tendo em vista que em algumas realidades essa ramificação econômica torna-se uma das únicas possibilidades de inserção no mundo do trabalho, como ocorre em Divinópolis, conforme foi explanado nas narrativas das costureiras.

Os respectivos dados apresentados pela RAIS se respaldam em análises do trabalho regulamentado e formalizado, desconsiderando o trabalho informal

realizado em facções e nos domicílios das(os) trabalhadoras(es) dessa cadeia produtiva. Por isso, cabe destacar que a realidade é muito mais complexa e abrangente do que evidencia tais abordagens quantitativas.

Em suma, o que se pode vislumbrar é que a indústria da confecção no Brasil é bastante heterogênea, fragmentada e ainda se caracteriza, predominantemente, pela produção em pequenas e médias unidades, marcadas pela relação máquina de costura *versus* costureira, ou seja, ainda sob o modelo taylorista/fordista, com reduzido incremento tecnológico. Além do mais, apropria-se, em sua maioria, do trabalho feminino e do regime de subcontratação já que a produção tem uma curta vida útil, por seguir tendências e oscilações da moda de uma determinada estação e época.

Diante dessas considerações, a indústria da confecção, no cenário brasileiro atual, assumiu outros contornos no contexto na reestruturação produtiva, o que será abordado sequencialmente.

3.1 Ordenamentos da cadeia produtiva da confecção sob a égide da flexibilização e a incorporação do trabalho feminino

A cadeia produtiva da confecção acompanhou, nos últimos anos, as transformações na organização e gestão do trabalho em um contexto marcado pela flexibilização produtiva, ou seja, arranjos foram estruturados, dentro da dinâmica do capital financeiro, o que provocou uma intensificação de formas externalizadas de fases da produção. Com isso, o mundo do trabalho atualizou formas de trabalho pautadas em atividades temporárias, domiciliares e precárias que se tornaram funcionais aos anseios do desenvolvimento capitalista.

Esses direcionamentos no mundo do trabalho são verificados, no caso brasileiro, em especial a partir da década de 1990, diante da acentuada crise econômica desencadeada pela abertura comercial estimulada pelo Governo Collor, a qual resultou em um período de recessão e falência de importantes e grandes indústrias que não conseguiram o nível de competitividade com os padrões do mercado externo. Isso foi observado, também, nas indústrias têxteis e de confecção, que sofreram os rebatimentos desse processo, pois a entrada de produtos

importados no mercado interno, com destaque para roupas e tecidos em volume elevado e a baixos preços, implicou na redução, suspensão ou, até mesmo, na falência de indústrias na respectiva época. Dentre vários motivos, a baixa capacidade tecnológica no setor pode ser considerada como um elemento que dificultou a competitividade com o mercado externo.

Como resposta à crise instaurada, o processo de reestruturação produtiva e a adesão às prerrogativas neoliberais, no contexto da mundialização do capital, desencadeou um acelerado movimento de externalização da produção industrial utilizando, intensivamente, as formas de subcontratação e o trabalho domiciliar. As medidas tiveram como principais razões a busca empresarial por flexibilização da produção e das relações de emprego, com vistas a redução de custos como estratégia de competitividade, contribuindo para o enxugamento do trabalho formal, realizado no espaço interno das fábricas e proporcionaram o crescimento explosivo de pequenas e micro empresas, além de estimular a informalidade.

Nesse cenário de reorganização, externalização e deslocamento territorial das atividades produtivas, a partir do impulso às formas de subcontratação, pôde-se verificar empresas multinacionais atuando em dimensão mundial, com sede em um determinado país e controlando seus processos de produção nas demais localidades onde se encontram os prestadores dos serviços, os quais submetidos a essa cadeia “global” tornam-se destituídos de garantias legais, sociais e previdenciárias, em condições precárias de trabalho.

Nesse íterim, cabe mencionar que no complexo têxtil, com destaque para a indústria de confecção, ocorreu a partir dos últimos anos do século XX e início do século XXI, no Brasil, um significativo deslocamento territorial das unidades produtivas, principalmente do Sudeste para o Nordeste, tendo como principais aspectos estimuladores os menores custos da força de trabalho, os incentivos fiscais e creditícios. Basta confirmar essa realidade tendo como parâmetro o gráfico 2 mencionado anteriormente e alguns dados reveladores, pois a região Nordeste em 1990 representava em volume 13,3% da produção nacional da indústria têxtil e de vestuário, passando para 20,6% em 2001, enquanto a região Sudeste reduziu sua participação de 56,8% em 1990 para 47,5% em 2001.⁸⁸

⁸⁸ Fonte: Banco de dados do IEMI.

A política de desenvolvimento adotada na região Nordeste, em especial, se respaldou na adoção de práticas terceirizadas e implantação de cooperativas, como estratégias de evitar os encargos sociais previstos na legislação trabalhista. Com base em algumas pesquisas,

A mudança na composição desta indústria não foi, entretanto, o único aspecto que a diferenciou. Houve, no período de 1990-2000, um aumento na participação das empresas instaladas nas regiões Nordeste e Norte do país, causado, especialmente, pela deslocalização geográfica das empresas dos estados do Sudeste e Sul, atraídas pelos incentivos fiscais, doação e/ou comodato de terrenos e galpões, linhas de créditos especiais, força de trabalho barata e, além de outros incentivos, pela possibilidade de criar cooperativas de trabalho contando com o respaldo do Estado (AMORIM, 2003, p.67).

O que se observa, a partir dos estudos realizados, é que as condições de vida e trabalho da população inserida nessas cooperativas permanecem deterioradas e precarizadas. Porém, a falácia ideológica acerca das benfeitorias das cooperativas contribui para “seduzir” os trabalhadores, os quais passam a se reconhecer como entes autônomos no processo produtivo, pois de acordo com Amorim (2003, p.69),

Os “cooperados”, na medida em que aderiram às cooperativas não apareciam somente como “autônomos” no discurso empresarial, mas também como trabalhadores que tinham a possibilidade de ter uma renda – no máximo de um salário mínimo no setor de confecção – que destoava significativamente da condição de vida da maior parte da população dessas regiões que mal conseguem garantir a própria sobrevivência.

Com isso, introduzir essa modalidade de produção em determinadas regiões foi uma estratégia fundamental de atendimento aos propósitos da lógica de acumulação capitalista com seu escopo de maximização de lucros e exploração do trabalho, pois o baixo custo da força de trabalho se torna atrativo aos empregadores, visto que para esse segmento, os gastos com salários e encargos sociais previstos na legislação significam um empecilho para a geração de empregos e compromete a competitividade da indústria brasileira no mercado interno e externo.

Nesse raciocínio, os empregadores buscam estratégias de migração de suas unidades produtivas para os espaços geográficos onde não há um sindicalismo organizado e combativo, para que possam subjugar as relações e condições de trabalho aos seus imperativos. Por isso, o crescimento das

indústrias em certas regiões do país ocorreu de forma exponencial nos anos 1990, conforme relata Amorim (2003, p.76),

Destaca-se, em ordem de maior crescimento, o Norte e o Nordeste, nos quais a porcentagem de fábricas implantadas correspondeu a um aumento de 163,8% e 103,7%, respectivamente. Estes números confirmam a realocação das empresas de confecção para áreas menos industrializadas, realizada com o objetivo de aumentar as margens de lucro pelo usufruto dos incentivos fiscais concedidos pelos governos locais e pela redução dos custos com a força de trabalho empregada. Embora também tenha ocorrido um aumento de 102,7% na região Centro-Oeste.

O ordenamento instaurado a partir do deslocamento industrial para outras regiões repercute substantivamente na vida dos trabalhadores, pois implica em acirramento do desemprego nas localidades de maior custo da mão-de-obra, enfraquecimento do poder sindical e precarização das relações de trabalho, diante das necessidades que emergem.

Esse movimento foi analisado por Araújo e Amorim (2002) na região de Campinas, estado de São Paulo, comprovando que nos anos 1990 ocorreu uma redução expressiva das indústrias de confecção, tanto as de médio, quanto as de grande porte, sendo que as autoras apontam que a única empresa de grande porte existente naquela localidade foi fechada em tal período.

Além do deslocamento territorial, foram criadas alternativas pelas empresas no que concerne ao atendimento dos interesses de acumulação e manutenção do capital e a principal medida implementada foi a terceirização, tida como uma estratégia de competitividade, que significa a transferência de partes ou, até mesmo, de todas as atividades de produção para “terceiros”, ou seja, micro, pequenas empresas ou trabalhadores autônomos assumem as responsabilidades com os procedimentos a serem executados em um determinado prazo e na devida quantidade solicitada. A prática estabelecida não é caracterizada por vínculos empregatícios, fugindo do aparato da legislação que regula as relações de trabalho. Porém, existe um contrato informal pautado no compromisso da entrega do produto com prazo e quantidade estipulados que depende dos fluxos de mercado.

Por isso, esse tipo de contrato pode ser rompido a qualquer momento, sem danos ao contratante, porém o contratado terá que buscar outras vias de

satisfação de suas necessidades.⁸⁹ Em síntese, no contexto da acumulação flexível, a terceirização objetiva reduzir custos e maximizar lucro.

No Brasil, foram adotadas duas modalidades de terceirização, constituídas da seguinte forma,

[...] a primeira, considerada mais virtuosa, consiste num instrumento de melhoria da qualidade, da produtividade e da competitividade, na medida em que inovações tecnológicas e organizacionais são transferidas para as empresas subcontratadas e se difundem ao longo da cadeia. Na segunda modalidade, a terceirização ocorre com o objetivo central de redução de custos e, nesta medida, o que se transfere às subcontratadas são os gastos e os riscos da produção e o custo da mão-de-obra. Neste caso, a exigência de preços baixos dá-se, muitas vezes, em detrimento da qualidade. E é esta segunda modalidade que, segundo vários estudos, tem se generalizado no país com consequências danosas para os trabalhadores nelas envolvidos (ARAÚJO; AMORIM, 2002, p.274).

Dentre os ramos da cadeia produtiva que adotaram tais procedimentos é nítido o caso da indústria de confecção, setor caracterizado, ainda, por uma tecnologia rudimentar e com uso intensivo da força de trabalho, pois a produção consiste na utilização da máquina de costura industrial e do trabalho manual, com forte incorporação do trabalho domiciliar feminino pautado no regime da subcontratação.

Vale sublinhar que desde sua origem, o setor econômico confeccionista tem adotado essas respectivas práticas em suas atividades produtivas. Ou seja, o trabalho domiciliar e subcontratado na indústria da confecção não são recentes, mas remontam desde seus primórdios e sofreram modificações ao longo do tempo de acordo com as prerrogativas do capital no que tange à sua reprodução e acumulação. Além do mais, o setor da confecção tem utilizado e revitalizado formas terceirizadas em sua segunda modalidade, conforme citado acima, o que reflete nas condições precárias de trabalho do segmento envolvido na cadeia produtiva, pois esses trabalhadores passam a assumir os gastos e riscos da produção.⁹⁰

⁸⁹ Estudos realizados apontam a terceirização como um fenômeno presente nos diversos estratos econômicos, pois “Em 2000, os dados revelam que 100% das empresas do setor industrial e do setor de finanças trabalhavam com terceirizados. No setor de serviços, 94%, no de agrobusiness, 83% e no comércio, 44%. É possível supor que esse número bem menor de empresas que terceirizam no comércio deve-se ao fato de que, nesse setor, os contratos e relações de trabalho sempre foram estruturalmente flexíveis, isto é, a remuneração por comissão de venda, contratos por tempo determinado (em alta estação) e a rotatividade elevada, que caracterizam as relações de trabalho nesse setor, de certa forma, anteciparam o novo padrão de contratação do trabalho pelo capital que vem sendo imposto ao conjunto da economia” (DRUCK; BORGES, 2002, p.113-114). Ademais, a terceirização, de acordo com Amorim (2003), se difunde de forma intensificada nos anos 1990, porém tal atividade remonta ao século XIX com as práticas de *putting out* ou façomismo.

⁹⁰ Cabe mencionar que na atualidade é possível também falar na quarteirização. Druck e Borges (2002, p.118) apresentam as formas de trabalho quarteirizadas como aquelas caracterizadas por empresas contratadas com o objetivo de gerir contratos com as terceiras.

Diante do exposto, cabe destacar que o trabalho domiciliar subcontratado se torna elementar na sustentação dessa cadeia produtiva mediante a redução de custos no que tange ao ônus com aluguel, maquinário e com a força de trabalho devido aos encargos sociais, pois os trabalhadores subcontratados não são assegurados de nenhum direito trabalhista no que se refere à previdência social, férias, décimo terceiro salário, licença maternidade, fundo de garantia, dentre outros, o que foi possível de ser explicitado a partir das narrativas das colaboradoras da pesquisa. Além do mais, adotar o trabalho domiciliar em regime de subcontratação permite a flexibilidade dos contratantes, considerando que muitos recorrem aos trabalhadores externos nos momentos de aquecimento econômico.

Tendo em vista a incorporação intensificada do trabalho externo no ramo da confecção, sua adoção é utilizada com maior proporção em determinadas etapas do processo produtivo, pois segundo Abreu (1986, p.151), a confecção de roupas está dividida em algumas fases de produção que podem ser subdivididas em: primeira fase a de idealização ou também conhecida como esquematização do modelo, que envolve a escolha do tecido, das cores e a padronagem (criação, design), a segunda de preparação, que engloba a modelagem e o corte e exige uma maior qualificação do trabalhador,⁹¹ a terceira de montagem das peças⁹² e, por fim, o acabamento (produto final).⁹³ Dentre

⁹¹ É importante frisar que tal etapa da produção exige uma maior qualificação profissional, porém em sua maioria, a qualificação não é atribuída àqueles que realizaram cursos especializados, conforme já descrito no capítulo anterior, pois “[...] a prática é geralmente mais importante do que o treinamento profissional propriamente dito, e, em alguns casos, uma longa experiência como costureira particular conta mais que um diploma recente de curso de modelagem” (ABREU, 1986, p.151-152).

⁹² O papel do montador é unir as partes que foram cortadas. “Considerada o gargalo de qualquer confecção, é na montagem que as maiores diferenças nas formas de organização da produção podem ser percebidas entre pequenas e grandes fábricas. Nas pequenas confecções, as pequenas séries e a diversificação de modelos não justificam a introdução de trabalho parcelado. A montagem é realizada por peça inteira, cada costureira fazendo a montagem completa de cada peça. As máquinas utilizadas são na sua maioria máquinas de costura reta e a máquina de overloque é uma das poucas máquinas especializadas considerada indispensável. A máquina de overloque chuleia os bordos do tecido, impedindo que se desfie, e a tarefa de overlocar é geralmente realizada antes da montagem propriamente dita. A overloquista recebe do corte os pequenos pacotes de tecido cortado, overloca todas as partes que ficarão expostas depois da montagem, e refaz os pacotes que são, então, distribuídos entre as costureiras” (ABREU, 1986, p.153).

⁹³ A fase do acabamento se restringe ao caseamento, pregar botões, fazer bainha e a limpeza da costura dos fios de linha e passadoria. Garcia (1994, p.193-194) aponta que “[...] o processo produtivo no acabamento envolve as etapas de preparação, tingimento e acabamento. Na preparação são removidas as impurezas do tecido cru. [...] No tingimento os tecidos recebem os corantes. [...] Finalmente, o processo é completado pela passagem do tecido pela calandra universal, onde é executado o alisamento, melhorando a qualidade de toque e retirando as dobras erradas”.

essas etapas, a montagem e o acabamento se destacam pela utilização de formas de trabalhos subcontratados.

Na cadeia produtiva da confecção, apenas algumas etapas de fabricação do vestuário adotaram incrementos tecnológicos, como ocorreu na fase do desenho com a utilização do sistema CAD e no corte com a adesão ao sistema CAM. A incorporação técnico-científica ficou restrita às grandes empresas com maior índice de produtividade. Em relação aos demais processos produtivos como montagem e costura das peças, persistem formas de trabalho manuais e sem adesão tecnológica. Além do mais, os maiores investimentos no ramo da confecção, nos últimos tempos, se direcionam para o design dos produtos e o marketing.

A introdução dos sistemas informatizados foi essencial para a redução do tempo de produção e do desperdício no corte dos tecidos e, com isso, os “Modelos básicos são convertidos em códigos informatizados, pelos quais novos modelos são criados, levando-se em conta os diferentes tamanhos, o tipo e a estampa dos tecidos que serão confeccionados” (AMORIM, 2003, p.60).

Conforme abordado por Araújo e Amorim (2002, p.296), as atividades externalizadas, geralmente, consistem na costura, no acabamento e embalagem, ou seja, as fases intensivas em mão-de-obra, pois a maioria das empresas tende a manter determinadas fases como o design, a modelagem, o encaixe e o corte no espaço interno.

Do conjunto de trabalhadores incorporados nesse ramo de atividade, as mulheres representam o maior contingente destes por atender aos anseios empresariais, pois executar tarefas no espaço domiciliar torna-se muitas vezes um “atrativo” para elas, no sentido de conciliar as funções da produção com as da reprodução, ou seja, cuidam da casa, dos filhos e do marido ao mesmo tempo em que se dedicam à atividade produtiva da costura, conforme já retratado pelas colaboradoras da pesquisa.

De acordo com Araújo e Amorim (2002, p.278-288), ao analisar a região de Campinas e segundo a pesquisa realizada em Divinópolis com as costureiras, pode-se observar que a divisão sexual do trabalho na confecção é algo evidente, pois predomina a ocupação por homens nos níveis hierárquicos mais elevados e na direção. Já a costura absorve um maior contingente feminino. Segundo as autoras, considerando que esse processo ainda se configura na relação máquina de costura *versus* costureira, ou seja, pautada em uma defasagem tecnológica, a adoção às inovações técnicas são verificadas nas etapas anteriores à costura, “[...] através da utilização dos sistemas CAD nas fases

de design, modelagem, gradeamento e encaixe, e de equipamentos de controle numérico na fase do corte” (ARAÚJO; AMORIM, p.278-279).

A partir da divisão social do trabalho e da especialização do trabalho coletivo verificam-se alterações substanciais nas fases de produção do vestuário, pois, se anteriormente a costureira particular detinha todo o conhecimento do processo de confecção da roupa se aproximando das formas artesanais, a partir da organização científica do trabalho que estabelece atividades parciais e fragmentadas, ou seja, taylorizadas, surgem as categorias profissionais responsáveis por determinadas etapas da fabricação de um produto, como é o caso da confecção representada por costureiras, arrematadeiras, cortadoras, modelistas, bordadeiras, dentre outras.

Ademais, o que prevalece nesse ramo econômico é a utilização intensiva de trabalho, em especial nas pequenas e médias unidades produtivas, baseada na mão-de-obra das costureiras.

Diante de um intenso processo de desverticalização das empresas, não se pode negar que a indústria da confecção, ao longo de seu desenvolvimento, adotou formas precárias de trabalho, marcadas pela informalidade, com destaque para a utilização do trabalho a domicílio, predominantemente feminino.⁹⁴

Nesse sentido, os principais elementos que caracterizam as ocupações informais são a deterioração e a precariedade nas condições de trabalho; as extensas e instáveis jornadas de trabalho, pautadas em níveis baixos de rendimento e ausência de direitos sociais e trabalhistas, em decorrência da não existência da carteira de trabalho no regime contratual.

⁹⁴ Com base no Boletim Mulher e Trabalho divulgado pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, respaldado nos dados divulgados pelo IPEA, IBGE e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em outubro de 2008, do total de ocupados nas indústrias têxteis e calçadistas no Brasil, 61,64% e 51,10%, respectivamente, eram mulheres. Mas até abril de 2009, tal setor produtivo havia eliminado 40.170 vagas femininas. Tal estudo foi realizado somente com os trabalhadores formais, ou seja, com carteira assinada. Segundo os estudos, o efeito das demissões expressa o resultado da crise econômica global do capitalismo em seu processo de acumulação. O estudo também apontou que os homens foram os mais atingidos na crise, porém é importante sublinhar que os setores mais afetados pela crise na época foram a indústria de transformação e a construção civil, ou seja, espaços tradicionalmente masculinos. Outro eixo analisado consistiu nos salários na admissão de homens e mulheres, constatando que as desigualdades salariais entre os sexos são evidentes, com destaque para os trabalhos mais qualificados e com maior grau de escolaridade. Os dados apontam que as mulheres foram admitidas com salário inicial que corresponde, em média, a 65,39% do salário inicial dos homens admitidos no mesmo período. Isso reforça a análise de Cruz (2006, p.323), que “Em geral, a força de trabalho feminina tende a apresentar grau de escolaridade superior ao dos homens, mas isso não significa salários melhores nem mesmo paridade salarial. O rendimento médio da mulher equivale a 81,2% do recebido pelo homem”.

Frente ao explicitado, Lira (2002, p.143) pontua que,

A informalidade está associada às ocupações nas quais as relações de trabalho não obedecem à legislação trabalhista. Em se tratando da legislação fiscal, o que caracterizaria essas ocupações seria a ilegalidade, pois estão à margem do sistema tributário. [...] A heterogeneidade do trabalho na informalidade incorpora assimetrias com relação à renda, pois é possível encontrar desde trabalhadores com excelente nível de renda, uma minoria, até aqueles cuja remuneração mal garante o consumo mínimo necessário para si e sua família, e que são maioria.

Para Cacciamali (2000, p.153), o tema da informalidade é complexo e heterogêneo e pode abarcar diversas ramificações da economia, como as atividades terceirizadas, as microempresas prestadoras de serviços, o comércio de rua e de ambulantes, o trabalho temporário, subcontratado e domiciliar, a sonegação fiscal, a contratação ilegal de trabalhadores assalariados que não são contemplados pelos direitos sociais e trabalhistas, dentre outros. A autora argumenta sinteticamente que o processo de informalidade pode ser representado pelos assalariados sem registro e pelos trabalhadores por conta própria (p.166). No mais, a informalidade é parte constitutiva do sistema capitalista, visto que contribui diretamente para a reprodução e acumulação do capital, porém fica dependente das diretrizes tomadas pelo mercado regulamentado.

[...] a expansão de formas de contratação que implícita ou explicitamente burlam a legislação laboral têm efeitos, não apenas sobre o uso indiscriminado do trabalho, mas sobre a cidadania, pois os assalariados sem registro, por um lado não tem acesso a um conjunto de garantias sociais e por outro não compõem um corpo coletivo. Não tem direitos, nem obrigações. Soma-se a isso o fato de que essas contratações sonegam receitas ao Estado (CACCIAMALI, 2000, p.171).

É importante considerar que paralelamente ao crescimento do trabalho informal e precário, se presencia o aumento do incremento da mão-de-obra feminina no mundo do trabalho, reforçando a concepção de uma inserção marginal e já excludente desse segmento da população na esfera produtiva. As mulheres se submetem aos ditames dos regimes contratuais caracterizados pela desregulamentação e flexibilização, sem garantias sociais e legais. A partir dessa constatação, Lima (2006, p.309) ao retratar a funcionalidade do trabalho feminino e da população excedente, assegura que no processo de reordenamento capitalista e acumulação flexível “[...] as mulheres são mobilizadas quando o capital necessita delas e retornam à vida doméstica quando se instaura a concorrência entre os sexos na busca do trabalho assalariado”.

Nesse ínterim, o fenômeno da informalidade passa a ter evidência no campo científico na área das Ciências Humanas e Sociais, nas últimas décadas, com vistas a compreender sua processualidade, dinamismo e efeitos deletérios para os trabalhadores, sobretudo para as mulheres.⁹⁵

Com a reestruturação produtiva, engendrada na segunda metade do século XX, a informalidade se tornou funcional ao contexto da *liofilização organizacional*, ou seja, da “empresa enxuta” (Antunes, 1999) mediante a crescente competitividade mundial, flexibilização, desregulamentação econômica e desemprego estrutural.

Nos últimos decênios, devido ao impulso de atividades informais e suas múltiplas determinações, inicia-se um debate pautado na discussão de uma “nova informalidade”, tendo em vista que tal ramificação passa a incorporar uma heterogeneidade daqueles que vivem do trabalho, inclusive os qualificados e escolarizados. Além do mais, embasado em Lima (2006), tal fenômeno, desdobrado com a reestruturação produtiva, deixa de ter um caráter transitório para se tornar definitivo.

Nessa perspectiva, pautado nas reflexões de Lima (2006, p.306), pode-se concluir que, “A informalidade deixa de ser uma característica terceiro-mundista e torna-se um produto dos novos tempos flexíveis. Perde o caráter de negatividade anterior e assume a positividade, para o capital, da desregulamentação e da flexibilização”.

A estratégia de adoção da informalidade nas formas contratuais consiste, sobremaneira, no rebaixamento dos custos com a força de trabalho, cujo aspecto é avaliado sob o prisma do capital como mecanismo negativo e impeditivo da competitividade econômica.⁹⁶

No mais, a concepção de informalidade atualmente tem sido apropriada, também, para se referir a noção de empregabilidade e empreendedorismo (Silva,

⁹⁵ O conceito de informalidade ainda é muito polêmico e difuso, porém alguns estudiosos do tema apresentam que “A noção de informalidade surgiu na década de 60, a propósito dos problemas ligados à incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades em todo o mundo subdesenvolvido” (SILVA, 2002, p.85-86).

⁹⁶ Na análise de Lima (2006, p.307) “O custo Brasil – no qual despesas com salário e obrigações sociais são destacadas – é apresentado como um dos problemas da competitividade da indústria nacional. A ineficácia da ação estatal em prover serviços sociais básicos comprovaria a necessidade de as empresas serem desoneradas em suas folhas de pagamento, o que, em tese possibilitaria aos trabalhadores ganharem mais. Contudo, a situação dos trabalhadores informais ou vinculados a formas atípicas de contratação de trabalhadores indica que, além de ganharem menos, têm acesso restrito ou mesmo nenhum acesso aos direitos sociais.”

2002) com o intuito de disseminar uma idéia de trabalho livre, autônomo, em que o trabalhador passa a se considerar “empresário de si mesmo”, diante das condições imperativas do trabalho no contexto da era flexível. Com isso, o objetivo é adaptar o trabalhador às recentes tendências e exigências do mundo do trabalho, pautadas nas qualidades requeridas pelas empresas, como o esforço individual, competência técnica e polivalência. No entanto, a noção de empregabilidade e empreendedorismo “[...] contém uma dimensão simbólico-ideológica de adesão e convencimento [...] pouco afetando o conflito aberto [...] que interfere sobre a auto-imagem e a visão de mundo dos trabalhadores” (SILVA, 2002, p.104), o que provoca a transferência do ônus da reprodução da força de trabalho para o próprio trabalhador, eximindo o capital de suas responsabilidades.

Na contracorrente, sob a ótica dos trabalhadores, o crescimento da informalidade provocou “[...] um processo de ‘quádrupla’ precarização – do trabalho, da saúde, do emprego e dos sindicatos [...]” (DRUCK; BORGES, 2002, p.113), como pôde ser observada na realidade de Divinópolis a partir da pesquisa realizada com as costureiras.

Ao mencionar a precarização como um dos eixos desse debate, Hirata e Préteceille (2002, p.55), argumentam que para conceituar a precarização social, há uma

[...] dupla institucionalização da instabilidade: precarização econômica (das estruturas produtivas e salariais) e precarização da proteção social (transformação das legislações relativas aos direitos do trabalho, das empresas e das situações externas ao trabalho).

Em linhas gerais, os autores argumentam que, na atualidade, as mulheres são as mais atingidas nesse processo de precarização, pois ainda são “[...] mais vulneráveis e menos legitimadas que os homens no espaço profissional” (HIRATA; PRÉTECEILLE, 2002, p.65-66). Em seguida, os mais afetados pela formas precarizadas de trabalho são os jovens, idosos e migrantes.

Nesse contexto de crise e precariedade do trabalho e das relações sociais, Hirata e Préteceille (2002, p.72) ressaltam que as identidades individuais e coletivas não são mais constituídas como formas de pertencimento e identificação sob o prisma do trabalho, mas pautadas no movimento de individualização da sociedade. Esse processo de apologia ao individualismo e ao efêmero como formas apregoadas para solidificar um discurso de descartabilidade da vida social, contribui sobremaneira para fragilizar e despolitizar o conjunto dos trabalhadores.

Sendo assim, no que tange às reivindicações dos trabalhadores, as atuais formas precárias de emprego e o crescente desemprego estrutural têm sido aspectos fulcrais para desmontar a capacidade organizativa dos grupos sociais, porém mesmo diante de empecilhos e dificuldades, o fortalecimento de instâncias coletivas daqueles que vivem e sobrevivem do trabalho não é impossível e compete a eles “[...] inventar novas formas de ação coletiva” (HIRATA; PRÉTECEILLE, 2002, p.63).

As mudanças processadas no interior das empresas confeccionistas decorrentes da reestruturação produtiva e da justaposição às formas de organização do trabalho pautada na acumulação flexível resultaram na combinação de antigos e recentes sistemas de gestão do trabalho, que rebateram de forma perversa na vida da população em geral, pois diante da filosofia organizacional, os trabalhadores passaram a ser pressionados pelo cumprimento de metas de produtividade, além de intensificar o ritmo de trabalho e transferir responsabilidades que outrora eram de incumbência das empresas para aqueles que vendem sua força de trabalho ao regime do assalariamento. Perante o apresentado, constata-se que tal conjunto de fatos também foi descrito pelas trabalhadoras da confecção de Divinópolis, o que demonstra ser uma evidência do mundo do trabalho e requer uma aproximação com a realidade local, o que se pretende a seguir.

3.2 O município de Divinópolis: traços constitutivos do desenvolvimento local e dinamismo do setor confeccionista

O município de Divinópolis, considerado polo da região do Alto São Francisco e localizado na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais, encontra-se às margens do rio Itapecerica, estando a 104 km da capital Belo Horizonte.

De acordo com estimativa do IBGE/2009, o município possui 216.100 habitantes, sendo 110.765 mulheres e 105.335 homens, constatando uma predominância feminina no conjunto da população. Além disso, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2000, a cidade detinha a quinta posição (0,831) no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de Minas Gerais.

No mais, possui uma posição estratégica pela existência do Rio Itapecerica que contribuiu, ao longo do surgimento e desenvolvimento da cidade, como ponto de passagem dos viajantes. Apesar da ausência de dados mais fidedignos acerca do povoamento e desenvolvimento local, algumas evidências historiográficas apontam que na primeira metade do século XVIII já existia nessa localidade alguns habitantes, o comércio, além de ser um local que servia como repouso e rota de tropeiros.⁹⁷

Com base em estudos de Corgozinho (2003, p.45), a localização estratégica e privilegiada do arraial do Espírito Santo do Itapecerica,⁹⁸ atualmente cidade de Divinópolis, no século XVIII contribuiu para a potencialização e o desenvolvimento do município, tendo em vista que naquele período as principais atividades econômicas brasileiras consistiam na exploração aurífera, sendo que nas Minas Gerais ganharam destaque, como centros regionais urbanos e comerciais, os municípios de Barbacena e São João Del Rei. Nesse sentido, o município de Divinópolis, na época chamado de arraial do Espírito Santo do Itapecerica se localizava em uma das rotas comerciais de tais atividades, o que provocou um estímulo para o desenvolvimento local.

Conforme Corgozinho (2003, p.46), o arraial do Espírito Santo do Itapecerica servia como espaço de aglutinação daqueles que circulavam na região e para descanso dos negociantes advindos de diversas localidades. Com isso, iniciou-se uma forte tendência para o comércio, visto que o uso do solo não era favorável para atividades relacionadas à agricultura.

O que pode ser verificado é que pela posição geográfica em que estava situado o arraial, ocorreu o desenvolvimento do município e o adensamento populacional com o passar do tempo.⁹⁹

⁹⁷ “[...] a área onde foi construída mais tarde a cidade de Divinópolis, às margens do rio Itapecerica, foi povoada de forma permanente há mais de duzentos anos. Contudo, esse tempo, de modo contraditório, não é considerado na contagem de sua idade, definida oficialmente a partir da instalação do primeiro governo municipal, em 1912” (CORGOZINHO, 2003, p.45).

⁹⁸ “A expressão Espírito Santo do Itapecerica, para designar o povoado, expressava simbolicamente a ligação da população com o aspecto religioso, com o meio geográfico e a consciência de si própria, como parte de uma natureza abençoada por Deus. Era uma denominação adequada ao momento antigo de existência daquela comunidade” (CORGOZINHO, 2003, p.81).

⁹⁹ “A população do arraial do Espírito Santo do Itapecerica no início do século XIX era pouco numerosa, constituída por 1.154 habitantes com acentuada miscigenação racial. Com efeito, eram 378 brancos, 242 pretos livres, 323 mulatos livres e 211 escravos, conforme consta em mapa da população feito em Pitangui em 1813. Isso significa que juntas as populações negra e mulata constituíram a maioria dos habitantes. Sendo uma população predominantemente católica, as atividades religiosas no arraial, tais como a missa aos domingos e as festas religiosas, eram fatores de sociabilidade, aglutinação e unidade entre as pessoas” (CORGOZINHO, 2003, p.47).

A partir do crescimento populacional, algumas questões foram surgindo, como violência, conflitos, inseguranças, dentre outras, sendo necessária a constituição de um controle institucional para conter tais situações, o que competiu à Igreja Católica, que até o final do século XIX controlava qualquer forma de contestação, resistência e rebeldia. Mas a influência da Igreja Católica no processo educativo da população perdeu fôlego, nas primeiras décadas do século XX, com o investimento nas instituições escolares.

Além do forte poderio do catolicismo na cultura local, havia também uma presença marcante da elite agrária nas decisões daquele território, sendo que o poder estava concentrado nas mãos de uma oligarquia rural.

Em síntese, entre os séculos XVIII e XIX, o arraial do Espírito Santo do Itapecerica se caracterizava pelo atendimento às normas religiosas, pela subserviência da população às autoridades do local, pela ausência de manifestações coletivas e autônomas e também pela

[...] passividade política, cidadania restrita, precária comunicação com outras regiões, dificuldades de alfabetização dos indivíduos, distinção de status a partir de privilégios herdados etc. Essas são algumas das características redimensionadas a partir do início do século XX, quando a população do Espírito Santo do Itapecerica vivenciou o processo de ruptura em seu modo de vida tradicional, com a chegada da Estrada de Ferro do Oeste de Minas (CORGOZINHO, 2003, p.55).

Não obstante, a chegada da ferrovia desencadeou inúmeros impactos para a dinâmica societária do município de Divinópolis e possibilitou o deslocamento de mercadorias e de pessoas para diversas regiões do país, o que propiciou a agilidade comercial. Esse meio de transporte contribuiu, sumariamente, para o desenvolvimento econômico, político, cultural e social não só da localidade em estudo, mas das demais cidades e regiões do Brasil naquele período, pois a ferrovia serviu como veículo para o escoamento do café, principal produto econômico do país na época.

O objetivo da criação da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) em fins do século XIX era possibilitar o acesso comercial e de pessoas aos limites da Província de Minas Gerais, atravessando todo o interior do Estado. Além disso, a construção da ferrovia era um objetivo imperial que visava a ocupação e povoamento no interior do país.

A primeira estação ferroviária do município foi inaugurada em 30 de abril de 1890, e a partir dela, ocorreu uma intensificação e dinamização econômica e

social. Após esse acontecimento, observa-se um significativo crescimento demográfico, frente a um intenso fluxo migratório, pois até então a população local era, predominantemente, rural e católica. Por isso, a introdução ferroviária inaugurou uma nova era no arraial, trazendo para o local um novo tipo de trabalhador, mediante a expansão urbana e comercial.

O trabalho assalariado introduzido pela estrada de ferro representou o surgimento do trabalhador moderno na comunidade local, como sujeito de direitos e como classe social, pois até então o operariado era praticamente inexistente nesta região. Os novos trabalhadores organizaram sua vida em torno da ferrovia. Conheciam processos de trabalho industrial e mantinham entre si um relacionamento hierarquizado de mando que diluía, até certo ponto, a figura do patrão. Ao contrário, os demais trabalhadores do povoado em sua maioria lavradores, permaneciam vinculados a um processo produtivo caracterizado por relações pessoais, diretas e paternalistas (CORGOZINHO, 2003, p.63).

Visualiza-se a partir do relato acima uma forte discrepância entre os trabalhadores rurais da região e aqueles que migraram para o município a partir da introdução ferroviária. Enquanto os trabalhadores ferroviários se mobilizavam, resistiam às imposições e condições determinadas de trabalho, o trabalhador rural, lavrador, não se manifestava e permanecia submetido ao jugo dos seus empregadores. Isso pode ser evidenciado nas diversas regiões brasileiras, pois a partir do fim da escravidão inicia-se um processo de urbanização e industrialização, contando com o acentuado contingente de imigrantes e migrantes para o trabalho que ganha outras feições, ou seja, passa de um caráter meramente agrário e ganha espaço no cenário urbano.

Nesse íterim, surgem no arraial do Espírito Santo do Itapecerica, assim como em outras localidades, as primeiras greves encampadas pelos trabalhadores ferroviários frente ao quadro da época, marcado pela exploração e miséria. Tais movimentos contaram com o apoio dos comerciantes, pois a chegada da ferrovia e dos trabalhadores foram elementos imprescindíveis para o desenvolvimento comercial.

Destarte, é fundamental considerar nessa conjuntura analítica, a emergência da questão social nos diversos espaços sociais em que se consubstancia a relação capital *versus* trabalho, entendida como uma expressão de antagonismos. O formato de trabalho estabelecido aos indivíduos, nesse período, afeta de forma substancial as condições de vida dos trabalhadores, o que provocou um acirramento das desigualdades sociais e a necessidade de

respostas para tais situações concretas. Como se pode verificar, para haver desenvolvimento econômico e acumulação do capital, é necessária uma intensa exploração e degradação das condições de vida dos trabalhadores.

Nesse sentido, em relação ao desenvolvimento local, segundo argumentação de Corgozinho (2003, p.68),

[...] o que de fato impulsionou o desenvolvimento do Espírito Santo do Itapecerica foi o de tornar-se o ponto de entroncamento férreo da EFOM com o ramal vindo de Belo Horizonte, rumo ao Triângulo Mineiro, e o modo como foi obtido este entroncamento. Essa linha férrea, de bitola de metro, foi planejada com o objetivo fundamental de integrar o Triângulo Mineiro à nova capital, e a EFOM possibilitou a quebra do isolamento do centro-oeste mineiro em relação ao resto do Estado e do País.¹⁰⁰

Tendo em vista a atividade ferroviária como principal elemento aglutinador da economia local, foram instaladas, posteriormente, as oficinas da Estrada de Ferro do Oeste Mineiro, que significou o surgimento da primeira grande fábrica no município, remodelando o mundo do trabalho naquele território.

Com a introdução fabril, surgiu também a Vila Operária como estratégia de garantir a residência do trabalhador ferroviário.

Vale destacar que na construção das oficinas da ferrovia e da Vila Operária utilizou-se a força de trabalho de imigrantes europeus de diversas nacionalidades que traziam suas experiências em relação a um tipo de trabalho baseado nas relações fabris e urbanas.

A partir da constituição da Vila Operária inaugurou-se a fase de controle do trabalho, dos trabalhadores e de seus familiares, adotando algumas medidas, como por exemplo, o uso de uma sirene.

Por meio de uma sirene controlava-se o horário de início, término e duração do trabalho em cada turno. O som dessa sirene era ouvido em toda a cidade e passou a controlar também o tempo dos outros trabalhadores e atividades urbanas que se acostumaram com suas chamadas (CORGOZINHO, 2003, p.72).

Logo em seguida, inicia-se no arraial o planejamento urbano local e também um movimento objetivando a autonomia político-administrativa, pois até aquela época o município era pertencente à cidade de Itapecerica.

¹⁰⁰ É importante considerar que “Com a construção do novo ramal ferroviário, o arraial do Espírito Santo do Itapecerica passou a ser um significativo entroncamento de linhas férreas em direção a Belo Horizonte, Rio de Janeiro, oeste de Minas, Triângulo Mineiro e Goiás e sul de Minas e São Paulo” (CORGOZINHO, 2003, p.70).

Esse movimento buscava a emancipação política tendo em vista a autonomia administrativa de forma a conduzir a vida em sociedade. O processo também representava assumir responsabilidades, inclusive eleger administradores para um governo local.

Com isso, o projeto para a criação do município foi aprovado em 30 de agosto de 1911 pela Câmara dos Deputados e o município passa a receber o nome de Vila Henrique Galvão.¹⁰¹

Porém, no ano de 1912 inicia-se uma discussão pautada na mudança do nome do município, quando Antonio Olympio de Moraes, presidente da Câmara dos Vereadores na época, sugere o nome Divinópolis, que foi aprovada pela Lei n.570.¹⁰² Quanto ao planejamento urbano, diante do crescimento e complexificação do espaço urbano, buscava-se organizar a vida em sociedade de forma a instituir normas de ordenamento da esfera pública e criar taxas e impostos para o investimento em obras de interesse da comunidade. Nesse aspecto, pela capital Belo Horizonte estar próxima ao município de Divinópolis, é possível dizer que houve uma influência de seu planejamento, visto que foi construída no findar do século XIX.

Esse processo de constituição do espaço urbano em Divinópolis e desenvolvimento econômico provocado pela introdução da ferrovia resultou em maior interação do município com demais cidades e regiões do país.

Dentre os anos de 1940 a 1960, a região centro-oeste de Minas Gerais, em especial o município de Divinópolis, se destacou pelas manifestações e resistências dos operários da ferrovia.

Os operários ferroviários, sua forma de trabalho, organização e resistência por meio das greves, personificam a emergência das relações de trabalho capitalistas na região centro-oeste de Minas Gerais e são também os portadores da mentalidade moderna que germinara na cidade, durante sua construção (CORGOZINHO, 2003, p.170).

¹⁰¹ “Até o início de 1912, Divinópolis era chamada, em documentos oficiais, de Distrito do Espírito Santo do Itapecerica pertencente ao Município e Comarca de Itapecerica. Em março de 1912, os documentos já trazem a expressão Villa de Henrique Galvão, Termo de Itapecerica e depois, em outubro de 1912, Villa de Divinópolis, Comarca de Itapecerica. Em 18 de setembro de 1915, pela Lei n.663, art.5º, foi criado o Termo Judiciário de Divinópolis, apesar de sua instalação só ter ocorrido em outubro de 1922, após completar o preenchimento das exigências legais. A designação Cidade de Divinópolis, Comarca de Itapecerica, é empregada em procurações a partir de janeiro de 1916” (CORGOZINHO, 2003, p.81).

¹⁰² A necessidade de mudança no nome do município para Divinópolis tornou-se elementar pelo fato das mudanças que foram se processando na vida econômica, política, cultural e social da localidade. Apesar de inúmeras mudanças significativas, “[...] o nome expressa também o convívio com as forças tradicionais em atuação, o religioso, o político e o surgimento de uma nova cultura com seus novos valores” (CORGOZINHO, 2003, p.82).

Nesse cenário, emergem movimentos operários e sindicais no município como forma de pressão e organização política dos trabalhadores. Dentre eles, pode ser citado o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio e a Associação Beneficente dos Ferroviários de Divinópolis.

Cabe mencionar que esse período foi de intensas lutas, manifestações e mobilização dos trabalhadores ferroviários, expressas em greves e marcadas por violência e utilização do poder militar. Esses movimentos organizativos contavam com a participação das mulheres e dos filhos dos trabalhadores como pode ser constatado na literatura que aborda o assunto naquela localidade. Com isso, o que se verifica é que as mulheres passam a ocupar também uma posição fundamental no espaço público do município, com representatividade e legitimidade.¹⁰³

A partir dos anos 1950, o fordismo se instaura no país e as atividades ferroviárias vão perdendo destaque no cenário econômico municipal e no Brasil como um todo, tendo em vista a conjuntura política do governo federal de estimular a instalação de siderurgias, metalurgias e o transporte rodoviário. Essa prerrogativa, endossada no Governo de Juscelino Kubitschek, com seu plano desenvolvimentista, contribuiu para diversificar a economia do país, inclusive em Divinópolis, que passa a produzir ferro-gusa e provocar com grande intensidade um crescimento populacional decorrente dos fluxos migratórios do período, pois de acordo com Corgozinho (2003, p.216), é inegável o crescimento demográfico no

¹⁰³ Conforme estudos de Corgozinho (2003, p.190), ao descrever uma greve dos trabalhadores ocorrida no ano de 1952, a autora destaca que “Cerca de quatrocentas mulheres, insatisfeitas com o retorno dos ferroviários ao trabalho, juntaram-se na praça e fizeram passeatas pela cidade, empunhando a bandeira nacional, cartazes de protesto e o retrato de Getúlio Vargas. Foram para as oficinas, cercaram os portões, entraram e mandaram paralisar as atividades. O delegado e vinte soldados tentaram sem sucesso conter o movimento. Quando um soldado tentou impedir a mulher que seguia à frente, as demais o agarraram e o espancaram com porretes e sapatos, vaiando e cuspiendo nos soldados”. Outro aspecto relevante que merece destaque se refere à atitude dessas mulheres em obrigar os trabalhadores que não aderiam às greves a usar saias (peça do vestuário feminino na cultura ocidental), que tinha como objetivo simbolizar que tais homens estavam ocupando espaços destoantes, ou seja, deveriam estar ocupando o lugar da casa, o qual competia à mulher. Com isso, constata-se um reforço da visão sexista presente naquele momento, inclusive das próprias mulheres, atribuindo ao homem a esfera pública e à mulher o espaço da casa.

município que se avoluma a partir dos anos 1960 e coloca a cidade como a 12ª cidade mineira mais populosa em 1969, segundo dados do IBGE.¹⁰⁴

É importante abrir um parêntese para a realidade brasileira da época em que Juscelino Kubitschek assume a presidência, adotando uma política pautada no lema desenvolvimentista dos “50 anos em 5”, como forma de “recuperar” o atraso nacional, e que foi marcada pela forte presença do capital estrangeiro e incentivo à industrialização, em especial dos bens duráveis.

No que se refere à Divinópolis, cabe considerar que as principais condições que propiciaram o desenvolvimento econômico local foram a introdução da ferrovia, das oficinas da estrada de ferro, a posição geográfica da cidade e os incentivos governamentais em relação à isenção e diminuição de taxas e impostos sobre profissões e indústrias.

Além da indústria siderúrgica que se instala no município, outros segmentos também aparecem com relevância, como a fiação e tecelagem que fabricavam artigos de cama e mesa, a fabricação de materiais para máquinas de costura e também fábricas de calçado.

No que tange ao ramo da confecção em Divinópolis, pode ser verificado seus indícios desde o início do século XX, visto que algumas atividades produtivas já eram tributadas, como as relacionadas às fábricas de tecidos, de chapéus e de calçados. Em relação às profissões, são mencionadas costureiras com oficina ou casa de moda, modista e desenhista.¹⁰⁵

Já em 1938 é criada a Companhia de Fiação e Tecelagem de Divinópolis (FITEDI), que iniciou suas atividades produtivas dois anos depois.

¹⁰⁴ “Apesar de Divinópolis ser uma cidade de porte médio, sua população apresentou a mesma tendência do país, quando a partir de 1950, sofreu uma grande expansão demográfica diante do incremento da siderurgia que atraiu populações tanto de cidades circunvizinhas quanto de seu meio rural [...]. Segundo os censos do IBGE, na década de 50 a população de Divinópolis cresceu 64,82%, enquanto a população total de Minas Gerais havia crescido 26,96% e a do Brasil, 36,49%” (PEDROSA, 2005, p.61-62). Esse crescimento demográfico pode ser constatado pelo IBGE, pois conforme sua base de dados, em 1960, a população de Divinópolis totalizava 53.340, sendo que destes 11.145, ou seja, 21%, estavam no meio rural, enquanto 42.195, ou seja, 79% estavam na área urbana. Já em 2000, o IBGE aponta para o município um total de 183.962 habitantes, sendo que destes 5.989, ou seja, 03% vivem no meio rural e 177.973, ou seja, 97%, encontram-se no espaço urbano. Conforme estudos de Pedrosa (2005, p.62), na década de 1990 ocorreu um declínio na taxa de crescimento da população que pode ser justificado pela crise do setor siderúrgico e pelos processos de reestruturação produtiva que inclusive levou ao fechamento das fábricas da Coca-Cola e da Cerveja Kaiser. Outra empresa que se reestruturou foi a Gerdau S.A., produtora de aço, que possuía 3.400 empregados diretos e de acordo com Pedrosa (2005, p.64), contava no período de sua pesquisa com aproximadamente 400 empregados.

¹⁰⁵ De acordo com Corgozinho (2003, p.177), “O fato de o poder público instituir impostos, a serem pagos por esses variados serviços, produtos ou fábricas, indica que eles estavam sendo oferecidos naquele momento”.

Outro aspecto relevante a ser ressaltado é que com o passar dos anos, observa-se um refluxo dos movimentos organizativos em Divinópolis, pois até a primeira metade do século XX havia pressões e resistências por parte dos trabalhadores e seus familiares. Porém, com a diversificação econômica, a política nacional de industrialização e urbanização com base na introdução de capital estrangeiro e, posteriormente, a adoção ao ideário neoliberal e ao processo de reestruturação produtiva, constata-se uma perda do poder de barganha e de enfrentamento dos trabalhadores em relação às condições de vida e trabalho nesse cenário.

Nos anos de 1960, Divinópolis ocupava uma posição importante nas diversas atividades industriais, com destaque para a metalurgia e siderurgia, mas em fins dos anos 1950 a produção do ferro-gusa entra em crise devido a superprodução que desencadeou um declínio no setor siderúrgico do município e desemprego para um grande contingente de trabalhadores.

Nesse intervalo de tempo, tendo em vista o crescimento local e o desenvolvimento econômico, surgiu a necessidade de um distrito industrial no município, que foi criado em lei no ano de 1965, porém só implantado anos depois.¹⁰⁶

A partir do investimento na indústria automobilística, estimulada no Governo de Juscelino Kubitschek entre os anos 1950 e 1960, a ferrovia foi perdendo espaço como meio de acesso às localidades. Aos poucos os trechos ferroviários foram sendo desativados e, posteriormente, eliminados, o que refletiu de forma significativa para a economia municipal, pois, Divinópolis, que fazia entroncamento com demais municípios e regiões do país, passa a ser excluída das rotas principais a partir do incentivo ao transporte rodoviário. Isso trouxe rebatimentos para a economia e para o desenvolvimento local que repercutiu em efeitos até a atualidade.

Entretanto, no que tange à incorporação da indústria siderúrgica nessa localidade, pode-se constatar que, entre os anos de 1950 a 1980, esta ramificação econômica empregava um considerável contingente da mão-de-obra da cidade.

¹⁰⁶ “As possibilidades de concentração espacial das indústrias em Divinópolis efetivaram-se em 1972, quando foi criado o Centro Industrial Jovelino Rabelo, que visava a aglutinar a produção industrial, retirar indústrias da área urbana e oferecer infra-estrutura adequada para a instalação de novas” (CORGOZINHO, 2003, p.213). Estudos sobre distritos industriais e arranjos produtivos locais foram realizados por Pedrosa (2005), que apresenta a estimulação dos distritos como alternativa da reestruturação produtiva a partir da crise do fordismo e do aumento da competitividade no contexto da mundialização do capital.

Em relação ao setor da confecção, com sua expansão em especial a partir dos anos 1980 em Divinópolis, no contexto da crise do fordismo e de adoção ao processo de reestruturação produtiva, verifica-se que ao investir em tal especialização do trabalho, a economia municipal se diversificou, propiciou a geração de emprego e renda para a população local e representou a quebra da hegemonia siderúrgica.¹⁰⁷

Diante desse cenário, o que se evidencia no município, atualmente, é uma diversificação nas atividades econômicas oferecidas, porém, ainda, com o predomínio das atividades direcionadas ao ramo da confecção/vestuário e da metalurgia, como se observa abaixo.

Tabela 1 - Número de Estabelecimentos e Empregos segundo as atividades econômicas - Município de Divinópolis – Ano 2008

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de extração de minerais	9	60
Indústria de produtos minerais não metálicos	31	178
Indústria metalúrgica	137	4.045
Indústria mecânica	29	248
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	8	177
Indústria de materiais de transporte	18	199
Indústria da madeira e do mobiliário	48	233
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	48	711
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod.sim. e ind.diversa	35	374
Ind.química, prod. Farmac.,veterin.,perf.,sabões, velas e mat.plast.	49	1.047
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	698	6.282
Indústria de calçados	24	391
Indústria de produtos alimentícios e bebidas	124	1.297
Serviço de utilidade pública	3	162
Construção civil	402	1447
Comércio varejista	2.219	10.225
Comércio atacadista	338	2.680
Instituições de crédito, seguro e capitalização	74	1.094
Comércio, Adm. imóveis, valores mobiliários	565	3.865
Transportes e Comunicação	210	2.615

¹⁰⁷ Além da grande expressão econômica da região Sudeste no que se refere ao setor confeccionista, outras regiões brasileiras também se destacam pela introdução desta atividade produtiva, como o Sul e atualmente o Nordeste do país. É importante considerar a partir do esboçado anteriormente que essa conjuntura econômica tem provocado o deslocamento territorial destas indústrias para as regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, etc	558	3.266
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	407	2.464
Ensino	91	1.711
Administração Pública Direta e Autárquica	5	4.473
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	404	1.336
TOTAL	6.534	50.580

Fonte: RAIS/2008

De acordo com a tabela acima, ainda é predominante no município de Divinópolis os setores metalúrgicos e da confecção na geração de empregos e no número de estabelecimentos, como se pode conferir nas linhas destacadas. Tal realidade é elucidativa para endossar a importância dessas ramificações produtivas para o desenvolvimento local.

O investimento no setor confeccionista representou, desde os anos 1980, uma alternativa importante para a economia local, tendo em vista a crise da siderurgia que gerou o fechamento de fábricas e demissão de trabalhadores que encontraram saída para o desemprego nas indústrias de confecção que foram surgindo.

Com isso, vale salientar, nesse contexto, que a força de trabalho em Divinópolis se redimensiona, visto que até os anos 1980 prevalecia a indústria siderúrgica que absorvia em sua maioria o contingente masculino de trabalhadores. Já na confecção vai ocorrer um movimento inverso, incorporando majoritariamente em suas atividades as mulheres para o trabalho, tanto no espaço fabril, quanto no âmbito domiciliar.¹⁰⁸

A indústria da confecção no Brasil se expandiu a partir da década de 1970 e seu crescimento justifica-se tanto pela formação de um mercado consumidor proporcionado pela urbanização da população brasileira quanto pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, deixando para trás suas tarefas domésticas de costurar roupas. Por outro lado, a crise da produção em massa ocorrida a partir da década de 1970, o baixo custo de montagem de uma indústria de confecção e a utilização de pouca tecnologia permitiram que inúmeras pequenas

¹⁰⁸ De acordo com os apontamentos de Pedrosa (2005, p.74), enquanto na indústria metalúrgica havia uma ocupação de 5% do trabalho feminino, na indústria da confecção as mulheres representavam 70% da mão-de-obra total. Além do mais, vale ressaltar que na confecção os salários auferidos são inferiores ao da metalurgia, pois “[...] enquanto a maior parte dos trabalhadores metalúrgicos recebe entre 2 a 4 salários mínimos, a maioria dos trabalhadores da indústria de confecção recebe até 2 salários mínimos” (PEDROSA, 2005, p.79). Diante desse dado é possível considerar que ainda se perpetuam determinados guetos destinados aos homens e às mulheres no mundo do trabalho.

empresas ingressassem no mercado sem a difícil concorrência com a empresa fordista (PEDROSA, 2005, p.71).

Diante dessa descrição, cabe apresentar em forma de dados quantitativos a configuração atual do setor metalúrgico e da confecção/vestuário no município como forma de elucidar a importância dessas atividades para a economia local.

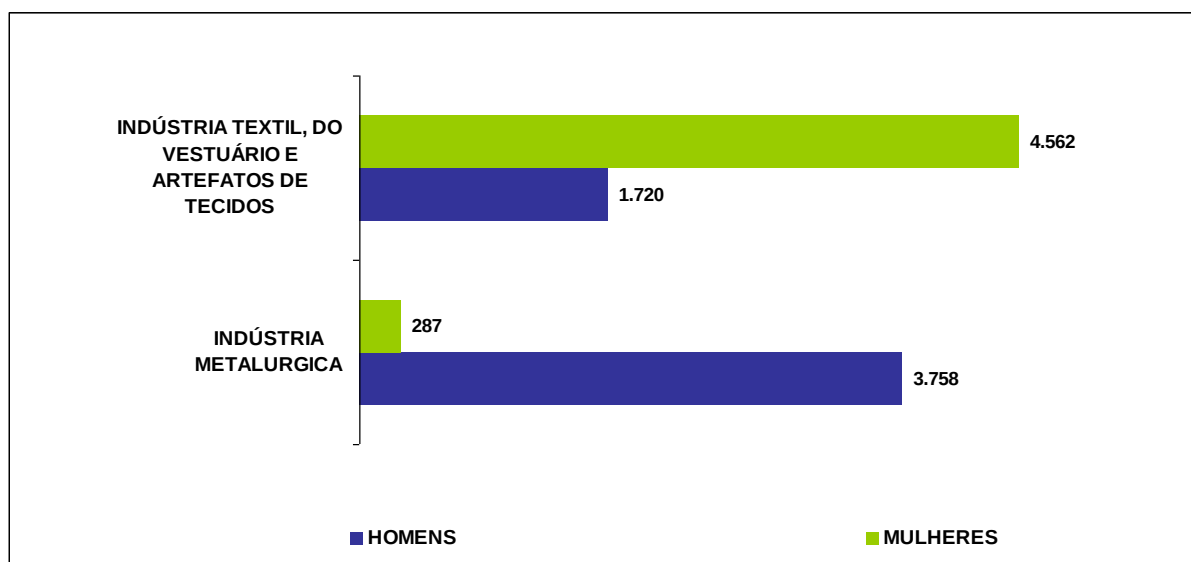


Gráfico 3 - Total de Trabalhadores segundo Gênero na Indústria Metalúrgica e Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecido em Divinópolis – Ano 2008

Fonte: RAIS/2008

O gráfico acima demonstra a relevância dos setores metalúrgicos e da confecção na geração de empregos no município de Divinópolis e também esboça a divisão sexual do trabalho ainda presente em determinadas ramificações da estrutura produtiva, como pode ser observado pelo predomínio de homens na metalurgia, atividade compreendida como mais “dura” e “pesada” e o predomínio de mulheres na confecção/vestuário, entendidas como atribuições essencialmente femininas.

Também se observa que na confecção/vestuário, mesmo que ocorra a incorporação do trabalho masculino, ainda se predomina o segmento feminino nessa cadeia produtiva, como se verifica a seguir.

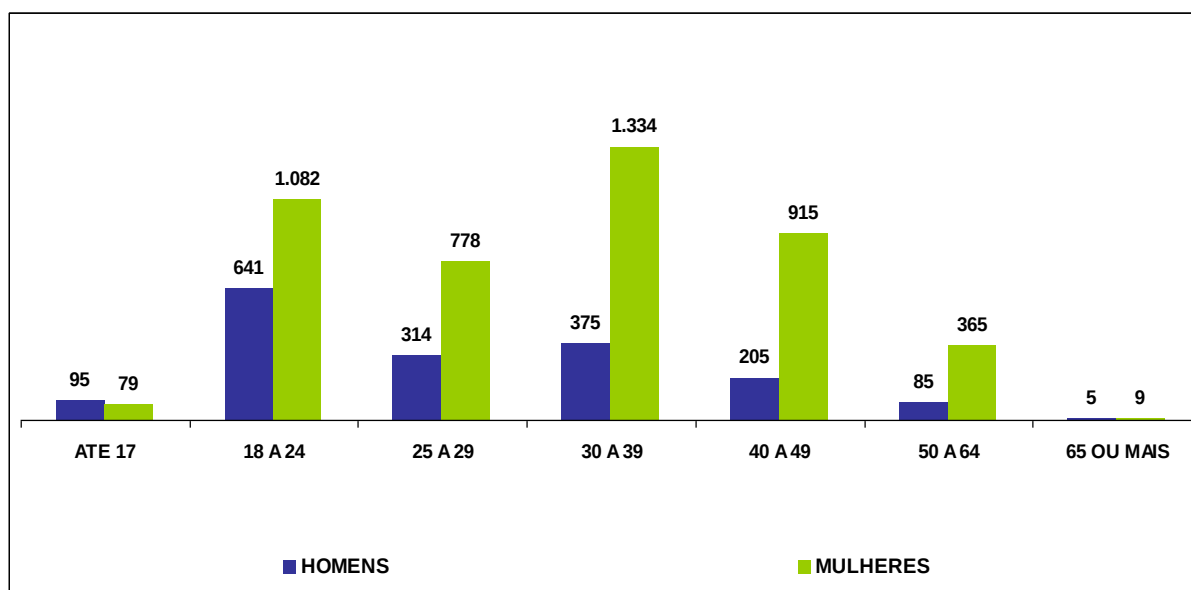


Gráfico 4 - Número de Trabalhadores na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos segundo Faixa Etária e Gênero em Divinópolis - Ano 2008

Fonte: RAIS/2008

Além do predomínio feminino no setor da confecção, pode ser notado que entre o grupo de empregados, o maior contingente encontra-se na faixa etária entre 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos e 30 (trinta) a 39 (trinta e nove) anos, o que demonstra, a partir da narrativa de uma das colaboradoras da pesquisa, a dificuldade dos trabalhadores ingressarem no mundo do trabalho após os 40 (quarenta) anos.

A partir do exposto, mesmo com a diversificação econômica com a introdução do setor confeccionista no município, pode ser considerado que a inserção dessa atividade, mesmo que tenha reconhecimento em âmbito nacional, acontece pela via marginal, ou seja, de forma subordinada, como aponta os estudos de Pedrosa (2005, p.16), tendo em vista o trabalho precário, informal, o baixo investimento tecnológico e a baixa competitividade, o que desencadeia uma suscetibilidade às variações do mercado.

É importante sublinhar que a indústria da confecção se afirma em âmbito local num momento de adoção aos parâmetros da reestruturação produtiva, em que se incorpora formas de trabalho pautadas na flexibilização. Diante disso, a indústria da confecção passa a combinar os processos taylorista/fordista de produção, juntamente com o padrão toyotista de flexibilidade.

Tal realidade pode ser constatada em pesquisa realizada por Pereira (2004, p.81) em Divinópolis, em que apresenta a existência de empresários do ramo confeccionista que não possuem uma estrutura física organizacional, ou seja, com máquinas e trabalhadores, mas são proprietários de etiquetas, de lojas ou atuam como viajantes vendendo os produtos confeccionados. Esse formato de trabalho objetiva a redução com encargos sociais, manutenção de espaço físico e impostos. Mas a autora também apresenta a outra face da mesma realidade, caracterizada pela existência das fábricas, pautadas na combinação produtiva dos modelos taylorista/fordista e toyotista e que englobam a modelagem, corte, confecção e finalização dos produtos, como arremate, embaladeira, passadeira e despacho da mercadoria.

Outro aspecto enfatizado por Pereira (2004, p.82) é a prevalência de homens nas atividades como o corte, embalagem e despacho das mercadorias, por serem consideradas atividades pesadas. Já, na confecção, verifica-se o contrário, considerando a predominância feminina que geralmente opera uma máquina em uma produção organizada sob os moldes taylorista/fordista.

Com base nos argumentos de Pedrosa (2005, p.66), os anos de 1980 significaram momentos preocupantes para a economia local diante da estagnação econômica das siderurgias e a elevação do desemprego.

A partir desse período foram incentivadas medidas de estimulação ao surgimento das micro, pequenas e médias empresas, que,

[...] têm crescido nos últimos tempos em decorrência de processos de terceirização, como alternativa de geração de renda diante da redução de postos de trabalho e por estarem encontrando seu espaço no processo de transição da produção em massa para a produção flexível. Contudo, este segmento empresarial, quando atua isoladamente, tem poucas chances de sucesso. Em geral os custos de inovação, tecnologias e treinamento de mão-de-obra são elevados e somente acessíveis às grandes empresas (PEDROSA, 2005, p.42).

Cabe mencionar que a maioria das indústrias de confecção que foram introduzidas no cenário divinopolitano se caracterizava como micro e pequenas empresas, diferentemente das siderurgias que se concentravam em grandes unidades.

Tendo em vista as exigências do ramo da confecção para a flexibilidade na produção decorrente das tendências da moda, as empresas de pequeno porte são mais atraentes por se adequarem com maior facilidade a tais prerrogativas.

Embora os dados da RAIS não explicitem a quantidade de indústrias confeccionistas em Divinópolis em relação ao porte, apresentam a quantidade de trabalhadores inseridos nos estabelecimentos de acordo com seu tamanho. Por isso, é possível perceber pelos dados a prevalência das micro e pequenas empresas, conforme abaixo.

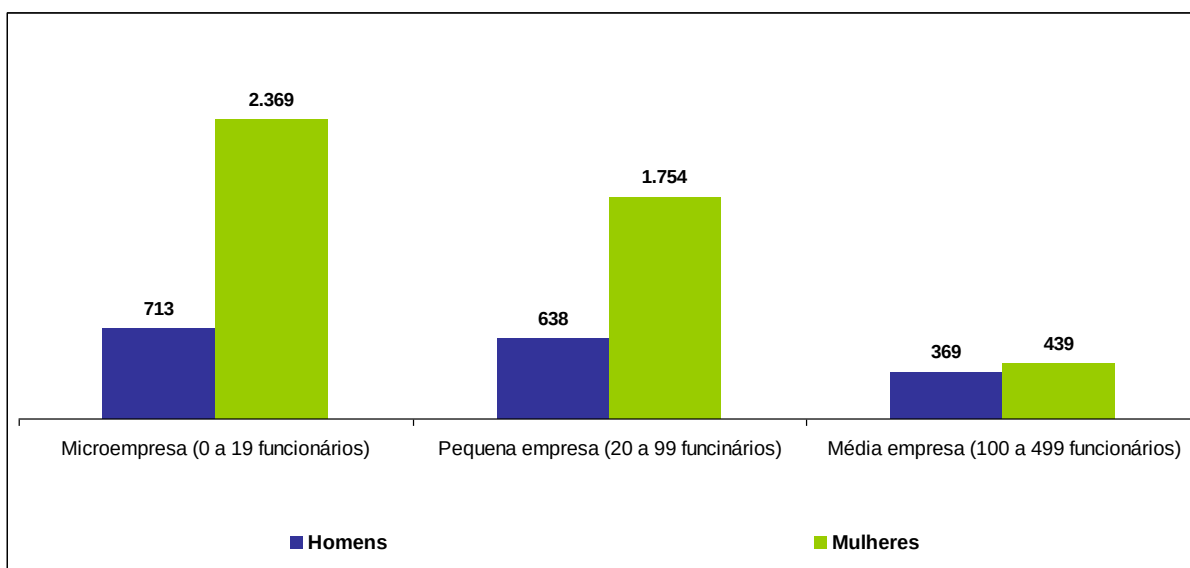


Gráfico 5 – Total de Trabalhadores segundo Tamanho do Estabelecimento (Porte) e Gênero na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos em Divinópolis – Ano 2008

Fonte: RAIS/2008.

Além do predomínio das micro e pequenas empresas no setor confeccionista em Divinópolis a partir do número de trabalhadores empregados, verifica-se a não existência de empresas de grande porte, ou seja, aquelas acima de 500 funcionários.

Apesar de um quadro de crise no cenário municipal entre as décadas de 1980 e 1990, Divinópolis permaneceu em destaque no setor industrial, com ênfase para as atividades de confecção, química, plásticos, laticínios, papel e metalurgia. Em relação à atividade siderúrgica de produção do ferro-gusa, esta fica vulnerável aos ditames da política cambial, tendo em vista que, predominantemente, seu destino é o mercado externo.

No mais, dentre as atividades produtivas que possuem maior destaque para a economia local, podem ser mencionadas a confecção e a metalurgia, pois, com base nos relatos de Pedrosa (2005, p.69), em 1986 a indústria metalúrgica absorvia 43%

do total da força de trabalho industrial, enquanto a indústria da confecção absorvia 29%. Já em 1994, a indústria de confecção suplanta a metalurgia, pois passa a absorver 37% dos trabalhadores enquanto o setor metalúrgico absorve 36%, ou seja, é a partir da década de 1990 que o setor confeccionista ganha maior relevo na cena econômica municipal em detrimento da profunda crise de produção do ferro-gusa, que provocou o fechamento de grande parte das siderurgias. Conforme os estudos da autora, no ano de 2000 as diferenças entre a confecção e a metalurgia se acentuam, pois enquanto a indústria de confecção/vestuário absorve 45% da força de trabalho, o ramo metalúrgico incorpora 20%. Mas em 2002 tais diferenças são reduzidas, pois como se observa, o ramo metalúrgico sobe para 24,83% e o setor da confecção/vestuário apresenta uma queda para 41,79%.¹⁰⁹

Tal esboço pode ser justificado por duas situações, conforme sustenta Pedrosa (2005, p.69), que são o reaquecimento dos fornos e o crescimento da informalidade na atividade confeccionista por meio da incorporação do trabalho domiciliar.

Diante do exposto, é importante destacar que o investimento na indústria da confecção, no cenário local, significou um atrativo para a economia do município e contribuiu para alavancar o comércio atacadista de tecidos, de acessórios e artigos de vestuário, fios têxteis, fibras vegetais, o fornecimento de máquinas e equipamentos, lavanderias industriais, fábricas de etiquetas e demais serviços concernentes à tal ramificação.

Porém, é imprescindível considerar que a indústria da confecção em Divinópolis se expande em um contexto de abertura econômica nos anos 1990, em pleno cenário da reestruturação produtiva e de adesão aos preceitos neoliberais e, por isso, tal setor econômico foi visceralmente atingido tendo em vista a dificuldade concorrencial frente aos produtos estrangeiros de baixo preço que chegavam ao Brasil.¹¹⁰

¹⁰⁹ No que se refere ao “[...] aspecto tributário, é o segmento metalúrgico que mais contribui com impostos e a indústria de confecção fica em segundo lugar na arrecadação [...] Sob o aspecto ambiental, não resta dúvida de que as diferenças entre as indústrias metalúrgicas e de confecção são imensas. A primeira é altamente predatória em relação ao meio ambiente, o que tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores da cidade. Sua poluição ocorre de diversas formas, contaminando o ar, o solo e as águas. Já a indústria de confecção, ainda que, em alguns casos, produza resíduos líquidos decorrentes de lavanderias, não provoca maiores danos ambientais” (PEDROSA, 2005, p.73).

¹¹⁰ Tendo como base os estudos de Pedrosa (2005, p.89), verifica-se um crescimento de indústrias de confecção em Divinópolis entre os anos de 1991 a 1994, diante da implantação do novo plano econômico – o Plano Real que provocou expansão no consumo e posteriormente entre 2000 a

Vale destacar que nessa década, a implantação do Plano Collor objetivou a estabilização dos preços a fim de estimular a competitividade econômica por meio da diminuição das tarifas alfandegárias. Mas o que se observou foi uma queda na lucratividade dos diversos setores econômicos em decorrência da diminuição das tarifas e sobrevalorização cambial, se desdobrando na reorganização industrial, o que estimulou a flexibilização pautada no crescimento da informalidade, de pequenas e micro empresas, do desemprego e de regimes de trabalho caracterizados pelo assalariamento sem registro.

Como sustenta Cacciamali,

[...] no momento contemporâneo, tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se manifestando no âmbito global, nas regiões e localidades, o processo de informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacionais e locais. Essas formas, sejam elas novas, recriadas ou ampliadas, devem ser tipificadas, de tal forma a constituírem em si mesmas categorias de análise, embora o exame sobre seu comportamento e evolução deva ser sempre referenciado ao processo de desenvolvimento econômico, social e político em andamento (2000, p. 164).

Em seguida, no ano de 1994, o então Ministro da Fazenda e posteriormente presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, implementa o Plano Real objetivando estabilizar a economia mediante a sobrevalorização do câmbio e aumento das taxas de juros. Esse plano redundou em queda da inflação e incentivo à entrada de produtos importados no país, o que gerou um déficit na balança comercial e uma crise na indústria brasileira.

Nesse quadro, uma das estratégias adotadas pelo setor confeccionista foi a reestruturação produtiva, pautada no processo de acumulação flexível que resultou na descentralização das atividades e adoção significativa do trabalho feminino, com ênfase para a informalidade, em especial para o trabalho em domicílio e cooperativas. Essa dimensão conjuntural de ordem política e econômica resultou em um reordenamento das atividades e inúmeras falências de unidades produtivas.

Em relação à indústria da confecção de Divinópolis, pode-se vislumbrar que a mesma responde por grande parte da geração de empregos da cadeia produtiva local, seja em seu aspecto formal ou informal, com destaque para a incorporação do trabalho feminino.

2003 quando o Governo Federal adota o livre câmbio que resultou em desvalorização da moeda nacional e implicou em fortalecimento da indústria nacional e dificuldades para as importações.

Tendo em vista que os determinantes econômicos e políticos ocorridos em âmbito mundial e nacional também refletem nos pequenos espaços, como acontece nos municípios, pois Divinópolis também vivenciou todas as transformações oriundas no mundo do trabalho em seu território, pode-se observar que,

A informalidade, fenômeno de caráter estrutural no contexto da reestruturação produtiva, encontra-se em plena expansão na indústria da confecção dessa cidade, através do trabalho domiciliar das costureiras. Focada na desconcentração, flexibilidade e redução de custos, a marca da reestruturação na indústria de confecção tem sido a terceirização, o que acompanha as tendências da reestruturação produtiva no Brasil (NEVES, 2006, p.260).

Esse segmento da economia local presenciou os processos de reestruturação produtiva em seu aspecto organizacional, frente a intensificação das formas de terceirização implementadas nos últimos decênios, principalmente na fase do acabamento e da costura propriamente dita. Outras etapas da produção, como a idealização, ou seja, a criação e design dos modelos e o corte permanecem centrados em grande parte no espaço fabril. Os procedimentos adotados em relação às medidas terceirizadas foram essenciais no que se refere ao processo de reprodução do capital, pois contribuiu, sumariamente, para sua lógica expansionista e acumulativa de obtenção de lucros por meio da redução dos custos de mão-de-obra frente ao desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas.

Nesse cenário, a indústria da confecção em Divinópolis,

[...] encontra-se espalhada por toda a cidade, mas na maioria das vezes é oculta aos olhos das pessoas que não se encontram envolvidas com o segmento. Muitas confecções são instaladas em residências ou em condomínios residenciais, sendo comum o empresário do setor construir um edifício, destinando o pavimento térreo para a fábrica e os demais pavimentos para apartamentos residenciais (PEDROSA, 2005, p.74).

Com a disseminação de etapas da produção da confecção fora dos limites da fábrica, ou seja, com o estímulo da informalidade, em especial do trabalho em domicílio, executado, sobretudo pelas mulheres, tornou-se constitutivo do cenário do município os serviços prestados por essas trabalhadoras às unidades contratantes. Com isso, é corriqueiro encontrar mulheres pelos diversos bairros periféricos da cidade que possuem facções em suas residências e prestam serviços às empresas locais.

A expansão de formas terceirizadas, em especial do trabalho domiciliar, foi favorável para a conciliação do trabalho doméstico com uma atividade assalariada, o que significou uma acentuada participação feminina no mundo do trabalho e no

desenvolvimento econômico local. Esse fenômeno é inegável em Divinópolis, pois “As estratégias de reestruturação, fundadas no trabalho domiciliar informal, têm encontrado ressonância entre as mulheres, diante da obrigatoriedade das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos” (NEVES, 2006, p.260).

Mas é importante considerar que as atividades terceirizadas e informais permanecem em situação de clandestinidade, o que dificulta um dado estimado e estatístico sobre essa realidade no município e nas demais localidades, em decorrência de sua invisibilidade. Ausentes dos registros oficiais e de proteção social e trabalhista, as mulheres inseridas nessa cadeia produtiva vivem e sobrevivem no anonimato, sob formas de trabalho marcadas pela precariedade, criando estratégias cotidianas para manutenção de sua subsistência e dos demais entes familiares.

Diante disso, Pedrosa (2005, p.80) atesta que Divinópolis vivenciou três momentos significativos em seu desenvolvimento econômico, sendo o primeiro caracterizado pelo advento da ferrovia, o segundo com a siderurgia e o terceiro com a indústria da confecção.

A realidade da atividade confeccionista sob o regime de subcontratações tornou-se escopo de estudos no campo das Ciências Humanas e Sociais diante de seus rebatimentos na própria sociabilidade humana e segundo estudos de Amorim (2003, p.53),

[...] o emprego de diferentes formas de subcontratação impede ainda hoje a quantificação do número exato de trabalhadoras envolvidas na produção externa ao espaço fabril. É provável que no contexto atual a indústria de confecção brasileira tenha mais trabalhadoras fora da fábrica que dentro de suas instalações [...].

Em relação ao adoecimento e acidentes de trabalho nesses espaços de trabalho, há também uma ausência e carência de dados em decorrência da invisibilidade dessa atividade. Com isso, o que se observa é um profundo estado de silenciamento acerca de um fenômeno que é elementar e imprescindível para a sustentação da economia local.

Vale descrever que o setor da confecção, base da economia do município de Divinópolis e caracterizado pelo trabalho intensivo, possui uma rígida estrutura na divisão social e sexual do trabalho, mediante as especializações, as atividades rotineiras, repetitivas e a baixa qualificação dos trabalhadores, com exceção da fase da criação (elaboração). Isso pode ser constatado com base no gráfico abaixo.

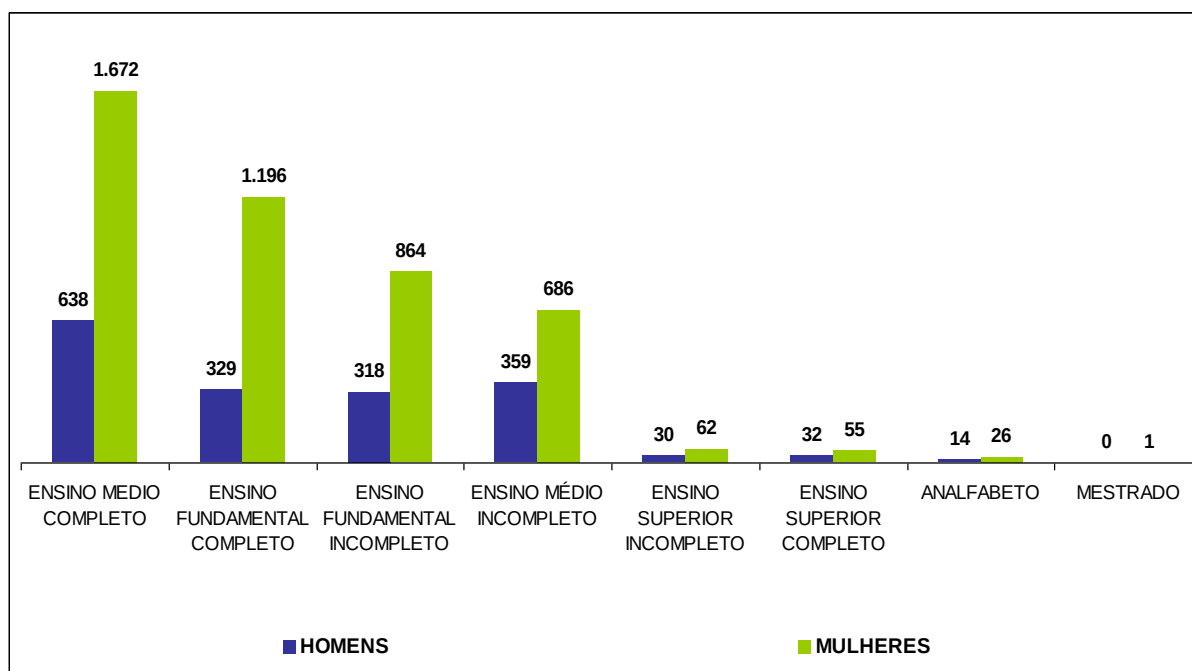


Gráfico 6 – Escolaridade e Gênero na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos em Divinópolis – Ano 2008

Fonte: RAIS/2008

De acordo com o gráfico 6, a maioria dos trabalhadores ligados ao trabalho regulamentado na indústria da confecção possui o ensino médio completo, tanto homens quanto mulheres. Porém, se fizer o somatório do número de trabalhadores com ensino fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, verificar-se-á um número mais elevado desses empregados na cadeia produtiva, o que reforça as narrativas das costureiras acerca da não exigência de qualificação e escolaridade nesse ramo de atividade, pois o que se requisita é o conhecimento “prático” e as habilidades com as funções a serem executadas.

As empresas, além da não exigência de qualificação, também adotam como modelo de produção os preceitos tayloristas/fordistas, com a manutenção de prolongadas jornadas de trabalho, incentivos e prêmios por produtividade. A jornada de trabalho estipulada nas empresas de confecção consiste em 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo permitido o acréscimo de horas extras conforme a necessidade da produção e aquecimento da economia. Segundo diversos estudos acerca do ramo da confecção, os principais momentos de pico e elevação da produtividade se concentram em datas comemorativas e festivas como o Natal e também a estação de inverno. Nesses períodos pode ocorrer a quarteirização, ou

seja, as trabalhadoras domiciliares subcontratam outras mulheres para o auxílio na produção por um tempo determinado.

No mais, com base na pesquisa realizada por Neves (2006, p.260), apesar do expressivo contingente feminino incorporado nesse setor da economia, algumas fases são executadas por homens. Segundo a autora, o processo de produção do vestuário passa pelas seguintes etapas: “[...] criação de modelos, elaboração de moldes, infesto,¹¹¹ corte, costura, estamparia e acabamento” (p.260) e dentre tais fases, há um predomínio do trabalho masculino nos procedimentos do infesto e do corte, que também requer maior qualificação.

[...] os novos postos criados pela microeletrônica, sobretudo na oficina de corte, permitiram a entrada de homens operários de alta qualificação no ramo: são postos que exigem um tempo de aprendizado formal mais longo e um senso de responsabilidade, podendo os erros representar custos onerosos para a produção. Por isso são mais bem pagos (HIRATA, 2002, p.210).

Já a costura, o acabamento e estamparia, tarefas consideradas de baixa qualificação e repetitivas, são as etapas com maior contingente feminino e que mais se utilizam do trabalho terceirizado, sob as marcas da informalidade e da precarização. Diante disso, observa-se, ainda na indústria da confecção, as assimetrias nas relações de gênero que se refletem em todo o mundo do trabalho.

A costura, etapa do processo produtivo que ocupa a maior parte do trabalho, [...] é realizada por mulheres, na informalidade, e tarefas como administração, criação, infesto e corte tem uma maior participação masculina, permanecendo como trabalho formal. Mantidas as atuais tendências, os homens devem concentrar-se no topo da cadeia, em tarefas administrativas, de comando, de maior qualificação e, conseqüentemente, com melhor remuneração. E as mulheres permanecerão na ponta da cadeia, realizando o trabalho informal, taylorizado, marcado pela monotonia, repetição e desqualificação (NEVES, 2006, p.264).

O que se nota é que os homens se apropriaram das atividades mecânicas, técnicas e qualificadas, enquanto as mulheres estão confinadas às tarefas manuais, simples e rotineiras.

Hirata (2002, p.211-212), ao tratar da indústria têxtil, enfatiza que,

[...] a desqualificação resultante das novas tecnologias leva à expulsão da mão-de-obra feminina, presente anteriormente em um certo número de postos qualificados; o surgimento de novas qualificações, ao contrário, torna efetiva a entrada dos homens. Observa-se aqui, uma nova segregação dos postos segundo a qualificação e uma mudança da divisão sexual do trabalho no sentido de uma polarização

¹¹¹ “Infesto refere-se à preparação do tecido para o corte, envolvendo a colocação de várias camadas desse material sobre uma grande mesa” (NEVES, 2006, p.260).

anteriormente inexistente entre postos desqualificados femininos e postos qualificados masculinos.

Em sua maioria, as atividades terceirizadas da costura e do acabamento são realizadas por facções, que são uma extensão da casa das costureiras, ou seja, as unidades produtivas passam a ser as residências das trabalhadoras, mesclando trabalho em domicílio com tarefas domésticas.¹¹²

Já em relação ao trabalho nas empresas de confecção, em sua maioria as condições são degradantes, pois as trabalhadoras não podem sequer conversar com as demais colegas de seção e são, inclusive, controladas com as idas ao banheiro para satisfazerem suas necessidades fisiológicas, o que comprova formas de tratamento desumanas com tal segmento. Submetidas à tais prerrogativas determinadas pelo mundo do trabalho na atualidade, as trabalhadoras se encontram em profundo estado de precarização das relações de trabalho e da própria vida, o que as coloca em estado de instabilidade, inseguranças, incertezas e fragilização frente às supostas formas de enfrentamento dessa realidade, tendo em vista o isolamento em que elas se encontram, em sua maioria, nos trabalhos em domicílio.

Na pesquisa realizada por Pedrosa (2005) e com base no gráfico 5, constata-se, também em Divinópolis, a prevalência das indústrias de confecção de pequeno porte com produção em menor escala e baixo faturamento, que “[...] se orienta mais para o mercado varejista que para o atacado e apresenta uma postura mais comerciante do que industrial” (p.84). Além do mais, essas indústrias estão suscetíveis a fatores externos como, por exemplo, a concorrência estrangeira e a fatores internos como consumo, necessidade da demanda, investimentos, planejamento, dentre outros aspectos que geram, ao mesmo tempo, não só a abertura significativa de unidades produtivas, mas também o fechamento temporário ou definitivo de outras.

Pedrosa (2005, p.94), em estudos realizados com os empresários do setor confeccionista em Divinópolis, apresenta dentre as insatisfações desse

¹¹² Quanto ao número de facções existentes no município é impossível quantificá-las em detrimento de ser uma atividade informal, clandestina e invisível. Porém, ao pesquisar tal realidade, nota-se que este número é significativo e sustenta a economia local de Divinópolis. De acordo com Neves (2006, p.261), “Uma pesquisa realizada pelo Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor (Iccape), em 2000, estimou seu número em 1,5 mil unidades”. Ou seja, se no ano 2000 era estimada essa quantia para as facções, dez anos depois se pode dizer que esse número aumentou expressivamente.

segmento, a ausência de incentivos governamentais com vistas ao desenvolvimento produtivo dessa ramificação econômica, a concorrência, a dificuldade na obtenção de créditos, a defasagem tecnológica, as dificuldades de gestão, dentre outras. Em relação à competitividade, os empresários alegam que o investimento em qualidade é o principal fator, seguido pelo baixo preço e, somente depois, pelo incremento tecnológico, o que demonstra a ausência de incorporação tecnológica na maioria das indústrias em Divinópolis. Sendo assim, observa-se uma defasagem tecnológica nesse ramo econômico visto que os sistemas CAD e CAM são utilizados somente em empresas maiores com produção superior a 1000 peças/dia. Já as empresas pequenas, conforme apresenta Pedrosa (2005, p.113), ainda utilizam formas artesanais na elaboração dos moldes.

Além disso, a autora considera que,

O fato de Divinópolis ser polo comercial regional foi um elemento importante para o desenvolvimento da indústria de confecção, por incentivar muitas pessoas a produzirem o que já vendiam de terceiros. A existência de uma cultura comercial contribuiu para a formação de um comportamento mais varejista do empresário da confecção. Este perfil mais comercial que industrial e mais varejista que atacadista pode estar relacionado com as atividades desenvolvidas pelo empresário, anteriormente ao seu ingresso no setor de confecções (PEDROSA, 2005, p.95).

No que se refere ao destino da produção, é característico do Brasil a produção dirigida ao mercado interno, o que também se constata em Divinópolis, com uma restrição à abrangência do consumidor. Com isso, os produtos confeccionados destinam-se em sua maioria ao mercado local e aos municípios circunvizinhos.¹¹³

Em síntese, o que pode ser constatado, na indústria da confecção do município de Divinópolis, é que o processo de reestruturação produtiva pela via da terceirização das atividades foi implementada em larga escala com o objetivo fundamental de redução dos custos da produção, sendo tal medida uma tendência generalizada no âmbito do mundo do trabalho, seja no plano local, regional, nacional ou internacional. Tal adoção não eliminou nesse ramo de atividade os caracteres tayloristas e, por isso, se verifica a permanência de uma

¹¹³ Muitos empresários de Divinópolis afirmam que em sua maioria, os produtos são destinados como forma de distribuição às lojas da fábrica ou a pronta-entrega. Além do mais, a clientela majoritária dos produtos são de pequeno poder aquisitivo e buscam peças de baixo preço, o que prejudica a qualidade dos fabricados (PEDROSA, 2005, p.105-107).

rígida divisão do trabalho marcada pela especialização e repetição das tarefas de baixa qualificação do trabalhador. Entretanto,

A concepção do produto, que se realiza através da criação de modelos, juntamente com os moldes, o infesto e corte continuam sendo realizados diretamente pela maior parte das empresas. [...] As etapas da produção que estão sendo terceirizadas referem-se à estamparia, acabamento e costura, sendo caracterizadas como repetitivas. Neste sentido, o taylorismo é mantido ao longo da cadeia produtiva, separando-se o processo de concepção no topo e a execução nas demais unidades (PEDROSA, 2005, p.143).

É relevante pontuar que o desenvolvimento da indústria da confecção em Divinópolis, no findar do século XX, contribuiu de forma significativa para o ingresso da mulher no mundo do trabalho. Porém, observa-se que ocorreu uma inserção excludente desse segmento nos espaços produtivos face ao processo de reestruturação produtiva, pois a presença feminina nesse setor econômico foi majoritariamente em espaços periféricos marcados pela precariedade do trabalho, o que legitimou a divisão sexual do mesmo. Às trabalhadoras, ficaram reservados postos de trabalho informais e subcontratados, e quando lhes foram assegurados os espaços fabris e formalizados, as tarefas reservadas ao público feminino foram caracterizadas pela desqualificação, repetição e menores salários, como é o caso da costura.

Isso pode ser conferido baseado nos dados fornecidos pela RAIS, que atestam para a discrepância salarial existente entre homens e mulheres na cadeia produtiva da confecção, pois mesmo sendo esse um espaço predominantemente feminino, as mulheres ainda ocupam as frações mais precárias e com menor remuneração.

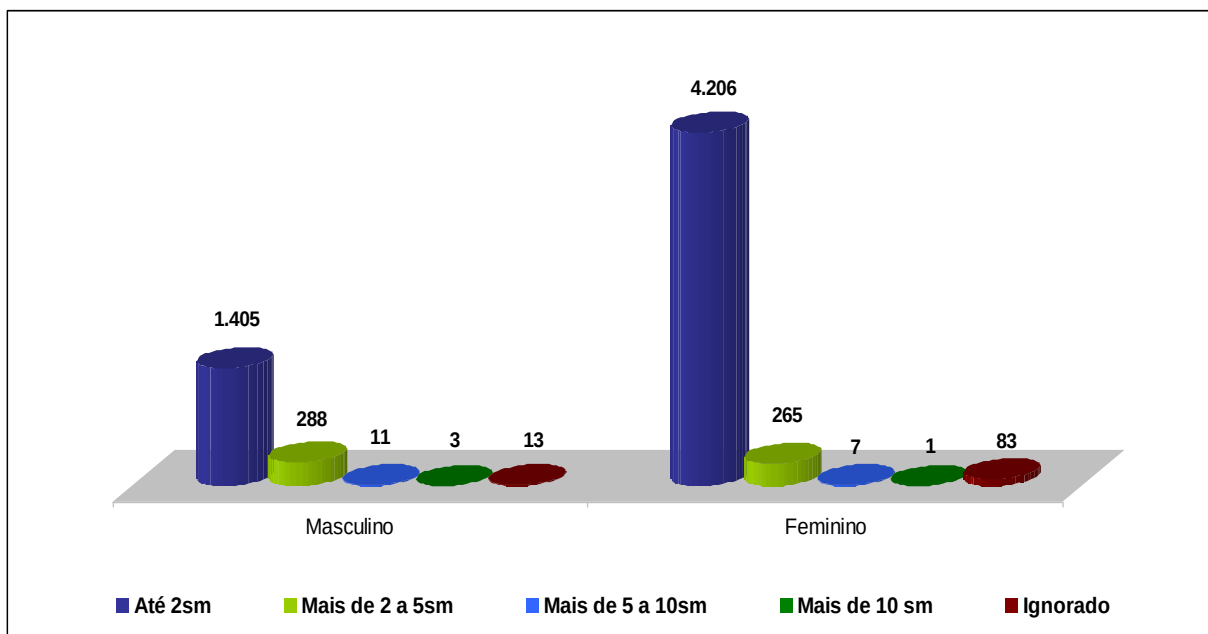


Gráfico 7 - Faixa de Remuneração Média com base no Salário Mínimo (S.M.) na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos em Divinópolis segundo Gênero – Ano 2008

Fonte: RAIS/2008

O dado acima evidencia o que já foi identificado por vários estudiosos da temática de gênero, considerando as hierarquias e discriminação ainda persistentes na sociedade em relação aos cargos e salários de homens e mulheres. Como se observa no gráfico 7, as mulheres, mão-de-obra predominante no setor confeccionista de Divinópolis, se concentram em baixas remunerações, visto que a maioria perfaz uma remuneração média de até 2 (dois) salários mínimos ao mês. Além do mais, tal análise se respalda somente no trabalho regulamentado, não englobando o trabalho informal. Ou seja, os rendimentos podem ser menores ainda em se tratando das atividades não regulamentadas dessas mulheres.

O interessante de analisar o gráfico 7 é que, ao elevar os valores salariais nas remunerações, o número de homens também aumenta em detrimento da redução de mulheres, corroborando as assimetrias nas relações de gênero e a divisão sexual do trabalho também nesse setor econômico.

Outro aspecto salutar é que mesmo havendo a prevalência de mulheres na indústria da confecção de Divinópolis tanto no espaço fabril, quanto no trabalho domiciliar, a representação de classe ainda é transfigurada na figura masculina, pois, na maioria das vezes as lideranças sindicais são ocupadas por homens, o

que traz rebatimentos também para os trabalhadores em geral, visto que em muitos casos a problematização do quesito gênero fica relegada a segundo plano, desconsiderando questões históricas presentes nos diversos contextos sociais.

Outro fator de destaque no setor confeccionista divinopolitano, analisado por Pedrosa (2005, p.152-153), é a baixa capacidade de inovação empresarial, a ausência de apoio governamental e de interação social que contribua para a formação de um arranjo produtivo local, além da forte presença da informalidade, que implica em dificuldades para o desenvolvimento das potencialidades do município.

No mais, Divinópolis também vivenciou fases críticas relacionadas ao crescimento do desemprego nos últimos anos, como enfatizado nos dados da RAIS de 2008, em que quase 15 mil trabalhadores dos diversos ramos econômicos foram desligados de suas funções, sendo os setores da metalurgia e da confecção os principais atingidos. O setor confeccionista, uma das principais fontes da economia local, sofreu de forma mais expressiva os abalos da crise econômica, uma vez que, do cargo de costureira(o) na confecção, foram desligadas(os) 435 trabalhadoras(es) e admitidas(os) 336, fechando com um saldo negativo de 99 trabalhadoras(es) desligadas(os). Outra função de destaque no aumento do desemprego foi a de forneiro e operador de alto forno, fechando o ano com um saldo negativo de 46 trabalhadores desligados da função.¹¹⁴

Diante do esboço acerca da realidade de Divinópolis e do setor da confecção, universo da pesquisa proposta, para prosseguir com algumas reflexões (in)conclusivas, cabe frisar a presença feminina no mundo do trabalho em *tempos precarizados*, tendo em vista a sustentação da divisão sexual do trabalho.

¹¹⁴ Castro (2009, online).

3.3 Feminização no ramo da confecção em tempos precarizados

A incorporação do trabalho feminino em larga escala ocorreu no findar do século XVIII e início do século XIX, quando as mulheres foram absorvidas pelas indústrias para exercerem inúmeras atividades, com destaque para o ramo têxtil.

A partir de então, as mulheres passaram a se submeter a extensas jornadas e péssimas condições de trabalho. As principais ocupações deste segmento no mundo do trabalho na vigência do século XIX se consistiam, em sua maioria, nas operárias fabris, costureiras, trabalhadoras agrícolas, empregadas domésticas e trabalhadoras a domicílio (ABREU, 1986, p.65).

No Brasil, já no início do século XX, reforçando a divisão sexual do trabalho, as mulheres ocupavam postos de trabalho nas indústrias, com destaque para alguns setores como: fiação, tecelagem, calçado, vestuário, alimentação, vidros, chapéus, material elétrico, com uma presença predominante nas atividades da costura.¹¹⁵

Adotar o trabalho feminino em alguns ramos industriais era conveniente em decorrência da concepção de ser a mulher mais dócil, paciente, menos reivindicativa, além do pagamento de salários inferiores, por significar um rendimento complementar ao orçamento familiar. Diante das necessidades produtivas e do impulso industrial no país no início do século XX, o segmento feminino passou a incorporar o conjunto de trabalhadores fabris e urbanos, mas,

[...] o campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que as colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório. No caso da operária, mesmo num ramo onde sua participação era enorme, como o têxtil, as alternativas de ocupação para os homens eram maiores. Enquanto eles estavam presentes em quase todas as atividades ocupadas pelas mulheres, como a costura de sacos ou nas maçaroqueiras, vários trabalhos eram interditados a elas, principalmente os cargos de chefia (RAGO, 1997, p.65).

Nesse cenário, marcado pela incipiente industrialização e urbanização brasileira, emergem os movimentos operários, que mesmo já contando com um

¹¹⁵ “[...] entre as ocupações especializadas, a presença da mulher era importante apenas naquelas relacionadas à indústria e comércio do vestuário feminino, empregadas aos milhares como chapeleiras, costureiras e bordadeiras, ou fazendo espartilhos, capas e agasalhos. [...] Também entre essas ocupações marcadamente femininas é possível perceber uma divisão entre uma minoria privilegiada e uma maioria desorganizada de trabalhadoras externas ou a domicílio, exploradas ao máximo, trabalhando muitas vezes apenas parte do ano, especialmente porque, entre essas ocupações, a organização fabril era ainda praticamente inexistente” (ABREU, 1986, p.66).

expressivo percentual de trabalhadoras mulheres e crianças nas indústrias, vão ser liderados por homens. Tal movimento, gestado nos primeiros anos do século XX, defendia o retorno da mulher ao lar, compreendendo que era competência delas o zelo pela casa e pela dedicação à maternidade e cuidados com os filhos e marido. Com isso, a mobilização do movimento operário, na época, contribuiu de forma expressiva para assegurar a divisão sexual do trabalho, pautada em assimetrias e hierarquizações. Esse episódio marcou a posição e o papel do homem e da mulher no mundo do trabalho e garantiu privilégios, status e ocupações diferenciadas na esfera produtiva. O resultado disso foi uma completa desvalorização, desqualificação e inferiorização dos postos de trabalho ocupados por mulheres.

Dessa forma, a organização dos trabalhadores utilizava em seus discursos mecanismos preconceituosos ao se referir à figura feminina,

[...] definindo-a simbolicamente como “sexo frágil”, física e moralmente, numa atitude paternalista que visa protegê-la contra os dom-juans das fábricas e conscientizá-la da importância de sua organização política. [...] o discurso operário reforça a representação da fábrica como espaço pouco indicado para a delicada presença feminina e, deste modo, a intenção de preservação da mulher contra a imoralidade do processo de trabalho atua no sentido de defender o espaço masculino na produção e de valorizar a força de trabalho do homem (RAGO, 1997, p.67-68).

Por estarem os homens à frente do movimento operário e da imprensa, a participação política e as lutas sociais organizadas por mulheres, na época, foram escamoteadas, pois os relatos históricos do período sempre narram os acontecimentos e fatos sob a ótica masculina. Sendo assim, considerando a incorporação feminina e infantil nos espaços produtivos desde o início da industrialização, é importante destacar que tais atores tiveram participação na cena política brasileira. Cabe lembrar, de acordo com a exposição de Rago (1997, p.71), o movimento grevista desencadeado por mulheres operárias da fábrica de tecidos Anhaia, em Bom Retiro, em outubro de 1902 contra maus-tratos; a greve das operárias e crianças da fábrica de tecidos Matarazzo em 1908; a greve de 1917 nas oficinas do Cotonifício Crespi, dentre outras manifestações que demarcam o ingresso e participação das mulheres na vida pública do país.

Assim,

[...] a resistência feminina expressou-se de maneira espontânea, difusa, não-organizada, seja questionando diretamente a disciplina hierárquica no interior da produção, certamente mais pesada para a mulher do que para o homem, seja reivindicando melhores condições de trabalho. [...] a recusa das mulheres em participar das organizações sindicais ou partidárias foi vista como inconsciência política, tanto pelos militantes quanto pela

produção acadêmica, ao menos até muito recentemente. Talvez se possa indagar se esta atitude de descomprometimento com instituições políticas, controladas por figuras masculinas, não tenha significado uma certa compreensão dos obstáculos intransponíveis com que se defrontava a mulher, não só na fábrica, mas também na família (RAGO, 1997, p.73).

Com o passar do tempo, a participação feminina nos diversos segmentos da cadeia produtiva cresceu de forma incontestável, sobretudo a partir dos anos 1970, seguidas do acelerado processo de urbanização e industrialização, com ênfase para o setor têxtil, metal-mecânico e eletrônico, como apontado por Neves (2000).

Além do crescimento econômico e das oportunidades que passam a ser oferecidas, transformações de ordem cultural, social e demográfica também contribuíram de forma exponencial para o aumento do trabalho feminino. Dentre tais transformações merece destaque as mudanças no padrão familiar até então estabelecido devido à queda da fecundidade e do intenso crescimento de famílias monoparentais femininas. Porém, mesmo com o advento da contracepção nos anos 1960, as mulheres das camadas mais pauperizadas não tinham acesso a tal método, realidade que se faz presente ainda na sociedade brasileira.

Com as mudanças nos valores e papéis sociais atribuídos à figura masculina e feminina, a mulher passou a ocupar os espaços públicos em maior proporção. Um dos principais elementos que contribuíram para a inserção feminina no mundo do trabalho foi o aumento do nível de escolaridade desse segmento populacional, gerando novas oportunidades empregatícias.

Contudo, mesmo com elevados níveis de escolarização, as mulheres ainda possuem remuneração diferenciada em relação aos homens e também prevalecem nos “guetos ocupacionais femininos” em algumas áreas e atividades profissionais, com destaque para a educação e a saúde, conforme análise de Bruschini e Lombardi (2002, p.171). As autoras explanam que alguns setores econômicos têm ofertado maiores oportunidades para as mulheres, como o de prestação de serviços, o agropecuário, o social, o comércio de mercadorias e o industrial.

Do ponto de vista da disparidade salarial entre homens e mulheres, alguns fatores podem ser ressaltados, pois em relação às mulheres,

[...] o fato de terem ingressado no mercado formal de trabalho nas três últimas décadas – o que as colocou no olho do furacão da reestruturação produtiva do capital, alocando-as em relações de trabalho precarizadas -; de representarem 38% das chefias familiares; de almejarem melhorar a cesta e a receita familiar, garantir o estudo dos filhos e tomar a abertura social promovida pelos movimentos populares e pelas lutas feministas faz com que elas aceitem trabalhar por salários mais baixos (CRUZ, 2006, p.317).

Portanto, alguns aspectos justificam a significativa inserção da mão-de-obra feminina no espaço da produção devido à pressão econômica e a geração de novas necessidades e desejos, que estimularam o consumo em um quadro de empobrecimento da classe média que passou a arcar com despesas como as políticas de educação e saúde, frente ao sucateamento e insuficiência dos serviços sociais públicos sob a atmosfera do Estado mínimo neoliberal.

Mesmo com a abertura econômica, a qual provocou queda na produção e desemprego estrutural, as mulheres continuaram a incorporar o mundo do trabalho, porém, em um cenário marcado pelo estímulo à terceirização da economia, o que gerou formas de trabalho precárias e informais.

Esse quadro deve ser enfatizado, pois,

[...] as mulheres parecem estar se beneficiando mais do que os homens das novas oportunidades de emprego criadas. Tal constatação sugere, desde logo, um comentário: mais chances em meio a um quadro menos promissor, mais instável e mais desprotegido (LAVINAS, 2000, p.139).

É nítido que as atividades de maior crescimento nos últimos tempos foram as relacionadas ao setor de serviços e também aos pequenos empreendimentos, muitas vezes sob as prerrogativas da terceirização como estratégia de redução de custos das grandes empresas, resultando na fragilidade desses setores econômicos que mediante suas limitações tecnológicas, produtivas e de crédito, possuem menores capacidade de competitividade. Além disso, o principal incremento da população feminina nos postos de trabalho se deu nesses setores emergentes.

Sob esse prisma, Hirata (2002, p.148) atesta que ocorreu uma bipolarização no mundo do trabalho no findar do século XX não só nos países europeus desenvolvidos, mas inclusive no Brasil, envolvendo as mulheres, pois de um lado se observa profissionais altamente qualificadas que ingressam em postos de trabalho com salários relativamente bons, como as médicas,

advogadas, professoras, engenheiras, arquitetas, dentre outras, que corresponde em média a 10% do contingente das trabalhadoras e, no outro extremo, trabalhadoras com “baixa qualificação”, menores rendimentos e ocupando posições na esfera produtiva sem reconhecimento, status e prestígio social. Portanto, formou-se um conjunto de trabalhadoras com perfis extremamente opostos: de um lado as executivas e intelectuais, de outro as subcontratadas, temporárias e sazonais que vivem e sobrevivem em condições precárias, degradantes e incertas no cenário das sucessivas transformações na relação capital *versus* trabalho.¹¹⁶

A precarização das formas de contratação e condições de trabalho vem se ampliando cada vez mais, na medida em que cresce consideravelmente a nova estrutura industrial de cadeias de subcontratação. As grandes e modernas empresas vêm adotando formas de trabalho informal e mal pago, ressaltando-se o trabalho a domicílio realizado majoritariamente pelas mulheres, reproduzindo as desigualdades das relações de gênero (NEVES, 2000, p.180).

Com isso, verifica-se que o ingresso das mulheres no mundo do trabalho traz consigo as marcas da precariedade, o que aponta Bruschini e Lombardi (2002, p.174) ao constatarem que o trabalho doméstico, conhecido como um “nicho feminino por excelência” incorpora mais de 90% de mulheres.¹¹⁷

Com base nos apontamentos de Hirata (1998, p.13), no Brasil, a difusão das inovações organizacionais e tecnológicas, no decurso dos anos 1980 e 1990, ocorreu de forma desigual, afetando, principalmente, as grandes empresas e o contingente de trabalhadores qualificados do sexo masculino. As

¹¹⁶ A legislação brasileira concernente ao trabalho é resultado de conflitos, pressões e correlação de forças envolvendo Estado, empresariado e trabalhadores e grande parte dessas leis originaram no período do “Estado Novo”, com cunho tutelar e restrições sindicais. E a carteira de trabalho “[...] está inscrita nas Normas Gerais de Tutela do Trabalho, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com este documento, o Estado reconhece o trabalhador e seus direitos e estabelece a sua proteção” (RIVERO, 2009, p.110). Nos anos 1990, inúmeras são as modificações realizadas em âmbito legal, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, como exemplo a Lei n.9601, de 21 de janeiro de 1998, que trata do trabalho por prazo determinado. “Nesta lei também se resolve a questão do “banco de horas”: as horas extras trabalhadas em um dia podem ser compensadas com uma diminuição de horas em outro ou outros dias, sem necessidade de pagamento das horas extras. Esta compensação horária está prevista no prazo de 120 dias, quando esse número de horas não ultrapassa as dez horas diárias. Essas horas extras só serão pagas em caso de rescisão do contrato. Segundo o Decreto n.2490, de 4 de fevereiro de 1998, não é permitido contratar trabalhadores temporários para substituir ‘pessoal regular e permanente contratado por prazo indeterminado’ (ar.2º). Tem que ser anotada na Carteira de Trabalho a condição de contratado temporário, e esta pode durar até dois anos” (RIVERO, 2009, p.117). Além do mais, com a carteira de trabalho, o trabalhador tem que ter garantido pelo menos o salário mínimo.

¹¹⁷ De acordo com os estudos realizados em 1998 pelas autoras citadas, 76% das empregadas domésticas não possuíam carteira de trabalho e 88% delas ganhavam até dois salários mínimos.

trabalhadoras continuaram sendo controladas pelas formas de organização do trabalho de matriz taylorista, submetidas a cadências e ritmos apregoados pela linha de montagem. Isso pode ser visualizado nas indústrias de calçados e da confecção, onde a presença do controle do tempo, dos ritmos e da produtividade se faz atual, sendo impossível falar no fim dos modelos de produção de base taylorista/fordista.

Mesmo no cenário de profundas alterações no campo da gestão e organização do trabalho, em estudos apresentados por Neves (2006, p.259), com base nos dados do Instituto Ethos de 2003, constata-se que,

A pirâmide organizacional nas grandes organizações empresariais é extremamente excludente para as mulheres. A pesquisa revelou que só 9% das mulheres ocupam cargos de direção, 18% são gerentes, 28% supervisoras e 35% funcionárias. Maior discriminação ocorre com as mulheres negras: somente 1% ocupam cargos de gerência e 0,1%, cargos executivos. Esse dado demonstra uma forte segmentação no mercado de trabalho e dupla discriminação de sexo e cor, configurando uma realidade na qual as trabalhadoras negras são as mais pobres. Outro aspecto relevante apontado pela pesquisa diz respeito aos rendimentos. Quanto maior o salário pago pelas grandes empresas, menor a presença feminina. Na faixa acima dos que ganham 30 salários mínimos, as mulheres são minoria.

No que tange ao universo da confecção, cabe sublinhar que o mercado de trabalho nesse setor é nitidamente sexuado, marcado pela divisão sexual, pois a predominância feminina é notória, e abrange todas as funções, desde a modelista até as costureiras.

O último elo da cadeia produtiva é a trabalhadora domiciliar que realiza suas atividades na esfera do lar e presta serviços às empresas contratantes.

O trabalho domiciliar, conhecido também pelo seu caráter de invisibilidade no processo de produção, não é um fenômeno recente, pois consta na literatura que tal atividade se origina entre os séculos XVI e XVII na Europa, em decorrência da estreita interseção entre trabalho e vida familiar, envolvendo homem, mulher e filhos em tarefas, muitas vezes, marcadas por condições rudimentares. Ou seja, já havia desde sua gênese uma relação entre produção e reprodução.¹¹⁸

¹¹⁸ Dentre as características do trabalho a domicílio, entendido como descentralização da produção para o exterior da fábrica, Abreu (1986, p.73) aponta: atividade realizada na habitação do trabalhador, com maquinário de sua propriedade ou sua posse, sob encomenda das empresas contratantes ou dos intermediários, sendo em geral tarefas parciais e fragmentadas com pagamento por peça. Conforme a abordagem da autora, tal realidade é verificada em Divinópolis com o trabalho das faccionistas.

É impossível dissociar o advento do trabalho a domicílio com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, pois há entre eles uma íntima relação, já que tal atividade atende às prerrogativas do sistema ao propiciar mecanismos flexíveis na organização produtiva com objetivo de maximização dos lucros.

Nesse horizonte, o trabalho domiciliar pode ser compreendido como uma atividade que ocorre,

[...] nas residências dos trabalhadores ou em pequenas oficinas. [...] A indústria a domicílio se converteu hoje na seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial. Além dos trabalhadores fabris, de manufatura e dos artesãos, que concentra em grande número num mesmo local e comanda diretamente, o capital põe em movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio, espalhados nas grandes cidades e pelo interior do país (MARX, 2006, p.524-525).

Com a Revolução Industrial no século XVIII, marcada pela introdução de um ritmo de trabalho imposto pelo incremento de maquinário, o trabalho domiciliar assume novas feições e passa a ser composto, majoritariamente, pelo trabalho feminino.¹¹⁹

No âmago desse acontecimento, que provocou um intenso processo de urbanização e industrialização, ocorreram mudanças no cenário econômico, político, cultural, social e ideológico, fazendo emergir a questão social, numa época em que artesãos independentes se tornam trabalhadores empobrecidos, espoliados do processo produtivo, fragilizados e especializados para atender os propósitos da divisão social do trabalho.

Outra característica dessa fase de incorporação ao trabalho domiciliar é o impulso da produtividade a baixos custos a fim de garantir a competitividade, o que estimulou a degradação da força de trabalho. Geralmente, os próprios trabalhadores inseridos nesse ramo de atividade compreendem o mesmo como um trabalho parcial que contribui para a complementação do orçamento doméstico.

Há alguns equívocos no que tange à associação do trabalho doméstico com o trabalho domiciliar, apesar de os dois tipos se relacionarem. Porém, o que caracteriza o trabalho domiciliar é seu caráter remunerado, que acontece

¹¹⁹ Com base no relato de Abreu (1986, p.46-47) “Os empresários na primeira metade do século XIX implementavam com rapidez toda inovação que lhes permitisse substituir os trabalhadores adultos qualificados por mulheres e crianças sem qualificação”.

no espaço da casa, diferente da atividade doméstica, realizada em sua maioria pelas mulheres ao cuidar das tarefas do lar, dos filhos e do marido sem haver remuneração. Sendo uma atividade executada no espaço residencial, o trabalho domiciliar ganha status de invisibilidade e clandestinidade e, por isso, se torna praticamente improvável uma pesquisa quantitativa auferindo dados dessa realidade complexa que não se faz evidente.¹²⁰

O trabalho domiciliar, conforme sustenta Abreu e Sorj (1993, p.23), “[...] sempre se apoiou no trabalho doméstico e na divisão sexual do trabalho tanto na esfera da produção como na da reprodução”.

Esse tipo de atividade também sempre serviu como sustentáculo do sistema reprodutivo e acumulativo do capital e mesmo sendo freado em alguns momentos do desenvolvimento da indústria, ele não desapareceu, estando sempre presente na lógica concorrencial.

Conforme argumentação de Abreu (1986, p.52-53),

A progressiva utilização do vapor como força motriz que implicava a concentração fabril de certas atividades, iria frear a expansão anterior do trabalho a domicílio, sem que no entanto ele desapareça completamente. Vários fatores contribuem para sua persistência. Em alguns setores, por exemplo, muitas das novas máquinas introduzidas não conseguiam reproduzir com perfeição o trabalho manual, como no caso da fição do linho. [...] razões de ordem econômica podiam contribuir também para a manutenção do trabalho a domicílio, uma vez que a concorrência estabelecida entre a produção mecanizada e a produção a domicílio provocava uma baixa considerável nos salários a domicílio. Esse fator, aliado ao alto preço da maquinaria, pôde favorecer sua persistência durante algum tempo.

A autora supracitada sustenta que é a partir dos anos de 1850 que o trabalho a domicílio passa por um processo de declínio, tendo em vista as profundas mudanças no cenário produtivo em decorrência da utilização do carvão, do ferro e do aço, fase

¹²⁰ O trabalho doméstico é caracterizado pela atividade que se realiza no lócus da casa/residência familiar, realizado por homens ou mulheres. Mas partindo do pressuposto de que a sociedade contemporânea ainda se sustenta na divisão sexual do trabalho e nos valores sexistas, o peso dessa atribuição recai, sobretudo às mulheres, pois ao se dedicarem à tais tarefas, contribuem para liberar os demais entes familiares para o trabalho assalariado extra domicílio. Nesse sentido, “O trabalho doméstico é visto como corolário de papéis de gênero, e, como estes incluem relações emocionais e afetivas, estão regulados por um sistema normativo que escapa ao puro cálculo racional” (ABREU; SORJ, 1993, p.52). Ademais, é salutar considerar que tal atividade pode ser ou não remunerada e inclusive em seu aspecto remunerado, tal ocupação absorve sobremaneira as trabalhadoras com baixo nível de escolarização. Ao afirmar que se torna impossível uma pesquisa quantitativa sobre o trabalho domiciliar pelo seu caráter “invisível”, vale sublinhar que algumas pesquisas de enfoque qualitativo tem abordado tal realidade, mas no sentido de retratar os significados, valores, experiências, condições de vida, relações de trabalho de alguns grupos de trabalhadores nesse espaço, sem o objetivo de mapear de forma estatística essa dimensão do trabalho.

conhecida pela Segunda Revolução Industrial, quando ocorre uma crescente mecanização nos padrões de produção resultante do avanço técnico-científico.¹²¹

Já nos primeiros decênios do século XX, o trabalho domiciliar fica restrito a determinados setores produtivos, mas ainda com presença maciça do contingente feminino. Dentre os setores que não aboliram o trabalho a domicílio ao longo desse tempo, mas ao contrário, aumentaram consideravelmente a prática dessa atividade, destaca-se, conforme salienta Abreu (1986, p.69), os ramos da confecção e de calçados.¹²²

Além do trabalho feminino, esse tipo de atividade tem absorvido outros segmentos dos trabalhadores, como imigrantes, negros, idosos, crianças e aqueles com baixa escolaridade.¹²³

Contudo, na segunda metade do século XX, o trabalho domiciliar retorna com grande fôlego diante do processo de reestruturação produtiva que prevê a adoção de formas flexíveis de trabalho, desencadeando um processo intensificado de terceirização, que resultou em informalidade, subcontratações e trabalho domiciliar.¹²⁴ Dentre os setores que incorporaram o trabalho em domicílio, destaca-se o têxtil, calçados, confecção, couro, madeira, embalagens, alimentos, dentre outros que requerem em sua maioria a “habilidade e destreza” feminina.

Isso pode ser verificado a partir da realidade brasileira e diante de alguns estudos realizados nas últimas décadas em que se constata os processos de terceirização em larga escala na produção do calçado, como acontece no Rio

¹²¹ “A evolução tecnológica das duas indústrias mais importantes dessa nova fase do industrialismo, a elétrica e a química, baseou-se fortemente no avanço do conhecimento científico” (ABREU, 1986, p.55). A partir de então se inaugura uma nova fase do capital, conhecida como fase monopolista e ocorre a racionalização do trabalho com a adoção dos modelos taylorista e fordista na esfera da produção, assunto já apresentado no capítulo anterior.

¹²² A autora retrata a dificuldade para se fazer uma análise estatística sobre o trabalho domiciliar em detrimento da ausência de interesses no trato com tal questão e pelo caráter de clandestinidade e invisibilidade dessa atividade.

¹²³ Com base na Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliares (PNAD), no ano de 2005, 5,3% da população ocupada no Brasil exercia atividade remunerada e produtiva no âmbito domiciliar, sendo que 9,3% eram mulheres e 2,3% eram homens, o que reforça a dinâmica das relações de gênero e sustenta a divisão sexual do trabalho. Mas cabe apresentar o aumento do contingente feminino na População Economicamente Ativa (PEA), que em 1992 representava 39,8% dos ocupados e em 2005 saltaram para 43,7%. Mesmo assim é inegável a relação desigual entre os sexos, pois enquanto 7,5% dos desempregados no ano de 2005 eram homens, esse percentual para as mulheres atinge 12,7%.

¹²⁴ O trabalho domiciliar nem sempre é informal e pode também ser formalizado, porém na maioria dos casos ele se torna necessário e ganha adesão pelo caráter informal, devido às novas exigências da acumulação e reprodução do capital. Independente de ser uma atividade formal ou informal, o trabalho domiciliar sempre acontece no interior do domicílio marcado pela invisibilidade e, por isso, a necessidade de compreendê-lo em sua dinamicidade.

Grande do Sul, em especial no Vale dos Sinos e na cidade de Franca, no interior do Estado de São Paulo.

Também é verificado tal procedimento no complexo têxtil e indústrias da confecção, como pode ser visto no município de Divinópolis, região centro-oeste do Estado de Minas Gerais, a região de Campinas, no Estado de São Paulo e outros Estados brasileiros como Goiás e Paraná.¹²⁵

Frente ao exposto, as mulheres, trabalhadoras a domicílio, sob formas subcontratadas e informais de trabalho, ficam fragilizadas, submetidas a extensas jornadas de trabalho, isoladas no espaço doméstico, sem representação coletiva/sindical, produzindo de acordo com as necessidades da demanda do contratante e recebendo salário por peça, caracterizado por preços baixos, sem amparo da legislação trabalhista.

Assim, o trabalho a domicílio passa a ser o lócus de confinamento das mulheres, sob os caracteres da insegurança no trabalho, do desprestígio, do isolamento e da segregação ocupacional expressa nas relações de gênero. Isso resulta em dificuldades no que tange à mobilidade social do sujeito feminino e reforça as assimetrias salariais entre homens e mulheres.

Com isso, o sindicalismo atual se defronta com as inúmeras situações oriundas desse movimento desencadeado no mundo do trabalho, como o desemprego estrutural, a deteriorização e a precarização das relações de trabalho, que provocam um acirramento das desigualdades e exclusão social. Tais fatores resultam no enfraquecimento do poder sindical, visto que esse passa por momentos delicados de revisão e definição de sua própria base, pois se outrora atuava de forma combativa em prol dos direitos do trabalhador, nos últimos tempos tem realizado negociações com o capital em torno de interesses particulares, como foi percebido, inclusive, a partir das narrativas das colaboradoras da pesquisa.

Vale destacar que a partir do processo de *reestruturação e flexibilização sexuada do trabalho*, entendido em sua amplitude no cerne da intensificação da internacionalização do capital sob o ideário neoliberal de flexibilizar, tem-se a ideia de que tal formato deve ser identificado como a sustentação de uma ordem discriminatória na qual exclui mulheres da organização produtiva e traz para elas

¹²⁵ Conforme os estudos realizados por Lima (2009), Pedrosa (2005), Pereira (2004) e Amorim (2003).

consequências físicas e psíquicas, pois além de afetar suas condições concretas de vida e trabalho, atinge também sua subjetividade.

Diante de tal realidade investigada, observa-se que o quadro de desemprego e de precarização das formas de contratação contribuem para engendrar um sentimento de impotência, de fragilização, instabilidade, segmentação do coletivo, descrenças, insatisfações e medo nos trabalhadores, tendo em vista a dificuldade de manutenção nos postos de trabalho e a necessidade da garantia de sobrevivência daqueles que vivem e sobrevivem da venda da força de trabalho.

Esse quadro se faz evidente tendo em vista os dados divulgados em 2009 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹²⁶ em que revela um aumento exponencial do desemprego no mundo, que atingiu 6,6% da população economicamente ativa. Segundo foi constatado, o índice de desemprego de 2007 para 2009 teve uma progressão de 0,9%. Para 2010, a OIT tem uma previsão de que o índice de desemprego atingirá os 7%, o que requer um olhar e uma análise para essa situação. Além do mais, conforme os dados divulgados se verifica, também, um aumento significativo dos trabalhos precários que passa a atingir 50,6% da força de trabalho global, ou seja, mais da metade dos trabalhadores encontram-se sob o regime de ocupações precarizadas.

No que tange ao desemprego feminino, a OIT divulgou em 2007 uma taxa mundial de 6,4% entre as mulheres em detrimento de 5,7% para os homens. Em relação ao Brasil, o desemprego masculino no ano de 2007 foi de 6,2% enquanto o feminino ficou em 10,1%, o que explicita também um expressivo contingente de mulheres atingidas pelo desemprego.

Por fim, a partir do que foi apresentado, observa-se que, na atualidade, o mundo do trabalho se orienta por tempos precarizados, absorvendo sobremaneira o contingente feminino nesses espaços, o que se reflete nas relações sociais de gênero e na sustentação da divisão sexual do trabalho.

¹²⁶ Organização Internacional do Trabalho (online).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: um parêntese para novas reflexões

O respectivo estudo objetivou compreender e apreender as condições de vida, de trabalho e as estratégias de sobrevivência das mulheres da confecção, com recorte para as trabalhadoras formais e informais, ou seja, aquelas inseridas no espaço fabril e as que realizam suas atividades em domicílio. Para tanto, buscou-se na história oral o recurso para atender aos propósitos delimitados e, com isso, pôde ser observado que conhecer a realidade do mundo do trabalho, pautada nas acepções de gênero, é elementar para o entendimento das relações sociais presentes na contemporaneidade.

É importante considerar que as categorias gênero, raça/etnia e classe são elos de uma totalidade social que não se dissociam e contribuem tanto para sustentar um sistema social, quanto para legitimar formas de preconceito, discriminação e segregação social, espacial e territorial entre o conjunto da população.

Uma das questões estruturantes da análise foi partir da compreensão do processo de reestruturação produtiva que engendrou uma intensificação da terceirização, culminando na adoção de formas de trabalho subcontratadas, informalizadas, flexíveis e um tipo de assalariamento não mais ligado à carteira de trabalho, afetando sobremaneira os trabalhadores, inclusive as mulheres da confecção, que mesmo inseridas no ambiente fabril passam a vivenciar formas precárias de trabalho diante das novas imposições da reorganização capitalista.

Nesse contexto, a sociedade brasileira atravessou nas últimas décadas algumas mudanças substantivas de ordem social, econômica, política, cultural e demográfica. A intensa urbanização e industrialização contribuíram para as determinações dos rumos tomados pelo mundo do trabalho na atualidade, porém, não garantiram melhorias nas condições de vida da população em geral, nem resolveram os contornos evidenciais da questão social, pois a exclusão social, a concentração da renda, as desigualdades sociais e regionais continuam a se perpetuar. Nessa configuração social, o resultado é de uma *exponenciação da questão social*, com elevados índices de desemprego em dimensão estrutural, enfraquecimento sindical, miserabilidade, violência, pauperismo, analfabetismo,

condições de trabalho degradantes, preconceito, discriminação, dentre outras nuances que se expressam na questão social.

Para as mulheres, as últimas décadas representaram um alargamento de sua participação no mercado de trabalho, porém, como foi abordado ao longo deste estudo e com base em outras análises realizadas por alguns estudiosos da temática, tal crescimento da presença feminina coincide com o aumento de formas precárias de trabalho.

Cabe ressaltar que inúmeros fatores contribuíram para o ingresso das mulheres no espaço produtivo, como o impulso à industrialização, à urbanização, às mudanças no âmbito cultural, nos padrões de comportamento e valores concernentes aos papéis sociais femininos e masculinos, à emergência e lutas do movimento feminista, ao crescimento no nível de escolaridade dessas mulheres e seu acesso às universidades, à queda na fecundidade devido ao surgimento de métodos contraceptivos e à expansão do setor de serviços, entendidos como espaços de maior ocupação do contingente feminino. Esses fatores contribuíram para o surgimento de “guetos ocupacionais”, ou seja, um contingente expressivo de mulheres passam a ocupar postos de trabalho com menor valorização, baixos salários e menos prestígio.

Em se tratando da pesquisa realizada com as trabalhadoras, inseridas no setor da confecção no município de Divinópolis, constatou-se diversos elementos em comum entre elas a partir das narrativas de suas histórias de vida. Dentre os aspectos evidenciados se destaca o fenômeno migratório na vida da maioria delas, as dificuldades financeiras que perpassaram suas trajetórias, a inserção precoce no mundo do trabalho frente à necessidade de contribuir com as despesas familiares, o abandono da escola por priorizar uma atividade remunerada como forma de sobrevivência, as condições precárias de trabalho diante das atividades realizadas, a existência de hierarquia nas relações de gênero, pois, conforme relatado, tais mulheres continuam assumindo as responsabilidades da esfera reprodutiva mesmo após seu ingresso no espaço produtivo e remunerado. Além do mais, em sua maioria, concebem o trabalho como meio de sobrevivência e satisfação de suas necessidades vitais e não como uma atividade que possa possibilitar criação, socialização e liberdade para a humanidade.

Outros elementos também foram explicitados, como a percepção das costureiras acerca de uma divisão social e sexual do trabalho, visto que apontam a

existência de preconceitos e assimetrias na relação entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Também descrevem o aprendizado com a costura de uma forma doméstica, pois, em sua maioria, essas mulheres adquiriram tais habilidades com entes familiares ou até mesmo no ambiente de trabalho, predominando a ausência de cursos de aperfeiçoamento ou de qualificação profissional, o que reforça a associação com a atividade da costura a uma tarefa feminina por excelência, tendo em vista a concepção naturalizada dos papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres.

Dentre tais constatações, aparecem também as extensas jornadas de trabalho na esfera domiciliar, a ausência de equipamentos de segurança no espaço produtivo, como mecanismo para evitar acidentes de trabalho, e a presença de problemas de saúde, com ênfase para dores musculares devido às funções repetitivas e má postura. Além do mais, as trabalhadoras domiciliares não possuem vínculos empregatícios, o que não lhes assegura a cobertura da legislação trabalhista e as coloca em uma situação de instabilidade e incertezas no mundo do trabalho.

Também foram apontadas as insatisfações com o trabalho da costura, devido ao seu caráter repetitivo, estressante e cansativo. Porém, como muitas trabalhadoras não fizeram um investimento educacional ao longo de suas vidas, como forma de se qualificarem e atender as prerrogativas do capital, se sentem impossibilitadas de terem outras oportunidades de emprego no cenário de Divinópolis, tendo em vista que o município se destaca no setor da confecção.

Em relação à análise de uma representação de classe desse segmento, verifica-se, por parte das entrevistas, uma insatisfação e falta de credibilidade junto ao sindicato concernente ao atendimento dos interesses das trabalhadoras, pois as narrativas evidenciam que tal entidade representa mais os anseios do capital ao do próprio trabalhador.

Contudo, mediante a diversificação e extensão das histórias narradas, pôde ser observado que essas mulheres, por meio de seu cotidiano de trabalho e suas relações sociais, tecem suas vidas, projetam sonhos e criam e recriam estratégias de sobrevivência frente ao contexto marcado por tempos precarizados.

A partir do que foi retratado, pode-se constatar, inclusive com o respaldo de algumas teorias sobre o assunto, que o processo de reestruturação produtiva

ocorreu de forma sexuada, racista e classista, afetando sobremaneira mulheres, negros e pobres.

Sendo assim, o foco deste estudo foi tecer algumas considerações acerca do trabalho feminino em uma localidade específica, como é o caso do setor da confecção de Divinópolis.

Vale destacar que nos últimos tempos, no campo das Ciências Humanas e Sociais, a questão do trabalho e as relações de gênero passaram a ser eixos de estudo e reflexão de forma crescente, o que representa um aspecto relevante, pois as relações sociais sexistas ainda são presentes na sociedade.

Porém, um dos objetivos da ciência é a busca pelo progresso tecnológico e científico para o desenvolvimento da humanidade. Mas é importante questionar se a busca incessante pelo progresso técnico tem desencadeado efeitos positivos para o capital ou para a humanidade, ou para ambos.

Diante desse esboço, cabe atentar para uma das principais tarefas da pesquisa e da produção do conhecimento nas diversas áreas do saber, que é desvelar a realidade circundante para responder às exigências históricas do tempo presente.

Nesse sentido, o pesquisador precisa compreender a realidade, decifrá-la e interpretá-la, mas não com o propósito de adaptação e ajustamento a ela, mas de forma crítica, para que se possibilite a criação de estratégias de superação do estabelecido, com vistas a buscar caminhos e esboçar novos horizontes.

Não obstante, sabendo que o propósito científico é sair do mundo aparente para atingir a essência dos fatos, é tarefa fundamental persistir na crítica para compreender as contradições da sociedade em sua totalidade.

A Ciência, para cumprir seus propósitos, deve ser apropriada, explorada e socializada pela sociedade, pois assim é possível apreender as inúmeras nuances da realidade e as expressões da questão social, para conhecer e interpretar as particularidades do real e buscar possíveis propostas e alternativas para os problemas que afligem a humanidade.

Nessa perspectiva, pensar a questão social hoje e os seus desdobramentos é tarefa árdua, frente aos ditames do metabolismo do capital que para assegurar sua lógica acumulativa desmonta a capacidade organizativa dos trabalhadores, flexibilizando os direitos e as relações de trabalho, o que provocou e ainda provoca o

crescimento de trabalhos precários, desemprego e miserabilidade de expressivos segmentos da população.

Sob esse prisma, tendo em vista as medidas adotadas pelo capital, seria possível atingir outra forma de sociabilidade com vistas a garantir e expandir direitos humanos e sociais? Seria possível buscar um mundo justo, igualitário e reinventar a sociedade desconstruindo estereótipos e conceitos rígidos? Ou melhor dizendo, seria possível extrapolar fronteiras e acrescentar sentido à vida humana?

Diante do estabelecido, algumas provocações são prudentes, como: As medidas econômicas e políticas adotadas e implementadas nos últimos decênios, resultaram em melhorias nas condições de vida e trabalho da população como um todo? O acesso das mulheres ao mundo do trabalho representou uma redução das desigualdades sociais existentes entre os sexos?

O que se pode constatar e responder é que tais medidas só serviram para deteriorar e degradar ainda mais as formas de sociabilidade presente.

Sendo assim, a humanidade tem uma tarefa histórica, que é a busca pela emancipação humana com vistas a romper com a forma social vigente. Para tanto, precisa criar formas de confronto, o que pressupõe ousar, resistir, enfrentar e persistir.

Torna-se desafiador captar a totalidade dos processos em curso no mundo do trabalho e compreender as dinâmicas macroestruturais em relação com os processos microssociais no intuito de romper com os tratamentos discriminatórios e segregacionistas entre homens e mulheres.

De forma mais audaciosa, é preciso ir *para além da defesa pontual de direitos* para discutir a construção e consolidação de uma sociedade sem distinção de classe, de raça/etnia, de gênero, de credo, de orientação sexual, de nacionalidades, com vistas a vislumbrar uma sociabilidade pautada na igualdade, na justiça social e numa verdadeira condição emancipatória dos seres humanos. A partir desse parâmetro almejar um projeto político coletivo comum a todos os trabalhadores, independente de suas diferenças.

Nesse aspecto, quando se fala em buscar um padrão de igualdade de gênero, não é pensar um modelo parametrado no padrão masculino, mas sim de eliminação de formas de opressão e exploração em todas as esferas da vida social.

Para atingir esse propósito torna-se imprescindível ultrapassar o local e o particular e, assim, buscar apreender a alteridade e conhecer as diversas nuances que perpassam a totalidade da vida em sociedade.

Diante disso é também competência do pesquisador reescrever a história do seu tempo sob os seus diversos prismas e pensar em uma produção científica reflexiva e propositiva para colaborar na construção de outra sociabilidade humana, verdadeiramente justa, equânime, democrática e responsável, ou seja, uma ciência que esteja direcionada para a emancipação humana.

Porém, cabe ressaltar que essa ciência também não está isenta de produzir preconceitos e estereótipos, pois, seu papel é interpretar a realidade em um determinado momento histórico, e, sendo assim, ela também, em alguns momentos pode cometer equívocos, pois, o conhecimento científico não é sinônimo de verdades, até porque essas são provisórias.

Mesmo sabendo dos limites existentes na produção do conhecimento, a pesquisa auxilia no sentido de lançar luz e alternativas, desenhar possibilidades e abrir outros caminhos tendo em vista uma nova sociabilidade.

Nesse aspecto, é imprescindível pensar numa perspectiva de gênero que escreva a história de homens e mulheres em um determinado tempo histórico, com suas experiências e distante de conceitos e padrões rígidos.

Para isso, é legítimo romper com a concepção de masculino e feminino como polos opostos e criar e recriar novas formas de existência e sociabilidade que não estejam pautadas em dogmas e regras normativas.

Ademais, constata-se que temas relacionados às relações sociais de gênero ainda são silenciados no debate acadêmico e nos demais espaços de decisão e participação coletiva, porém são questões presentes no cotidiano da vida em sociedade e tal silenciamento traz em si uma intencionalidade de difusão ideológica de protótipos determinados e contribuem para a manutenção de normas e privilégios no sistema social.

Destarte, é preciso pensar em conhecimentos que possam romper com o instituído e o normativo, ou seja, desconstruir formas binárias (exemplo homem-mulher) e naturalizadas pautadas no formato masculino, branco e heteronormativo.

Frente ao exposto, torna-se necessário tecer uma rede identitária pensando em todos esses complexos: ser homem/ser mulher, feminino/masculino, branco/negro, heterossexual/homossexual.

O que está em pauta é o desafio de perceber o outro em relação com o eu, tendo em vista as várias formas e impasses dessa interação. Nessa perspectiva, é o outro que possibilita ao eu apreender novos horizontes para pensar o diferente e as diferenças de ser e estar em um tempo e espaço determinado, mas em constantes mudanças e conflitos. A partir dessa premissa, torna-se possível romper com modelos, conceitos e práticas normalizadoras, endógenas e cristalizadas, possibilitando construir outras formas de ser e estar no mundo.

Eis um dos papéis da ciência e da própria educação, que é criar estratégias de resistência diante do estabelecido e construir outros rumos e significados para a história da humanidade.

Assim, diante do universo investigado no presente trabalho, o que se constata é que a precarização das relações de trabalho resulta do excesso, das pressões e do desgaste no âmbito da produção e não da ausência de postos de trabalho.

Diante da intensificação do ritmo de trabalho, o lema do capital, com suas diretrizes e filosofia de perpetuação de um sistema social pautado na exploração e desigualdade, não prevê a lógica do humano, mas sim, da expansão da lucratividade.

Nesse cenário, observa-se em grande parte que as alianças e o fortalecimento dos espaços coletivos estão esvaziados de discussão política, diante da fragilização e individualização dos trabalhadores sob a ótica da era flexível, que gera inseguranças, instabilidade e incertezas para o mundo do trabalho.

Na sociedade atual, de cunho sexista, classista e racista é imprescindível pensar em ações conscientes e em uma organização política e coletiva dos trabalhadores para superar tal estágio com vistas à realização das utopias por uma forma de sociabilidade sem desigualdades, exploração, dominação e opressão.

Em síntese, essa pesquisa objetivou apresentar uma face de uma realidade complexa e trazer à tona alguns apontamentos do lócus em que se deu a realização da mesma. Sendo assim, esse estudo não teve o intuito de lançar um conhecimento rígido e determinístico acerca de um aspecto do real, até porque seria muita pretensão.

O propósito não é apontar conclusões definitivas, mas problematizar questões e apresentar reflexões, visto que o conhecimento tem caráter cíclico diante de uma realidade concreta que se faz pertinente ao debate das diversas áreas do saber, inclusive no Serviço Social, profissão que tem como objeto de investigação e

intervenção a questão social e surge dos desdobramentos da relação capital *versus* trabalho e, para tanto, precisa apreender seus direcionamentos e condicionantes para qualificar seu exercício profissional.

Sendo assim, se espera que tal apresentação possa suscitar reflexões acerca desse universo, pois pensar dialeticamente requer situar o fim contido no começo e vice-versa.

Portanto, tal percurso investigativo não possui a intencionalidade de se encerrar nestas páginas, devido à dinamicidade e complexidade das relações sociais de trabalho e de gênero em vigor e, por isso, haverá sempre lacunas não contempladas nos trabalhos científicos que requerem outros olhares e novas sínteses acerca dos múltiplos determinantes do real. Nesse sentido, o conhecimento científico, como produto da ação humana e categoria histórica, está em constante transformação.

A contingência de informações e problemáticas surgidas na construção de um conhecimento acaba sendo excessiva para uma única tese e, por isso, outros estudos poderão surgir em busca de compreensão e de respostas para as refrações da questão social presentes no cenário atual.

Além do mais, diante do exposto, no decorrer deste estudo, constata-se que o trabalho continua sendo o fundador da sociabilidade humana e o fundamento da produção e reprodução social, tendo em vista a satisfação das necessidades humanas.

A tarefa dos trabalhadores nessa conjuntura está na supressão do trabalho reificado, degradante e fundado na apropriação privada da riqueza para, assim, alcançar uma outra forma societária em que o trabalho seja criativo, livre e dotado de significado para a vida social.

O que se observa diante de todos esses elementos é que o mundo social não pode ser concebido como a síntese de determinantes rígidos, estanques e acabados, mas como um conjunto de processualidades, ou seja, um *devir*, o que justifica a não incorporação de pensamentos, teorias e abordagens sobre o fim da história e o fim do trabalho. Com isso, a realidade entendida como produto humano é sempre um *porvir*, um *vir a ser* resultante das relações sociais.

Embora tal investigação tenha enfatizado uma determinada ramificação da estrutura produtiva no mundo capitalista, ou seja, o universo da confecção, com destaque para as trabalhadoras inseridas nas atividades fabris e domiciliares em

uma determinada localidade, o município de Divinópolis, a respectiva proposta esteve versada em situar tal realidade na cena geral da sociedade na atualidade, com vistas a pontuar questões abrangentes e estabelecer relações entre aspectos singulares e generalizados. Porém, o papel da pesquisa é sempre o de apresentar um esboço de nuances da realidade sob determinados prismas, entendendo seu caráter aproximativo e inconcluso de compreensão da dinâmica social, sem perder de vista a concepção de processualidade da vida e da história humana.

No mais, esse percurso investigativo se orientou em apresentar, em linhas gerais, as condições de vida, trabalho e as estratégias de sobrevivência das trabalhadoras da confecção, inseridas no espaço fabril e no trabalho domiciliar, por meio da metodologia da história oral no município de Divinópolis. Por isso, acredita-se que tal estudo possa contribuir para se pensar o mundo do trabalho na perspectiva de gênero e suscitar problematizações, debates e questionamentos acerca dos contornos da questão social na atualidade.

Por fim, compreendendo as refrações da questão social como objeto de investigação e intervenção do Serviço Social, compete a essa profissão, historicamente situada e legitimada, buscar apreender determinados aspectos do real e suas múltiplas facetas para se pensar em possibilidades de seu enfrentamento, com base em uma fundamentação teórica, metodológica, ética e política.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____; SORJ, Bila. **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

_____; _____. Subcontratação e trabalho a domicílio: a influência do gênero. In: MARTINS, Heloisa de S.; RAMALHO, José R. **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros passos).

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2.ed. Londrina: Práxis, 2007.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **No limite da precarização? terceirização e trabalho feminino na indústria da confecção**. 2003. 222 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p.23-45, jul./dez. 2002.

ARAÚJO, Ângela M.C.; AMORIM, Elaine R.A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17/18, p.267-310, 2002.

_____; FERREIRA, Verônica C. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP: NEPO:UNICAMP, Ed. 34, 2000, p.309-346.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 3.ed. São Paulo: Cartilha Popular, 2001.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Raça e gênero no mercado de trabalho. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP:NEPO:UNICAMP, Ed. 34, 2000, p.295-307.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BRAZ, Marcelo; PAULO NETTO, José. **Economia política**: uma introdução crítica. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP: NEPO: UNICAMP, Ed. 34, 2000. p.13-58.

_____; COSTA, Albertina de O. (Org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. (Fundação Carlos Chagas).

_____; SORJ, Bila (Org.) **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Carlos Chagas, 1994.

_____; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17/18, p.157-196, 2002.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n.14, p.153-174, jun. 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Gracielle. Desemprego cresce em Divinópolis. **DiviNews**, Divinópolis, 21 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.divinews.com/cidade/outras-noticias/4943-desemprego-cresce-em-divinopolis.html>>. Acesso em: 13 maio 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. **Continuidade e ruptura nas linhas da modernidade**: a passagem do tradicional ao moderno no centro-oeste de Minas Gerais. Divinópolis, 2003.

CRUZ, Tânia. Ocupação no mundo do trabalho e o enfoque de gênero: qual o perfil do sujeito trabalhador que constrói a economia solidária no Brasil? **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.9, n.2, p.311-325, jul./dez.2006.

DE MASI, Domênico. **O ócio criativo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DELGADO, Lucilia de A. N. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p.111-139, jul./dez. 2002.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FERNANDES, Maria Esther. A “história de vida” como instrumento de captação da realidade social. **Cadernos CERU** – Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, n.6, p.145-155, 1995.

FERREIRA, Amauri C.; GROSSI, Yonne de S. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n.7, p.41-59, 2004.

FERREIRA, Marieta Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n.1, p.19-30, 1998.

_____; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

GARCIA, Odair Lopes. **Avaliação da competitividade da indústria têxtil brasileira**. 1994. 213f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia.** Lisboa: Edições 70, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 7.ed. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **O novo imperialismo.** 3.ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17/18, p.139-156, 2002.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, São Paulo, ano 4, n.7, p.5-27, 1998.

_____; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set/dez. 2007.

_____; PRÉTECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das Ciências Sociais na França. **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p.47-80, jul./dez. 2002.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Refletindo sobre história oral: procedimentos e possibilidades. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re) introduzindo história oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996.

KERGOAT, Daniele. **Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re) introduzindo história oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996.

LAVINAS, Lena. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP:NEPO:UNICAMP, Ed. 34, 2000.

_____; SORJ, Bila. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP:NEPO:UNICAMP, Ed. 34, 2000. p.211-236.

LEITE, Márcia de Paula. **O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

LIMA, Ângela Maria de Sousa. **As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região**. 2009. 357f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LIMA, Jacob C. Trabalho informal, autogestionário e gênero. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.9, n.2, p.303-310, jul./dez. 2006.

LIRA, Izabel C. D. Informalidade: reflexões sobre o tema. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.69, p.140-150, mar. 2002.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

LUPATINI, Márcio Paschoino. **As transformações produtivas na indústria têxtil-vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão do trabalho industrial**. 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro I, v.1. 23.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Manual de história oral**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. (Org.). **(Re) introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTAGNER, Paula. Dinâmica e perfil do mercado de trabalho: onde estão as mulheres? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP:NEPO:UNICAMP, Ed. 34, 2000. p.161-167.

MORENO, Monserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 1999.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP:NEPO:UNICAMP, Ed. 34, 2000. p.171-185.

_____. Trabalho e gênero: permanências e desafios. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.9, n.2, p.257-265, jul./dez. 2006.

_____; PEDROSA, Célia M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, n. 1, v. 22, p. 11-34, jan./abr. 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução** (um estudo das trabalhadoras do telemarketing). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NUNES, Jordão Horta; CAMPOS, Andréia Ferreira. O setor de confecção em Goiânia: análise da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 9, n.2, p.237-255, jul./dez. 2006.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Arlete Benedita de. História oral: uma possibilidade metodológica qualitativa peculiar na pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v.7, n.2, p.153-169, 1998.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2010.

PAULO NETTO, José; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEDROSA, Célia Maria. **Limites e potencialidades do desenvolvimento local: a indústria da confecção de Divinópolis**. 2005. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, 2005.

PEREIRA, Ligia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n.3, p.117-127, 2000.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Rosângela Maria. **Pedagogia do lar/oficina**. 2004. 218f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930). 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

RIVERO, Patricia S. **Trabalho**: opção ou necessidade? um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP:NEPO:UNICAMP, Ed. 34, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de O. (Org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.183-215. (Fundação Carlos Chagas).

_____. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.12, p.157-163, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. O mundo do trabalho em mutação: as reconfigurações e seus impactos. **Cadernos IHU Idéias**, São Leopoldo, ano 3, n.34, p.1-22, 2005.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.1, p.173-186, jan./abr. 2008.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez.1990.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático científico da Universidade**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p.81-109, jul./dez. 2002.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.43, p.25-34, jun. 2000.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. História oral e contemporaneidade. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n.5, p.9-28, 2002.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES**

Eu, Reginaldo Guiraldelli, que realizarei a pesquisa intitulada “Presença Feminina no Mundo do Trabalho: Um estudo sobre as costureiras formais e informais do setor da confecção/vestuário do município de Divinópolis-MG,” declaro que:

- Estou ciente e assumo o compromisso de cumprir os termos da Resolução nº 196/1996, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/1997, 251/1997, 292/1999, 303/2000, 304/2000, 340/2004, 346/2005, 347/ 2005 e 370/2007.
- Assumo o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa.
- Os dados coletados no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados apenas para atingir o(s) objetivo(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos sujeitos pesquisados.
- Tornarei públicos os resultados da pesquisa através de apresentação em encontros científicos ou publicação em periódicos científicos respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa.
- O CEP/UNESP/FRANCA será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa.

Franca, 23 de novembro de 2009

Assinatura

Pesquisador responsável

Nome Reginaldo Guiraldelli

Assinatura

(Orientadora ou Pesquisador Participante)

Profª. Drª. Helen Barbosa Raiz Engler

APÊNDICE B



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Presença Feminina no Mundo do Trabalho: Um estudo sobre as costureiras formais e informais do setor da confecção/vestuário do município de Divinópolis-MG.** O projeto de pesquisa será conduzido por **Reginaldo Guiraldelli**, do curso de **Serviço Social**, orientado pela Prof (a). Dr(a) **Helen Barbosa Raiz Engler**, pertencente ao quadro *docente* da **Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, campus de Franca-SP.** Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Tese observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **O respectivo projeto objetiva analisar as condições de vida, trabalho e as estratégias de sobrevivência das mulheres trabalhadoras do ramo da confecção/vestuário no município de Divinópolis-MG, com destaque para o setor formal (trabalhadoras inseridas na indústria) e para o setor informal (trabalhadoras em domicílio), tendo como parâmetro as transformações no mundo do trabalho e seus reflexos na vida desse segmento populacional.** Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, ____ de _____ de ____ .

PROTOCOLO DE PESQUISA n.079/2009

 Assinatura do participante

 Pesquisador Responsável: Reginaldo Guiraldelli

 Orientador: Prof. (a) Dr. (a) Helen Barbosa Raiz Engler